

RODRIGO CZAJKA

SECRETO

3. O livro referido, face ao exame analítico feito naquela Divisão, é considerado altamente subversivo, e, assim, sendo, estão os artigos da atual Lei de Segurança Nacional, inclusive àqueles que de qualquer modo colaboram com estes.

DOCUMENTO APRESENTADO Nº
1 P M 481
1 S E B

**Praticando delitos, formando opinião:
Intelectuais, comunismo e repressão no Brasil
(1958-1968)**

RESERVADO

**Campinas
2009**

A lei não pune o marxismo, porque a lei não pune idéias. A liberdade de pensamento - que ganha relevo e forma na liberdade da divulgação do pensamento, sem o que seria uma inútil abstração - é um dos mais caros postulados dos regimes democráticos.

MINISTERIO DA GUERRA
EXERCITO
INQUERITO POLICIAL MILITAR N. 709
VOL N.º 157
FOLHAS DE 1 A 66

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

RODRIGO CZAJKA

**Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e
repressão no Brasil (1958-1968)**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas como
parte dos requisitos na obtenção do título
de doutor em Sociologia. Orientação: Prof.
Dr. Marcelo Ridenti.**

Campinas, maio de 2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C994p Czajka, Rodrigo
Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968) / Rodrigo Czajka.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Intelectuais. 2. Comunismo. 3. Cultura. 4. Arte – Aspectos políticos. 5. Indústria cultural. 6. Brasil – História, 1964-1985. I. Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Practing delicts, forming opinion: intellectuals, communism and repression in Brazil (1958-1968)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Intellectuals
Communism
Culture
Art – Political aspects
Cultural industry
Brazil – History – 1964-1985

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora: Marcelo Ridenti, Renato Ortiz, Jorge Miglioli, José Antonio Segatto, Marina Soler Jorge

Data da defesa: 06-05-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia


RODRIGO CZAJKA

Praticando delitos, formando opinião:
Intelectuais, comunismo e repressão no Brasil
(1958-1968)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 06/05/2009.


BANCA

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (Orientador) 

Prof. Dr. José Antonio Segatto 

Prof. Dr. Jorge Lobo Miglioli 

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz 

Profª Drª Marina Soler Jorge 

Maio / 2009

410816002

RODRIGO CZAJKA

***PRATICANDO DELITOS, FORMANDO OPINIÃO: INTELLECTUAIS, COMUNISMO E REPRESSÃO
NO BRASIL (1958-1968)***

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti.

Este exemplar corresponde à redação provisória da Tese a ser defendida em 06/05/2009

BANCA

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Prof. Dr. José Antonio Segatto

Prof. Dr. Marina Soler Jorge

Prof. Dr. Renato Ortiz

Prof. Dr. Jorge Miglioli

SUPLENTE:

Prof. Dra. Márcia Fantinatti

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

Prof. Dr. Elide Rugai Bastos

Mai / 2009

Resumo

A produção artística e cultural realizada no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 é permeada de intensas discussões, tensões e conflitos que envolvem a disputa de distintos projetos intelectuais. Assim, a formação de um campo intelectual, a diversificação dos circuitos culturais e núcleos intelectuais e a emergência de uma intelectualidade de esquerda foram elementos presentes nesse contexto sócio-cultural. Estes foram fatores essenciais na consolidação de uma resistência cultural de esquerda que se defrontava tanto com o centralismo burocrático do Partido Comunista Brasileiro quanto com o regime militar após 1964. Entre dilemas ideológicos e políticos uma intelectualidade de esquerda floresceu não de forma homogênea e unitária, mas entremeada de impasses, disputas e embates que permitiram, em certa medida, a formação de núcleos culturais caracterizados, sobretudo, pela fragmentação. Com intuito de aferir tal modelo de análise dispusemos de um conjunto de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) que além de constituírem um material inédito de pesquisa, trazem elementos importantes para a discussão e detalhamento das questões culturais caras à intelectualidade de esquerda daquele momento. Constatou-se, por exemplo, que a resistência cultural, mais que símbolo de uma unidade contra a repressão seja dos partidos ou do Estado, foi um fenômeno a partir do qual determinados núcleos intelectuais viram-se representados; uma hegemonia cultural de esquerda construída não pela coesão dos projetos de resistência, mas pelas dissensões e por aquilo que representava a resistência e a subversão comunista.

Abstract

The artistic and cultural production made in Brazil at the 1950s and 1960s is permeated intensive discussions, tensions and conflicts involving the dispute of different intellectual projects. The formation of an intellectual sphere and the emergence of a left intellectuals group were elements presents in this context. These were key factors in consolidating a culture resistance of left that was built in the middle at the bureaucratic centralism of the Brazilian Communist Party and the military dictatorship after 1964. Between ideological and political dilemmas the left intellectuals appeared not homogeneous, but permeate of impasses, disputes and conflicts that favored the formation of cultural groups characterized by fragmentation. To check this analysis we searched a large number of military process (called IPMs) that as being a new material research, provide important elements for discussion and details of the cultural questions of the intellectuals at that time. For example, that cultural resistance, more than a symbol of unity against oppression of the the Party or the State, was a phenomenon from which certain intellectuals groups have been represented; a cultural hegemony of the left not made the cohesion of the projects of resistance, but by dissension and by what it represented the resistance and communist subversion.

Sumário

Apresentação	15
Capítulo 01 Os IPMs da cultura e a construção da subversão nos meios intelectuais	33
1.1 – Os inquéritos e o problema do comunismo	35
1.2 – O IPM do PCB: informações secretas nas páginas dos jornais	53
1.3 – Intelectuais comunistas: dispersões, dissidências e revisões	79
1.4 – O IPM do ISEB	99
Capítulo 02 A consolidação dos <i>núcleos intelectuais</i>	125
2.1 – Itinerários isebianos	127
2.2 – O CTI como estudo de caso	161
2.3 – O IPM da História Nova	186
Capítulo 03 Resistência cultural e hegemonia de esquerda	201
3.1 – A cultura de esquerda e a emergência do intelectual	203
3.2 – O Terrorismo Cultural	214
3.3 – Mercado e organização dos <i>núcleos intelectuais</i>	229
Capítulo 04 “Intelectuais e artistas pela liberdade”: o ocaso de um modelo de resistência	239
4.1 – Os delitos de opinião	241
4.2 – A RCB como “fórum de debates” das esquerdas intelectualizadas	259
4.3 – A diversificação dos itinerários intelectuais	290
Conclusão	321
Referências bibliográficas	329
Anexos	337

Agradecimentos

Costumeiramente publicados no preâmbulo das pesquisas acadêmicas, os agradecimentos, via de regra, são desdenhados pelos leitores que têm pressa de chegar logo ao início do texto, pois, sem delongas preferem ir direto ao que realmente interessa.

Não simplesmente por uma atitude cortês ou boa conduta que estes agradecimentos aqui se fazem necessários. Afinal, a pesquisa que resultou nessa tese de doutorado dependeu da colaboração e paciência de um grande número de pessoas que, de alguma forma, contribuiu para que este trabalho chegasse aonde chegou.

A começar por Marcelo Ridenti que durante seis anos foi orientador, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. Do mestrado ao doutorado, Marcelo contribuiu de forma decisiva, na medida em que as minhas pesquisas sempre coincidiram com seus objetos de estudo, ou seja, as esquerdas e a cultura. Um orientador que jamais escolheu ou impôs temas; sempre estimulou a busca de novos objetos, novos temas e novos problemas. Ao propor uma leitura crítica da memória constituída sobre as esquerdas no Brasil, Marcelo assegurou um modelo de análise próprio desse conturbado e espinhoso tema; e ao priorizar o enfoque sobre o campo da cultura, vislumbrou inúmeras questões passíveis de análise, sobretudo, no que tange à formação de uma memória em torno das esquerdas culturais e dos seus elementos de representação.

Outro professor, Marcos Napolitano, foi fundamental no processo de pesquisa. Desde a sugestão do mestrado à conclusão do doutorado, Marcos foi um leitor atento e crítico dos originais. Mais que professor, um amigo com o qual compartilhei não apenas discussões sociológicas e historiográficas, mas também momentos excepcionais de

convivência familiar. Entre um jantar e um passeio dominical pela cidade de São Paulo, sempre encontrávamos um momento para conversar sobre as pesquisas e falar sobre projetos. Sendo historiador, Marcos é quem me indicou o caminho das fontes (ou seria das pedras?), como trabalhá-las de forma a enriquecer e a cotejar a historiografia, sem desconsiderar a discussão sociológica. Seu trabalho, da mesma forma enriquecedor, lançou um novo olhar e uma nova compreensão sobre a relação entre engajamento político e indústria cultural nas décadas de 1960 e 1970.

Não poderia deixar de prestar um agradecimento especial a Renato Ortiz que, mesmo sem saber, foi um orientador em algumas importantes etapas dessa pesquisa. Não apenas pela sua contribuição no exame de qualificação, mas pelas inúmeras conversas, sentados nos bancos dos jardins do IFCH. Entre um bate-papo e outro Renato sempre esteve a sugerir e a questionar modelos de análise e interpretação, sem nunca perder de vista o senso de humor. Seu percurso intelectual, sua experiência e sua leitura ampla do fenômeno sociológico (em especial, dos problemas culturais e dos intelectuais) foram elementos presentes durante a redação do texto da tese. Do início do mestrado ao término do doutorado Renato foi além de professor, um companheiro.

Um outro momento do trabalho foi a pesquisa de campo empreendida entre os anos de 2006 e 2008. E durante essa etapa foi de extrema importância a participação de pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas com as questões consideradas nessa pesquisa. Protagonistas de uma época em que a luta pela liberdade e a afirmação de um projeto de nação eram o epicentro das transformações políticas e culturais da sociedade brasileira. Importância que não se configurou apenas na concessão de entrevistas ao autor, mas de permissão para que pudéssemos ter acesso aos arquivos militares, a fim realizar um

levantamento da documentação produzida sobre cada um deles na forma de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs).

Desse modo, Leandro Konder, José Arthur Poerner, Carlos Heitor Cony, Carlos Nelson Coutinho e Ferreira Gullar tiveram participação significativa neste trabalho, pois foram sempre solícitos e cordiais em me receber para tratar de um tema tão revolvido quanto é o da ditadura militar no Brasil. Entrevistas, documentos e informações foram essenciais na construção da espinha dorsal do trabalho de pesquisa. Inclusive, autorizações emitidas por alguns deles possibilitaram o acesso à documentação sigilosa depositada no Setor de Arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília.

Também ficam registrados meus agradecimentos a Maria Rita Jobim Silveira, Olga Sodré, Claudia Corbisier Von der Weid e Alceu Amoroso Lima Filho, filhos respectivos de Ênio Silveira, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Alceu Amoroso Lima e que contribuíram de maneira significativa ao concederem autorizações de pesquisa em nome de seus familiares já falecidos.

Não poderia deixar de agradecer também às pessoas responsáveis pelo sucesso “logístico” dessa empreitada. Um agradecimento especial a Gonçalo Marcelino Lira Neto, chefe do Setor de Arquivo do Superior Tribunal Militar e que me atendeu prontamente nas duas vezes em que pesquisei no arquivo. Ótimo seria se os arquivos públicos tivessem funcionários como Gonçalo, pois apesar de todo rigor e cuidado com documentos militares, ele jamais limitou ou me privou de qualquer acesso.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), em especial, a Mario Martins. O AEL guarda uma farta documentação e com auxílio deste que conhece seu acervo, pude realizar uma pesquisa sobre as publicações

periódicas nas décadas de 1950 e 1960. Meus agradecimentos também ao Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem/Unesp) e ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, ambos na cidade de São Paulo.

Durante o ano de 2007 tive a oportunidade de realizar um estágio doutoral em Paris. Por isso, agradeço também a Michael Löwy que aceitou ser meu orientador junto à *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS). Da mesma forma, meus agradecimentos a Afrânio Garcia pela acolhida no *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* (CRBC), bem como àqueles com os quais compartilhei *l'expérience française* e os passeios de Vélip, entre eles, Mariana Mont'Alverne Barreto, Claudete Gomes Soares e a Thiago Rodrigues.

À Christina Faccione, secretária da pós-graduação em Sociologia na Unicamp. Aos amigos que, de uma forma ou de outra, foram testemunhas desse trabalho: Antônio de Pádua de Lima Brito, Mário Augusto Medeiros da Silva, Márcia Consolim, Marcelo Burgos, Henrique Antônio Ré. Bem como aos meus companheiros de viagem, Daniel de Oliveira Gomes e Acir da Cruz Camargo. E, é claro, à companhia mais que necessária de Miliandre Garcia de Souza.

E por fim, agradecimentos à Capes pela concessão de bolsa de doutorado, ao Convênio Capes-Cofecub que financiou meu estágio na França no ano de 2007 e ao auxílio pesquisa concedido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Auxílios que foram essenciais e determinantes na realização desse trabalho.

Para Mili e Alice, meus dois amores.

Companheiro, já é tempo de voltarmos nossa atenção para esta forma de luta de classe - a forma teórica. Além da luta econômica e da luta política, há que se desenvolver um trabalho revolucionário no campo da cultura, através de todos os instrumentos que dispomos.

(Excerto de documento da UNE que circulou na FNFi em 1963, IPM do ISEB, vol. 27, p. 6.876)

Dizem que a cultura não pode ser pesquisada. Eu digo: que essa cultura seja pesquisada porque ela não pode ser tão livre assim, ela não pode ser tão aberta, que ela possa se tornar anti-nacional, atingir os interesses nacionais. Ela não pode ser tão livre, tão cultural a ponto dela se tornar perigosa ao dispositivo de segurança.

(Amado Menna Barreto Filho, IPM do ISEB, vol 1, p. 259)

O que importa destacar, nessa longa novela, é o fato de ter sido apreendido um livro, de terem sido presos cidadãos por terem escrito esse livro; de ser o fato de escrever um livro tido como crime e objeto de apuração através de inquérito militar. É evidente que tudo mais é secundário.

(Nelson Werneck Sodré, RCB, n. 04, p.77)

Relação de Siglas

AI – Ato Institucional

CC do PCB – Comitê Central do Partido Comunista Brasileira

CPC da UNE – Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes

CTI – Comando dos Trabalhadores Intelectuais

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ECB – Editora Civilização Brasileira

ESG – Escola Superior de Guerra

IPM – Inquérito Policial-Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LSN – Lei de Segurança Nacional

MCB – Movimento Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

RCB – Revista Civilização Brasileira

STM – Superior Tribunal Militar

UNE – União Nacional dos Estudantes

Apresentação

As reflexões aqui presentes tiveram seu início durante a pesquisa de mestrado, realizada entre 2003 e 2005 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. Naquela ocasião, o tema abordado era a organização de “grupos” de intelectuais e artistas em torno da Revista Civilização Brasileira, editada entre 1965 e 1968, e de que maneira seus colaboradores contribuíram com este projeto editorial da Civilização Brasileira – editora de grande inserção entre as esquerdas, sobretudo durante a década de 1960. Também foi investigado como esses intelectuais, no processo de consolidação de uma cultura de esquerda, articularam-se política e ideologicamente a partir da revista, a fim de constituir resistência à ditadura militar instaurada em 1964.

Mais que simplesmente descrever a Revista Civilização Brasileira e compor um quadro quantitativo de informações, a dissertação voltou-se para a análise da formação dos “grupos” em torno e a partir da publicação. Procurou-se, sobretudo, enumerar as principais tensões existentes entre os segmentos intelectuais colaboradores da revista, orientação que culminou na detecção de outros problemas que escapavam à delimitação do projeto de pesquisa, anteriormente proposto. E, depois do contato com as fontes e confrontá-las a partir dos debates desenvolvidos nas páginas da revista, verificou-se que, apesar da Revista Civilização Brasileira ter sido uma publicação de esquerda e até hoje lembrada pela sua importância como reduto de resistência ao regime militar, ela

era simplesmente um dos sintomas de uma complexa conjuntura cultural e política, presente na década de 1960.

Ou seja, a organização da cultura pelos intelectuais foi uma das faces de um amplo contexto de mudanças estruturais da sociedade brasileira, constatadas desde o final da década de 1950 e que permeou toda a década seguinte. Foi constatado, por exemplo, que intelectuais, pela natureza diferenciada dos projetos e pelas próprias tensões internas de suas organizações, disputavam a primazia no espaço público com distintos modelos de oposição e resistência. Noutras palavras, mais que simplesmente um arquétipo de resistência cultural ao regime militar, a análise das fontes documentais levaram à constatação de inúmeros projetos de resistência que ganhavam visibilidade conforme o alcance e a importância da publicação ou do meio de comunicação, através dos quais tornavam públicos seus debates. Foi a partir desse momento que a pesquisa de mestrado teve de ser concluída, pois analisar o processo que culminou na consolidação da Revista Civilização Brasileira, bem como nos núcleos intelectuais que atuaram nessa consolidação, tomaria como base outras problematizações e outras fontes, além dos 22 números publicados da revista¹.

A retomada dessas questões com o aprofundamento da discussão em torno do papel desempenhado pela figura do intelectual, a construção da sua autonomia no campo da cultura e na formulação de projetos de “resistência cultural”, seria uma

¹ A periodicidade da revista era bimestral. Entretanto, sofrera alguns atrasos conforme demonstra a seguinte relação: nº 1 (abril, 1965); nº 2 (maio, 1965); nº 3 (julho, 1965); nº 4 (setembro, 1965); nº 5 (novembro, 1965); nº 6 (março, 1966); nº 7 (maio, 1966); nº 8 (julho, 1966); nº 9-10 (setembro/novembro, 1966); nº 11-12 (dezembro, 1966/março, 1967); nº 13 (maio, 1967); nº 14 (julho, 1967); nº 15 (setembro, 1967); nº 16 (novembro/dezembro, 1967); nº 17 (janeiro/fevereiro, 1968); nº 18 (março/abril, 1968); nº 19-20 (maio/agosto, 1968) e nº 21-22 (setembro/dezembro, 1968). Além dos números especiais: nº 1 (outubro, 1967); nº 2 (julho, 1968) e nº 3 (setembro, 1968).

segunda fase da pesquisa. Fase esta que se centraria na consideração das organizações culturais responsáveis pela heterogeneidade dos projetos, das disputas e dos impasses vividos pelos intelectuais de esquerda desde o final da década de 1950. A partir desse quadro inicial seria necessário mapear as principais publicações, debates, confrontos, projetos, discursos, etc. para que se conseguisse vislumbrar algumas linhas mestras que conduziram àquele modelo de organização dos intelectuais de esquerda e, logo, gerar um quadro dos “grupos” de intelectuais envolvidos nesse processo.

Esse é o contexto sobre o qual a pesquisa de doutorado agora se volta. Sem dúvida, trata-se de uma conjuntura histórica bastante particular e diversas vezes tomada como tema de pesquisas acadêmicas. A exemplo das denúncias dos crimes de Stalin por Krushev em 1956, a Declaração de Março do Partido Comunista Brasileiro em 1958, o golpe militar em 1964 e a edição do AI-5 em 1968 são algumas balizas historiográficas que auxiliaram e ainda auxiliam as análises que tomam como tema a relação entre política e cultura na década de 1960. A rearticulação dos partidos de esquerda, a formação de um “front cultural” por intelectuais comunistas, a politização do campo cultural e a resistência cultural ao regime militar são alguns dos desdobramentos de fenômenos sociais peculiares em meio àquelas transformações.

Daí a necessidade de detalhamento e especificação de alguns itinerários intelectuais e de que maneira eles foram inseridos no processo de modificação estrutural da sociedade brasileira e como suas articulações escaparam à repressão militar e ao enquadramento ideológico do PCB. Desse modo, conceber as organizações e articulações de intelectuais a partir do conceito de “grupo”, de alguma forma,

compromete a análise da sua própria dinâmica interna. Esta pode ser mais bem definida e esmiuçada a partir da noção de *núcleos intelectuais*, na medida em que essa denominação procura exprimir o polimorfismo das organizações e grupos de intelectuais em questão. A importância desse procedimento não é apenas semântica, mas está relacionada a um objetivo posterior: demonstrar que a representação que os militares fizeram do “movimento comunista”, através dos IPMs, confirma e legitima, por exemplo, a suposição de uma unidade primordial do próprio “movimento”.

A relevância desses *núcleos intelectuais* que se articularam ao redor do PCB, a partir da segunda metade da década de 1950, está no “desajuste fecundo” dos seus integrantes e não apenas no seu potencial enquanto movimento organizado. É, justamente, nesse ponto que uma sociologia dos intelectuais comunistas se torna complexa, pois não se trata simplesmente de determinar limites entre as tendências e as dissidências em grupos estanques. Ao contrário, dissecar esses contingentes de esquerda e qualificar suas intervenções a partir de uma tipologia que, ao mesmo tempo, preserve a vocação destes intelectuais para a unidade, mas, por outro lado, ressalte os aspectos anômalos que não nos permitem classificá-los como um “grupo”. Com isso, será possível colocar em evidência as tensões e as contradições presentes na formação destes *núcleos*.

A presença destes intelectuais, primeiramente na imprensa de esquerda e, mais tarde, num circuito mais amplo de produção e circulação de bens culturais, a exemplo do descrito pelo ensaio de Roberto Schwarz sobre a hegemonia cultural de esquerda, coloca também a necessidade de se confirmar se, de fato, houve uma política cultural do PCB – e até que medida ela confluiu para a hegemonia de esquerda problematizada

por Schwarz. Noutras palavras, se podemos descrever o PCB de meados da década de 1950 como um “aparelho político-cultural”, quais são efetivamente os fatores que indicam a unidade desse projeto? Ou, do contrário, quais são as tensões exercidas entre seus intelectuais que impossibilitaram a realização de uma política cultural integrada? Ou ainda: como podemos confirmar, a partir das disputas estéticas e ideológicas em torno ao partido, a existência de uma política cultural definida programaticamente pelo PCB?

É exatamente nessa confluência de questões, em geral formulada a partir de modelos explicativos que correm o risco de reduzir a complexidade cultural inerente a esse contexto de transformações sociais profundas, que se deve buscar uma conceituação que considere a organização heterogênea destes *núcleos intelectuais*. Por “núcleos” podemos supor uma determinada forma de articulação de contingentes intelectuais que não se define por uma organização político-ideológica unificada; por outro lado, essa mesma chave interpretativa pode aproximar determinados agentes sociais dispersos que se reconhecem num mesmo processo de construção de legitimidade intelectual. A partir dessa perspectiva, a noção de *núcleo intelectual* não adota posições relativas, tal como o conceito campo intelectual, nem fixa limites tal como o rígido conceito de grupo.

Daí que o conceito de *formações culturais* de Raymond Williams contribui para essa leitura angular. Este conceito é pertinente para se pensar as relações e o estabelecimento de redes entre intelectuais, bem como o alcance e a influência que eles exerciam a partir de seus pólos de produção cultural. A questão central levantada por

Williams é que “temos que lidar não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural”. Tais processos de “auto-organização” implicam em modelos diferenciados de análise e subentendem a complexidade original das agremiações culturais e intelectuais². Esta complexidade refere-se ao espectro, às variantes ideológicas e estéticas que fogem às classificações, mas que revelam, na sua organicidade, desajustes das formas de organização de intelectuais e artistas, bem como as leituras feitas a partir dela – em especial, a dos militares através dos IPMs.

No estudo das relações estabelecidas entre comunistas oriundos do PCB e intelectuais que gravitavam em torno do partido, é preciso realizar uma outra leitura angular: investigar como foram construídas efetivamente as redes intelectuais que resultaram em tais *núcleos* e de que forma se deu o processo de sua legitimação; do mesmo modo, avaliar os usos e os desusos do engajamento político no interior de projetos (políticas?) culturais. Um ponto de partida pode ser sugerido: se a organização do setor de produção e circulação cultural na década de 1960 foi, em parte, protagonizada pelas disputas destes intelectuais em torno dos seus respectivos projetos de engajamento e de transformação da realidade brasileira, essa mesma condição é inerente às organizações políticas de esquerda – em especial a dos comunistas que há décadas mantinha um aparato sofisticado de difusão cultural, tendo por base a organização partidária como referência institucional.

² WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 57. O problema da *formação cultural* será detalhado adiante em momento oportuno.

No entanto, e é justamente o que se busca com essa pesquisa, na passagem da década de 1950 e 1960, essa referência institucional política daria espaço a outro tipo de organização, esta mais complexa e diversa, abrindo espaço para as dissidências antes atenuadas pela centralidade política do PCB. O dismantelamento gradual de um conjunto de referências políticas e ideológicas possibilitou a emergência não somente de novos atores na cena cultural, mas também gerou um novo campo de problemas e questões a serem pensados e problematizados por esses novos atores.

Daí também uma realidade em crise para os intelectuais vinculados ao PCB e um outro e novo horizonte por se trilhar pelos intelectuais que não assumiriam mais a perspectiva onisciente do partido, mas a posição política resultante da formação crítica do novo intelectual. Dessa forma, outras modalidades de articulação externas ao partido iriam ao encontro daqueles intelectuais integrantes de movimentos mais amplos de organização heterogênea, nas quais estariam contempladas as instituições culturais, entidades político-sociais, associações de trabalhadores intelectuais e assim por diante.

No interior desse processo de renovação, outras questões emergiram como centrais na configuração dos debates entre as diversas *formações culturais* de esquerda, como também possibilitaram a concretização de um temário dessas *formações* no ambiente de mercado – componente essencial na organização das resistências culturais ao regime militar. Noutras palavras, a representação e a visibilidade dos *núcleos intelectuais* – aqui representados na complexidade e heterogeneidade de suas opiniões, convicções e projetos – estiveram vinculados a um caráter dúbio. Os intelectuais, para concretizarem um projeto coletivo e superarem a individualidade inerente ao seu trabalho, tiveram que

propor formas de articulação própria consolidadas no âmbito da cultura, justamente no momento que esta adquiria feições industriais e mercadológicas em meados da década de 1960.

Mas proceder nessa análise micro-social das redes e *núcleos intelectuais*, um conjunto documental inédito foi fundamental, além, obviamente, das publicações periódicas também importantes e necessárias para se compreender os debates e as disputas do campo intelectual em formação. Essa documentação, durante anos considerada perdida e até mesmo destruída pelos militares, foi fundamental para se repensar as organizações intelectuais de esquerda (comunistas ou não) e a constituição da sua influência nas produções culturais naquele período.

Esse ineditismo só foi possível em virtude da abertura dos arquivos militares iniciada pelo governo federal a partir do ano de 2004. Com a assinatura do decreto presidencial nº 5.301 de 09 de dezembro de 2004, foram instituídas normas de acesso e consulta pública de documentos produzidos pelos militares e depositados em arquivos públicos desde 1985. Segundo as normas regidas pelo decreto, o acesso à documentação era facilitado, mas não poderia ser livre, pois conforme a Constituição de 1988, determinados documentos produzidos pelo Estado possuem restrições de longo prazo, em virtude das informações sigilosas contidas a respeito da estrutura governamental e de pessoas envolvidas como vítimas ou como réus³.

Entre as principais limitações, que em princípio prejudicaram a consulta dessa documentação, foi a de que somente os indivíduos “fichados” nos arquivos militares

³ Conforme decreto nº 5.301 de 04 de dezembro de 2004 e publicado no Diário Oficial da União em 10/12/2004.

poderiam ter conhecimento do conteúdo das investigações e dos processos em que foram réus ou vítimas. No caso de falecimento destes, outrora investigados por órgãos militares, teriam direito ao acesso seus familiares mais próximos; ou ainda, uma terceira possibilidade, apenas pessoas autorizadas com procuração concedida pelas famílias é que consultariam estes arquivos.

Veio como boa notícia a publicação do decreto e abria possibilidades novas para uma nova documentação. Entretanto, havia um problema imediato: desde a década de 1960 os inquéritos militares, que colocaram sob investigação um sem número de intelectuais, artistas, professores, jornalistas, escritores, editores, produtores culturais, profissionais liberais, etc., tinham destino desconhecido. A menção a estes documentos sempre fora recorrente entre aqueles que sofreram as investigações, bem como entre os pesquisadores que, ao analisarem os instrumentos reguladores dos governos militares, deparavam-se com a citação dos famosos Inquéritos Policiais-Militares. Desde 2004 estes documentos eram passíveis de consulta, mas não havia informação exata da sua localização – até porque não se sabia se eles ainda existiam.

Através de pesquisa em arquivos sobre fundos militares chegamos à informação de que os IPMs eram instrumentos de investigação primária, ou seja, serviam como primeira etapa para a construção da peça jurídica composta de denúncia, formulação da acusação, coleta de provas criminais, tomada de depoimento de testemunhas e/ou indiciados e o enquadramento na lei penal (no caso, a militar)⁴.

⁴ Conforme Lei 1.001 de 21 de outubro de 1969, que legisla sobre a Lei Penal Militar e dá novas atribuições ao Decreto-Lei 6.227 de 24 de janeiro de 1944, que institui o Código Penal Militar.

O IPM, desde o seu estabelecimento pelo código penal militar, amparado no decreto-lei 6.227 de 24 de janeiro de 1944, tinha por objetivo averiguar a autoria e a materialidade de um crime ou contravenção militar. Ou seja, sua função como instrumento de investigação era de constituir elementos, indícios e provas para que o Ministério Público Militar conseguisse oferecer uma ação penal ou mesmo seu arquivamento perante a autoridade judiciária.

Em virtude da diferenciação das instâncias legislatórias, tais como a estadual e a federal, um IPM poderia ser aberto em qualquer uma destas instâncias, desde que o acusado no inquérito fosse ele próprio um militar. E quando o crime militar fosse cometido por um civil, a investigação dar-se-ia somente na esfera federal. Daí a explicação do porquê inúmeros civis terem sido investigados pelos IPMs na década de 1960, sob a designação da justiça militar federal e não pelos tribunais militares estaduais. Ou ainda, os militares federais eram julgados conforme a legislação da justiça militar federal que, por sua vez, também poderia julgar civis, casos estes praticassem qualquer tipo de crime militar.

Por outro lado, os crimes civis qualificados como militares durante a década de 1960 eram assim descritos por terem sido enquadrados na LSN, promulgada em 04 de abril de 1935 e que sofrera inúmeras alterações durante a vigência da ditadura militar entre 1964 e 1985⁵. Um civil que, porventura, fosse investigado em algum inquérito policial-militar, era considerado pelo código penal militar como infrator da LSN.

⁵ Ver, por exemplo, verbete LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Cpdoc/FGV, sem data.

Mas apesar de todo aparato policial e controle militar, o acusado em um IPM (sendo ele militar ou civil) gozava de alguns direitos que lhes eram cabíveis. Como indiciado, ele não era obrigado a responder às perguntas que fossem feitas na fase dos inquéritos e a sua recusa não era considerada violação ou desrespeito à lei. De modo que o IPM, sendo apenas um instrumento inquisitivo, a autoridade militar responsável pelo inquérito deveria respeitar os direitos constitucionais dos indiciados, assegurados aos civis pela constituição.

Com a alteração da LSN em 1983⁶ e a promulgação da Constituição em 1988, os IPMs perderam seu caráter de investigação sobre civis que atuaram contra o Estado e a segurança nacional. O grande volume de inquéritos produzido pelas Forças Armadas (exército, marinha e aeronáutica), foi considerado documentação pregressa que comporia inúmeros arquivos-mortos públicos espalhados pelo país. Por serem documentos militares classificados como sigilosos⁷, os IPMs ficariam guardados por décadas sem o acesso e consulta de qualquer tipo.

Até que o decreto presidencial assinado em 2004 trouxe a possibilidade de reaver essa documentação dada como desaparecida e talvez destruída. Foi então que, a partir de pesquisa sobre os trâmites judiciais dos IPMs, chegou-se ao arquivo onde, pela lógica da organização militar, estes processos estariam depositados: o STM, em Brasília.

⁶ “Em 14 de dezembro de 1983 foi sancionada a lei 7.170, que vem alterar substancialmente a filosofia das leis de segurança nacional que estiveram entre nós desde 1967. [...] Nos últimos tempos, a lei de segurança vinha sendo aplicada pela Justiça Militar [...] com observação estrita da doutrina de segurança nacional. [...] De acordo com essa doutrina, objeto de proteção jurídica passam a ser certos objetos nacionais permanentes, entre os quais se incluem a paz pública e a prosperidade nacional, elementos que levam a confundir a criminalidade comum com a criminalidade política”. In: FRAGOSO, Heleno. *Advocacia da liberdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 226.

⁷ Há uma tipologia específica utilizada pelos militares para se classificar a documentação produzida pelos seus órgãos de investigação. Documentos *secretos*, *confidenciais*, *reservados* eram hierarquizados considerando a importância da informação contida no documento ou ao tipo de órgão ao qual era destinado.

Fora deduzido que: se os IPMs eram peças de investigação militar sobre crimes militares cometidos por civis, logo estes processos deveriam estar sob a guarda de um órgão militar federal. Ou seja, a justiça militar federal, em tese, seria responsável por essa documentação, acondicioná-la e conservá-la. Foi, pois, quando entramos em contato com o setor bibliotecário do STM, com o propósito de conferir se este órgão dispunha de algum tipo de arquivo documental que cobrisse o período da ditadura militar. Para nossa surpresa, a resposta foi positiva, e mais: não só o STM dispunha de documentos sobre o período da repressão, como de um arquivo-morto repleto de processos e inquéritos policiais-militares, que agora poderiam ser consultados conforme o cumprimento das exigências colocadas acerca do sigilo de documentos militares.

A primeira etapa da busca estava cumprida e agora começava a segunda fase: a procura pelos réus citados nos inquéritos, ou no caso de falecimento destes, de seus familiares mais próximos, a fim de solicitar a declaração, por meio da qual, nos era garantido o acesso aos documentos depositados no arquivo-morto do STM.

De imediato, não sabíamos ao certo quais eram exatamente os IPMs existentes no arquivo. Ao contatarmos a direção do setor responsável, soubemos que a documentação não havia sido catalogada a partir dos seus identificadores institucionais, por exemplo, “IPM do ISEB”, “IPM da Imprensa Comunista”, “IPM da Editora Civilização Brasileira”, “IPM do Partido Comunista” etc. Fomos informados que a localização de um IPM integralmente, dar-se-ia pela localização dos nomes dos principais indiciados em cada um dos inquéritos que desejássemos consultar. Ou seja, para se consultar o IPM do ISEB, por exemplo, deveríamos ter em mãos uma

declaração de Roland Corbisier ou Álvaro Vieira Pinto ou Nelson Werneck Sodré ou de qualquer outro funcionário do extinto ISEB que tivesse sido indiciado no inquérito para que, então, os funcionários do arquivo localizassem os volumes que compunham o IPM referente ao ISEB.

Da mesma maneira, tivemos que proceder com os demais inquéritos. Durante o primeiro semestre de 2006, estivemos em contato com diversas pessoas que, em algum momento, foram convocadas para depor em inquéritos militares. Essa primeira busca pelos familiares foi particularmente difícil; primeiro, a dificuldade de se localizar algum parente e, segundo, explicar os propósitos de um trabalho acadêmico que visava remexer na memória de seus familiares e trazer à tona toda uma antiga discussão sobre a repressão militar. Tínhamos consciência que não era possível solicitarmos as autorizações sem antes considerar o histórico das famílias, que durante a ditadura sofreram direta ou indiretamente os efeitos da repressão militar. Era preciso conversar e detalhar as informações e relatar-lhes a importância dessa documentação até para as próprias famílias.

Olga Sodré, Claudia Corbisier e Maria Rita Jobim Silveira, filhas respectivas de Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Ênio Silveira, foram as primeiras com as quais mantivemos contato e que aceitaram prontamente a fornecer as autorizações de pesquisa. Em seguida, foram Carlos Estevam Martins, José Celso Martinez Correa, Augusto Boal, Ruth Escobar, Luiz Carlos Maciel, Chico de Assis, Alceu Amoroso Lima Filho e Carlos Heitor Cony. Destes, todos autorizaram a pesquisa por meio de procuração, exceto Cony que preferiu apenas enviar algumas cópias de matérias

publicadas na época, mencionando a inocência do escritor nas conclusões de um IPM, dirigido pelo coronel Gerson de Pina.

Pudemos constatar, já em pesquisa no arquivo de Brasília em julho de 2006, que o coronel Gerson de Pina havia sido responsável pelo IPM do ISEB e que Carlos Heitor Cony figurava no processo como testemunha – convocada duas vezes para inquirições. Da mesma forma, constavam todos os demais nomes que mantiveram relação direta ou indireta com o ISEB desde 1956 até 1964. Aproximadamente oito mil páginas compunham apenas o IPM do ISEB, ao qual tivemos acesso irrestrito por portarmos as autorizações.

Outros IPMs ainda foram localizados. O IPM da História Nova contendo dois volumes e aproximadamente 400 páginas fora localizado em virtude do nome de Nelson Werneck Sodré estar também vinculado a esse inquérito. O mesmo se deu com o IPM dos Generais da Reserva (01 volume e aproximadamente 200 páginas), no qual Sodré, juntamente com Lauro Rebello Ferreira da Silva, Gilberto Saturnino de Alvim, Carlos Costa Leite e Temístocles Vieira Azevedo compunham a relação de indiciados.

O IPM do Partido Comunista, um dos mais volumosos, continha 157 volumes com cerca de 25 mil páginas de documentação. Tivemos acesso parcial a esse inquérito porque constavam os nomes de Ênio Silveira e Roland Corbisier. Tivemos conhecimento do IPM da UNE em virtude da presença do nome de Carlos Estevam Martins, com cerca de 500 páginas distribuídas em 2 volumes. Ainda tivemos vista de alguns volumes do IPM da Editora Civilização Brasileira já que os demais, segundo o diretor do arquivo, estavam “emprestados” a um tribunal do Rio de Janeiro na ocasião

da pesquisa. Entretanto, meses depois e já com as devidas cópias dos processos que fizemos reproduzir em 2006, o mesmo diretor do arquivo do STM, entrou em contato e avisou-nos do retorno dos inquéritos referentes a Ênio Silveira (entre eles, o IPM da Editora Civilização Brasileira).

Retornamos em 2008 ao arquivo para concluir a pesquisa que iniciamos em julho de 2006. Juntamente com a autorização antes fornecida por Maria Rita Jobim Silveira (filha de Ênio Silveira), levamos outras procurações que, na primeira ocasião, não constavam na solicitação de vistas ao arquivo: as de Leandro Konder, Valério Konder (pai de Leandro) e José Arthur Poerner. Com estes nomes, concluímos uma busca importante e consolidamos um corpo documental para a pesquisa de doutorado que agora contempla, na sua grande maioria, os IPMs da cultura.

Concentrados na abordagem da questão cultural presente tanto na atividade de militantes de esquerda quanto no imaginário repressivo, estes processos serviram como suporte para a preservação de informação sobre as resistências culturais na década de 1960, bem como descrevem o modelo explicativo que os militares ofereceram àqueles eventos que se seguiram ao golpe de 1964. Primeiro, porque a maioria destes IPMs traz consigo um conjunto de anexos que por si só já justificariam sua importância documental. Segundo, a partir da leitura construída pelos militares, pode-se constatar determinados enfoques e que importância assumiram determinados fatos “subversivos” no processo de construção de uma resistência política de esquerda, por meio da cultura. Ou ainda: como a cultura deixa um território aparentemente “neutro”, para tornar-se um espaço de propaganda e politização das esquerdas.

Daí, estes serem alguns dos objetivos desta pesquisa: a partir da identificação de “grupos” de intelectuais detalhados pelos IPMs, reconhecer quais foram as principais redes que integraram a produção intelectual de resistência e de que maneira essa mesma resistência de esquerda foi construída no espaço das produções culturais e artísticas. Isto é, detalhar a partir da análise destes documentos, como se deu efetivamente aquilo que se convencionou denominar de “hegemonia cultural de esquerda” – noção proposta no célebre ensaio de Roberto Schwarz, ao analisar a efervescência cultural e política das esquerdas durante os primeiros anos da ditadura militar no Brasil⁸.

Note-se: não se trata simplesmente de refutar a onipresença da cultura de esquerda no processo de produção e circulação de bens culturais, mas detalhar as formas pelas quais essa hegemonia se consolidou. Para tanto, isso será proposto a partir da consideração de algumas intervenções intelectuais que, na diversidade de seus projetos de resistência cultural, contribuíram para o caldo heterogêneo existente sob aquela hegemonia.

Para tanto, o **primeiro capítulo** pretende demonstrar como os inquéritos, instrumentos de investigação militar e averiguação de crimes militares cometidos por civis, contribuíram com a representação da subversão comunista. Essa construção, por sua vez, estava intrinsecamente relacionada ao modo como os próprios militares se representavam nestes documentos e representavam também a intelectualidade de esquerda, supostamente vinculada ao comunismo internacional. Entretanto, essa leitura feita pelos militares desconsiderou um conjunto complexo de transformações das

⁸ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política: 1964-1969”. In *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

esquerdas e do próprio PCB, no final da década de 1950 e parte da década seguinte; leitura que reuniu, sob um mesmo espectro (o do comunismo) diversas tensões, embates, renovações vividas pelas esquerdas naquele momento. Dessa forma, ao considerar toda e qualquer oposição como comunista, uniformizaram-se, a partir dos IPMs, as formas mais díspares e diferenciadas de resistência cultural exercidas pelas esquerdas no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

O **segundo capítulo**, a partir de uma questão mais ampla e que abrange conclusões extraídas do capítulo anterior, discute a consolidação de alguns *núcleos intelectuais* em meio às transformações sofridas pelas esquerdas na passagem da década de 1950 e 1960. Tal consolidação se explicita, a princípio, por duas razões: a abertura promovida pelo PCB a partir da *Declaração de Março* e a reformulação do Comitê Cultural do partido, bem como a articulação dos intelectuais de esquerda num “espaço público” de debates, legitimado pela emergência da figura do intelectual crítico e independente.

O **terceiro capítulo** tem como objeto a discussão em torno da questão da chamada “hegemonia cultural de esquerda”. A tentativa é considerar essa noção formulada por Roberto Schwarz no cotejamento das fontes e verificar quais foram as principais articulações entre os *núcleos intelectuais* que fortaleceram a criação de um lastro de resistência cultural das esquerdas. Ou seja, detalhar, a partir da análise documental, quais foram as organizações culturais que contribuíram, em suas especificidades, para a formação de um quadro homogêneo que pôde ser identificado pela sua hegemonia. Para isso, faremos uso comparativo de diversos periódicos que foram mantidos por

esses *núcleos*, circularam nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e que foram objetos de investigação militar em alguns IPMs.

No **quarto capítulo**, será colocado em discussão um dos polos consagrados de discussão das esquerdas que foi a editora Civilização Brasileira, bem como seus periódicos nos quais atuaram diversos núcleos intelectuais. Ênio Silveira, editor e proprietário da Civilização Brasileira mais que simplesmente um militante comunista, representava um profissional que conseguira não somente criar uma linha editorial que contemplasse os debates abertos pelos intelectuais de esquerda na década de 1960, mas também organizar – no espaço editorial – seu próprio mercado e público para suas publicações. Esse era um fator que chamava atenção dos militares para a Civilização Brasileira que, desde 1958, estava em compasso com inúmeras entidades que promoveram a chamada “subversão comunista”, o que não significava adesão completa às suas propostas.

Capítulo 01

Os “IPMs da cultura”

e a construção da subversão nos meios intelectuais

1.1 – Os inquéritos e o problema do comunismo

Os IPMs, instrumentos de investigação e criminalização de responsáveis pela subversão da ordem social e política durante o regime militar no Brasil, considerados hoje do ponto de vista da pesquisa acadêmica, têm consigo uma série de implicações. Não apenas porque constituem fontes nunca antes analisadas, mas também porque elas são o resultado de um processo no qual a informação colhida foi um componente essencial na dinâmica das estruturas militares durante um momento específico. Isto é, além de conter o perfil burocrático de instituições racionalizadas e de se levar às últimas conseqüências a necessidade da informação como instrumento de uma guerra calculada e silenciosa, centenas de milhares de páginas, então produzidas e que hoje se despedaçam, também guardam a história daquilo que um dia fora a razão de tanto papel.

Alguns diriam que não havia tanta razão assim, afinal a história da repressão militar no Brasil está repleta de episódios que vão da crueldade ao absurdo, da indolência ao vigor da punição, do satírico ao trágico. De qualquer modo, a existência de um conjunto documental produzido pelos militares antes e durante a repressão revela muitas faces e permite antever, por meio dos relatórios e inquirições, o desenho complexo das resistências que foram operadas na vigência da ditadura entre 1964 e 1985. Em tais processos, de certa maneira, estão perfiladas em detalhes as composições dos grupos que foram alvos de processo em tribunais militares. Ao se defrontarem com

o “crime”, os militares responsáveis pela instauração dos IPMs, conseguiram reunir um conjunto de informações, documentos, depoimentos, fotografias, gravações etc. a respeito das oposições ao governo, sobretudo, das esquerdas vinculadas ao PCB.

A partir dessa perspectiva, duas principais questões inicialmente constituem o horizonte da análise: primeiro, abordar um conjunto de fontes documentais, ainda não consideradas sob o ponto de vista sociológico e historiográfico, até porque se desconhecia a existência efetiva destes IPMs, bem como do seu conteúdo; segundo, a partir dessa documentação considerar a elaboração uma genealogia de determinadas redes de intelectuais de esquerda no Brasil, com enfoque aos militantes do PCB, bem como traçar um perfil geral tanto de militantes quanto de dissidentes do partido.

É evidente que essa segunda proposta tem suas complicações metodológicas, pois como foi frisado, um inquérito policial-militar, antes de qualquer coisa é um documento produzido pelos militares, logo, está ali impressa a leitura que fizeram dos eventos ligados à “subversão comunista”. O que mais transparece nessa documentação são os padrões de análise e investigação adotados pelos inquéritos e, de certo modo, a construção de um inimigo interno vinculado ao comunismo internacional. Muitos destes IPMs foram iniciados com a constatação do fenômeno da subversão e terminam por atribuir esse fato, em seus relatórios finais, à infiltração comunista em território brasileiro. Segundo Maria Helena Moreira Alves,

os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do “inimigo interno”, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, [...] a punição caberia final cabia ao presidente, governadores de Estados ou prefeitos. Carentes de

qualquer fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras fixas de comprovação. Os próprios coronéis freqüentemente estabeleciam os preceitos legais sobre os quais deviam basear suas decisões. O testemunho da “opinião pública” era suficiente, em certos casos, para provar as atividades subversivas ou revolucionárias que justificavam a punição. [...] A simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura.¹⁰

Embora isso represente, num primeiro momento, uma dificuldade na análise da documentação, possibilita por outro lado, vislumbrar um quadro mais amplo e diversificado da composição das esquerdas, subsumidas ao comunismo internacional pelos militares. Ou seja, ainda que os inquéritos, num primeiro momento, sejam identificados como instrumentos jurídicos a partir dos quais emana a lógica militar da repressão, possibilitam, por outro lado, uma discussão sobre o próprio fenômeno da resistência entre esquerdas, quase sempre associadas aos elementos de “comunização” da sociedade brasileira¹¹.

O “perigo vermelho” alimentou um imaginário belicoso em torno do comunismo e dos seus agentes. Com respaldo político, o combate às “ideologias alienígenas” resultou, muitas vezes, na formação de instituições anticomunistas que se ocupavam da tarefa primordial de alertar a sociedade brasileira sobre aquilo que era

¹⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005. p.69-71.

¹¹ Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “o perigo comunista era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. Eles [os anticomunistas] acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa, contra as investidas revolucionárias. Afinal, os comunistas brasileiros não eram fantasmas. Embora, o comunismo nacional não fosse a expressão do que havia de mais forte no movimento revolucionário mundial, também não se podia desprezar sua capacidade de atuação. Significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB”. In: MOTTÁ, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 280.

caracterizada como uma invasão. De uma certa forma, os momentos de ilegalidade do PCB refletem a força desse respaldo político dos anticomunistas, já que o partido, sobretudo a partir da década de 1930 será o porta-voz do PCUS em território brasileiro. Sua presença e a sua interferência no cenário político nacional sempre foram vistos como fatores negativos, pois sendo uma ideologia estrangeira e anticapitalista, definia-se, por princípio, inimiga.

Mas é evidente que essa leitura era a simplificação de uma realidade muito mais complexa do jogo geopolítico exercido pelas nações em conflito naquele momento. A Guerra Fria estava fixada no horizonte dos blocos comunista e capitalista e, obviamente, a caracterização do inimigo passaria necessariamente pelos elementos definidores deste conflito, no qual a “comunização” não era simplesmente um derivado da política expansionista soviética sobre o ocidente, mas um dos seus principais instrumentos.

Isso está expresso nos IPMs e revela a preocupação que os militares tinham em conceber uma genealogia do comunismo no Brasil, a fim de entender sua organização interna. Embora a abordagem do problema da “subversão comunista” estivesse permeada pela crise mundial deflagrada pelos países aliados à URSS, constata-se nas entrelinhas dos inquéritos uma tentativa estrita de entender a dinâmica das organizações comunistas brasileiras. A partir dos depoimentos, testemunhos, delações, anexos, documentos apreendidos, provas e correspondências, torna-se possível detectar uma rede complexa de relações sociais e políticas entre militantes. Com o devido afastamento histórico é factível, a partir dessa documentação, investigar o fenômeno da

resistência cultural ao regime militar pelas esquerdas (com enfoque nos comunistas) e de que modo se estabeleciam as redes de sociabilidade entre seus principais protagonistas.

Não se trata, de modo algum, de dar primazia ao corpo documental constituído pelos IPMs em detrimento da análise e da problematização das fontes. Sabe-se que fontes não falam por si mesmas; só dirão algo se forem feitas a elas as perguntas certas e, para tanto, é necessário considerar também os motivos que ocasionaram a produção desse tipo de informação pelos órgãos militares. Com isso, há entre as perguntas que devem ser dirigidas a essa documentação, questões que se estendem além do período de vigência dos governos militares. Ao levantarem indícios durante as investigações, os inquiridos descreviam um percurso retroativo na tentativa de elaborar um histórico da ação dos envolvidos ou indiciados num crime contra a LSN. Isso quer dizer que, apesar daqueles IPMs institucionais terem sido abertos, na sua grande maioria, depois de abril de 1964, a documentação que os compõem aponta para uma investigação intensa e detalhada sobre a “ação comunista” num período anterior ao golpe.

Dessa forma, a reorganização das esquerdas e do próprio PCB ao longo da década de 1950 contribuiu de forma decisiva na eclosão de novas questões que permearam o ideário de seus militantes na década seguinte. Um dos pontos centrais foi, se antes do golpe viveu-se um período de euforia e ânsia por um processo revolucionário, nos meses que se sucederam ao golpe de Estado, o entusiasmo converteu-se em crise e desarticulação das mesmas organizações que haviam

promovido a agitação popular. Com a *Declaração de Março* (1958) o partido abria a possibilidade para revisões dos seus postulados políticos, dando espaço e visibilidade pública aos intelectuais direta e indiretamente ligados ao PCB¹³.

A abertura evidenciou as dissidências que circundavam o partido. Discussões foram travadas em diversos periódicos, promovendo a emergência de *núcleos intelectuais* comunistas, antes secundários na vida política do PCB. Contrários à centralidade exercida pelo partido, alguns destes *núcleos* possibilitaram a determinados intelectuais visibilidade no espaço público, caracterizando a emergência de uma nova mentalidade dissidente que iniciou um profundo processo de crítica e autocritica em relação à unilateralidade das decisões do Comitê Central do PCB¹⁴.

Aquilo que Carlos Nelson Coutinho denominou de “batalha das idéias”¹⁵ expressa esse momento de reorganização das organizações de esquerda e partidos de oposição. Fomentou o surgimento de importantes periódicos culturais colocando em debate novas perspectivas e interpretações sobre a sociedade brasileira bem como abriu espaço para o fortalecimento de novos ideários políticos – como foi o caso do processo de renovação do marxismo.

A construção da visibilidade pública dos intelectuais ligados ao PCB foi um processo que, de um modo geral, atingiu toda a esquerda. As dissidências eram, antes de qualquer coisa, um esboço para a formação de um campo autônomo em que o

¹³ CARONE, Edgard. “Declaração sobre a política do P.C. (1958)”. In: *O PCB: 1943-1964*. São Paulo, Difel, 1982. p. 176-196.

¹⁴ A respeito do Comitê Cultural do PCB, ver: RUBIM, Antonio Canellas. *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH – Universidade de São Paulo, 1987; SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988; LIMA, Hamilton Garcia de. *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)*. Tese de doutorado em Ciência Política. IFCH – Universidade Estadual de Campinas, 1995.

¹⁵ Carlos Nelson Coutinho em entrevista a Marcelo Ridenti, 24 de janeiro de 1996.

intelectual estaria representado como seu principal sujeito histórico. Isto é, as revisões empreendidas por parte da intelectualidade comunista, no final da década de 1950, dizia respeito a uma nova necessidade a respeito da organização dos intelectuais de esquerda¹⁶. Ainda que fosse um “movimento” incitado pelos próprios comunistas, os intelectuais de esquerda, em geral, eram sensíveis àquela transformação, pois advinha de um lento mas sólido processo de formação da autonomia intelectual frente às instituições públicas como o Estado e os partidos políticos.

Daí o porquê dos IPMs, em sua grande maioria, remontaram esse contexto pré-golpe em suas investigações. Desse modo, esses inquéritos possuem uma especial singularidade em relação à documentação oficial que se produziu sobre o “movimento comunista” no Brasil: dão-nos uma outra perspectiva sobre o funcionamento das entidades, organizações, grupos e células, pois estes IPMs ao priorizarem a “subversão comunista” como eixo central das investigações, tomaram como referencial a propaganda comunista e seus meios de disseminação.

Ou seja, houve uma pesquisa exaustiva, ainda que muitas vezes equivocada, dos setores de informação das Forças Armadas sobre a situação do comunismo no Brasil. Os responsáveis pela grande maioria dos IPMs detinham a patente de coronel; constata-se também que direta ou indiretamente esses coronéis tinham algum vínculo com a ESG, uma das instituições responsáveis pela elaboração da DSN. Esta dizia

¹⁶ Conforme: RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil III*. Campinas: EdUnicamp, 1998. p.305-382; FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAIS, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Edunicamp, p.274-304, 1998.

respeito à própria LSN, ou seja, às diretrizes de segurança interna do Estado na iminência de qualquer tipo de ação – qualificada como crime – que atentasse contra a sua organização e jurisdição. Desse modo,

os crimes contra a segurança do Estado são os crimes políticos. Para que possa se caracterizar o crime político é indispensável que a ofensa aos interesses da segurança do Estado se faça com particular fim de agir. [...] Nos crimes contra a segurança interna, esse fim de agir é o propósito político-subversivo. [...] Com a doutrina de segurança nacional pretendeu-se substituir a noção de crime contra a segurança do Estado por um outro esquema conceitual, que se refere a certas ações que atingem os objetivos nacionais. Segundo tal doutrina, entende-se por segurança nacional o grau relativo de garantia que, através da ação política, econômica, psicossocial e militar, o Estado proporciona à nação, para consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais.¹⁷

Destas pesquisas resultou um conjunto de informações sobre a estrutura de organização do movimento comunista, suas operações e sua lógica de funcionamento. Informações que procuravam dar conta absoluta do “inimigo”, mas que, em geral, descreviam aspectos funcionais das organizações comunistas sem a devida profundidade. Havia, por exemplo, uma preocupação em detalhar os aspectos estruturais das organizações comunistas e, na maioria das vezes, isso se realizava a partir do acesso que tinham os coronéis responsáveis pelos IPMs, assim como seus assistentes, à bibliografia comunista. Em outras palavras, num primeiro momento das investigações, mais que um caráter invasivo e abrupto de uma ação militar, essa etapa

¹⁷ Conforme verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. FGV/CPDOC.

da busca de informações revelava um caráter metódico (ainda que superficial) na constituição das provas contra o suposto inimigo, no caso o comunismo internacional. Isso ficava demonstrado, de forma clara, numa passagem do relatório final de IPM do ISEB. Na tentativa de qualificar o crime e o réu, o relator não apenas dissecava a “ideologia alienígena” do acusado, como cita a bibliografia utilizada por este em seu curso naquela instituição de ensino. Escreve:

eis o que sobre eles [os comunistas] ensina o ISEB em seu Curso de Líderes Democráticos: “não basta ser membro do partido ou adepto do comunismo para pertencer ao *apparat*. É preciso treinamento especial, além de longa prática de disciplina partidária. O comunista deve ainda dar provas de que é capaz de seguir, sem hesitações, as constantes modificações da doutrina, da estratégia e da tática”. [...] Evidente ter demonstrado sempre o mais absoluto desprezo pelos princípios morais e espirituais da civilização ocidental.¹⁸

Havia, no instante da produção dessas provas, uma necessidade de demonstrar que a luta contra o comunismo não era algo casual. Na representação que os militares faziam dos comunistas, não se tratava apenas de uma mera diligência militar contra revoltosos descontentes com um governo opressor¹⁹. Ainda que as organizações vinculadas ao comunismo passassem por problemas de ordem política, ideológica e até jurídica, mesmo assim as provas que compunham os IPMs procuravam demonstrar a

¹⁸ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Vol. 26, p. 6.475-6.476. Brasília: STM/SeArq, 1966.

¹⁹ Conforme descreve trecho de um relatório incluído no IPM do ISEB: “Seria ingenuidade grosseira tomar-se a ação comunista no Brasil como movimento doméstico, particular, privado, de sentido puramente nacional, pois ela está identificada, pelos seus processos pela sua linha de ação, com a revolução social de âmbito internacional orientada pela União Soviética de Marx, até o dogmatismo chinês de Mao Tse-Tung”. IPM do ISEB, vol. 26, p. 6.518.

organicidade do movimento – organicidade esta que se revelava, segundo os militares, na ação da propaganda e doutrinação comunista.

A propaganda e a doutrinação estavam intimamente associadas à infiltração comunista. Era por meio dela, segundo o modelo explicativo construído pelos militares, que outras instâncias da vida social eram “contaminadas”, de modo que a observação detalhada desse aspecto de difusão do pensamento comunista seria vital para se entender os demais instrumentos de legitimação do comunismo como um fenômeno mais amplo. Desse modo,

para subverter as idéias, a conduta, as aspirações dos povos visados, sua arma principal é a propaganda, cientificamente planejada. [...] Os meios de divulgação são variados, abundantes e os mais atualizados, servidos por fartos recursos como imprensa, livros, cinema, rádio, televisão, exposições, embaixadas artísticas e culturais, viagens e bolsas de estudos, contatos pessoais etc. Tudo isso a serviço de uma ideologia – o marxismo-leninismo.²⁰

Segundo esse esquema explicativo moldado pelo setor de informações, a infiltração comunista se dava a partir (1) dos partidos políticos, na tentativa não apenas de valerem de pleitos eleitorais, mas também no fato interferirem na vida de outros partidos ou mesmo até influenciá-los em campanhas eleitorais; (2) da Câmara e Assembléias Legislativas com o objetivo, segundo os militares, de conquistar imunidades parlamentares, valerem-se da tribuna parlamentar como veículo de propaganda, utilizar a influência do cargo para infiltrar departamentos governamentais e

²⁰ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.469.

realizar a subversão legislativa; (3) do Judiciário, a fim de conquistar a garantia legal e manter um quadro crescente de impunidade. Além disso, nessa instância, os comunistas poderiam fazer uso abusivo de hábeas corpus, com isso buscar a proteção de seus militantes; (4) dos órgãos governamentais, pois a infiltração no Executivo daria aos revolucionários a possibilidade de subverter as atividades político-administrativas do Estado, com repercussões em outros níveis do poder; (5) dos sindicatos de classe que seriam o ponto de partida para arregimentação das massas. Segundo o setor de informações, essa instância da infiltração comunista é muito mais facilmente instituída que as anteriores, pois por método de aliciamento, se pode constituir um instrumento de grande alcance social para a aplicação das técnicas de convencimento das massas; (6) dos órgãos de divulgação, dada a extrema importância da propaganda estratégica revolucionária, segundo os militares, seria uma instância vital de comunicação e infiltração comunista; (7) do sistema educacional que, na interpretação dada pelos militares, visava simultaneamente, seus dois principais componentes: estudantes e professores, considerando que a infiltração sobre os docentes ampliaria as possibilidades de aliciamento estudantil; (8) das Forças Armadas que também seriam um local privilegiado para a infiltração, segundo os relatórios militares. Segundo descreve o documento, “embora Mao Tse-Tung a ela se refira, desdenhosamente, como *tigre de papel*, nem por isso deixa de ser objeto de permanente preocupação dos comunistas, sobretudo na América Latina, em particular, no Brasil”. Isso se devia ao problema da indisciplina de postos dentro dos quartéis numa fase em que as próprias Forças Armadas passavam por modificações em sua estrutura organizacional. O

documento continua: “se um amplo e bem montado programa de educação e treinamento não for estabelecido e seguido com rigor, nem forem apoiadas por um eficiente Serviço de Informações, as Forças Armadas estarão derrotadas *a priori*”²¹.

Estas classificações postas a serviço da investigação da infiltração comunista, sobretudo logo após o golpe de 1964, foram empregadas em todos os IPMs que visaram analisar e esmiuçar determinadas organizações vinculadas ao PCB e identificar seus principais integrantes. As investigações feitas sobre sindicatos, uniões de trabalhadores (rurais e urbanos), associações de amigos de bairros, centros de estudos, uniões estudantis e juventude, centros culturais, clubes recreativos, organizações femininas, organizações pró-paz e frentes nacionais parlamentares ou libertação tinham um elo muito estreito e necessário com a produção de informações sobre o “inimigo interno”²².

Essa etapa, não menos importante, do trabalho de investigação, entretanto não tinha um princípio punitivo, mas apenas e simplesmente de averiguação. Evidente que a repressão exercida pelos diversos setores das Forças Armadas não correspondia à dinâmica dos IPMs, que traziam consigo apenas a necessidade de levantar provas para acusação e julgamento noutra instância jurídica. Dentro da lógica do sistema de combate às tendências comunistas no Brasil, essa etapa era caracterizada como um elemento que, apesar de ser utilizada por órgãos militares responsáveis pela repressão, detinha um aspecto jurídico legal. A instauração de tribunais militares, a fim de

²¹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.477-segs.

²² INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.480-81.

averiguar crimes contra a segurança nacional, tinha, ainda assim, um caráter revestido de legalidade. Tais tribunais, responsáveis pela designação de IPMs e seus responsáveis, utilizavam da estrutura jurídica já existente em caráter extraordinário, justificada na “justiça revolucionária” logo nas primeiras semanas após o golpe²³. Assim, estava expresso que

sempre dentro da própria legislação e consoante arts. 115 e seguintes do Código da Justiça Militar, que traçam as normas e limites da competência dos encarregados de inquéritos policiais-militares [...] prevê a investigação preliminar pelo encarregado do inquérito, a fim de que este possa colher as provas e indícios necessários à denúncia pelo Ministério Público e fornecer ao poder competente a possibilidade para o processo e julgamento, pois o inquérito policial, ato extra-judicial, não é processo regular que possa autorizar a condenação ou absolvição de alguém. É antes, peça informativa indispensável ao juízo da culpa destinada ao procedimento judicial.²⁴

Um outro aspecto presente nos IPMs era o modo como se procedia a formulação da acusação, logo, dos indiciados em um crime contra a segurança nacional. Nestes inquéritos, a composição do rol de indiciados era determinada não de forma individual – na qual cada réu responderia independente pelo suposto crime –, mas coletiva. Havia uma primazia da instituição sobre os seus integrantes e os inquéritos procuravam dar enfoque institucional ao crime e não individual. Em princípio, o que se

²³ KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

²⁴ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.504-6.505.

percebe nos documentos que compõem os IPMs, é que o réu, em si mesmo, era o comunismo. Os membros promotores destas instituições comunistas eram seus colaboradores. Tanto que nestes processos, a grande maioria das inquirições é classificada como testemunhal. Obviamente, que com o decorrer das investigações, os indiciados eram definidos do decorrer do processo, na medida em que provas, documentos apreendidos, testemunhas de acusação, eram somados na acusação de um ou outro réu específico. O grande nó desse tipo de procedimento jurídico-militar era que, se por um lado os indiciamentos eram progressivos com acréscimo de evidências que definiam um ou mais réus num mesmo processo, por outro lado, o risco se dava na proporção contrária, ao submeter todos os “suspeitos” de crime contra a segurança nacional, sob a insígnia de “comunistas”. O problema era que os IPMs definiam esses crimes da seguinte maneira:

Os crimes são simples ou complexos, se produtos de uma ou várias ações. Nos últimos, pode haver casos de unidade de crime e pluralidade de atos, de unidade de ato material, mas pluralidade de direitos violados e, quando, apesar da pluralidade de atos materiais e diversidade de direitos atingidos, há um conjunto que forma um todo indivisível na vontade do autor, é o caso de que um dos atos foi cometido com o fim de executar um outro, como preparação ou meio, absorvendo-se nele.²⁵

Esse entendimento acerca da definição do indiciado, bem como do objeto criminal, de alguma maneira, contribuíram para o modo como a próprio comunismo

²⁵ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.517-6.518.

fora concebido pela sociedade brasileira naquele momento. Ao defini-lo como “crime complexo” e a partir desse argumento (sem base legal) derivar todas as organizações ligadas ao comunismo. Ou seja, não somente o PCB seria objeto de investigação, mas todas as possíveis entidades e organizações que, por meio dessa associação concebida pela argumentação militar, estivessem próximas do comunismo. Ou seja, “os fatos apurados [...] não podem ser encarados isoladamente, mas, ao contrário, devem ser olhados em seu conjunto, com a idéia do todo, pois o crime dos indiciados não pode ser fracionado, tendo-se em conta o escopo que os movia, a todos, indistintamente”²⁶.

Dessa postura, decorre um equívoco importante: se ao considerar o grande número de indiciados – todos eles oriundos de diversas esferas de influência, produção, atuação e propaganda ideológica (comunista ou não) – sob uma unidade referencial, a saber, jurídico-militar, “comunizaram-se” determinados indiciados que nenhuma relação tinham o PCB e, por outro lado, amenizou a militância daqueles que, de fato, eram vinculados ao partido. Da mesma maneira se procedeu com relação às instituições. Aproximações diretas entre, por exemplo, ISEB e PCB, CPC da UNE e a Editora Civilização Brasileira, CTI e PCB, entre outras entidades, não esclareceram a dinâmica das organizações brasileiras ligadas ao comunismo internacional, mas ampliaram a geografia de influência do PCB sequer imaginada pelo seu Comitê Central.

A homogeneização do movimento comunista a partir da associação indistinta entre as organizações suspeitas de ligação com o PCB comprometeu o entendimento do MCB, pois sua unidade jamais sequer existiu em virtude dos inúmeros conflitos

²⁶ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.519.

existentes no interior do próprio PCB, sobretudo a partir de 1958. A argumentação dos encarregados dos IPMs sobre a infiltração comunista descrevia uma situação irreal dentro das organizações, como se suas instâncias detivessem a mesma importância no quadro geral de propaganda e difusão do ideário comunista.

Esse, por exemplo, é o principal problema enfrentado por sociólogos, historiadores e cientistas sociais ao tomarem o comunismo e suas variantes como objeto de suas análises. Embora o “movimento” exprima uma unidade conceitual, nas condições empíricas de organização e reafirmação das práticas políticas, o “movimento” se desdobra em várias dezenas de tendências, interpretações, variantes e até dissidências, no seu próprio interior. Da mesma maneira que o “movimento” e o seu aspecto unitário dá lugar a partes confluentes que se organizam conforme práticas, tensões e embates políticos, o conceito de “grupo” – de certo modo, empregado com essa função pelos encarregados dos IPMs em seus processos – não auxilia na compreensão do comunismo como fenômeno social, político ou cultural. Os relatórios anexados aos IPMs tentaram apresentar uma investigação sobre esses três setores que, segundo seus encarregados, eram vítimas da infiltração comunista. Mas, ao considerar estes fenômenos a partir das noções de “movimento” organizado e “grupo” constituído estritamente por e pelos comunistas, impossibilitou qualquer genealogia do comunismo brasileiro. A sua interpretação contribuiu, em verdade, na construção de uma representação acerca do comunismo e da subversão que detalhou a complexidade do “crime”, mas não a dinâmica complexa das organizações rotuladas como comunistas.

A partir dessas conclusões iniciais é que se torna necessário considerar uma forma de abordagem dessas questões por outro prisma, a fim de não incorrer no mesmo equívoco demonstrado pelos IPMs sobre o MCB. Analisar as organizações do ponto de vista institucional ou a partir de conceitos como o de “grupo” resulta na representação de injunções, mas não definem nem as articulações que levaram à formação da unidade, nem o modelo explicativo que representa essa mesma unidade²⁷.

Abordar essas questões considerando apenas seu aspecto formal de representação, ou seja, a *instituição*, resultaria num limite à continuidade da análise. Embora as instituições tenham importância em determinados contextos sociais, culturais e políticos, em especial pelo seu papel como mediador entre diversas instâncias da vida social, o alcance explicativo esbarra, justamente, no seu perfil condensativo. As instituições, pela sua própria constituição social, perfilam as diferenças dos elementos que compõem sua estrutura, a fim de respeitarem a própria dinâmica do jogo social. Nesse sentido, seria contraproducente supor a existência formal da instituição (e seus modelos explicativos) sem a relação necessária (e prática) com aquilo que Raymond Williams denominou de *formações culturais*. Segundo o autor,

se deduzirmos vinculações culturais significativas apenas do estudo das instituições, correremos o risco de deixar escapar alguns casos importantes em que a organização cultural

²⁷ Será feito uso do conceito sociológico de grupo apenas com intuito primeiro de situar um conjunto de problemas que só podem ser localizados quando consideramos a emergência de formações dissidentes a partir da oficialidade do PCB. Logo, o conceito de grupo aqui, nesse primeiro momento, apenas serve para delimitar uma hipótese inicial da pesquisa que será aprofundado com análise das fontes e quando a constituição desses “grupos” for analisada em sua especificidade.

³⁰ WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 239 p. 35.

não tiver sido, em qualquer dos seus sentidos comuns, institucional. [...] Poderemos deixar escapar o fenômeno muito surpreendente do “movimento” cultural, que tem sido tão importante no período moderno.³⁰

A análise dessas questões pelo vetor cultural se justifica, sobretudo por dois principais fatores: primeiro, o objeto colocado no centro das investigações da pesquisa são os intelectuais de esquerda e as suas articulações realizadas, sobremaneira, nas áreas de produção e circulação cultural. Ou seja, o espaço de representação intelectual, por excelência, é o cultural, a partir dos seus mais diferentes setores de produção e circulação. Segundo, as fontes aqui consideradas são resultantes das investigações militares sobre as articulações de intelectuais em torno de instituições ligadas à esquerda política, bem como das intervenções desses mesmos intelectuais no espaço público, como periódicos, boletins, manifestos, entre outros.

Daí a necessidade de se definir as balizas teóricas que conduzirão a análise. Nesse sentido, o conceito de *formações culturais* de Williams considera as imbricações no interior dos grupos de intelectuais e das instituições que realizam as mediações no espaço público. Ainda segundo o autor,

nenhum relato completo sobre uma formação pode ser feito sem atentar para as diferenças individuais em seu interior. Pode-se observar que formações dos tipos mais modernos ocorrem, tipicamente, em pontos de transição e intersecção no interior de uma história social e complexa, mas os indivíduos que ao mesmo tempo constroem as formações e por ela são construídos têm uma série bastante complexa de posições, interesses, influências diferentes, alguns dos quais são resolvidos pelas formações (ainda que, por vezes, apenas

temporariamente) e outros que permanecem como diferenças internas, como tensões e, muitas vezes, como fundamentos para divergências e rupturas subseqüentes, e para ulteriores tentativas de novas formações.³¹

O emprego do conceito de *formação cultural* formulado por Williams decorre mais do fato de não se empregar conceitos e noções como “movimento”, “escola”, “instituições”, “sociedades” etc e reafirmar uma suposta unidade presente nestes conceitos quando se fala, sobretudo de cultura. Nas “formações” há a preocupação com a questão individual, o sujeito inserido na estrutura – que define a formação. Por outro lado, o conceito de “núcleos intelectuais” serve mais como recurso metodológico para reunir esses indivíduos dispersos nas formações.

Em linhas gerais, as instituições tais como o PCB, o ISEB, o CTI etc., devem ser problematizadas a partir de suas especificidades e de como suas “formações” contribuíram para dinâmica mais ampla da própria instituição.³²

1.2 – O IPM do PCB: informações secretas nas estantes das livrarias

Em maio de 1966, pouco mais de dois anos após o golpe que pôs fim ao mandato presidencial de João Goulart (1961-1964) e instituiu um governo militar sob o comando do general Castelo Branco (1964-1967), era lançada uma pequena coleção de

³¹ WILLIAMS, *Op. cit.*, p. 85.

³² Idem, p. 54.

livros pela editora do Exército brasileiro, a BibliEx. Também para constituir uma ofensiva editorial e apresentar ao público leitor brasileiro uma outra visão acerca dos fatos que decorriam daquele 31 de março de 1964, o então coronel Ferdinando de Carvalho³³ assinava a coordenação dessa coleção de quatro volumes intitulada “O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709”³⁴.

O IPM 709, como também era conhecida a coleção, tratava-se de uma publicação organizada por militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), visava organizar e compilar as informações, as investigações e relatórios contidos no Inquérito Policial Militar nº 709, sob guarda do STM. Este IPM, assim como tantos outros, foram instaurados a partir de 1964 por tribunais militares para averiguar “ações subversivas” que infringiam a DSN e constituir provas a serem encaminhadas ao Ministério Público para que então fossem julgados os supostos réus.

Os quatro volumes totalizando aproximadamente 1.200 páginas, eram na verdade um excerto daquilo que fora conhecido entre os indiciados pela comissão de

³³ Ferdinando de Carvalho, nascido em 21/08/1918. Formado em 1962 no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFAs) da Escola Superior de Guerra (ESG), integrava o corpo permanente da ESG por ocasião do movimento político-militar de março de 1964. A sua permanência como coronel responsável pelo IPM do PCB causaram uma série de problemas. Ele era identificado com a “linha dura” e estava interessado em comprovar as ligações de Negrão de Lima (governador recém-eleito pelo Estado da Guanabara no ano de 1965) com o comunismo. Por conta disso, houve conflito entre setores militares que defendiam a permanência de Negrão de Lima, criando impasses entre a presidência da república e a comissão de investigação militar. Finalmente, depois de inúmeras discussões entre a cúpula militar, Ferdinando de Carvalho solicitou a prisão do governador ao STM, em resposta à ordem que recebera do governo de concluir as investigações. Com essa ordem, o governo pretendia encerrar o IPM nº 709 como um instrumento de opressão contínua nas mãos da “linha dura”. Ao pedir a prisão preventiva do governador eleito, Carvalho também ignorou a advertência de Costa e Silva (então ministro da Guerra) ao encarregados de inquéritos no sentido de que não tomassem medidas isoladas capazes de retardar as providências a serem tomadas até o desfecho das investigações. O pedido de prisão foi julgado improcedente. Posteriormente, a tendência que se impôs para resolver as dificuldades que o governo enfrentava com a “linha dura” foi a do apaziguamento, sendo mantidos os comandos de unidades sediadas na Guanabara e confirmado o coronel Ferdinando na chefia do IPM do PCB. Desse modo, o coronel foi considerado um “especialista” na repressão ao comunismo, sendo promovido a general de brigada em 1973. Conforme verbete do DHBB.

³⁴ IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. Volume 01: *Introdução*; volume 02: *A construção e a infiltração comunista*; volume 03: *Agitação, propaganda e movimentação de massas*; volume 04: *A ação violenta*.

inquérito militar como o IPM do Partido Comunista. Contendo 157 volumes, o IPM 709 foi originalmente instaurado em 21 de setembro de 1964, com base nas “cadernetas de Prestes” que foram apreendidas pelos militares e serviram de prova documental contra o próprio Luiz Carlos Prestes e outros membros do partido, citados nas referidas cadernetas. Nelas constavam relatórios detalhados por Prestes sobre as atividades do PCB, sua contabilidade, contatos e informações que foram utilizadas para sustentar uma investigação sobre o Partido Comunista no Brasil. Essa documentação, que estava guardada na residência de Prestes, foi recolhida pelos militares dias depois do golpe, pois na ocasião da sua fuga, Prestes não teve tempo de levar consigo a documentação, que foi apreendida pela comissão de investigação militar³⁵.

O IPM nº 709 tinha como finalidade primordial apurar as atividades do PCB e tendo como encarregado o próprio coronel Ferdinando de Carvalho, citou os nomes de 971 pessoas entre testemunhas, prontuários e indiciados que, na edição publicada pela BibliEx, não foram tornados públicos. Aliás, a divisão mesma do inquérito original, em suas 25.100 páginas não foi mantida na edição bibliográfica por motivos óbvios: a extensão documental e a citação de nomes dos envolvidos nas diversas fases da investigação militar.

O fato é que, dos 157 volumes originais do IPM, muitas das informações contidas no processo foram simplesmente desconsideradas na edição do livro, pois a publicação seletiva em 4 volumes pela editora Biblioteca do Exército visava somente apresentar o relatório das atividades em vez de transcrever provas documentais e

³⁵ Conforme verbete do DHBB.

apresentar nomes. Assim o propósito da obra era, segundo o coronel Ferdinando de Carvalho, apresentar o IPM

relacionado essencialmente a problemas específicos e atuais da Segurança Nacional, penetrar profunda e exclusivamente nos temas ideológicos nesse movimento de caráter mundial [o comunismo], para compreendê-lo adequadamente, situá-lo no quadro nacional, estabelecer as suas dimensões, medir a sua influência e determinar a sua importância, é imprescindível, entretanto, analisar os seus fundamentos doutrinários e a sua correlação com as condições concretas da vida brasileira. É esse o principal objetivo deste Relatório Geral do IPM 709.³⁶

Por outro lado, a documentação original trazia um outro conjunto conturbado de propósitos. Além de desvelar e apresentar ao público “as ações subversivas de uma organização comunista”³⁷, o IPM constituiu-se numa fonte preciosa de depoimentos, relatórios parciais, de investigações e, sobretudo de anexos, basicamente formado por um montante expressivo de documentos apreendidos e tomados como prova criminal contra os indiciados. Se a publicação dos quatro volumes em 1966 foi importante para trazer a público a leitura que os militares (em especial, os oriundos da ESG) tinham sobre o fenômeno do comunismo e as suas relações com organismos internacionais de subvenção, o IPM 709 e o seu conjunto documental aparecia como um grande arquivo sobre o comunismo no Brasil, com farta documentação sobre comunistas e filo-comunistas, propaganda e orientações fornecidas pelo PCB a seus militantes. Pela primeira vez, e ainda que sem ter a noção clara dessa campanha, alguns militares, na

³⁶ IPM 709, op. cit. Volume 01, prefácio de Ferdinando de Carvalho, p. 01.

³⁷ Id. Ibid., p. 02.

montagem de seus inquéritos, construíram uma genealogia documental não apenas sobre o comunismo no Brasil, mas também das suas formas de resistência ao regime de governo instaurado a partir de abril de 1964.

De uma maneira geral, os IPM's eram instrumentos corriqueiros de inquirição na vigência dos governos militares. Eram mecanismos de investigação, outorgados a partir do decreto-lei de 27 de abril de 1964 e visavam instrumentalizar de forma política a DSN. Comissões especiais de inquérito foram instauradas em diversas esferas do governo como em ministérios, empresas estatais, universidades federais e em entidades ligadas à federação com o objetivo de identificar e expurgar da estrutura governamental as pessoas identificadas com a subversão.

O IPM do PCB constituiu-se num modelo para muitos inquéritos que se sucederam. Sua estrutura, diferentemente daquela apresentada na edição bibliográfica publicada em 1966, reconstruiu, ainda que com todas as limitações das investigações militares, redes de relações entre figuras centrais e periféricas do partido, entidades ou indivíduos que de algum modo contribuía com a propaganda e com as atividades do PCB. A totalidade dos seus 157 volumes foi distribuída da seguinte maneira: Volumes 01 a 19 – documentos de natureza geral (ofícios, depoimentos de indiciados, testemunhas e pessoas referidas, termos e autos diversos); Volumes 20 a 44 – documentos de provas, pastas relativas aos diversos Estados do Brasil e ao país, de modo geral; Volumes 45 a 62 – documentos referentes a pessoas citadas por atividades comunistas, mas não indiciadas no IPM (prontuários); Volumes 63 a 91 – documentos referentes a pessoas indiciadas no IPM (prontuários); Volumes 92 a 121 – Introdução

ao relatório e relatório final; Volumes 122 a 156 – Anexos diversos, compreendendo documentação ampla, material de propaganda e relatórios de várias procedências; Volume 157 – Índice geral³⁸. A origem do processo deixava clara a procedência da documentação que constituíam os autos:

a documentação que constitui os autos do presente IPM é oriunda de todos os órgãos de informação e segurança do território nacional, civil e militares enviada ou coletada de acordo com os Planos de Busca de Informações [...]. Além do que este Encarregado recebeu ao ter sido delegado poderes para proceder ao IPM, como, por exemplo, a documentação apreendida no escritório de Marco Antonio Tavares Coelho, pelo DOPS/GB e na residência e escritório de Luiz Carlos Prestes pelos DOPS/SP e DOPS/GB.³⁹

Ou seja, as investigações tinham por base inicial a documentação apreendida em posse de Luiz Carlos Prestes e Marco Antonio Tavares Coelho. A partir dela, foi

³⁸ MINISTÉRIO da Guerra. *Inquérito policial militar nº 709*. Superior Tribunal Militar, 1966, p. 24.709.

³⁹ Id. *Ibid.*, p. 24.628.

desencadeado todo o processo que determinou o número de 942 pessoas investigadas. Destas, 127 nomes compunham a lista dos indiciados⁴⁰.

Na lógica da repressão ao MCB havia, evidentemente, a necessidade de se aprofundar o conhecimento acerca do próprio Movimento Comunista Internacional (MCI), pois a argumentação presente na documentação produzida pelos militares considerava a manutenção do MCB em função das articulações políticas e ideológicas do MCI, em especial o PCUS que enquanto organização partidária estabelecia diretrizes para a divulgação do ideário comunista, bem como fortalecer partidos comunistas em países não pertencentes ao bloco socialista. Entretanto, a abordagem considerada pelos militares na investigação da subversão comunista não concebeu unilateralmente “o comunismo como uma doença social que medra na miséria e na ignorância”, tampouco

⁴⁰ Entre eles, Aarão Steimbruck, Adalberto Timóteo da Silva, Adalgiza Rodrigues Cavalcanti, Adão Manuel Pereira Nunes, Adelino Nogueira Cerqueira, Afonso Celso Nogueira Monteiro, Agliberto Vieira de Azevedo, Alberto Neder, Ângelo Arroyo, Aníbal Fernandes Bonavides, Antonio Chamorro, Aristeu Nogueira Campos, Armando Mazzo, Armando Siller, Armindo Márcio Doutel de Andrade, Assis Lemos, Benedito de Carvalho, Calil Chaad, Carlos Lima Aveline, Carlos Marighela, Carlos Montarroyos, Carlos Nicolau Danielli, Cícero Targino Dantas, Cid Feijó Sampaio, Cláudio Antonio Vasconcelos Cavalcanti, Cláudio Tavares, Dante Leonelli, David Capistrano da Costa, Demistocliques Batista, Dinarco Reis, Djalma Maranhão, Eloi Martins da Silva, Emílio Bonfarte Demaria, Fernando Pereira Christiano, Fernando Santana, Fragnon Carlos Borges, Francisco Alves da Costa, Francisco Antonio Leivas Otero, Francisco Gomes Filhos, Francisco Guimarães Ximenes, Francisco Julião Arruda Paula, Francisco Negrão de Lima, Francisco Walter de Souza Mota, Fued Saad, Gilberto Oliveira Azevedo, Gilvan Queiroz da Rocha, Givaldo Pereira de Siqueira, Glauco da Rocha Frota, Gregório Lourenço Bezerra, Hercules Correia, Hiram Pereira, Humberto Alves Campelo, Humberto Lucena Lopes, Iriceu José Pereira, Ivan Ramos Ribeiro, Jacob Gorender, Jaime de Amorim Miranda, João Adelino Jussela, João Amazonas de Souza Pedroso, João Batista Vasconcelos Torres, João Belchior Marques Goulart, João Massena de Melo, Joaquim Câmara Ferreira, Joaquim Pedro Mayrink Filho, José de Albuquerque Sales, José Francisco de Oliveira, José Gonçalves, Josué Leite Filho, José Maria Crispim, José Pureza da Silva, José Raymundo da Silva, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Leonel de Moura Brizola, Lincoln Cordeiro Oest, Lindolfo Silva, Lourival da Costa Vilar, Luiz Carlos Prestes, Luiz Guilhardine, Luiz Rodrigues Corvo, Luiz Tenório de Lima, Manoel Bittencourt Jardim, Manoel Jover Teles, Marco Antonio Tavares Coelho, Maria Segovia Jacobsen, Mario Alves de Souza Ribeiro, Mario Schemberg, Maurício Grabois, Miguel Arraes de Alencar, Miguel Batista dos Santos, Moisés Vinhas, Nery Reis de Almeida, Nestor Antonio Medina, Nilson de Amorim Miranda, Orestes Timbauba Rodrigues, Orlando da Silva Rosa Bonfim Jr., Oswaldo Pacheco da Silva, Pedro Makovsky Clemachuk, Pedro Ventura Philipe de Araújo Pomar, Pelópidas Silveira, Reinaldo Limeira Santos, Roberto Morena, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Rubens Guayer Vanderley, Salomão Malina, Sandoval de Queiroz Barbosa, Sebastião Luiz dos Santos, Sérgio Alves Holmes Brandão Rego, Severino Arcoverde Cavalcanti, Severino Teodoro de Melo, Sidney Fik Max Santos, Tomas Mack, Tomushi Sumida, Tulio Vígevam, Valério Regis Konder, Vulpiano Cavalcanti de Araújo, Waldir Gomes dos Santos, Wenceslau de Oliveira Moraes e Zuleika D’Alambert. In: Id. *Ibid.*, p. 24.709-711.

“uma meta de uma tendência evolutiva da humanidade em demanda da justiça social e da liberdade”⁴¹. Segundo o imaginário acerca dos comunistas, a questão envolvia uma sofisticada rede de relações sociais, na qual o comunismo servia à organização de grupos e indivíduos com relativo poder de influência e persuasão. É daí, de certo modo, que advém a preocupação das investigações em tomar como objeto tais organizações, entidades e instituições vinculadas às esquerdas e ao comunismo, que simplesmente adotam uma postura de coerção sobre os setores populares. A exemplo do que descrevia a introdução do IPM 709,

existe um número fabuloso de intelectuais comunistas. Pode-se afirmar, inclusive, que a compreensão do comunismo exige um estágio intelectual superior. O comunismo é uma ideologia complexa em seus fundamentos filosóficos. Para proporcionar o conhecimento do comunismo, os partidos comunistas mantêm um sistema educacional desenvolvido e atuante. [...] Por essas razões não se pode penetrar abruptamente em um inquérito policial-militar sobre atividades subversivas de uma organização comunista, sem ter uma dimensão, mais ou menos sólida, a respeito desse problema. ⁴²

Por isso a investigação militar nesse inquérito se deu em função do reconhecimento das formas de articulação de intelectuais no interior e em torno do PCB. O papel desempenhado por eles na divulgação, na agitação e na propaganda teve um impacto forte sobre a sociedade brasileira, a medida em que a visibilidade pública do partido era garantida pelas associações entre comunistas e simpatizantes do

⁴¹ IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 13.

⁴² Id. Ibid, p. 14.

comunismo internacional, em nome de uma transformação política mais ampla. Ou seja, as teses do PCB obtiveram maior alcance não com o aumento da bancada partidária – até porque o partido estava na ilegalidade desde 1947 – mas com a articulação política, no processo de ideologização dos problemas brasileiros a reboque das organizações extrapartidárias que se formaram em torno do PCB⁴³. Daí a importância de um setor específico e da sua emergência enquanto um elemento voltado para a construção de uma imagem pública do partido: os intelectuais.

A concepção construída pelos militares acerca da importância do papel desempenhado pelos intelectuais, sobretudo de esquerda, no processo de articulação das forças comunistas tinha esse fundamento explícito: por não estarem vinculados politicamente ao PCB, inúmeros intelectuais integravam uma organização complexa e ampla que envolvia uma série de acordos, ajustes com o intuito de promover o partido e colocar a sua ilegalidade em debate pela sociedade brasileira. Era necessário para estes intelectuais a mobilização da opinião pública para o fato da repressão e perseguição políticas. Tal articulação dos intelectuais comunistas foi detalhada pelo IPM a partir das etapas da “construção” do PCB, da “infiltração comunista”, da “agitação e propaganda”, “movimento de massas” e, por fim, a “ação violenta”⁴⁴.

Da mesma maneira que a organização do movimento comunista desde 1947 se dava, sobretudo, pelo exercício da propaganda intensa, voltada para a formação política

⁴³ A respeito dessa “expansão” verificar, por exemplo, SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

⁴⁴ Estrutura que, por sua vez, define a organização do IPM 709. Dada a importância atribuída ao movimento comunista pelos militares no processo de subversão, essa lógica da produção de informação sobre a ação comunista no Brasil este associada não apenas ao IPM do PCB como outros IPMs que tomaram como objeto a subversão e a defesa da DSN. Ver: IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 14-15.

de sua militância e de divulgação de literatura marxista-leninista, foi também sintomática a publicação do conteúdo das investigações do IPM 709 sobre o PCB.

Ainda que a coleção de quatro volumes, contendo apenas o relatório final do inquérito, tenha sido publicada apenas em 1966, ela representou uma contra-ofensiva de informação de caráter militar. Ou seja, a batalha travada entre militares e comunistas, desde antes do golpe militar de 1964, estendeu-se pelas décadas seguintes e a publicação do IPM 709 pela Biblioteca do Exército foi apenas um dos confrontos aos olhos da opinião pública. O dado curioso que esta coleção foi editada, inicialmente, nas dependências da gráfica Lux, na cidade do Rio Janeiro. A gráfica Lux, entretanto, esteve envolvida com projetos editoriais de intelectuais e editores ligados ao PCB. A própria gráfica Lux, na pessoa do seu proprietário, o advogado Felix Cohen Zaide, havia sido indiciada em inquérito militar, a fim de apurar fatos sobre a publicação do livro *Fundamentos da filosofia marxista*⁴⁵. Os três últimos volumes da coleção ficaram a cargo de uma pequena gráfica carioca, a Liverte.

O primeiro volume constituiu numa introdução ao problema do comunismo no Brasil. Procurou apresentar a questão de modo mais amplo sem considerar especificamente o PCB, exceto em seu último capítulo. Desse modo, o volume nº 1 procura analisar as “bases ideológicas”, o “internacionalismo proletário”, uma “síntese história do Partido Comunista”, as “características gerais da ação comunista”, a “evolução da linha política” e, por fim, “o PCB e a política nacional”. De um modo geral, esse primeiro momento do relatório tinha o “objetivo de ambientar os julgadores,

⁴⁵ Consultar junto aos anexos o Documento nº 01.

as autoridades e os leitores do problema comunista brasileiro, em sua vinculação internacional”⁴⁶.

Citando Lênin, no tópico correspondente ao problema da agitação e propaganda comunistas, o relatório descrevia que “o propagandista atua principalmente por escrito, o agitador de viva voz”⁴⁷. Entre os instrumentos, segundo os militares, responsáveis pela agitação e propaganda e considerados como principais, estavam os cartazes, faixas flâmulas, panfletos, boletins, jornais, revistas, livros opúsculos, rádio, televisão, cinema e teatro. O fato é que, para estes militares imbuídos da causa anticomunista, “um livro, um jornal ou, às vezes, um simples artigo poderiam ocasionar resultados mais trágicos que uma arma assassina”⁴⁸.

Nesse sentido, a propaganda como componente ligado à disseminação do ideário comunista, promovia formas diferenciadas e complementares de infiltração nos meios sindical, juvenil, intelectual, camponês, parlamentar, militar, religioso, feminino e na administração pública⁴⁹. A organização dos intelectuais foi cara tanto ao militares, sobretudo no que tangia à articulação de indivíduos de prestígio na cena cultural e artística naquele momento – e que promoviam debates em torno de uma revolução nos moldes socialistas – quanto pelo próprio PCB que considerava um

papel de particular destaque à intelectualidade que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências

⁴⁶ IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 05, vol. 01.

⁴⁷ Id. *Ibid.*, p. 171.

⁴⁸ Id. *Ibid.*, p. 177.

⁴⁹ Id. *Ibid.*, vol. 02, p. 160.

políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais.⁵⁰

Essa condição foi frisada pelo partido, sobretudo a partir de meados da década de 1950. A partir daquele momento a aproximação do partido com a intelectualidade de esquerda tinha propósitos bastante objetivos: era preciso conduzir as diversas tendências esquerdistas a uma unificação dos propósitos políticos ideológicos. O que se observa nesse contexto é que o PCB manteve uma preocupação acerca da intelectualidade, de conduzir um contingente extremamente heterogêneo de professores, escritores, poetas, jornalistas e profissionais liberais, em geral, a formas de associação permeadas pela militância política em nome do pecebismo⁵¹. Foram concebidas ou fortalecidas inúmeras entidades e agremiações que representavam, de alguma maneira, as campanhas culturais e filantrópicas do PCB, a exemplo das Sociedades Sino-Brasileiras, os Institutos de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS, a Sociedade de Amigos de Cuba, entre outras.

Relacionada a essa crescente mobilização da intelectualidade em torno dos preceitos humanitaristas, na qual a politização da cultural servira como eixo central das discussões, o marxismo aparecia como elemento catalisador de tendências dispersas no grande caldo heterogêneo que compunha as esquerdas. Isto é, a organização da

⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 226. Conforme descrevia um dos tópicos das Teses para Discussão do V Congresso do PCB, em 1960.

⁵¹ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade vermelha: artistas e intelectuais comunistas nos anos 1950*. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai; VILLAS-BÓAS, Gláucia (orgs). *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 169-209.

intelectualidade de esquerda, frente às mudanças em processo no cenário político e ideológico, era balizada pelo marxismo-leninismo e pelas discussões extraídas da obra de Karl Marx, publicadas nos manuais soviéticos destinados ao seus militantes.

Entretanto, com a renovação pecebista no final da década de 1950, a reboque das denúncias do XX Congresso do PCUS, a questão da intelectualidade e da cultura tomou outras direções dentro do PCB e nos *núcleos intelectuais* que gravitavam em torno do partido. Num artigo de Jorge Miglioli, um dos intelectuais do partido que estiveram a frente desse processo de renovação, afirmava naquele momento que

não nos interessa a preocupação acadêmica de conceituar “intelectual”; interessa-nos apenas limitar o âmbito de nosso trabalho e com este intuito, compreenderemos o intelectual como uma pessoa que realiza um trabalho predominantemente intelectual e o expõe publicamente. [...] Os intelectuais marxistas vivem um drama em nossa sociedade. [...] Estes intelectuais, em geral, provém da pequena ou média burguesia, tendo, pois, um “modus vivendi” que implica uma renda razoável. [...] Não podemos, pura e simplesmente, recriminar esses intelectuais. É preciso analisar concretamente seu trabalho. Muitos deles são inteiramente positivos. *Para ser marxista não é necessário declarar-se marxista.* ⁵²

Evidente que Miglioli não se refere apenas ao intelectual marxista *stricto sensu*, mas também ao intelectual comunista, de um modo geral, assim como o era também o próprio Miglioli. Sua manifestação no sentido de resguardar a pluralidade da configuração daqueles “grupos” de intelectuais de esquerda (marxistas, segundo ele) também considerava que a teoria marxista aportou inicialmente em território brasileiro

⁵² MIGLIOLI, Jorge. *O papel crítico do intelectual marxista*. Jornal Novos Rumos, nº 163. 30 de abril de 1962, p.06.

através dos manuais soviéticos, muitos deles foram financiados e propalados pelo governo stalinista. Daí a finalização de seu argumento em afirmar que “dentre uma série de atitudes dos intelectuais marxistas, limitadoras da sua quantidade de produção, destaca-se [...] o raciocínio através de esquemas fixos e o marxismo como dogma”⁵³.

Esse posicionamento de Miglioli em relação ao MCB fora resultado dos embates travados no interior do PCB, desde 1958. A renovação, muito mais de seus militantes que da própria estrutura partidária, possibilitou essa distensão da militância, transformando-a num elemento aglutinador, em vez de centralizador. Ao largo de tais modificações, o partido, sobretudo seu CC, mantiveram uma política de forte apelo autoritário.

Disso advém duas questões: de um lado, a emergência de uma nova militância em torno do PCB abria as portas para novas discussões, novas teorias e novos modelos de abordagem da realidade social; de outro, a continuidade de um projeto vinculado ao PCB que encontrava no comunismo, bem como no marxismo daí derivado, que agiam em retroalimentação. Na medida em que estes intelectuais de esquerda (não necessariamente comunistas e/ou marxistas) buscavam uma autonomia em relação ao PCB, eram identificados com ele quando essa mesma autonomia era reivindicada no espaço público, fora do partido. Ou seja, segundo a lógica instauradas pelos encarregados do IPMs, isso constituía numa estratégia que os comunistas haviam encontrado para disseminar o ideário comunista a serviço não somente do PCB, mas também do comunismo internacional.

⁵³ Id. Ibid.

Nessa associação direta concebida pelos IPMs entre o PCB, o PCUS, o MCB, o MCI⁵⁴ como se essas organizações mantivessem uma ligação intrínseca no fortalecimento de blocos e nações socialistas, articulações como a dos intelectuais de esquerda representados na fala de Miglioli, eram também consideradas resultado de um processo de expansão do comunismo internacional. Por isso, mesmo intelectuais que sequer tinham algum vínculo com o PCB, mas que em algum momento estiveram próximos de militantes do partido, foram colocados sob suspeita nestes inquéritos, como no IPM 709. Este citava, ao lado de Valério Konder, Mario Schemberg, Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, Leandro Konder, Gondim Fonseca, Cid Franco, Di Cavalcanti, Arnaldo Estrela, Oscar Niemeyer, Moacyr Werneck de Castro, Alex Vianny, os nomes de Álvaro Lins, Sérgio Buarque de Hollanda, Vinicius de Moraes, Geir Campos, Carmem Portinho, Otto Lara Rezende, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Mario Pedrosa, Eduardo Portela, Menotti Del Pichia, Sergio Milliet, Alberto Cavalcanti, Bruno Giorzi, Mozart Guarnieri, Orígenes Lessa, Augusto Rodrigues, Abguar Bastos, Egídio Squert,

⁵⁴ O IPM n° 709 procurava dar ênfase à vinculação do PCB e do MCB ao comunismo internacional, pois de alguma forma, justificava a repressão sobre uma entidade que, em tese, atenderia apenas aos “interesses alienígenas” e não estava preocupada com as questões nacionais. Assim, por exemplo, o coronel Ferdinando de Carvalho apresenta o Conselho Internacional da Paz (CMP), descrito como um dos mais importantes meios para infiltração comunista nos setores intelectuais: “O CMP, com sede nominal em Praga, mantém-se na Áustria sob cobertura do chamado Instituto Internacional da Paz. O CMP é considerado como a frente comunista internacional que consagra o maior número de simpatizantes. [...] Constitui um elemento de apoio incondicional da política soviética e, por essa razão, em seu seio tem-se verificado sérias crises, em virtude da contradição entre essa política e os objetivos virtuais da própria entidade. [...] No Brasil, o CMP encontra seu correspondente no Movimento Brasileiro de Partidários da Paz, sob a coordenação de Valério Konder”. In: IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar n° 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 231-232, vol. 02.

Iberê Camargo, Quirino Campofiorito, entre outros, como “adeptos auxiliares do PCB” desde a década de 1940 ⁵⁵.

De alguma maneira, confirmando aquilo que Jorge Miglioli descrevia, estes intelectuais ainda que reivindicassem sua autonomia e lutassem pela legitimação da categoria de “trabalhador intelectual”, seus respectivos exercícios profissionais se davam no setor privado ou mesmo na burocracia ligada ao Estado. Dessa forma, a consolidação de uma categoria intelectual, representada pela ação efetivamente intelectual, estava atrelada à assunção de cargos em entidades, associações e organizações que viabilizassem esse “projeto”. Por isso, a Associação Brasileira de Escritores, o Instituto de Intercâmbio Brasil-Bulgária, o Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS, a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-China, Comando dos Trabalhadores Intelectuais etc., acolhiam aqueles intelectuais devotados à organização da sua categoria enquanto classe.

Essa inserção institucional auxiliaria, por sua vez, na promoção de intelectuais e artistas num espaço de produção e circulação culturais e também na popularização de temas e discussões marxistas ou materialistas em determinados setores da sociedade brasileira. No que concerne à popularização, havia um debate difundido no MCB sobre as formas de se conceber a propaganda (e agitação política) por meio da imprensa denominada popular⁵⁶. Ou seja, a imprensa popular era considerada de vital

⁵⁵ In: IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 233-234, vol. 02.

⁵⁶ É o que vai se tornar objeto de análise e investigação dos militares noutro IPM, o da Imprensa Comunista. A partir desta preocupação de realizar um recenseamento sobre a atividade comunista no Brasil, o IPM da Imprensa Comunista cumpriu o papel de identificar os responsáveis pelo setor de propaganda do PCB e quais seus principais veículos. Foram investigados diversos jornais, revistas e boletins com o objetivo de detalhar e especificar a intervenção do PCB na imprensa. Entre os indiciados no IPM da Imprensa Comunista estão os

importância para o MCB, na medida em que a difusão dos debates e discussões estava vetada no campo político-partidário, mas havia relativa abertura para tanto nos meios de comunicação. Essa distinção, por sua vez, foi também percebida pelos encarregados do IPM do PCB, pois ao mencionarem o problema dos meios de comunicação e propaganda comunistas, distinguem dois modos para sua realização: a propaganda política e a propaganda ideológica⁵⁷. Evidente que as investigações detiveram-se sobre a segunda forma, pois no processo de politização de setores da produção e circulação culturais era maior e muito mais eficiente, se apenas considerado a militância política exercida no interior de partidos políticos de esquerda que acolhiam os comunistas.

Exemplo dessa importância, um documento de autoria de Mauricio Grabois intitulado *Agitação e propaganda para milhões*, apresentado no IV Congresso do PCB, descrevia a necessidade de compreender as novas diretrizes ideológicas do MCB e a sua forma de difusão pela chamada imprensa popular. Grabois escrevia que

a nossa agitação e propaganda ganhou um novo estímulo, cresceu em volume e melhorou a qualidade. O Programa [do IV Congresso do PCB] foi editado e difundido em massa através dos jornais da imprensa popular, de folhetos, volantes e palestras e de vários órgãos de imprensa que não estão sob nossa influência. [...] Mais de vinte jornais que representam as mais

nomes de Apolônio Pinto de Carvalho, Adão Pereira Nunes, Demistocles Batista, Emílio Bonfant Demaria, Fragmon Carlos Borges, Francisco Julião Arruda de Paula, Giocondo Gerbasí Alves Dias, Hércules Corrêa dos Reis, Jacob Gorender, Leonel de Moura Brizola, Luiz Carlos Prestes, Manoel Jover Teles, Marco Antonio Tavares Coelho, Mário Alves de Souza Vieira, Mário Schemberg, Maurício Grabois, Moises Vinhas, Nery Reis de Almeida, Nestor Veras, Orlando Bonfim Júnior, Ramiro Luchesi, Severino Teodoro de Mello, Valério Regis Konder, Waldir Gomes do Santos, Zuleika D'Alembert, Ana Montenegro, Armando Maia, Benedito Cerqueira, Edson de Souza Carneiro, Eloy Ângelo Coutinho Dutra, Aldo Luiz Arantes, Geraldo da Costa Matos, Isaac Schervar, José Guimarães Neiva Moreira, José Gutmann, José Ferreira, Max da Costa Santos, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Paulo Motta Lima, Quirino Campofiorito, Raphael Martinelli, Roberto Canavarro Costa, Salomão Taback e Paulo Ribeiro. MINISTÉRIO DA GUERRA, op. cit., p. 24.745-746.

⁵⁷ IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 07, vol. 03.

diferentes forças e correntes políticas, entre os quais se incluem alguns órgãos de imprensa de grande circulação, reproduziram em suas páginas o Programa do partido. [...] No trabalho de agitação e propaganda o papel mais destacado coube à imprensa popular. Após o lançamento do Programa, os jornais da imprensa popular realizaram um importante avanço; [...] jornais que estavam sem circulação voltaram novamente a serem editados e em diversos Estados foram criados novos órgãos de imprensa. Hoje, a imprensa popular é constituída pela “Voz Operária”, por cinco periódicos de caráter nacional, por sete diários, doze semanários e inúmeros pequenos jornais de empresa e de setor profissional. Esta rede de jornais é uma arma insubstituível na propaganda e na luta pela execução das tarefas que o partido enfrenta.⁵⁸

A euforia de Grabois, entretanto, estava associada a uma abordagem crítica da imprensa popular e a importância que ela desempenharia no processo de politização das massas e de setores estratégicos para a difusão do ideário comunista. Segundo ele,

no trabalho de imprensa, temos de assinalar inúmeras debilidades. Os jornais de imprensa popular avançam lentamente no esclarecimento e educação política do povo. [...] Pouco utilizamos na imprensa um meio tão poderoso de esclarecimento e educação do povo como a polêmica. [...] Nota-se ainda nos jornais de imprensa popular pouca vivacidade e falta de combatividade. [...] Outro fator que dificulta a melhoria e a expansão dos jornais de imprensa popular é a sua linguagem pouco compreensível ao povo. Os jornais, via de regra, são pouco noticiosos, o que prejudica sua penetração nas amplas massas.⁵⁹

⁵⁸ Id. Ibid., p. 15-16.

⁵⁹ Id. Ibid., p. 20-21.

De fato, a proposta de Grabois era ampliar os horizontes desses mecanismos de imprensa popular e pensá-los a partir da agitação e propaganda em termos de milhões. Na esteira do desenvolvimento de novas formas de produção e circulação dessa imprensa, estava também um extenso programa de edições de obras escolhidas de Lênin e de Marx. Era, de certa forma, a aposta numa renovação dos meios tradicionais de propaganda em que intelectuais, oriundos de um “marxismo renovado”, investiram nessa abertura democrática do PCB. Apesar, pois, de Grabois reivindicar tais mudanças formais do PCB em relação à imprensa popular e de orientá-la no processo de politização das massas no início da década de 1960, sua posição ainda correspondia às determinações emitidas pelo CC do partido. Ocorre que o PCB teve de rever suas diretrizes políticas e contemplar a intelectualidade de esquerda que se aglutinava em torno do partido desde meados da década de 1950 e que tinham tarefas estratégicas a cumprir – sobretudo, no que diz respeito à agitação e à propaganda. Maurício Grabois estava na ponta desse processo e sua inserção paulatina no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como será visto adiante, sugeria essa intenção: organizar os intelectuais isebianos num front cultural que tomasse como ponto de partida o programa do PCB. Evidente que essa aproximação não se resume a uma associação simples e direta entre duas entidades distintas, mas diz respeito à formação de *núcleos intelectuais* distintos que, em determinados momentos de suas articulações, mantiveram projetos em comum, não necessariamente idênticos.

Tanto não representavam os mesmos projetos, que outras intervenções posteriores de membros do PCB, acusavam as deficiências existentes no tipo de

programa tal qual Grabois defendia. Numa demonstração desse impasse entre setores intelectuais distintos próximos (alguns vinculados politicamente) ao PCB, o jornal *Novos Rumos*, em março de 1964, ressaltava:

A fim de que o partido possa cumprir a sua missão de dirigente de grandes massas, necessita, o quanto antes, vencer o atraso até agora existente em todo o seu trabalho de agitação e propaganda, pelo qual o CC é o principal responsável. [...] Erros e exageros de caráter subjetivista, que precisam ser corrigidos, a fim de possamos desenvolver uma imprensa diária e periódica de boa qualidade [...]. A fim de corrigir a concentração na atividade de agitação, geralmente de conteúdo sectário, que se verificava no passado, não devemos incidir no erro oposto, que consiste em abandonar inteiramente os métodos específicos de agitação [...]. Atenção especial requerem o semanário, a editora e a revista teórica, que, apesar de assinalarem resultados positivos, se encontram bastante longe de corresponder às necessidades atuais do partido e às grandes possibilidades objetivas da difusão de literatura marxista.⁶⁰

De todo modo, vale frisar que as tensões acerca das diretrizes sobre a organização da imprensa popular, capitaneada, sobretudo por organizações ligadas ao PCB, se davam no processo de arranjo dos *núcleos intelectuais* envolvidos com a imprensa. As entidades vinculadas ao partido, de certo modo, procuravam manter a unidade organizacional e política do PCB e do seu programa, contudo os *núcleos intelectuais* representavam a quebra dessa unidade em nome da democracia política sem qualquer tipo de sectarismo ou centralização.

⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 26-27.

Apesar de ter sido aberto um inquérito específico para a investigação da imprensa comunista no Brasil (o IPM nº 683 sobre a Imprensa Comunista), o IPM 709 também voltou sua atenção para esse fenômeno, considerando o problema da propaganda e da agitação como pano de fundo – já que desde os primeiros momentos de instauração dos inquéritos a imprensa sempre foi, para os militares, o maior veículo de agitação e propaganda comunista.

No momento da ilegalidade do PCB a imprensa foi o principal meio de difusão e comunicação entre organizações próximas ou simpáticas ao comunismo. Desse modo, toda a reorganização do partido pós-1947 foi orientada, em grande parte, pelos meios de comunicação que estavam a serviço do partido ou que simplesmente estavam afinados com sua postura política e ideológica. A atividade de aglutinação, de organização dos militantes, bem como a contemplação de novos temas e problemas no interior do partido, se deu nesse processo de criação de uma cadeia de jornais, editoras e gráficas dispostas a contribuir com o debate a partir do programa do PCB.

De qualquer modo, e os militares tinham conhecimento disso, embora a doutrina partidária em matéria de imprensa fosse a da centralização, as dificuldades de difusão em território nacional, principalmente em virtude do constante perigo das apreensões policiais, fizeram com que o partido fosse levado à grande descentralização. Desse fato, resultaram na manutenção de uma imprensa diversificada, mas minimamente coesa com as diretrizes do PCB. Foi o caso, por exemplo, dos jornais *Política e Negócios*, *Imprensa Popular*, *O Semanário*, *Liga*, *Panfleto*, *Bancário*, *Voz Operária*, *Jornal da Semana*, *Gazeta Sindical* e *Orla Marítima* (Guanabara); *Notícias de Hoje*, *Terra Livre*

e *Unidade* (São Paulo); *Jornal do Povo*, *Novos Rumos*, *Voz do Povo*, *Nossa Luta*, *Edifício*, *Binômio*, *Ação Popular* e *Política Operária* (Minas Gerais); *Tribuna do Povo*, *Jornal do Povo* e *Hoje* (Paraná); *O Democrata* (Ceará); *Folha Popular* (Rio Grande do Norte); *Folha do Povo*, *A Hora* e *Unidade* (Pernambuco); *Folha Popular* (Sergipe); *O Momento* e *Tribuna do Sul* (Bahia); *Folha Capixaba* (Espírito Santo); *Tribuna Gaúcha*, *Tribuna do Povo* e *Voz do Povo* (Rio Grande de Sul); *Estado de Goiás* e *Agora* (Goiás); *O Democrata* (Mato Grosso)⁶¹.

Do mesmo modo, a produção bibliográfica foi objeto de atenção do IPM 709, na medida em que se editavam não apenas obras clássicas de formação política, mas também uma vasta rede de edições divulgava a produção intelectual nacional através da qual se discutiam os problemas nacionais. Produção que, por sua vez, fomentou a formação de um corolário temático e teórico, pois no momento em que se formou uma rede editorial contendo jornais e editoras, foi possível construir também uma “unidade epistêmica”. Isto é, a intelectualidade envolvida nesse processo, de alguma forma, conduziu política e ideologicamente estes instrumentos de propaganda, mas sua unidade foi construída sob muita tensão existente entre os integrantes dessa rede. A unidade identificada pelos militares ao qualificar aquilo que ficou conhecido como “imprensa comunista” serviu muito mais como uma adjetivação. Editoras classificadas neste IPM como empresas a serviço do comunismo internacional, a exemplo, da Editorial Vitória, Editora Fulgor, Gráfica Editora Itambé, Gráfica Editora Aliança, Edições Futuro, Editora Universitária, Editora Obelisco, Editora Felman-Rêgo, Editora Nova Cultura, Editora Problemas Contemporâneos, Editora Brasiliense e Editora

⁶¹ Conforme relação anexa ao IPM nº 709. Ver: IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 95-98, vol. 03.

Civilização Brasileira, mantinham projetos editoriais distintos e, em algumas ocasiões, contraditórios. Sabe-se, por exemplo, que o Editorial Vitória, empresa gráfica oficial do PCB, editava cartilhas de formação política enquanto que Brasiliense e Civilização Brasileira mantinham uma postura crítica em relação ao material editado pelo partido, por meio da Editorial Vitória.

Em tese, como afirmava um dos relatores do processo, o IPM nº 709 permitiu formar um “recenseamento” sobre as atividades comunistas e o mapeamento das organizações que atuaram em conjunto com o PCB mesmo antes do golpe militar de 1964. Um dado a ser destacado é que embora esse processo tenha sido instituído em 1964, seu conjunto documental se estendia até 1961. Muito embora a relação de indiciados fosse extensa, outros nomes deveriam compor a lista, mas não foram incluídos no processo porque neste caso seus “crimes” estavam prescritos quando das investigações.

A formulação desse “recenseamento”, ainda que contivesse falhas cometidas pelos setores de informação militar, apresentou uma estrutura complexa da investigação realizada pelas comissões de inquérito. Embora a intervenção dos militares na vida civil estivesse condicionada à manifestação do anticomunismo, realçada, inclusive, nas ironias que consagraram sua falta de preparo nestas intervenções⁶², houve, por outro lado, uma preocupação e atenção dos militares ao fenômeno da subversão comunista e às formas de sua manifestação. Isto é, apesar da abordagem comprometida com a ideologia da segurança nacional, com suas limitações de análise das mudanças que

⁶² Ver, por exemplo: PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ 1: primeiro festival de besteira que assola o país*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

acometiam a sociedade brasileira nos idos da década de 1960, os levantamentos realizados pelos IPMs foram (e do ponto de vista acadêmico ainda são) instrumentos capazes de identificar inúmeras organizações que, de alguma forma ou em algum momento, estiveram próximas das esquerdas ou até mesmo do PCB. Ainda, pois, que o partido representasse ou respondesse institucionalmente pelas “ações subversivas”, outras formas de articulação tangenciavam o partido e a sua centralidade oficial, representada pelo CC. Na tarefa de identificar tais organizações paralelas que atuavam conjuntamente com o PCB e nominá-las judicialmente, os órgãos militares de investigação construíram um extenso quadro de informações sobre instituições aparentemente comprometidas com a chamada subversão comunista.

Isso significa afirmar que as investigações militares por meio dos IPMs se estenderam para além das organizações comunistas e atingiram pessoas que, em princípio, não possuíam relação alguma com o PCB. As discrepâncias de muitas informações levantadas (ou supostas) por inquéritos como o do partido comunista, criminalizavam determinados indivíduos fazendo-as se aproximar de um modelo de análise que permitia aos coronéis responsáveis pelos IPMs adjetivar (ou não) determinado réu ou testemunha como comunista⁶³. Era necessário, segundo a lógica das investigações, identificar todas as instâncias de politização e propaganda afinadas com o partido, e não simplesmente averiguar a estrutura partidária.

⁶³ A exemplo do que escreve Ênio Silveira no artigo publicado no jornal Última Hora em 30 de setembro de 1962: “transformou-se em arma de guerra psicológica, difundindo meias verdades e totais mentiras ou calúnias sobre pessoas, firmas, entidades, movimentos e grupos suspeitos de pactuar com o *inimigo*. Transformou-se em rótulo elástico o adjetivo comunista, pois basta alguém se desviar um milímetro dos códigos e normas de comportamento ideológico adotados pela classe dominante para logo ser com ele aquinhoado”. In: Inquérito Policial-Militar nº 481. *Forma e essência dos Cadernos do Povo Brasileiro*. IPM do ISEB. Vol. 03, p. 568-569. Brasília: STM/SeArq. Consultar junto aos anexos o Documento nº 05.

Essa obsessão pelo levantamento de informações gerou um sem número de processos e inquéritos semelhantes ao IPM do Partido Comunista. Outros tantos inquéritos policiais-militares foram instaurados, buscando a especificidade das organizações e entidades políticas de oposição ao regime militar, quando não de militantes comunistas propriamente ditos. Ou seja, o IPM nº 709 foi um entre outros tantos inquéritos que foram abertos e que, considerados em conjunto, compreendem um montante significativo de informações que os órgãos militares dispunham acerca dos “elementos de subversão”.

Dessa forma, não somente as organizações políticas ou sindicais foram objetos de inquéritos. Dentre as investigações militares que priorizaram o estudo das ações e relações empreendidas entre militantes do PCB, estão os intelectuais. Durante o regime militar, a mobilização e a articulação de setores intelectuais como jornalistas, escritores, professores, editores, produtores culturais, bem como de artistas, foi acompanhada atentamente por órgãos de informação ligados ao governo.

A importância atribuída pelos militares aos intelectuais no fortalecimento da ideologia comunista, antes e depois do golpe de 1964, tem dimensões mais complexas que simplesmente a subversão. Cumpre lembrar que esta caracterização era apenas um dos matizes que compunha o imaginário anticomunista, presente em alguns setores militares e disseminado em diversas esferas da sociedade civil. Em outras palavras, a organização da intelectualidade de esquerda em torno e a partir do PCB foi um fenômeno complexo e não correspondeu necessariamente à determinação partidária ou qualquer tipo de centralização institucional. A articulação das forças políticas e

ideológicas fomentadas pelo setor cultural esteve à margem da oficialidade partidária, pois sua importância como instrumento político se depreendeu dessa mesma organização dos intelectuais que se fez ao longo do processo de revisão do PCB a partir de meados da década de 1950.

Assim, a maioria destes intelectuais não militantes e devotados à “causa cultural”, como espaço autônomo de atuação e representação, foram engolidos por um processo que procurava associar as lutas culturais com as manifestações comunistas internacionais existentes em território brasileiro. A simplificação – aqui reforçada pelos militares no IPM do PCB – gerou um quadro confuso e limitado do fenômeno das esquerdas culturais no final da década de 1950 em diante. Ao inferir, aproximar e associar as intervenções públicas de intelectuais sobre a questão cultural e o seu papel transformador da realidade brasileira com o comunismo, tornou-os não apenas subversivos com penalidade prevista na LSN, como também interferiu no processo de formação de um campo intelectual autônomo.

Ainda que camadas da intelectualidade de esquerda desempenhassem um papel significativo na divulgação das idéias do PCB ou tivessem algum tipo de consonância com as diretrizes do CC, sua força política era questionada até mesmo pelo próprio partido. Desse modo, a emergência da intelectualidade de esquerda identificada pelos IPMs, especialmente neste IPM 709, não fora subsumida da subversão, como se esta fosse o principal componente identitário daquela intelectualidade. Entretanto, é fato que essa representação construída pelos militares favoreceu visibilidade àquele contingente que até então era preterido, inclusive, dentro dos próprios partidos

políticos de esquerda, sobretudo, o PCB. A identificação dessa nova força política pelos militares advinha de um quadro anterior ao golpe e que culminou na eclosão de novos atores sociais, em meio às transformações políticas operadas ainda no pré-golpe.

1.3 – Intelectuais comunistas: dispersões, dissidências e revisões

A questão dos intelectuais e o envolvimento de setores da *intelligentzia* com a militância política de esquerda se confundem com a história do PCB. Exhaustivamente, já foi posta em pauta, nas mais variadas linhas de pesquisa e orientação metodológica, o papel político do partido na história do Brasil republicano; como sua inserção entre setores do operariado urbano foi fundamental para a organização dos movimentos sociais, na busca de legitimidade política, sobretudo a partir de 1930. Sabe-se, a título de exemplo, que outros partidos comunistas como o da França (PCF), a presença do operariado nos quadros do partido foi, a princípio, um exercício lento de ingresso dessa categoria. Num primeiro momento, o operariado urbano e, num segundo momento, o rural, tornaram-se agentes históricos de transformação para os partidos comunistas, na medida em que sua importância social ganhava novos contornos e dava visibilidade a estes, enquanto classe social provida de instrumentos capazes de interferir decisivamente nos rumos políticos das nações.

Ainda que o clássico documento dirigido aos trabalhadores de todo mundo, redigido por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, apontasse a *força de trabalho* como

vértice das transformações no mundo social (e não só no *modo de produção*), os trabalhadores tiveram dificuldades em obter o reconhecimento pela estrutura política e social do ocidente capitalista enquanto *classe*. A sua representação, até então, estivera condicionada à luta sindical e a pequenas organizações, fundadas a partir de reivindicações específicas por melhorias do próprio trabalho e de suas garantias enquanto trabalhadores e operários.

Essa perspectiva começou a sofrer modificações quando a Revolução de 1917, em especial, colocou em evidência estes agentes históricos de transformação social não tradicionais. Em menos de uma década os trabalhadores, organizados em diversas facções políticas, emergiram com força política e legitimidade a partir de década de 1930 não somente na França como em todo o resto do mundo⁶⁴. É a partir de então, que há uma correspondência mais clara e objetiva entre partidos comunistas e os trabalhadores.

Foi com essa gradual mudança da dinâmica política sofrida pelos partidos comunistas no resto do mundo, que o PCB encontrou formas de absorver as camadas trabalhadoras e expandir seus quadros (e sua influência) de forma significativa. Não que o partido estivesse preocupado em substituir seus antigos membros-fundadores – entre eles muitos intelectuais, artistas e profissionais liberais – mas havia uma preocupação real e prática em reformular a sua estrutura organizacional, talvez como um dos recursos viáveis naquele momento para se garantir a sobrevivência da própria sigla. Mas a rápida industrialização do Brasil a partir da década de 1930, o aumento vertiginoso do

⁶⁴ PUDAL, Bernard. *Prende parti: pour une sociologie historique du PCF*. Paris: Sciences Po/Les Presses, 1989.

número de trabalhadores nas grandes cidades, também propiciou o surgimento de regulamentação do trabalho e das atividades profissionais pelo Estado, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quanto ao PCB, absorver essas camadas implicava na mudança da sua estrutura organizacional e, por fim, na mudança da sua identidade política.⁶⁵

Dessa forma, essa alteração estrutural do partido forneceu a ele novos contornos e novos significados com uma atuação muito presente e, por vezes, incômoda, durante era Vargas (1930-1945); resultou na acomodação dos novos agentes políticos germinados no cerne do movimento sindical. Por outro lado, houve mudanças tão ou mais intensas e complexas à organização anterior que afetou diretamente os tradicionais membros do PCB. Não quer dizer, no entanto, que o partido até então desprezasse os trabalhadores ou tivesse ignorado a existência do *proletariado*. Deve-se observar que a aproximação dos comunistas com a *classe* dos trabalhadores se deu no mesmo momento em que estes comunistas estiveram próximos da teoria marxista, e no caso do Brasil e de boa parte dos países do ocidente, do marxismo-leninismo, logo, próximos, por sua vez, daqueles intelectuais que aos poucos traduziam e traziam a público os textos de Marx e Lênin sobre a construção da revolução proletária.

Essa aproximação teve, ao mesmo tempo, um significado político e histórico. Primeiro, porque a experiência russa de 1917 surgiu no horizonte como uma tempestade de mudanças que serviria de modelo alternativo ao capitalista para outros países, a ponto da própria Rússia sediar o principal partido comunista, o PCUS, que

⁶⁵ Vale notar que o PCB, desde a sua fundação em 1922, era um partido composto basicamente de membros de elite intelectual e econômica de alguns centros urbanos brasileiros. Consultar, por exemplo, KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

orientava os demais partidos comunistas espalhados pelo resto do mundo. Segundo, a força política dessa mudança concentrou-se na sigla partidária que mesmo atuando ilegalmente, como em alguns momentos, conseguiu, de certa maneira, promover transformações profundas e significativas no quadro geopolítico durante a segunda metade do século XX.

Foram transformações operadas não apenas no plano macroestrutural, no âmbito das governabilidades, da diplomacia e das relações internacionais, mas também e sobretudo nas esferas micro-sociais de organização, resultando em alterações radicais na dinâmica do embate cultural e ideológico entre os blocos capitalista e comunista. Isso porque os conflitos e as tensões experimentadas pelos dois modelos de produção se desdobrou em outros inúmeros projetos de articulação e organização social. Dessa forma, nas rebarbas deste amplo confronto, outras *formações* políticas e culturais foram constituídas à revelia da oficialidade partidária e institucional, desvelando outras questões e impasses mais complexos e sutis. A incipiência dessas *formações*, muitas vezes na forma de dissidências, lançou um novo olhar sobre questões centrais que orientavam o jogo político internacional após a segunda guerra mundial. Não era mais, pois, o olhar da oficialidade partidária ou institucional, mas de suas variantes, de suas divergências, num momento em que as elas mesmas eram rejeitadas em nome ou de uma unidade política fortalecida pelo partido.

E no caso do PCB tais mudanças também estiveram presentes. Muitas disputas extrapolaram a esfera política partidária e permearam também outras dimensões da organização social do partido. O trabalho de pesquisa de Ana Paula Palamartchuk, por

exemplo, enfoca essa articulação dos intelectuais de esquerda e de oposição ao governo Vargas, à revelia do PCB. Segundo a autora,

mesmo tendo a participação no PCB vetada por sua direção, vários escritores e artistas continuaram suas atividades de propaganda da Rússia Soviética e de defesa e criação de uma ‘arte proletária’, estabelecendo elos de ligações difusas com o movimento comunista. Os grupos políticos que foram se formando nesse período, através do debate literário, é um termômetro importante no reconhecimento da existência de uma literatura ligada aos referenciais soviéticos e comunistas. [...] E ao contrário da polícia política, nem todos eram considerados comunistas pelos membros da direção do PCB.⁶⁶

Impasses dessa natureza foram responsáveis pela articulação de intelectuais e artistas a partir de *núcleos* diferenciados de produção e circulação cultural. Ainda que a gradual incipiência dessas vozes estivesse atrelada a uma “proletarização” da cultura⁶⁷, nem o partido oficial dos proletários de então nem o governo atribuíam legitimidade a essas novas organizações que efervesciam em pequenos grêmios, associações e clubes culturais. Inclusive, o PCB mantinha uma orientação definida acerca das questões culturais e das produções artísticas, sendo que suas intervenções no âmbito da cultura respeitavam às diretrizes mantidas pelo CC.

É, pois, nesse contexto controverso, no qual as transformações são operadas a partir de impasses e ajustes ideológicos, que as discussões sobre a cultura iniciam um processo de emergência por meio da produção e da interpelação dos intelectuais e

⁶⁶ PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese de doutorado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2003, p. 26.

⁶⁷ NAPOLITANO, Marcos. *Apontamentos sobre a relação entre arte e política*. Mimeo.

artistas do PCB. Nomes importantes da literatura, das artes plásticas, do cinema emprestavam seu prestígio intelectual ao partido, a exemplo de Jorge Amado, Cândido Portinari e Alex Vianny. A partir da década de 1950, houve um lento processo de articulações políticas e ideológicas entre as camadas de profissionais liberais, escritores, poetas, cientistas, intelectuais etc. em torno do partido. Essas articulações contribuíram de forma decisiva na popularização das teses do comunismo internacional no Brasil, ao mesmo tempo em que intelectuais conquistavam prestígio artístico e cultural com apoio institucional do partido⁶⁸. Ou seja, ainda que a relação entre intelectuais e o partido fossem conflituosas, ela manifestava um interesse recíproco de ambos no processo de criação de circuitos culturais de esquerda.

Pouco antes, em 1947, o PCB fora decretado organização partidária clandestina e, com registro cassado, foi impedido de atuar legalmente durante o governo de Gaspar Dutra. Isso, obviamente, afetou também o trabalho daqueles intelectuais e artistas vinculados ao partido e à sua “política cultural”. Desse momento em diante, um contingente, por força de suas agremiações ou mesmo pelo grau de dissidências de seus membros e/ou simpatizantes, emergiu entre as brechas do partido e do Estado e construiu um aparato bastante complexo de representação pública. Ora, se o PCB a partir de 1947-48 sofre restrições políticas severas quanto à sua legalidade jurídica, houve, por outro lado, a reorganização desse contingente de esquerda bastante amplo (entre eles, comunistas) que ao mesmo tempo favoreceu continuidades e provocou

⁶⁸ RIDENTI, Marcelo. Brasilidade vermelha: artistas e intelectuais comunistas nos anos 1950. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai; VILLAS-BÓAS, Gláucia (orgs). *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 169-209.

rupturas. Tal contingente, caracterizado pela emergência de um “grupo de intelectuais comunistas”, mostrou-se de forma mais visível num momento em que o próprio PCB necessitava dar vistas à Frente Única, até como forma cabal de superação do conceito de luta de classes⁶⁹.

A questão nacional, o imperialismo e o popular ressurgiram em meio a esse processo de reformulação das diretrizes do PCB pós-1948. E ainda que a Frente Única estivesse no horizonte do partido, era ainda preciso sensibilizar as diferentes classes sociais para a formação dessa unidade, pois no fundo a tríade (nacional, popular, luta antiimperialista) era a comum a todas as classes sociais diferentes de suas origens. E com esse pano de fundo que intelectuais de esquerda (entre eles os comunistas) surgiram na cena política e cultural brasileira, tornando-se, aos poucos, responsáveis pela pedagogia das massas e pela sensibilização das classes médias para essas novas diretrizes.

Paradoxalmente, a instrumentalização dos intelectuais pelo Comitê Central (CC) do partido não significou a exclusão de outras formas de associação em torno do próprio PCB. Algumas divergências, aos poucos, tomaram caráter associativo e foram paulatinamente se organizando em espaços específicos de produção cultural. Dissidências que se desdobravam a partir do núcleo do partido (como o caso de Astrojildo Pereira, por exemplo) e que faziam críticas ao modo como a entidade

⁶⁹ Ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Partido comunista, cultura e política cultural*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH. Universidade de São Paulo; FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAIS, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Edunicamp, p.274-304, 1998.

concebia a figura do intelectual a seu próprio serviço. Jacob Gorender, que sofrera estas transformações, descreve esse fato afirmando que

eram ornamentos do Partido, esses intelectuais. É claro, o Partido era pequeno; de repente surgiu para a legalidade, tinha tarefas muito grandes e [...] seus dirigentes não tinham cultura pessoal, nem Prestes nem os homens de que ele se cercou – Arruda, Amazonas, Grabois e Pomar, que era o mais culto entre eles. Eles não tinham um lastro cultural, [...] não para instrumentalizar, mas potencializar o próprio Partido com a adesão de intelectuais de tamanha envergadura.⁷⁰

Houve, a partir desses eventos, um aumento significativo de publicações ligadas direta ou indiretamente ao PCB. Do mesmo modo, houve um fortalecimento das vozes dissidentes em relação ao partido e às diretrizes oficiais orientadas pela assunção das proposições da IC. Exemplo dessa dissonância é a revista *Literatura*, de Astrojildo Pereira que ressaltava a necessidade de se dar vazão à produção intelectual que, em contato com ideário pecebista, promoviam a emergência de novas análises e abordagens sobre a realidade brasileira.

No entanto, e considerando que processos sociais mais amplos e mais complexos desenvolvem-se também nos bastidores de uma organização do porte de um partido como o Comunista do Brasil, uma outra perspectiva se desvela quando tomamos como referência os projetos surgidos em paralelo à postura oficial do PCB. Não que houvesse uma dissidência permanente dentro do próprio partido, mas núcleos

⁷⁰ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 68.

mais ou menos organizados sempre existiram em torno e dentro do PCB que, em certa medida, favoreceram o desenvolvimento do próprio partido, que deveria caminhar em compasso com a realidade brasileira.

A emergência de tais *núcleos* é visível, sobretudo na participação crescente de frações intelectuais nas questões do partido; articularam ações noutras esferas de atuação e com outro instrumental, que permitiu a inserção gradual do PCB em espaços não tradicionais política e ideologicamente. Estes espaços foram construídos, sobretudo a partir de uma imprensa que, via de regra, mantinha vínculos com o ideário comunista, mas nem sempre estava a serviço do partido. Ainda na década de 1950, jornais desse padrão e devotados à imprensa popular como *Tribuna Popular* (RJ) e *Hoje* (SP), depois intitulado *Notícias de Hoje*, tiveram importância fundamental na articulação de intelectuais e artistas em torno da imprensa comunista. Muito embora esses periódicos tenham, em algum momento, fortalecido os elos com PCB, o que mais interessa na abordagem desse tipo de imprensa é o fato dela mesma ter dado suporte a uma geração de intelectuais que, a partir dela, fariam as devidas críticas e ressalvas à centralidade oficial do partido e recolocariam as discussões noutra plano de debates.

Daí também a pertinência da proposta de Rubim, ao frisar que seria importante discernir a “imprensa do PC desta imprensa de publicações sob sua influência ou simplesmente de esquerda, onde isto for possível”⁷². A distinção das abordagens, dos percursos intelectuais e dos colaboradores da imprensa denominada comunista,

⁷² RUBIM, Antonio Canellas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil – teorias e interpretações*. Campinas: EdUnicamp, 1998, p. 312.

possibilita-nos identificar os *núcleos intelectuais* envolvidos no processo de distensão política do PCB. Essa condição permite, por exemplo, demonstrar que a leitura que os militares realizam sobre o “movimento comunista” através dos IPMs, incorre em equívocos primários ao supor uma unidade política e ideológica do próprio “movimento”. A importância dessas *formações culturais* que se articulam ao redor do PCB, a partir da década de 1950 na forma de dissidências, está no “desajuste fecundo” dos seus integrantes e não no seu potencial enquanto movimento organizado. É, justamente, nesse ponto que uma sociologia dos intelectuais comunistas se torna complexa, pois não se trata de separar as tendências e as expressões em “grupos”, mas ao contrário, detalhar esses contingentes de esquerda e classificar suas intervenções a partir de uma tipologia que ao mesmo tempo preserve a vocação de seus militantes para a unidade (na forma de “grupos” ou “movimentos” intelectuais), mas, por outro lado, ressalte o aspecto individual de seus integrantes. A partir dessa abordagem será possível colocar em evidência as tensões e as contradições expressas nas *formações culturais* e identificadas nos *núcleos intelectuais*. Para tanto, conclui Rubim,

isso exige atenção a pequenas pistas: presença de determinados indivíduos; referência a decisões e organizações partidárias; ideário difundido; propagandas veiculadas; o posterior reconhecimento pelo Partido ou por seus dirigentes e militantes etc. O recurso a este conjunto de expedientes em muitos casos não permite reconhecer tênues e delicados limites, que sequer parecem ter existido.⁷³

⁷³ Id. Ibid.

A presença destes intelectuais, primeiramente na imprensa de esquerda e, mais tarde num circuito mais amplo de produção e circulação de bens culturais coloca também a necessidade de se confirmar se, de fato, como afirma Rubim, houve uma política cultural do PCB – e até que medida ela confluiu para a hegemonia cultural de esquerda. Noutras palavras, se podemos descrever o PCB de meados da década de 1950 como um “aparelho político-cultural”, quais são efetivamente os fatores que indicam a unidade desse projeto ou, do contrário, quais são as tensões exercidas entre seus intelectuais que impossibilitaram a realização de uma política cultural integrada – a exemplo da Frente Única, no que se refere ao aspecto político. Ou ainda: como podemos afirmar, a partir das disputas estéticas e ideológicas em torno ao partido, que havia uma política cultural definida programaticamente pelo PCB⁷⁴?

Essa convergência de questões, habitualmente tomada de forma unilateral, aponta para formulação de modelos explicativos que muitas vezes reduzem as singularidades das *formações culturais* a detalhes despercebidos aos olhos de quem analisa os fatos com distanciamento histórico. Os detalhes referem-se ao espectro, às variantes ideológicas e estéticas que fogem às classificações, mas que revelam desajustes da própria organização de intelectuais e artistas, bem como e as leituras que se fez sobre ela – em especial, a dos militares através dos IPMs.

No estudo das relações estabelecidas entre comunistas oriundos da estrutura partidária e intelectuais que gravitavam em torno do partido, é preciso permitir uma outra leitura angular: investigar como foram construídas efetivamente as redes

⁷⁴ Cf. RUBIM, Antonio Canellas. op. cit. p. 309.

intelectuais e de que modo se deu o processo de sua legitimação; do mesmo modo, avaliar os usos e os desusos do engajamento políticos no interior de projetos (políticas?) culturais. Se a organização do setor de produção e circulação cultural é protagonizada pelas disputas destes intelectuais em torno dos projetos de engajamento e de transformação da realidade brasileira, essa mesma condição é natureza imanente das organizações políticas de esquerda, em especial a dos comunistas que há décadas mantinha um aparato sofisticado de difusão cultural, tendo por base a organização partidária como referência institucional.

No entanto, a partir de meados da década de 1950 essa referência institucional daria espaço a outro tipo de organização, esta mais complexa e diversa abrindo espaço para as dissidências antes atenuadas pela centralidade política do PCB. O desmantelamento gradual de um conjunto de referências políticas e ideológicas possibilitou a emergência não somente de novos atores na cena cultural, mas também gerou um novo campo de problemas e questões a serem pensados e problematizados por esses novos atores.

Daí também uma realidade em crise para os intelectuais do partido e um outro e novo horizonte por se trilhar por aqueles que não assumiriam mais a perspectiva onisciente do partido, mas a posição política resultante da formação crítica do novo intelectual. Dessa forma, “os tipos de organizações extrapartidárias destinadas a buscar a incorporação de intelectuais englobam entidades político-sociais gerais; movimentos e

instituições culturais; associações gerais de intelectuais e entidades corporativas de categoria de trabalhadores intelectuais”⁷⁵.

O espaço inicial dessas formações extrapartidárias (mas ao mesmo tempo vinculadas ao ideário e ao vocabulário pecebista) foram as publicações periódicas que deram voz aos intelectuais que procuravam escapar à centralidade do partido e propor a partir das discussões democráticas⁷⁶. Nessa conjuntura de reorganização das forças políticas frente à eleição de Juscelino Kubitschek e as denúncias dos crimes de Stalin por Krushev em 1956, o PCB articulou entre seus quadros diversas formas que possibilitassem a sua reinserção política. Isso gerou profundas transformações no partido a ponto de muitas vezes colocar seu próprio estatuto em contradição ao, por exemplo, manter uma posição rígida em relação às diretrizes políticas formuladas pelo comitê central do partido e concomitantemente fomentar a expressão das críticas a essa mesma centralidade do CC que, segundo Daniel Aarão Reis Filho, “mais pareciam revelar mais esquizofrenia do que teoria marxista”⁷⁷.

Um desses novos espaços de articulação foi a revista *Estudos Sociais* que, segundo seu primeiro editorial, desejava

afirmar claramente que é nosso propósito estimular a polêmica: polêmica entre marxistas, polêmica entre marxistas e representantes de outras correntes do pensamento. É nossa

⁷⁵ Id. *Ibid.* p. 347.

⁷⁶ Um outro fator importante e presente foi a discussão em torno da “questão democrática” emergiu para esses intelectuais como um centro irradiador de novos projetos. Ela aparecerá muito claramente mais tarde em publicações como a *Revista Civilização Brasileira* (RCB), mas já no final da década de 1950 a “liberdade democrática” começa a ser gestada como um ponto de referência conceitual para muito destes intelectuais, sobretudo os intelectuais paulistas.

⁷⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do partido comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil – vol. 05*. Campinas: EdUnicamp, 2002, p. 82.

convicção que a luta de opiniões, o confronto de idéias, a crítica, a discussão são indispensáveis ao desenvolvimento do pensamento e da cultura. Entendemos que esta revista, ao acolher semelhante debate em suas páginas, estará contribuindo de maneira eficaz para enriquecer o pensamento brasileiro⁷⁸.

É importante salientar que a *Estudos Sociais* foi a consolidação de um projeto de readequação dos quadros do PCB. Sua publicação, iniciada em 1958, refletiu um processo do partido em reaver suas posições, frente a estes novos atores emergentes na cena cultural brasileira e possibilitou a estes intelectuais e artistas uma visibilidade antes não permitida em função das próprias orientações que o partido fornecia. Ou seja, a vaga anti-intelectualista do PCB foi durante muito tempo um mecanismo de apaziguamento das tensões internas da organização comunista e um instrumento que possibilitava a formação de uma “unidade cultural” e de opiniões em torno das diretrizes do partido. Ao menos até 1956 essa postura e essa conduta da organização determinou o modelo de formação do intelectual comunista que, como já foi afirmado anteriormente, instrumentalizado pelo partido ele assumia funções específicas considerando as necessidades políticas e ideológicas da sua organização. E a necessidade até então colocada, segundo Gildo Marçal Brandão era de “uma concepção fortemente ativista e anti-intelectualista da atividade política”⁷⁹.

Marcelo Ridenti também descreve essa situação vivida pelo partido e seu contingente intelectual e menciona que a “situação mudou na virada dos anos 50 para o

⁷⁸ REVISTA Estudos Sociais, nº 01, 1958, p.04.

⁷⁹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: cãs duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 46.

60, em que o PCB procurou aproveitar os intelectuais naquilo em que eles eram especialistas, o trabalho intelectual, desenvolvido com autonomia”⁸⁰. É, pois, a construção dessa autonomia que precisa ser cuidadosamente analisada, porque ela não somente deriva as transformações em curso no final da década de 1950, mas também corresponde ao processo de legitimação da figura do intelectual (e a sua representação) no espaço público, bem como na formação do seu repertório e do seu campo de influência e poder de intervenção. Ora, se antes a figura do intelectual era intrinsecamente relacionada às instituições e, em certa medida, balizada por elas, ele agora se abre para um horizonte no qual as suas perspectivas e o seu domínio se expandem na construção de um novo espaço.

Na pesquisa de Santiane Arias sobre a revista *Estudos Sociais*, a conquista da autonomia intelectual trouxe a responsabilidade da construção de um marxismo criador, posto que uma realidade nada comum, a ser descoberta à luz da teoria marxista, desafiava esses intelectuais. E foi, segundo ela, em meio a esse cenário que, em maio de 1958, veio a público a revista *Estudos Sociais*, dirigida primeiramente por Astrojildo Pereira⁸¹.

Mesmo antes, em 1956 quando das denúncias de Krushev, jornais da chamada imprensa popular sob influência pecebista já alentavam pautas para uma nova discussão. O *Voz Operária* em sua edição de 06/10/1956 trazia uma carta redigida por Maurício Pinto Ferreira, desautorizado pelo partido, seguida pelo artigo de João Batista

⁸⁰ RIDENTI, Marcelo *Em busca do povo brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.68.

⁸¹ ARIAS, Santiane. *A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”*. (dissertação de mestrado em sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 2003, p. 17.

Lima e Silva intitulada “Não poderia se adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”. Durante o mês de outubro de 1956 muitas foram as manifestações de intelectuais comunistas que assinando cartas, artigos e manifestos exigiam abertura da discussão sobre os rumos do partido⁸².

O fato é que há um certo consenso entre os pesquisadores e mesmo na literatura militante, de que essa fase encerra um ciclo e inicia um novo processo para as esquerdas, em geral e para os comunistas, especificamente. E o ponto culminante dessas transformações políticas e ideológicas é, justamente, a Declaração de março de 1958, que permitiu aos comunistas redesenharem seus projetos considerando não somente as denúncias durante o XX Congresso do PCUS, mas também as mudanças estruturais pelas quais passava a sociedade brasileira, desde a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da república. Daí a importância, nesse contexto, destas publicações.

As publicações serviram como espaços aglutinadores e articuladores dos intelectuais de esquerda a partir da segunda metade da década de 1950. O mercado editorial e seu nicho de revistas culturais tiveram um crescimento significativo de títulos e exemplares impressos, fenômeno que resultou também no fortalecimento de instituições que respaldaram tais articulações, como veremos, no âmbito cultural. A ressonância dos debates entre intelectuais, que se tornava visível a medida que PCB abria-se para revisões, propiciava a formação de um novo espectro de problemas que ia além dos limites políticos e ideológicos sugeridos pelo próprio partido.

⁸² SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 115.

Um destes espaços institucionais, o ISEB, como veremos no decorrer da pesquisa, além de servir de espaço alimentado pelos debates em torno do desenvolvimentismo, num primeiro momento, e sobre o nacionalismo de esquerda, num segundo momento, foi também uma instituição que possibilitou e justificou o arranjo de certa parcela das esquerdas quando o próprio ISEB viveu a sua fase esquerdista. Também não quer dizer que revistas culturais fossem em sua maioria chanceladas pelo partido, que elas fossem concebidas como porta-vozes do partido. Assim como o próprio ISEB, mesmo na sua fase de esquerdização, não foi uma entidade que integralmente defendera a política do PCB. Deve-se atentar para o fato que houve, nessas circunstâncias de transição e revisão dos quadros do partido, um hibridismo bastante rico entre diversas tendências de esquerda e fomentou-se a formação de quadro de intelectuais e artistas estreitamente ligado a um projeto nacionalista de esquerda – e mais tarde, ao nacional popular.

Outro exemplo foi a revista *Brasiliense* editada em São Paulo e que também esteve integrada à abertura das discussões sobre os rumos do PCB após 1956. De qualquer maneira, a *Brasiliense* não foi um órgão de imprensa oficial do partido, assim como não assumiu uma dissidência no interior da organização partidária. Entretanto, é sabido que seus colaboradores mais expoentes tinham um percurso político marcado por disputas intrapartidárias e, na ocasião da criação da revista em 1955, isso ficou bastante evidente. Seu perfil editorial, segundo Fernando Papaterra Limongi, estava fortemente marcado pela questão agrária e havia ainda resquícios de presença varguista nas suas propostas. E uma outra questão acentuava a dissonância entre os

colaboradores da *Brasiliense* e o Comitê Central era a da liberdade democrática, como um fato necessário para a autonomia e criação culturais. O conceito de democracia (relacionado ao conceito de liberdade), aos poucos tomava novas dimensões no interior das reflexões dos intelectuais ligados direta ou indiretamente ao PCB. A *Brasiliense*, inúmeras vezes, entrou em choque com a do partido e foi criticada pela imprensa partidária acusada de estar vinculada aos interesses dos “homens de negócios”⁸³.

Assim, por exemplo, registrou a revista *Fundamentos* no seu número 39 que atentaria para essa disputa discordando das bases ideológicas da *Brasiliense* descrevendo em seu editorial que

a *Revista Brasiliense* não reconhece em nenhuma de suas páginas o papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, como essa força capaz de impulsionar o movimento de renovação. Por isso tudo achamos inadmissível a presença, entre os diretores e orientadores da *Revista Brasiliense*, de membros do PCB, como Elias Chaves Neto, Caio Prado Jr.⁸⁴

Por outro lado, a revista *Estudos Sociais* teve uma posição muito diferente em relação às posições assumidas pelo periódico de Caio Prado Jr e Elias Chaves Neto. Ao resenhar o número 15 da *Brasiliense*, Jacob Gorender a definiu como uma “revista valiosa” e sua importância estava justamente no fato de servir na formação de um novo quadro cultural da inteligência brasileira. Ou seja, do ponto de vista da renovação das

⁸³ LIMONGI, Fernando Papaterra. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista Brasiliense*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 05, São Paulo: Anpocs, outubro de 1987.

⁸⁴ FUNDAMENTOS, n° 39, publicada no ano de 1953.

⁸⁶ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Delegação de poderes n° 481*. 1971. IPM do ISEB. Vol. 01, sem paginação.

esquerdas – representadas na emergência de novas discussões e de intelectuais que sustentavam esses debates – não eram simplesmente discordâncias internas do partido. Mais que isso, eram dissidências que, trazidas a público, evidenciavam as transformações latentes em torno do PCB no final da década de 1950. Era um processo que demonstrava a emergência de um novo intelectual comunista, com um vocabulário específico e com uma concepção diferenciada de produção cultural que, na maioria das vezes, estava intrinsecamente ligada com a política.

No caso da revista *Estudos Sociais*, nomes como os de Jorge Miglioli, Fausto Cupertino, Leandro Konder, Helga Hoffmann, embora vinculados ao PCB – alguns inclusive, como Miglioli, funcionário do partido – tinham atividades profissionais sem qualquer relação com a militância. A relação desses intelectuais era importante, mas não única e necessária, pois o comprometimento que surgia no interior dessas publicações dizia respeito aos embates, à renovação e às tensões que permearam a reestruturação dos movimentos e partidos de esquerda no início da década de 1960.

Desse modo, no que tange às publicações de esquerda, todo o processo de construção de autonomia pelos intelectuais em relação à centralidade do PCB correspondia, por sua vez, à formação de um campo no qual a intelectualidade de esquerda poderia colocar em questão as suas discussões e seus projetos. O processo de autonomização destes intelectuais possibilitou a eles a projeção de um espaço público de debates por meio da imprensa, assim como visibilidade necessária para tornar a questão cultural um dos epicentros da resistência ao regime militar pós-1964. E de certa

maneira, foi essa característica que, inicialmente, chamou a atenção dos militares para o fenômeno da intelectualidade de esquerda.

Isto quer dizer que, apesar das dissidências pecebistas terem surgido ao longo da década de 1950, a emergência de novas questões pela intervenção da intelectualidade de esquerda não tinha um caráter organizado como movimento planejado, mesmo na década seguinte. A resistência cultural atribuída à intelectualidade de esquerda (ou comunista, especificamente), dizia respeito a um variado leque de propostas de crítica e oposição ao governo, mas não a um movimento organizado com diretrizes fixadas por um comando político-partidário central. Ou ainda: a resistência cultural ou a intelectualidade de esquerda e de oposição, na maioria das vezes, foi concebida superficialmente pelos militares (e por grande parte da sociedade civil) como um instrumento a serviço do PCB, que se utilizava das produções artístico-culturais para difundir as teses comunistas.

É partir desse aspecto geral que os intelectuais de esquerda se tornaram protagonistas de dois grandes impasses vividos em simultaneidade: a dissidência político-ideológica que expressava a busca de autonomia em relação ao centralismo do partido e, ao mesmo tempo, a identificação dessa autonomia – pelos militares do pós-1964 – como estratégia do PCB em fazer uso ideológico da intelectualidade de esquerda um instrumento cultural da comunização da sociedade brasileira.

1.4 – O IPM do ISEB

O IPM do ISEB, também conhecido como inquérito policial-militar nº 481 continha 30 volumes perfazendo aproximadamente oito mil páginas de depoimentos, documentos apreendidos, livros, recortes de jornais, fotografias etc. Este inquérito, instaurado nas semanas que se seguiram ao golpe militar, tinha objetivos claramente definidos, a saber, investigar as supostas atividades comunistas exercidas pelo instituto entre 1956 e 1964, conforme descrevia a delegação de poderes do Comando Supremo da Revolução:

O marechal Estevão Taurino de Rezende Neto, tendo em vista a Portaria nº 01, de 14 de abril de 1964, do Comando Supremo da Revolução, resolve delegar ao coronel Gerson de Pinna poderes para presidir Inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Guanabara, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social.⁸⁶

Entretanto, o extenso processo que documentou toda a investigação sobre o instituto foi além das averiguações das atividades promovidas em sua sede. A começar pelo auto de apreensão⁸⁷ de documentos no próprio ISEB, a linha de abordagem dos indiciados se encaminhou no sentido de constituir um quadro geral das relações mantidas com outras entidades, empresas e associações – direta ou indiretamente

⁸⁷ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Auto de busca e apreensão*. 06/07/1964. IPM do ISEB. Vol. 01, p. 10-39. Consultar junto aos anexos o Documento nº 02.

vinculadas a grupos políticos de esquerda. Nesse sentido, não é sem propósito que questões referentes à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), à Editora Civilização Brasileira, à coleção Cadernos do Povo Brasileiro, ao Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) e à História Nova fossem igualmente investigadas juntamente nesse inquérito.

Essa postura, por sua vez, representava a própria “metodologia de pesquisa” adotada pelos militares, pois a construção da subversão nos meios intelectuais estava intimamente relacionada aos vínculos políticos estabelecidos com as esquerdas, sobretudo com o PCB. Na medida em que entidades, como as aqui citadas, já possuíam um histórico de relações com o pecebismo, conseqüentemente, o ISEB teria sido também um órgão a serviço do partido. Ou seja, de imediato percebe-se que o início das investigações a partir dessa tese, conferiu à comissão de inquérito a livre associação do ISEB com o PCB.

Foi na busca dos responsáveis pela “comunização” do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que uma comissão de inquérito militar foi composta para investigar a direção, o corpo docente e discente, além dos funcionários da instituição. O ISEB foi uma das organizações intelectuais mais representativas que participaram da renovação política, em curso no início da década de 1960. A história do instituto e a

influência exercida por ele sobre a vida política e cultural brasileira já foi detalhadamente abordada em inúmeras pesquisas⁸⁸.

Antes da instituição legal do ISEB em 1955, dentro da estrutura administrativa do Ministério da Educação e Cultura, a participação de um *núcleo* de intelectuais era já era intensa. Reunindo-se desde 1952 com certa regularidade, o “grupo de Itatiaia” – que tinha entre seus membros alguns integrantes da Ação Integralista Brasileira – promovia eventos e discussões políticas, sociais e econômicas que, pelo desenvolvimento circunstanciado das atividades, resultou na criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1953.

As atividades do IBESP na ocasião obtiveram alguma repercussão, pois a entidade trabalhou no ramo de consultoria para empresas do setor privado, promovendo análises, discutindo propostas de desenvolvimento econômico e comercial. Como alguns de seus integrantes já estavam inseridos no setor comercial e industrial, o então Ministro da Fazenda Marcos de Souza Dantas com auxílio de Augusto Frederico Schmidt, que mantinha contato com Helio Jaguaribe (então secretário geral do IBESP), propôs um convênio deste instituto com o governo federal. Os demais membros dessa formação inicial eram Ewaldo Corrêa Lima, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida e Nelson Werneck Sodré que, a partir de uma publicação regular, intitulada *Cadernos do Nosso Tempo*,

⁸⁸ Sobre o ISEB ver, por exemplo: TOLEDO, C. N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982; FRANCO, Maria S. C. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena (org.). Ideologia e mobilização popular. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1985; MOTA, C. G. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1985; PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990; OLIVEIRA, L. L. A sociologia de Guerreiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

iniciaram um processo de discussão sobre a realidade brasileira, bem como ressaltando a importância do papel do intelectual e da cultura para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A revista trazia como diretor Hélio Jaguaribe, o redator-chefe era Ewaldo Corrêa de Lima e o conselho de redação, entre outros nomes era composto por Inácio Mourão Rangel e Nelson Werneck Sodré.

Entre 1953 e 1955 estes intelectuais estiveram à frente de um projeto que definitivamente se consagraria no governo de Café Filho (1955-1956), com a criação de cursos regulares promovidos por órgãos ligados ao seu governo. Até que em 13 de julho de 1955 foi entregue, ao então presidente da república, uma exposição de motivos em que Cândido Motta Filho, Ministro da Educação e Cultura, solicitava providências no sentido de ser instituído, dentro do seu próprio ministério e diretamente subordinado a ele, um curso permanente de altos estudos econômicos e sociais, que se chamaria ISEB “voltado, especialmente para a compreensão crítica da realidade brasileira e a elaboração de instrumentos teóricos adequados que permitam a interpretação do desenvolvimento nacional e possibilitem o seu incentivo e a sua promoção”⁸⁹.

Sua instituição baseou-se no artigo 174 da Constituição Federal de 1946 que estabelecia ser dever do Estado o amparo à cultura, em virtude de ser o Poder Público o principal responsável pelo desenvolvimento do país. Colocaria a seu serviço dirigentes e técnicos para que realizassem estudos e trabalhos de aperfeiçoamento.

⁸⁹ Apud INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. 1971. IPM do ISEB, vol. 26, p. 6.491.

Houve, inicialmente, uma recomendação no decreto de criação: que o ISEB se constituísse na forma de uma organização própria e com autonomia, entretanto, não se isolando de entidades semelhantes, públicas ou privadas, utilizando-se de informações pré-existentes em pesquisas realizadas por centros universitários, entidades como a Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho de Pesquisas; todas de caráter público bem como instituições privadas como o IBESP, associações profissionais e outros órgãos destinados, teórica e empiricamente, a estudos conexos com os do ISEB. Poderia o instituto, inclusive, celebrar acordos com entidades e órgãos incumbidos de tarefas que lhe interessassem, devendo ter autonomia administrativa, completa liberdade de pesquisa, opinião e cátedra, sendo órgão pós-universitário de estudos e divulgação.

Foi aconselhado inicialmente não lhe conceder personalidade jurídica, o que seria feito depois, para que fosse dotada de certa flexibilidade na sua organização e a reorganização. Da mesma forma, foi sugerido que a entidade ficasse subordinada não à universidade, mas ao ministro da Educação e Cultura, num regime diferente de outros órgãos governamentais, com uma estrutura e lei própria⁹⁰.

Finalmente em 14/07/1955 o ISEB foi criado pelo decreto nº 37.608, cujos artigos 1º, 2º e 14º determinavam sua instituição

no MEC, diretamente subordinado ao ministro de Estado, um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, sob denominação de ISEB, dotado, para

⁹⁰ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.492.

realização de seus fins, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, opinião e cátedra. O ISEB tem por finalidade o estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, história, economia e política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumento teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.⁹¹

Entretanto, o decreto 45.911 de 1959 substituiu a expressão “curso” por “centro” de estudos políticos e sociais; criava os departamentos culturais de filosofia, história, política, sociologia e economia; estabelecia também os serviços de estudos e pesquisa, cursos e conferências, publicação e divulgação. Estabelecia que o ISEB teria um diretor, um conselho curador e uma congregação, que esta seria constituída pelos professores responsáveis pelos departamentos culturais, professores designados pelo ministro da Educação e Cultura, competindo à congregação a orientação cultural do ISEB. Também caberia à congregação propor ao diretor o contrato de professores brasileiros e estrangeiros para ministrar cursos, realizar conferências e colaborar no serviço de estudos e pesquisas, bem como examinar textos, originais ou traduzidos a serem editados pelo Instituto, concursos e conceder bolsas de estudos, de acordo com o conselho curador.⁹²

Assim, conforme a análise dos militares responsáveis pelo IPM do ISEB, desde a organização do instituto pelo decreto de 1955 e sua reorganização por um segundo

⁹¹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.493.

⁹² INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.497.

decreto em 1959, além da sua aproximação com órgãos de propaganda ligados às esquerdas entre os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, ficou constituído nos autos aquilo que os militares denominaram de “guerra revolucionária no Brasil”. A curiosidade é que a descrição do “crime”, bem como sua justificativa pela prerrogativa militar, se dava no combate às idéias e à filosofia supostamente difundida pelo instituto, ou seja, o comunismo. Dessa forma, o processo de investigação militar sobre a subversão comunista no interior do ISEB estava atrelado, como foi dito, a uma busca exaustiva de informações que pudessem criminalizar não somente os membros do ISEB, bem como a seus “métodos” de trabalho. Daí que na imputação do crime aos isebianos, os relatores do IPM busquem na própria bibliografia comunista as provas materiais do crime de subversão: “vemos a atenção que dão os comunistas à conquista das elites intelectuais, ao lermos em Vishinsky: nós não venceremos o ocidente por meio da bomba atômica. Venceremos com qualquer coisa que o ocidente não compreenda – as nossas mentes, as nossas idéias, a nossa doutrina”.⁹³

Com a apuração dos fatos no processo de investigação desse IPM, ficou constatado que a subversão desenvolvida no ISEB “contava com a condescendência das autoridades da época, e que existia uma orientação comunista e denominada nacionalista”. Que segundo seus relatores, era difundida uma “ideologia alienígena” preconizada por seus dirigentes, professores e conferencistas que, valendo-se da

⁹³Andrei Yanuarievich Vishinsky (1883-1954), diplomata e jurista soviético. Estudou Direito na Universidade de Kiev, cedo entrou no Partido Social-Democrata, e lutou nas fileiras bolcheviques durante a guerra civil (1918-20). Professor de Direito e, mais tarde reitor na Universidade de Moscou. Tornou-se Procurador-chefe da URSS em 1935. Atuou como assessor jurídico do Partido Comunista entre 1936-1938. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, Vishinsky se tornou comissário-adjunto dos Negócios Estrangeiros (1940-49). Foi ministro dos negócios estrangeiros da URSS a partir de 1949 até 1953, quando foi sucedido por Molotov, quando se tornou delegado permanente junto das Nações Unidas. Op. Cit., v. 26 p. 6500.

chamada ‘liberdade de cátedra’, e plenamente identificados com a doutrina marxista, “praticavam por meio de aulas, conferências e publicações a mais notada subversão”. Muito embora as conclusões, provas e indícios conduzissem à constatação de que tais “agentes da subversão” agissem de diversas maneiras com inúmeras intenções, apenas um “crime” estava por trás dessas ações.⁹⁴

A subversão no ISEB era caracterizada pelo IPM como uma das facetas da guerra revolucionária no Brasil, colocada em curso pelo MCI. Entretanto, a ação no instituto constituía uma ação em novo campo: o da educação e da cultura. Definidos pelo inquérito como força motriz desse processo estavam o MEC e o próprio ISEB, que tinham, segundo provas e indícios coletados pela comissão de investigação, efetiva colaboração de intelectuais comunistas e ajuda do governo João Goulart. Havia, ainda segundo a argumentação dos relatores, a participação de outras entidades com a Associação dos Diplomados do ISEB (ADISEB) que prolongava as atividades subversivas do ISEB através da criação de inúmeras associações em vários Estados da União⁹⁵. De qualquer forma, o que o IPM do ISEB tenta qualificar em todos os seus trinta volumes é que “o ISEB foi uma tentativa de reorganização do proscrito Partido Comunista (art. 9º da lei 1.802). O pensamento dominante naquela instituição era o de ser o porta-voz do PC, sendo um núcleo de agitação para a prática de crimes contra a ordem política e social⁹⁶.”

⁹⁴ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.502.

⁹⁵ Id.Ibid.

⁹⁶ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.511.

Este argumento da comunização justificou boa parte da investigação militar sobre as atividades do instituto. Assim se fez em virtude de uma transformação sintomática pela qual passou o ISEB, a saber, o processo de renovação que atingiu alguns de seus de seus quadros , a ponto de aproximá-los do campo de influência do PCB. Segundo informa um dos relatórios iniciais, anexado ao inquérito lê-se que

a direção daquele órgão, empolgada por militantes comunistas e por alguns esnobes que julgavam conveniente ou elegante imprimir aos cursos a marca do esquerdismo, [...] subverteu o objetivo do ISEB, que se transformou em antro de pregação comunista, ora ostensiva e atrevida, ora subliminar e larvada, sempre convicta e pertinaz, embora nem sempre inteligente e produtiva, sob as vistas complacentes de alguns ministros da educação e a instigação de outros.⁹⁷

Essa abordagem do instituto estava estreitamente relacionada a um contexto específico da produção isebiana. Apesar, pois, de todo histórico do ISEB desde a sua criação em julho de 1955⁹⁸, passando pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a sua vinculação ao projeto nacional-desenvolvimentista encampado pelas diretrizes governamentais de JK, o ISEB cumpria um papel de destaque na construção de projetos de desenvolvimento nacional junto ao governo. Suas campanhas sócio-pedagógicas tinham importância porque alentavam, ao mesmo tempo, a formação de quadros profissionais dispostos a pensar e discutir os problemas brasileiros, e a consolidação de um laboratório do ideário progressista a serviço do próprio governo,

⁹⁷ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório da Procuradoria Geral da República*. 1971. IPM do ISEB. Vol. 01, p. 22-23. Relatório emitido no ano de 1971, na ocasião de perdido de recurso criminal por parte do réu.

⁹⁸ Por decreto presidencial nº 37.608, do então presidente Café Filho (1954-1955).

no caso, o de JK. No entanto, mudanças radicais atingiram a instituição, gerando discussões e embates entre professores e assistentes de pesquisa. Fase esta descrita, com ênfase desmedida, pelo relatório do IPM que desconsiderava o instituto e a sua produção dentro de um aspecto amplo da realidade brasileira.

Mas de qualquer modo, a politização crescente do ISEB, sobretudo a partir de 1961, promoveu a incipiência no interior da entidade de um *núcleo intelectual* preocupado em dar enfoque às questões sobre o nacionalismo e o problema do imperialismo norte-americano. Aquilo que Nelson Werneck Sodré denominou de esquerdismo isebiano⁹⁹ refletia essa condição que postulava novos horizontes ideológicos para o instituto. Orientação que já se esboçava desde 1958 quando, por exemplo, num dos cursos do ISEB, Roland Corbisier utilizando a metáfora hegeliana do senhor e escravo, ou colonizador e colonizado, afirmava que

o binômio senhor e escravo, que marca as relações entre o colonizado e o colonizador, nos parece caracterizar todo o complexo colonial. O colonizador é sujeito, ao passo que o colonizado é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigações e deveres, e, quanto aos direitos, apenas aqueles que o senhor lhe concede. [...] O escravo não tem ser próprio, nada é em si mesmo, pois o seu ser se fundamenta no ser do senhor, de cuja vontade é apenas reflexo. Podemos entender agora o que dissemos a respeito da “alienação” como característica global das sociedades coloniais. [...] Com isso queremos dizer que um povo economicamente colonial ou dependente também será dependente e colonial do ponto de vista

⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. “História do ISEB: crise” In: *Temas de Ciências Humanas* (vol.2). São Paulo: Grijalbo, 1977.

da cultura, tomando a palavra cultura no sentido de mundo objetivo em que se exterioriza o espírito subjetivo desse povo.¹⁰⁰

Roland Corbisier foi diretor do ISEB desde sua fundação até a 1960. Seu nome sempre esteve vinculado ao instituto e sua participação no processo de reestruturação da entidade foi imprescindível, na medida em que ele próprio possuía um trânsito bastante intenso entre diversos setores da produção cultural, naquele momento.

Ao assumir a direção do ISEB, constituiu o corpo de professores e pesquisadores do instituto. Corbisier foi responsável por um processo gradual de inserção do ISEB em discussões que, além de abordarem os problemas inerentes à realidade brasileira, diziam respeito à politização destes temas. Fator marcante entre inúmeras entidades comprometidas com a questão do desenvolvimento nacional, mas que tinha uma relação especial, justamente, com um determinado contingente de intelectuais de esquerda que migravam das hostes partidárias na direção de um espaço público fortalecido pela pluralidade de idéias. Em outras palavras, aquilo que o relatório do IPM do ISEB descreve como “antro de pregação comunista”, era a definição dessa aproximação do instituto com a intelectualidade de esquerda que emergia no final da década de 1950.

Na lista de indiciados publicada no relatório final do IPM 481 constavam os nomes de Abdias do Nascimento, Alberto Coelho de Souza, Alberto Guerreiro Ramos, Alberto Latorre Faria, Alfredo Carlos Teixeira Leite, Álvaro Borges Vieira Pinto,

¹⁰⁰ CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958, p. 29-30.

Antonio Ferreira de Oliveira Brito, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Antônio Ferreira Paim, Cândido Antonio José Francisco Mendes de Almeida, Carlos Estevam Aldo Martins, Clery Silva Teixeira de Freitas, Clóvis Salgado Gama, Darcy Ribeiro da Silveira, Dirceu Duarte Calegari, Domar Campos, Edmilson Jorge de Oliveira, Eduardo Chuahy, Eloy Ângelo Coutinho Dutra, Ênio Silveira, Fernando Santana, Flávio Augusto da Silveira Pamplona, Francisco de Barros Cachapuz, Francisco Julião Arruda de Paula, Gilberto Ferreira Paim, Helga Hoffmann, Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos, Herbert José de Souza, Ignácio Mourão Rangel, Jânio Quadros, João Belchior Marques Goulart, Joel Rufino dos Santos, Julio Furquim Sambaquy, Juscelino Kubitschek, Kardec Leme, Leandro Augusto Marques Konder, Leonel de Moura Brizola, Luiz Bayardo Silva, Luiz Carlos dos Prazeres, Maria Aparecida Fernandes, Maurício Martins de Melo, Miguel Arraes de Alencar, Moacyr Paixão e Silva, Nelson das Neves Brandão, Ormuz Bello Galvão, Oscar Gonçalves Bastos, Osny Duarte Pereira, Oswaldo Herbster de Gusmão, Paulo de Tarso Santos, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Antonio de Menezes Mourão, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Roberto Gonçalves Pontual, Roberto Riedel Osório de Pina, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Rosemonde de Castro Pinto, Rubem César Fernandes, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, Viriato Natividade Duarte e Wanderley Guilherme dos Santos.¹⁰¹

Ao conferirmos a lista de indiciados, a maioria não tinha vínculo algum com o partido¹⁰², mas foram envolvidos porque em algum momento estiveram ou presentes num evento do ISEB ou porque mantinham algum tipo de contato com a entidade.

¹⁰¹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relação dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.521-6.522.

¹⁰² Conforme afirma Leandro Konder (indiciado neste IPM), em depoimento ao autor em 28/04/2008.

Mesmo Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto (os dois diretores do instituto entre 1956 e 1964) jamais tiveram qualquer vinculação política direta com o PCB, mas não mediram esforços em promover uma série de atividades que colocassem em questão os problemas políticos e culturais atrelados ao (sub)desenvolvimento, e que, por sua vez, acolheram todo um temário de esquerda que já vinha se ocupando desse vocabulário. A aproximação do ISEB, a partir de 1958, com essas questões deu a ele a visibilidade política que antes não tinha quando apenas atuava como órgão de consultoria junto ao governo federal. E o problema residia justamente nesse fato: organizações de esquerda existiam de diversas maneiras no cenário político no final da década de 1950 e início da década de 1950, mas nenhuma conseguiu ter a repercussão pública e o respaldo governamental que o ISEB conquistou naqueles anos.

Esse “esquerdismo” para o qual o instituto se encaminhou teve, entretanto um significado muito específico, pois para os intelectuais comunistas representava uma dilatação do campo político, na medida em que a questão cultural era vista (tanto pelos intelectuais comunistas quanto pelos isebianos) como uma forma de abordagem dos problemas em torno do desenvolvimento nacional. Por outro lado, para os militares que se depararam com o “esquerdismo”, investigado pela comunidade de informação pelo menos desde 1959¹⁰³, a intelectualidade isebiana, ao se associar ao Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB) e à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), se aproximava de organizações de esquerda.

¹⁰³ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Sumário de informações – ação comunista no Instituto Superior de Estudos Brasileiros*. 15 de outubro de 1959. IPM do ISEB. Vol. 01, p. 71-79.

Essa aproximação do ISEB com setores intelectuais da esquerda, em especial do PCB, se manifestou de diversas maneiras. Uma delas foi a presença membros do Comitê Cultural do partido (organizado a partir de 1958), como Alberto Coelho de Souza, Helga Hoffmann, Oswaldo Hebster de Gusmão, Leandro Konder e Nelson Werneck Sodré e influenciou decisivamente na constituição dos departamentos culturais no ISEB a partir de 1961¹⁰⁴. Por mais que o referido comitê fosse endossado pelo partido, ele não era um órgão subordinado e dirigido pelo partido. O que importa afirmar até aqui é que, apesar da influência do ideário pecebista no interior do ISEB, não havia uma política cultural dirigida ao instituto coordenada nem pelo PCB nem pelo seu Comitê Cultural.

Outra aproximação que se caracterizava por essa relação mais aberta e menos sectária, do ponto de vista político, foi a da editora Civilização Brasileira sob direção de Ênio Silveira. A figura do editor esteve presente em diversos momentos desse longo processo de rearticulação das esquerdas. Não é gratuito, pois, que as menções a ele e ao seu trabalho como editor e proprietário da Civilização Brasileira aqui serão inúmeras, considerando seu trânsito por diversos espaços e promovendo a adesão de intelectuais oriundos de diversos *núcleos* em manifestos, pronunciamentos ligados à resistência cultural nas décadas de 1960 e 1970. E ainda na década de 1950, a presença de Ênio já se fizera notada dentro do próprio ISEB.

O editor vinha de uma longa trajetória que começou ainda em São Paulo, no início da década de 1950. Ao se aproximar de Octalles Marcondes Ferreira (proprietário

¹⁰⁴ Conforme em entrevista concedida por Leandro Konder ao autor, em 28/04/2008.

da Companhia Editora Nacional), conseguiu trabalho em sua editora e um estágio nos Estados Unidos para estudar edição e marketing de livros. No seu retorno, começou a participar como colaborador do jornal *Notícias de Hoje*, mantido pelo PCB na cidade de São Paulo, e em 1958 ele é designado por Octalles para dirigir um pequeno editora subsidiada da CEN no Rio de Janeiro, a editora Civilização Brasileira.

A partida para o Rio de Janeiro foi decisiva na sua carreira como editor, pois em pouco tempo Ênio adquiriu as ações de Octalles (que também era seu sogro), até que em 1963 tornou-se proprietário único da editora. Essa presença no Rio, entre 1958 e 1962, foi importante para a construção da visibilidade do seu trabalho e da editora, pois a sua aproximação com o ISEB foi sintomática, sobretudo no que tange à organização de um espaço de debates e ao fortalecimento de um vocabulário a partir dos temários de esquerda.

Desde 1958 ISEB e Civilização Brasileira mantiveram relações comerciais que resultaram, entre diversas encomendas editoriais, a edição da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, dirigida por Álvaro Vieira Pinto, professor do ISEB e que a partir de 1961 tornou-se diretor do instituto. Num desses contatos comerciais, por meio de correspondência ao Ministério da Cultura, Roland Corbisier apresentava uma proposta, ao então ministro da cultura, Clóvis Salgado, de distribuição dos livros editados pelo ISEB com a assessoria financeira do governo federal. Roland Corbisier ressaltava no ofício que o material editado era apenas distribuída gratuitamente em prédios do governo e durante eventos oficiais. Dizia que a

experiência [...] do processo de distribuição gratuita dos títulos não só desvaloriza as edições, [...] mas também não permite que as obtenha o grande público, principalmente dos outros Estados. Parece-nos, pois, conveniente, a fim de assegurar a mais ampla divulgação às publicações do ISEB, entregar a sua distribuição a uma firma idônea, capaz de colocar os livros do Instituto nas principais cidades do país. [...] Após examinar o assunto e fazer as necessárias consultas, chegamos à conclusão de que a empresa mais aparelhada e que nos oferece melhores condições para realizar esse trabalho é a Companhia Editora Nacional.¹⁰⁵

A Companhia Editora Nacional (CEN) era uma das principais editoras no país naquele momento. Havia sido fundada em 1925 em São Paulo por Monteiro Lobato juntamente com Octalles. Este, pouco tempo depois, assumiria integralmente a gerência da CEN e outras editoras surgiram em consórcio com ela, como foi o caso da editora Civilização Brasileira em 1932, no Rio de Janeiro. Duas décadas depois, Ênio Silveira ao trabalhar para Octalles, assumiria a direção da editora Civilização Brasileira em 1958, mantendo-a como distribuidora da CEN. Daí a menção de Roland Corbisier à CEN no ofício remetido a Clóvis Salgado, pois a designação da editora de Octalles Marcondes estava diretamente relacionada à editora Civilização Brasileira, sediada na cidade do Rio de Janeiro e comprada por Ênio Silveira de Octalles Marcondes no ano de 1963. Foi, pois, Ênio e não Octalles o responsável pelas edições encomendadas pelo ISEB, ou seja, a distribuição dos livros editados pelo ISEB e financiados pelo governo federal foi um dos primeiros grandes trabalhos de Ênio Silveira na direção da editora Civilização

¹⁰⁵ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Ofício nº 39/58 do diretor executivo do ISEB ao ministro de Estado da educação e cultura*. Documento apreendido no ISEB. IPM do ISEB. Vol. 11, p. 2.574-2.575. Consultar junto aos anexos o Documento nº 03.

Brasileira, que contribuiu para a visibilidade de sua empresa e torná-la uma das principais editoras de esquerda do período¹⁰⁶.

Outra negociação da editora Civilização Brasileira com o ISEB foi a edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, a partir do ano de 1962¹⁰⁷. Não houve, entretanto, uma vinculação institucional entre ambos no processo de edição, mas os autores que contribuíram com a coleção ou eram membros do ISEB ou tinham afinidades com os propósitos políticos e culturais do instituto. De qualquer maneira, os contatos de Ênio Silveira mantidos com Álvaro Vieira Pinto a partir de 1962, são sintomáticos de uma vinculação não tornada pública, em função da própria natureza dos acordos políticos e, sobretudo, comerciais. Como o próprio Ênio afirmara, durante inquirição,

O senhor Álvaro Vieira Pinto não exercia atividades na empresa, além da coordenação da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* e, por esta atividade, puramente intelectual recebia 2% (dois por cento) de direitos autorais, sobre o preço de varejo de exemplar e recebendo os autores de cada livro 8% (oito por cento).¹⁰⁸

¹⁰⁶ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1985. Trad. Maria da Penha Villa-Lobos e Lólio Lourenço de Oliveira, p.453-455.

¹⁰⁷ Compõem a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* os seguintes títulos: *Que são as Ligas Camponesas?* (Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil?* (Nelson Werneck Sodré), *Quem faz as leis no Brasil?* (Osny Duarte Pereira), *Porque os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Junior), *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolívar Costa), *Como seria o Brasil socialista?*, (Nestor de Holanda), *O que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é a reforma agrária?* (Paulo R. Schilling), *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriça Miranda), *Como atua o imperialismo iaque?* (Sylvio Monteiro), *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli), *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helena Hoffman), *A Igreja está com o povo?* (Padre Aloísio Guerra), *De que morre nosso povo?* (Aguinaldo N. Marques), *Que É Imperialismo?* (Edward Bailby), *Porque existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio Guerra Duarte), *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro Neto), *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos), *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Vamireh Chacon), *Que foi o Tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa), *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira); *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contra-revolução no Brasil* (Franklin de Oliveira). Apud: BERLINCK, op.cit., p. 36-37.

¹⁰⁸ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Termo de inquirição de testemunha*. 30 de junho de 1964. IPM do ISEB. Vol. 03, p. 548.

A participação de Álvaro Vieira Pinto como diretor da coleção se deu em função do cargo que exercia no ISEB, assim como fora com Roland Corbisier quando diretor do instituto e também fechara contrato de edição com Ênio e a CEN por meio da Civilização Brasileira. Aproximações que também estavam expressas na escolha e nos debates sobre quais títulos seriam publicados, considerando as questões emergentes naquele momento, sobretudo entre as esquerdas. Por exemplo, numa ocasião em que Ênio entrou em contato com Vieira Pinto para decidirem pela publicação de alguns autores, o editor ressalta a convocação do trabalho de Francisco Julião sobre as Ligas Camponesas no interior de Pernambuco:

Meu caro Álvaro Vieira Pinto, estou a devolver-lhe, por funcionário de confiança, os originais de três trabalhos que se destinam à nossa COLEÇÃO CADERNOS DO POVO BRASILEIRO: 1) *A marcha do golpe no Brasil*, de Wanderley Guilherme ; 2) *Quem faz a lei no Brasil* de Osny Duarte Pereira; *Quem é o povo no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Tão logo você possa examiná-los uma vez mais, para os necessários reparos críticos, cuidarei de encaminhá-los às oficinas. Espero que já tenha recebido, a esta altura, o trabalho do nosso amigo Julião. Precisamos dele, não se esqueça!¹⁰⁹

Interessante notar é que Vieira Pinto nunca fora membro do PCB e não tinha qualquer tipo de relação com o comitê cultural do partido. Da mesma maneira, Ênio não era (oficialmente) ligado ao partido, mas mantinha um contato muito estreito com um grande número de militantes do PCB. A imagem pública criada pelos dois

¹⁰⁹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Carta de Ênio Silveira a Álvaro Vieira Pinto*. 28/05/1962. Documento apreendido no ISEB. IPM do ISEB. Vol. 03, p. 571. Consultar junto aos anexos o Documento nº 04.

mostrava, naquele momento de construção de uma autonomia intelectual, que ambos não usaram seu prestígio e notoriedade a serviço do PCB. Esse posicionamento foi que, de certa forma, deu a eles certa credibilidade política e permitiu construir um lastro cultural mais sólido, em que havia espaço, inclusive, para a interpretação crítica até mesmo dos movimentos esquerdistas que emergiam com grande poder de agitação no início da década de 1960.

Foi a partir dessa perspectiva, alentada com a emergência do intelectual crítico e independente que a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* se consolidou como um “produto” de sucesso editorial. Apesar do alcance e da receptividade dos títulos junto às classes populares – os livros de bolso eram vendidos a preços módicos¹¹⁰ – em nenhum dos títulos da coleção procurou definir, de forma nítida e objetiva, a aproximação com as classes populares. As edições tinham claro objetivo de servir de veículo para a proposição de projetos e de debate de idéias (entre intelectuais) que pudesse ser acompanhada pela sociedade em geral; pois, como descreviam algumas de suas contracapas “os grandes problemas do País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se*”¹¹¹. Além disso, o próprio Ênio Silveira, quando do lançamento da coleção em 1962, escrevia que

foi precisamente por levar na devida conta essas considerações que entendi, como intelectual, como editor, como cidadão brasileiro, que me era indispensável participar ativamente dessa

¹¹⁰ Consultar junto aos anexos o Documento nº 09.

¹¹¹ Texto impresso nas contra-capas das edições do CPB. Com grifo no original.

grande luta de nosso povo, colocando a seu serviço – acima de injunções ou chantagens – um veículo de informação que não se suborna, não se corrompe, não faz o jogo da pequena política partidária: *o livro*.¹¹²

Além disso, o projeto *Cadernos do Povo Brasileiro*, de certa forma, desencadeou um processo sem precedentes no meio editorial brasileiro. Ênio Silveira fomentou, com essa coleção, pelo menos duas grandes transformações: uma particular, pois a temática e o sucesso da coleção influenciou na redefinição dos rumos editoriais da própria editora Civilização Brasileira adquirida por Ênio de seu sogro e antigo sócio em 1959, Octalles Marcondes. Segunda, e mais abrangente, consolidou uma temática nacionalista e de esquerda que outras editoras até então não haviam explorado, ao menos comercialmente. Essa questão, contudo, será devidamente retomada quando será também analisada a ampliação da produção da referida editora durante os anos de 1964-1967. Ver-se-á também como essa mesma coleção serviu como um laboratório da própria Revista Civilização Brasileira (RCB), editada a partir de 1965.

Mas o fato importante ainda a ser destacado é que muitos dos autores editados pela coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, assim como os poetas trazidos a público pela coleção *Violão de Rua* (volumes extras dos *Cadernos do Povo Brasileiro*) eram também integrantes de uma outra entidade de intelectuais que, apesar de efêmera, foi

¹¹² SILVEIRA, Ênio. *Forma e essência dos Cadernos do Povo Brasileiro*. In: Inquérito Policial-Militar nº 481 – IPM do ISEB, 3º volume. Documento apreendido no ISEB, p. 569. Consultar documento nº 05 reproduzido em fac-símile em Anexos.

sintomática desse período de definições de *núcleos intelectuais* de esquerda. Tratava-se do o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)¹¹³.

É importante notar que esse processo acelerado de transformações, de reorganização das estruturas políticas e ideológicas e, principalmente, o condicionamento do Estado às mudanças, propiciou o surgimento de novos atores na cena política e cultural do país. Na medida em que a politização da sociedade se fazia na intenção de se constituir um projeto de transformação da realidade brasileira, tal projeto tinha raízes numa “cultura nacional” e que, por sua vez, declarava-se também “autenticamente popular”. E essa justificação por meio de noções como “nacional”, “popular”, “autenticidade”, entre outras, se deu não somente em função do arranjo das ideologias em torno do aparelho estatal em meados da década de 1960, mas também pela forma como tais conceitos foram concebidos no final de 1950 na formulação de um projeto nacional.

Tal movimentação e euforia vivida, sobretudo por setores de esquerda e experienciada na mobilização das massas a partir de 1961, criaram um novo e inusitado panorama político e ideológico. O então denominado “esquerdismo” do governo Goulart refletia, em toda a sua extensão, a influência do partido de esquerda mais proeminente naquele momento, apesar de ilegal: PCB. Aliás, as próprias reformas de base que serviram de carro-chefe nos últimos comícios de Goulart eram propostas

¹¹³ O Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) é mencionado aqui porque ele também é tomado como objeto de investigação no IPM do ISEB.

retiradas da *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*¹¹⁴ e auxiliaram, de forma indireta, na ascensão do movimento de massas durante o seu governo.

Essa movimentação repercutiu também na produção cultural. Muito embora a mobilização das massas tivesse um evidente caráter político, havia grupos de intelectuais e artistas dispostos a referendar tal movimento com a legitimidade que lhe era própria. Ou seja, o movimento de ascensão das massas no início da década de 1960 procurava se justificar em categorias que instituíssem uma nova legitimidade política, nesse caso, a legitimidade de uma nova cultura popular. Daí que a participação engajada de intelectuais e artistas estava condicionada à construção de um referencial de cultura popular que também fosse nacional. Como afirma Celso Frederico, considerando a política cultural do PCB,

no pré-64, o nacional, correlato da luta anti-imperialista, reivindicava a afirmação de uma arte não-alienada que refletisse a realidade brasileira que se queria conhecer para transformar. O popular, por sua vez, acenava para a democratização da cultura e a conseqüente crítica à nossa tradição elitista de uma arte concebida como ‘ornamento’, como ‘intimismo à sombra do poder’.¹¹⁵

Essas questões abriram novas possibilidades de intervenção para grupos de intelectuais e artistas influenciados pelas esquerdas. A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos

¹¹⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *PCB: vinte anos de política, 1958-1979*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

¹¹⁵ FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Edunicamp, p.277, 1998.

da década de 1960 – período de conturbações políticas, econômicas e culturais também operadas num plano internacional – permitiu também acentuar o processo de transformação ocorrido no interior dos grupos de esquerda no Brasil. Da mesma maneira, as suas respectivas diretrizes políticas assumiram novos aspectos, atentando para formação de uma consciência nacional e de construção de uma identidade nacional e popular.

Surgia, desse modo, a proposição de um novo vocabulário por partes desses artistas e intelectuais que demonstravam a necessidade de se estabelecer essa identidade conforme seus aspectos sociológicos e filosóficos, não mais a partir do pressuposto conservador do inatismo das raças. Ou seja, tornou-se necessário articular todo um novo conjunto de valores correspondentes às necessidades daquele momento. Segundo Renato Ortiz, alguns grupos de intelectuais (sobretudo do ISEB), ao constituírem uma teoria do Brasil, retomam a temática da cultura brasileira através de uma posição epistemológica substituindo, aos poucos, expressões como “aculturação” por “transplantação cultural” ou “cultura alienada”, com a intenção de inculcar na questão da cultura a propriedade do vir a ser. Neste sentido, como afirma Ortiz, “eles privilegiarão a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos; por isso, temas como projeto social, intelectuais, se revestem para eles de uma dimensão fundamental”¹¹⁶. Essa interpretação do conceito de cultura não somente abriu novas perspectivas para as ciências sociais, como a situou a partir de novos problemas

¹¹⁶ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45-46.

concernentes à realidade brasileira e favoreceu a reavaliação do papel das entidades e associações intelectuais na constituição da identidade nacional.

Das entidades que mais tiveram destaque, além do ISEB e a própria editora Civilização Brasileira, estava ainda a UNE (sobretudo, o seu núcleo de produção cultural, o CPC) ¹¹⁷. E tanto com o ISEB quanto com o CPC da UNE, ocorreram profundas mudanças na vigência do governo de Goulart, devido às expectativas por ele geradas no sentido da mobilização das massas pelas reformas. O “desvio de esquerda” permitiu uma politização cada vez mais intensa destas duas entidades, sobretudo do ISEB, que vinha de uma tradição de pensamento que se fundava nas teses do projeto desenvolvimentista, formuladas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), para tornar-se um pólo de discussão sobre os rumos do nacionalismo de esquerda e desembocar naquilo que Nelson Werneck Sodré chamou de esquerdismo isebiano¹¹⁸.

Quanto ao CPC da UNE (fundado em dezembro de 1961), sua estreita relação com as esquerdas ficava evidente na produção intelectual e artística de seus integrantes e, sobretudo, com a publicação do *Manifesto do CPC* em março de 1962 por Carlos Estevam Martins. Muitos dos integrantes do CPC tinham origem comum no ISEB, em virtude das discussões e seminários que eram promovidos por esta entidade. Segundo o poeta Ferreira Gullar (na época, integrado às atividades do CPC),

¹¹⁷ Sobre a UNE ver: BARCELLOS, Jalusa (org.) CPC da UNE: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; BERLINCK, Manoel T. O Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas: Papirus, 1984; CHAUÍ, Marilena. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983; FÁVERO, Osmar (org.) Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; ORTIZ, Renato. “Da cultura desalienada à cultura popular: o CPC da UNE”. In: Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 68-78. GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

¹¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. “História do ISEB: crise” In: Temas de Ciências Humanas (vol.2). São Paulo: Grijalbo, 1977.

havia um grupo que era ligado anteriormente ao ISEB, à Editora Civilização Brasileira, e um segundo grupo formado no próprio CPC, que era um grupo mais jovem. Do primeiro grupo, por exemplo, surgiram os colaboradores dos *Cadernos do Povo Brasileiro* (1962), os organizadores do *Comando dos Trabalhadores Intelectuais* (1963) e o Conselho da *Revista Civilização Brasileira* (1965) e, do segundo grupo saiu o Teatro Opinião (1964). Percebe-se que o ISEB influenciava muitos setores da produção cultural e intelectual antes do golpe militar de 1964. O pessoal do CPC da UNE tinha ainda Carlos Estevam Martins que era ligado ao ISEB [...]. Nesse sentido, o ISEB trazia um certo suporte, uma visão crítica da sociedade burguesa brasileira, a luta antiimperialista, e colocava uma série de questões que até aí essa intelectualidade jovem não tinha conhecimento, e bebeu isso no ISEB.¹¹⁹

As transformações sociais e políticas que atingiram instituições como UNE e ISEB contribuíram para que muitos dos seus integrantes migrassem para outras frentes de oposição. Mesmo o “desvio à esquerda”, endossado pelo governo Goulart antes do golpe, não foi capaz de manter unidade orgânica destas entidades. O próprio Roland Corbisier mais tarde, ao fazer uma análise sobre aquela conjuntura o fazia na forma de indagações sem uma resposta concisa:

Afinal de contas, que pretendem nossas lideranças, as lideranças de esquerda, reformas capitalistas e a conquista do poder pela via eleitoral ou, ao contrário, reformas radicais, revolucionárias, e a conquista do poder pela lutar armada? Pois as duas teses eram defendidas ao mesmo tempo, senão explícita, ao menos implicitamente, por pessoas que se apresentavam

¹¹⁹ Apud VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. p. 83. (2º vol).

como representantes da mesma área de opinião, das mesmas forças políticas e ideológicas. E, se as teses eram contraditórias e inconciliáveis, qual delas representava o pensamento e a posição das esquerdas? ¹²⁰

O ISEB, em especial, redefiniu toda sua estratégia política e ideológica e encontrou nas reformas de base e no trabalhismo de Goulart uma forma para conduzir o quadro heterogêneo das organizações políticas e ideológicas em jogo. Como descreve Daniel Pécaut, o ISEB

aliando-se ao movimento em favor das ‘reformas de base’, os isebianos não só se aproximaram de organizações como o Partido Comunista, que animavam esta campanha, como também redefiniam a posição dos intelectuais. Ao intelectual com vocação natural para representar a nação, sucede-se o intelectual ‘engajado’ ao lado das classes populares. ¹²¹

Aliás, esta tomada de posição influenciou posteriormente o governo de Castelo Branco (1964-1967) a encerrar suas atividades e que seus integrantes fossem investigados neste extenso Inquérito Policial-Militar. Fica claro que uma das primeiras decisões do governo logo após o golpe foi evitar que eles entre as classes médias intelectualizadas e os setores populares fossem mantidos.

¹²⁰ CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 05.

¹²¹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990, p. 139.

Capítulo 02

A consolidação dos “núcleos intelectuais”

2.1 – Itinerários isebianos

O ISEB como instituição subsidiada pelo governo federal desde sua fundação foi orientado, como já foi visto, por uma legislação específica que lhe atribuía determinadas funções e obrigações. Entretanto, a unidade jurídica e legal do instituto foi colocada em questão pelo processo de politização de seus membros que possibilitou uma abrangência maior da entidade. Essa transformação modificou não somente a estrutura organizacional do ISEB, mas também a articulação dos intelectuais em seu interior. A organização destes intelectuais em *núcleos* promoveu ao mesmo tempo uma “esquerdização” do instituto e a distensão das forças políticas e ideológicas em questão. Dessa forma, o ISEB assumia cada vez mais uma caracterização heterogênea que tentava imprimir uma unidade político-ideológica na medida em que se aproximava do temário esquerdista.

Foram, assim, inúmeros os envolvidos nesse processo de esquerdização do ISEB que em diversos graus de influência contribuíram para sua politização. O IPM do ISEB identificou centenas deles, já que segundo o relatório final todos os indiciados alguns tiveram maior relevância no inquérito, seja pelo número de citações ou pelo detalhamento presente na coleta pelos órgãos de informação do exército. Havia também aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram e se envolveram em debates sobre a questão cultural no final da década de 1950 e início de 1960. Por exemplo, Alberto Coelho de Souza, era professor do curso pré-vestibular da Faculdade

¹²³ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.527.

Nacional de Filosofia (FNFi), e segundo consta nos inquéritos foi levado para o ISEB por Álvaro Viera Pinto. Entretanto, antes de participar de cursos naquela instituição, Coelho de Souza havia sido indiciado num outro inquérito aberto para apurar alguns fatos na FNFi. Este inquérito que ficou conhecido como IPM do Clube do Amor Livre, caracterizado como uma agremiação comunista que pregava, entre outras coisas, a prática do amor livre. Seus integrantes eram alguns alunos e professores da FNFi, entre eles Coelho de Souza. Entre outros integrantes citados e que os militares supunham ter vínculos com essa agremiação e por “disseminarem o comunismo” entre os estudantes da FNFi, estavam Wanderley Guilherme dos Santos e Fausto Cupertino.

123

Um dos principais indiciados no IPM nº 481 foi Álvaro Vieira Pinto. Foi professor chefe do Departamento de Filosofia do ISEB a partir de 1956. Contudo, foi afastado da cátedra para se dedicar única e exclusivamente à direção do instituto, conforme portaria do MEC, em 01/12/1960 e teve vigência por quatro anos. Além de estar envolvido no inquérito sobre o Clube do Amor Livre da FNFi, fora investigado em virtude de uma série de acusações, tal como ser um dos fundadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) e por ter organizado, juntamente com Ênio Silveira, a edição dos Cadernos do Povo Brasileiro. Alias, como diretor do ISEB, designou o próprio Ênio em fevereiro de 1964 para o conselho curador do instituto. Levou para o ISEB nomes como Wanderley Guilherme dos Santos, Aldo Martins, Carlos Estevam Martins, Fausto Cupertino e Helga Hoffmann. Esta última, inclusive

participou dos trabalhos de edição dos Cadernos do Povo Brasileiro, com a publicação de título *Como planejar o nosso desenvolvimento*.¹²⁴

Amigo de Álvaro Vieira Pinto, Antônio Ferreira Paim era vinculado ao ISEB desde 1959, onde ingressou como pesquisador. Segundo confirmou em seu depoimento ao IPM, havia sido militante do PCB entre os anos de 1946 e 1956, entretanto não apontou justificativa de sua saída. Logo após sua desfiliação, ingressou como jornalista no periódico carioca Correio da Manhã.¹²⁵

Carlos Estevam Aldo Martins foi outro indiciado repetidas vezes citado neste inquérito. Ele foi levado ao ISEB por Álvaro Vieira Pinto entre 1958 e 1959. Vinculou-se ao instituto como assistente de pesquisa da Cadeira de Filosofia, mas não permaneceu por muito tempo no cargo em virtude do seu envolvimento com o inquérito da FNFi, sobre o Clube do Amor Livre – onde mantinha contatos com Maria Yeda Linhares, Wanderley Guilherme dos Santos, Alberto Coelho de Souza e Fausto Cupertino. Estevam Martins concluiu o curso de filosofia na FNFi em 1959 e nesse ínterim desempenhava a função do colaborador da Revista Tempo Brasileiro (editada por Eduardo Portella) e era professor do curso pré-vestibular da FNFi. Pouco mais tarde, entre 1962 e 1963, exerceu direção do CPC da UNE, assim como esteve articulado com integrantes do Teatro de Arena em São Paulo. Conforme inquirição de Roberto Pontual, Estevam Martins era assistente de Wanderley Guilherme dos Santos e Álvaro Vieira Pinto no ISEB, e nessa condição realizou vários cursos, entre eles, o de

¹²⁴ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.539-6545.

¹²⁵ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.556.

Teoria Social com a finalidade de rever os conhecimentos sobre as teorias no campo das ciências sociais, notadamente a sociologia, filosofia, economia, política e história, para estudantes do nível universitário. Juntamente com Vieira Pinto, colaborou com a edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro*.

Entretanto, em seu depoimento ao IPM, Estevam afirmou que foi contratado em duas ocasiões para trabalhar no ISEB: a primeira em 1961 a convite de Vieira Pinto a fim de revisar o livro de autoria deste, *Consciência e realidade nacional*. A segunda contratação se deu em 1963, quando foi convidado por Oswaldo Herbster de Gusmão para auxiliá-lo em pesquisas sobre teoria do desenvolvimento brasileiro.¹²⁶

Uma outra pessoa importante para o processo de inserção de muitos intelectuais no quadro público federal, em especial o MEC, foi Darcy Ribeiro da Silveira. Como ministro da Educação e Cultura do governo de João Goulart (período de 17/09/1962 a 23/01/1963), Darcy Ribeiro foi responsável pela articulação de diversos *núcleos intelectuais* a partir de entidades como o ISEB, na medida em que ele era responsável pela designação e promoção de nomes que compuseram o instituto, na fase em que ele fora ministro. Assim procedeu em relação a Oswaldo Herbster de Gusmão, Osny Duarte Pereira, Wanderley Guilherme dos Santos, Nelson Werneck Sodré, Domar Campos, entre outros, como responsáveis pelos departamentos culturais criados no ISEB em janeiro de 1963. O próprio Oswaldo Herbster de Gusmão declarou em seu depoimento no IPM nº 481 que, antes de se tornar professor do ISEB, “passou a exercer o cargo de subchefia do Gabinete da Presidência da República, atendendo a

¹²⁶ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.569-6.573.

convite do professor Darcy Ribeiro”. Além disso, Darcy Ribeiro coordenou iniciativas de transformação do ISEB numa entidade participativa frente ao processo de politização das massas em favor das reformas de base. Seu objetivo estava além de simplesmente promover cursos, mas trabalhar também da divulgação dos debates e das propostas discutida pelas esquerdas naquele momento. O próprio Ênio Silveira, em depoimento ao inquérito, recordava de um encontro que tivera com Darcy Ribeiro com o intuito de realizar um desejo do então ministro em difundir amplamente por todas as escolas primárias do país, o livro de Viriato Correia, intitulado *História da liberdade no Brasil*.¹²⁷ Darcy também fora indiciado porque antes mesmo de assumir o posto de ministro teria sido antigo redator de um periódico que mantinha vínculos com o PCB, o jornal *Hoje*, na cidade de São – bem como por ter sido identificado como membro da célula comunista na FNFi.

Domar Campos foi designado em 1963 por Darcy Ribeiro como responsável pelo departamento de cultural do curso de Economia. Domar de Campos chegou ao ISEB por intermédio de Roland Corbisier em 1960. Iniciou seus trabalhos da cadeira de Economia que, então, era dirigida por Ignácio de Mourão Rangel; mais tarde o próprio Domar seria responsável pela cadeira com a saída de Rangel e trabalharia em conjunto com Helga Hoffmann. Além da formação que tinha em economia, Domar Campos exercia o jornalismo e em função disso também era investigado no IPM do ISEB; isso

¹²⁷ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.588-6.591.

porque esteve durante muito tempo ligado à imprensa comunista e por participar de entidades como o CTI, como um de seus membros-fundadores.¹²⁸

O nome de Ênio Silveira também recebera destaque neste IPM nº 481. Nem tanto pela relação que o editor mantinha com o ISEB, mas pelos indiciamentos em outros IPMs que, de uma forma ou de outra, eram citados neste inquérito. Ênio foi investigado em outros três inquéritos institucionais (IPM da Imprensa Comunista, IPM da Civilização Brasileira e IPM do Comitê Cultural do PCB) entre 1964 e 1968; depois de 1969 outros inquéritos policiais-militares foram abertos, a fim de averiguar a participação de Ênio em publicações patrocinadas por ele e que, segundo os militares, infringiram a LSN.

Como já foi descrito, Ênio Silveira era diretor da editora Civilização Brasileira, sediada na cidade no Rio de Janeiro. Até 1963 esta editora era subsidiada pela Companhia Editora Nacional (CEN), de propriedade de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, este, sogro de Ênio. Entre 1958, quando saiu de São Paulo e se mudou para o Rio para cuidar do negócio do sogro e 1963, Ênio acabou se tornando o acionista majoritário da empresa subsidiada. Em pouco tempo comprou as ações restantes de Octalles e tornou-se proprietário da editora Civilização Brasileira. Decidido a investir na sua empresa e procurou inculcar-lhe uma identidade editorial própria que resultou, entre seus primeiros trabalhos, os *Cadernos do Povo Brasileiro*, este, um dos principais motivos pelo fato de Ênio constar como indiciado no IPM do ISEB. Isso se

¹²⁸ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.596-6.599.

devia ao fato de que nessa coleção muitos colaboradores e autores originários do quadro docente daquele instituto.

Mas além da editora Civilização Brasileira, Ênio ainda era diretor de outra empresa editorial, a Biblioteca Universal Popular S.A. (BUP), que era financiada pelo banqueiro José Luiz de Magalhães Lins e editava clássicos da literatura universal¹²⁹. E segundo o histórico pessoal de Ênio no IPM, ele ainda era proprietário do Editorial Vitória, uma empresa gráfica que pertencia ao PCB e editava os manuais soviéticos de formação política dos militantes comunistas brasileiros. Entretanto, essa informação nunca foi confirmada.

Além dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Ênio ainda publicou outros periódicos seguindo a mesma linha editorial da Civilização Brasileira: o jornal *Reunião*, a revista *Política Externa Independente*, a revista *Paz e Terra*, a *Revista Civilização Brasileira* entre outras publicações com as quais colaborou seja com a impressão ou distribuição.

Quanto à coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, a sua organização, edição e distribuição ficaram a cargo de Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto¹³⁰. No que se refere a coleção, um outro fator chamou a atenção dos milites no inquérito, pois o gabinete do presidente da república, durante o governo de João Goulart, encomendou a Ênio 10 mil exemplares do livro *O que é a constituição*, de autoria de Osny Duarte Pereira. Não se sabe, ao certo, o destino desses exemplares, entretanto depois de solicitado a editora

¹²⁹ Junto aos créditos da editora, em cada uma das publicações da BUP, Ênio Silveira assim descrevia a importância de José Lins: “a produção deste livro de qualidade literária e de grande valor cultural ou recreativo, as de preço acessível a todas as bolsas, foi conseguida graças à colaboração de José Luiz de Magalhães Lins, um banqueiro a serviço do Brasil e dos interesses nacionais”.

¹³⁰ Conforme já foi detalhado anteriormente e na documentação anexa nº 04.

Civilização Brasileira fez imprimir uma edição própria para atender à encomenda vinda da presidência da república.

Problema semelhante com a justiça militar enfrentou outro título da coleção. De autoria de Franklin de Oliveira, o volume *O que é a revolução brasileira* trazia em sua introdução uma epígrafe de seu autor descrevendo que “Ênio Silveira está fazendo do livro a grande arma de transformação revolucionária do Brasil”. Ainda que a intenção de Franklin de Oliveira fosse de honestidade em relação ao papel cultural desempenhado tanto pelos *Cadernos do Povo Brasileiro*, como pelo próprio editor, tal aferição fez crer, segundo o militar inquiridor, que “por essa frase se vê que Ênio Silveira punha a sua editora a serviço da subversão, empregando seus livros como armas psicológicas para o preparo da revolução”.

Outro motivo de questionamento feito a Ênio sobre sua participação no suposto processo de subversão foi a publicação de um livreto intitulado *O povo no poder*. Tratava-se de um opúsculo que continha o discurso de posse do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Ênio mandou imprimir 30 mil exemplares, a fim de divulgar o discurso de Arraes, que naquele momento estava próximo e nutria simpatias pelas Ligas Camponesas organizadas por Francisco Julião. Segundo o próprio Ênio, “esse gesto foi uma contribuição espontânea que prestou à divulgação do pensamento daquele eminente homem público”.

Entre outras acusações que pesaram contra Ênio Silveira nesse inquérito nº 481 estava a criação do CTI, já que muitas das reuniões do Comando foram realizadas em sua própria residência e do seu nome constar entre os membros-fundadores; o

envolvimento com Arnaldo Estrela, militante do PCB e membro do chamado Comitê Cultural do PCB; a designação de Ênio, em fevereiro de 1964, para integrar o conselho curador do ISEB, por indicação de Álvaro Vieira Pinto e deferimento do então ministro da Educação e Cultura, Júlio Sambaquy – que sucedera Darcy Ribeiro neste cargo.¹³¹

Outro indiciado constante do IPM do ISEB foi o engenheiro Fernando de Santana. Foi uma figura importante dentro do PCB e sua militância política junto ao partido vinha da adolescência. Conforme descreve seu histórico anexo ao inquérito, Santana matriculou-se em 1933 no Ginásio da Bahia (Salvador) e neste mesmo ano ingressou na Juventude Comunista. Organizou diversas células comunistas no ginásio onde estudava, até que em 1943, quando já havia se tornado aluno da Escola Politécnica organizou uma greve dos estudantes, a fim de reivindicar modificações da grade horária dos cursos. No seu percurso pelo movimento estudantil, Fernando Santana foi um militante de destaque, pois se deve, sobretudo a ele, a redação dos Estatutos da União Nacional dos Estudantes – ele mesmo esteve na direção da entidade ocupando o cargo de vice-presidente.

Tomou parte em diversas manifestações e movimentos organizados pelo PCB entre 1933 e 1937. Ainda quando era estudante participou da União Democrática Estudantil, entidade ligada ao PCB. A partir de 1945, com o retorno da legalidade do partido, trabalhou ativamente junto à imprensa comunista. Considerado um militante de grande prestígio, foi escolhido pelo comitê regional do partido a tomar parte na

¹³¹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.611-6.617.

“Chapa Popular” como candidato a deputado estadual pela Bahia, nas eleições de janeiro de 1946.

Derrotado nesta eleição, em 1948 ele se tornou presidente da Sociedade de Ajuda a *O Momento*, jornal subsidiado pelo PCB no Estado da Bahia. A partir de então, de cada vez mais próximo das discussões em torno da imprensa comunista, bem como na estratégia de sua expansão em todo território brasileiro, em 1950 ele viaja para Varsóvia, a fim de participar da Conferência da Paz e denunciar a violência das autoridades brasileiras contra a imprensa popular.

Ao voltar da Europa, foi preso no aeroporto acusado de trazer em sua bagagem “planos da revolução moscovita”. O jornal *A Tarde* chegou a publicar na ocasião que o engenheiro foi detido, sua bagagem revista onde foram encontrados “diversos documentos suspeitos redigidos em russo, polonês e tcheco”.

Depois dessa detenção, Fernando Santana atuou no partido, mas sem demonstrar sua militância publicamente até que em 1959 ele volta a exercer outro mandato político: de deputado federal na Bahia pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Certamente a escolha do partido se deu em função da ilegalidade do PCB. Partidos menores, como era o caso do PTB, “emprestavam” sua sigla ao PCB.

É a partir dessa época que Fernando Santana inicia um contato mais sólido não somente com outros núcleos pecebistas na cidade do Rio de Janeiro, mas com o movimento nacionalista que integrará a partir de então. Aproxima-se do ISEB e um dos seus primeiros contatos, segundo descreve seu histórico anexo ao IPM nº 481, foi com

Osny Duarte Pereira em 25 de maio de 1960, quando compareceu à sede do instituto na conferência deste último, intitulada *Problemas agrários na China comunista*.

Neste mesmo ano, durante a realização do 3º Curso sobre Problemas Brasileiros, realizado no próprio ISEB, Fernando Santana foi um dos oradores com uma conferência intitulada *Relações com o Leste*. Foi a partir desse momento, segundo consta, que estreitou relações com Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, José Joffily e Josué de Castro. Outros cursos tiveram a participação de Fernando Santana, alguns dirigidos às lideranças universitárias que mantinham relação não somente com a UNE, mas com diretórios centrais de diversas universidades.

Com o estreitamento dos laços com o ISEB, Álvaro Vieira Pinto chegou a entrar em contato com Santana, enquanto exercia seu mandato de deputado federal, a fim de que este intercedesse na Câmara Federal na solicitação de verbas para o próprio instituto nos anos de 1961/1962. A partir desse momento, Santana esteve próximo de outros “deputados nacionalistas” e passou a integrar e participar de diversas manifestações públicas junto ao Movimento de Libertação Nacional. Consta, inclusive, em informações levantadas por órgãos militares que

no dia 20 de novembro de 1963, foi realizado Edifício Avenida Central, sala 2935, uma reunião de elementos militares e civis, promovida pelos dirigentes do ex-Movimento Nacionalista Brasileiro, hoje transformado na Frente de Libertação Nacional. Esta reunião teve como principal objetivo a criação de um novo organismo sob direção do PCB, a Frente Militar de Libertação Nacional, que seria integrado por pessoal da ativa da Marinha, Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, compreendendo sargentos, cabos e soldados. Durante a reunião

ficou deliberado que o sargento e deputado Antonio Garcia, ficaria como um dos principais dirigentes da nova organização, com o auxílio dos deputados Leonel Brizola, Marco Antônio, Neiva Moreira e Fernando Santana.¹³²

Essa relação de Santana com o PCB ficara evidente, pois apesar de exercer mandato sob a legenda do PTB, sua filiação partidária era o PCB. Tanto que ele próprio compareceu ao Pleno do PCB em 1960, realizado na sede da ABI (RJ), em comemoração do 38º aniversário de fundação do partido. A reunião contou com a presença de dirigentes do partido. Na ocasião, Fernando de Santana fez uso da palavra criticando o processo que colocou o PCB na clandestinidade e na ilegalidade política. Frisou que o PCB voltaria à legalidade pelo seu empenho junto à bancada de deputados na Frente Parlamentar Nacionalista. De qualquer modo, sendo deputado federal eleito pelo PTB o vínculo com o movimento nacionalista fortalecia a ligação que sempre manteve com o PCB.

Daí também a razão pela qual ele esteve chegou a se tornar membro da Comissão Executiva Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro, assinando vários manifestos em repúdio à invasão de Cuba em 1961. Chegou a integrar o grupo de deputados nacionalistas que esteve na embaixada de Cuba, em 18 de abril de 1961, a fim de apresentar solidariedade ao povo cubano. Além disso, foi signatário de diversos manifestos e convocatórias, entre elas do Manifesto à nação conta a agressão de Cuba; signatário de convocação para o Congresso Continental de Solidariedade à Cuba; do

¹³² INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6.618-6.627.

Encontro Nacional de Solidariedade a Cuba e Defesa dos Princípios de Autodeterminação dos Povos, entre outros. Depois do golpe de 1964, Fernando de Santana asilou-se no Chile, seu mandato foi cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos.¹³³

Francisco de Barros Cachapuz também conhecido como Paulo de Castro, seu pseudônimo literário, era jornalista e de origem portuguesa. Sabe-se pelo inquérito-policia militar que ele já era militante do Partido Comunista Português (PCP), pois há informações de que em 1934 teria sido preso em Portugal, responsabilizado por organizar diversas células comunistas na região de Chaves, região norte daquele país. Tanto que mais tarde exilado, em diversas ocasiões retornou ao seu país para participar de manifestações e movimentos relacionados ao PCP.

Sua vinculação com MCB data da segunda metade da década de 1950 quando já participava de conferências na FNFi a convite do Centro de Estudantes. Ingressou definitivamente no ISEB em 1959 através da indicação Alberto Guerreiro Ramos, presumivelmente para realizar algumas conferências sobre o assunto que era sua especialidade: política internacional. Proferiu um ciclo de conferências intitulado *Panorama da política internacional* com o apoio do ISEB e de entidades estudantis.

Segundo Joel Rufino dos Santos em depoimento a este IPM, Paulo de Castro ministrou conferências e cursos não regulares do ISEB que, em geral, abordavam a realidade brasileira. Constam, inclusive em programas do Curso Especial de férias do ISEB conferências com temas como “o nacionalismo na América Latina” e “política

¹³³ Id. Ibid.

internacional dos países subdesenvolvidos”. Entretanto, devido a desentendimentos e por não concordar com a direção do Departamento de Política do instituto. Paulo de Castro considerava Hélio Jaguaribe um entreguista ligado ao BNDE, por isso não poderia continuar no ISEB, mesmo sendo amigo pessoal de Guerreiro Ramos.

Depois disso, Paulo de Castro fixou-se no *Diário de Notícias*, responsável pela redação da coluna sobre política internacional. Ao que tudo indica, após sua saída iniciou contatos com intelectuais cubanos, o que parece ter contribuído para a criação da Prensa Latina, uma agência de notícias do governo cubano subsidiada por este na cidade do Rio de Janeiro. Foi um dos contatos de Carlos Rafael Rodriguez, membro do Comitê Central do Partido Comunista em Cuba, militante do setor de imprensa e influente entre os intelectuais.

No *Diário de Notícias* recebia, na qualidade de comentarista internacional e responsável pela sua divulgação, vasto material de propaganda do governo cubano, bem como relatórios sobre atividades do Partido Comunista em Cuba.

Apesar dos conflitos gerados em torno da direção tomada por alguns membros do ISEB – o que fez Paulo de Castro desligar-se do instituto – estreitou as relações com Roland Corbisier em meados de 1962, o que o fez voltar ao ISEB como conferencista. Em 1963 seu nome aparece na lista de professores de cursos regulares, responsável pelo curso de Política Internacional.¹³⁴

Outro jornalista ligado ao ISEB foi Gilberto Ferreira Paim. Era encarregado do suplemento de econômico do jornal carioca *Correio da Manhã*, no qual também

¹³⁴ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6646-6654.

colaborou em outras seções. Esteve no ISEB desde 1957, vinculado ao departamento de Sociologia, então dirigido por Guerreiro Ramos.

Entretanto, Paim muito antes era militante do PCB, pois consta desde 1946/1947 pertencia a uma célula comunista denominada “Teodoro Dreiser”. A partir dela Paim ganhou visibilidade dentro do partido até que se tornou o primeiro-secretário do Socorro Vermelho e também colaborador do Setor de Pesquisas e Estudos do PCB. Militou em vários jornais ligados ao partido, entre eles o *Imprensa Popular* e *Horizonte*.

Esteve no ISEB até 1960, época em que juntamente com a maioria dos professores do instituto tentava levar à direção Candido Mendes de Almeida, que substituiria Roland Corbisier, eleito deputado federal. Como conferencista, realizou uma média de 30 conferências em cursos monográficos do ISEB, além de ter sido conferencista em cursos extraordinários do ISEB para lideranças universitárias em colaboração com a UNE, Uniões Estaduais de Estudantes e Diretórios Acadêmicos.

Já fora do ISEB com a colaboração de diversos professores do instituto, participou de curso Introdução aos Problemas Brasileiros, organizado por Osny Duarte Pereira no final do ano de 1963 na ABI de Niterói, com colaboração de intelectuais como Álvaro Vieira Pinto, Alberto Latorre de Faria, Helga Hoffmann, entre outros.¹³⁵

Esta última também foi indiciada no inquérito 481. Helga Hoffmann era servidora pública do quadro permanente dentro do MEC, ocupava o cargo de assistente de educação e passou a trabalhar no ISEB como pesquisadora no setor de estudos e pesquisas, em 1959 a convite de Álvaro Vieira Pinto. Helga era tradutora de

¹³⁵ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6658-6661.

alemão e cursou filosofia na FNFi, diplomada em 1961. Aliás, foi no período em que cursava filosofia que Helga viu-se envolvida no inquérito aberto em 1959, que investigava as atividades exercidas por aquilo que ficou conhecido como Clube do Amor Livre; época em que esteve no movimento estudantil, sobretudo na UNE e quando se tornou presidente na União Nacional dos Estudantes Secundaristas (1956). Exercia também a atividade de repórter no jornal *Última Hora*.

Com a extinção do serviço de pesquisas no ISEB e a criação dos “departamentos culturais”, Helga foi designada para o departamento de economia. Pouco depois, em 1960 ela foi contratada através de portaria ministerial para atuar como professora no instituto. Em virtude da aproximação com o instituto e com Vieira Pinto, Helga participou da *Coleção Cadernos do Povo Brasileiro* ao contribuir com o título *Como planejar nosso desenvolvimento*. Na qualidade de professora, fez várias conferências no meio estudantil que tinham como tema o assunto abordado em seu livro; por outro lado, foi designada redatora responsável pela Revista da Adiseb, a uma associação dos diplomados do ISEB. Em 1963 foi uma das signatárias do manifesto de fundação do CTI.¹³⁶

Outro professor do ISEB indiciado no IPM foi Ignácio Mourão Rangel. Vinculado ao instituto de 1956, foi indicado para conferências por Ewaldo Correa Lima. Rangel era economista do BNDE e desde os tempos do IBESP pertencia ao conselho de redação dos *Cadernos de Nosso Tempo*, revista de divulgação de pesquisa deste instituto. Segundo órgãos de informação militar, era integrante da célula

¹³⁶ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6662-6664.

comunista Floriano Peixoto e por atividade subversiva já havia sido condenado anteriormente pelo Tribunal de Segurança Nacional na década de 1940, no Maranhão – seu Estado de origem.

Em IPM aberto no BNDE, Rangel foi acusado de fazer propaganda comunista sem, entretanto, tomar parte em qualquer atividade subversiva. Em seu depoimento nesse inquérito, entre outras coisas, declarou ter pertencido ao PCB durante a juventude e que apesar de ter ficado preso por dois anos, foi absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional.¹³⁷

Por estar envolvido com a edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, Joel Rufino dos Santos constava entre os indiciados no IPM do ISEB. Era ainda estudante na FNFi quando, por indicação de Nelson Werneck Sodré em 1962, foi chamado ao ISEB para trabalhar como pesquisador na coleção *História Nova do Brasil*, organizada por Sodré. Foi acusado no IPM que mesmo tendo sido reprovado em História do Brasil na FNFi, trabalhou na organização na coleção e como docente no ISEB no Curso de Teoria Social.

No mesmo ano em que ingressou no instituto fez um dos cursos monográficos sob a orientação de Sodré. Pouco depois, tornou-se assistente da Cadeira de História no ISEB e foi designado como auxiliar de pesquisa deste departamento.

¹³⁷ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 26, p. 6680-6682.

Enquanto esteve ligado à FNFi, Rufino dos Santos esteve à frente de movimentos estudantis e pertenceu à organização de base do PCB na FNFi, conforme ele mesmo atestou em depoimento no IPM da Imprensa Comunista.¹³⁸

Assim como Darcy Ribeiro, Julio Furquim Sambaquy foi importante no processo de reorganização de intelectuais de esquerda no interior do ISEB. Afinal enquanto ministro da Educação e Cultura entre 18 de dezembro de 1963 a 02 de abril de 1964, designou Osny Duarte Pereira, Oswaldo Herbster de Gusmão e Domar Campos como professores responsáveis pelos Departamentos Culturais do ISEB, através de portaria ministerial de dezembro de 1963. Assim também o fez ao designar Wanderley Guilherme dos Santos e Nelson Werneck Sodré para professores de filosofia e história, respectivamente; Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Ênio Silveira, Orlando Valverde, Hugo Regis dos Reis, Cid Alzomori Silveira e José Leite Lopes foram designados pelo ministro para integrarem o Conselho Curador do instituto.

Por outro, em depoimento ao inquérito nº 481 ele afirmou que não tomava qualquer medida para coibir as denúncias de subversão do ISEB, apontadas pela imprensa, por haver assumido o cargo de ministro em caráter interino; que despachava juntamente com Álvaro Vieira Pinto, assinando as portarias que lhe eram apresentadas pelo diretor do instituto.

Não só pelas nomeações, Sambaquy foi interrogado neste inquérito por ter concedido autorização para a edição, impressão e distribuição dos volumes da coleção *História Nova do Brasil*. Lançada oficialmente no dia 29 de janeiro de 1964 no sindicato

¹³⁸ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6699-6701.

dos metalúrgicos essa coleção teve aprovação do MEC – sem parecer da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) – e foi recomendado aos professores do ensino médio através de portaria, sugerida por Roberto Gonçalves Pontual e emitida pelo ministro.¹³⁹

Leandro Augusto Marques Konder era outro militante do PCB e teve alguma participação no ISEB, sobretudo depois de 1962, quando frequentou curso regular. Konder já era advogado e exercia sua profissão em alguns sindicatos na cidade do Rio de Janeiro quando foi para o ISEB. Teve inicialmente contato com os *Cadernos do Povo Brasileiro* e, segundo inquirição no IPM 481, afirmou que “as obras *Quem é o povo no Brasil?*, *Devemos planejar nosso desenvolvimento?*, *A igreja está com o povo?*, poderiam contribuir para um melhor conhecimento de algumas teses políticas, promovendo-lhes a discussão e, neste sentido, contribuir para a politização popular”.

Konder era ligado ao PCB e não escondia esse fato dos militares. Afirmava categoricamente em seus depoimentos nos IPMs que era marxista, mesmo em suas conferências e cursos que promoveu no ISEB a partir de 1963. Como conferencista, fez um ciclo de palestras na sede da Adiseb e nelas procurou abordar aspectos e conceitos da filosofia marxista, ciclo intitulado *Alguns temas do pensamento marxista*.

Antes e depois do golpe militar Konder foi signatário em diversos manifestos de intelectuais como *Manifesto à Nação contra Agressão a Cuba*, *Manifesto à Nação dos*

¹³⁹ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6702-6704.

Intelectuais, Manifesto dos Intelectuais contra a Intervenção do EUA no Caribe e o *Manifesto pela Liberdade de Ênio Silveira* – preso em 1965 devido a acusações em inquérito policial.¹⁴⁰

A exemplo de Joel Rufino dos Santos, outro estudante foi indiciado no IPM do ISEB devido envolvimento com a edição da coleção *História Nova do Brasil*. Trata-se Maurício Martins de Melo que em 1962, cursando filosofia na FNFⁱ foi levado ao ISEB por intermédio de Pedro Celson Uchoa Cavalcanti Neto. Foi designado, em princípio, como pesquisador do instituto vinculado ao Departamento de História – mesmo que tivesse sido reprovado em História na FNFⁱ.

Nessa condição foi convidado por Nelson Werneck Sodré a compor a equipe de pesquisa e elaboração da coleção *História Nova do Brasil*. Foi criticado por Carlos Estevam Martins que acusava Maurício Martins de Melo de não conhecer história do Brasil – conforme seu depoimento neste IPM. Martins de Melo também foi indiciado no IPM da Imprensa Comunista e sua prisão preventiva foi decretada pelo major responsável por aquele inquérito.

Uma figura de proa desse *núcleo intelectual* identificado a partir do IPM do ISEB foi Osny Duarte Pereira. Desempenhava a função de desembargador do Tribunal de Justiça da Guanabara, até que teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1 por 10 anos. O fato é que Osny Duarte Pereira teve uma circulação bastante intensa em diversos circuitos culturais e intelectuais. Esteve desde muito cedo vinculado a muitas organizações de frente do PCB e sempre participou de debates públicos quando o tema era a questão do comunismo. Esteve presente em inúmeras campanhas do PCB,

¹⁴⁰ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6719-6722.

proferiu várias conferências tanto no Rio de Janeiro quanto no restante do país, sempre com a presença numerosa de militantes e simpatizantes do partido. Foi ele um dos membros-fundadores do Instituto Brasil-URSS, de intercâmbio cultural entre os dois países, criado em 1953. Além disso, sempre colaborou com a imprensa comunista, a exemplo do jornal *O Semanário*. Exerceu toda essa atividade sem, entretanto, ser filiado ao PCB.

Sua aproximação com o ISEB concretizou-se quando foi convidado para um ciclo de conferências sobre problemas políticos e realidade nacional. Pouco tempo depois, através de portaria ministerial assinada pelo então ministro Darcy Ribeiro em outubro de 1962, foi designado professor do ISEB e chefe do Departamento Cultural de Política. Essa inserção oficial no instituto deu a ele ainda mais visibilidade somada àquela que já dispunha junto aos intelectuais de esquerda, sobretudo, comunistas.

Colaborou com os *Cadernos do Povo Brasileiro*, redigindo para a coleção o pequeno ensaio *Quem faz as leis no Brasil*. Com relação à referida coleção, foi o próprio Osny quem apresentou Francisco Julião ao editor Ênio Silveira, a fim de que este editasse a obra *O que são as Ligas Camponesas*, contendo relatos de Julião sobre a organização dos camponeses no sertão de Pernambuco. Embora desempenhasse o cargo de desembargador, mantinha ligações com vários setores sociais como militares, operários, camponeses e estudantes.

Assim como outros já mencionados, Osny Duarte Pereira foi um dos membros-fundadores do CTI, organizado em 1963 – motivo também frisado no IPM do ISEB pelos militares responsáveis pelo inquérito. Aliás, uma das poucas vezes no inquérito

em que os militares utilizaram a expressão “intelectuais do partido”, foi na composição do histórico de Duarte Pereira. Conforme descreviam os relatores, “Osny Duarte Pereira faz parte do “grupo de intelectuais” do partido que vem desenvolvendo intensa propaganda a favor da Rússia e procurando tomar posição no governo”¹⁴¹. Não que isso fosse uma novidade ou representasse algum tipo de sofisticação da inteligência militar, mas significava dizer que a partir de meados da década de 1950 estes “intelectuais do partido” realmente constituíram uma força política significativa, ainda que a maioria deles nem fosse vinculado ao partido em questão, a saber, o PCB. Ou seja, não representavam seu CC nem sequer constituíam uma unidade organizacional, ainda assim estavam dotados de um poder de intervenção que só foi possível quando a categoria “intelectual” iniciou um processo de construção de um espaço autônomo para a legitimação dessa mesma categoria. Desse modo, a menção feita pelos militares aos “intelectuais do partido” tem relação direta com a constatação de que algo novo emergia no horizonte cultural – inicialmente identificado com a subversão comunista e mais tarde confirmado com a resistência cultural por intelectuais e artistas de esquerda. Essa mudança será discutida adiante.

Outro indiciado, Oswaldo Herbster de Gusmão, era advogado e funcionário público federal. Desempenhou diversas funções como assistente jurídico no Ministério do Trabalho e subchefe da Casa Civil durante o governo de João Goulart. Foi admitido no ISEB em 1963 por meio de portaria assinada por Darcy Ribeiro e como professor do instituto tornou-se responsável pelo Departamento Cultural de Sociologia. Sua

¹⁴¹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6774-6789.

ligação com Darcy Ribeiro vinha de longa data, pois os dois eram próximos desde os tempos de juventude, quando ainda eram estudantes. Segundo informa o histórico pessoal anexo ao inquérito, Gusmão era apontado como integrante da célula comunista Anchieta, sediado na FNF*i*; antes mesmo de residir na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda estava em Minas Gerais, Gusmão era declarado como um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB) neste Estado. Em 1963, mesmo ano em que ingressou no ISEB, também participou da fundação do CTI, tornando-se um de seus membros-fundadores.¹⁴²

Por estar ligado à edição da coleção *História Nova do Brasil*, Pedro de Alcântara Figueira foi mais um dos indiciados neste IPM do ISEB. Em virtude da sua atividade com a referida coleção Alcântara Figueira foi convidado por Maria Yeda Linhares para trabalhar como seu assistente de pesquisa na FNF*i* no ano de 1963. No mesmo ano ele ingressou como pesquisador no ISEB, segundo consta, convidado por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto com quem trabalhava na coleção *História Nova do Brasil*. Depois de apresentado a Sodré por Pedro Celso, Alcântara Figueira passou de pesquisador a professor contratado no ano seguinte e passou a atuar junto ao Departamento de História do instituto.

Entretanto, o que inquérito frisava é que atuação “subversiva” de Alcântara Figueira se dava, sobretudo, pela participação na edição da coleção *História Nova do Brasil*. Segundo Joel Rufino dos Santos, em depoimento neste inquérito, Pedro de Alcântara Figueira, mesmo após a coleção ter sido declarada imprópria por órgãos

¹⁴² INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6790-6792.

especializados do governo, continuou trabalhando para sua publicação. Aliás, no IPM 709 (do PCB), o próprio Alcântara Figueira reconhecia ter participado de “ato criminoso” ao tentar reeditar a coleção *História Nova do Brasil*, mas que fazia isso simplesmente para ganhar dinheiro.

Inclusive, não é gratuita a denúncia, neste inquérito sobre o ISEB, que Alcântara Figueira era financiador dos trabalhos de Caio Prado Júnior, pois este era proprietária da editora Brasiliense, a mesma que editava, publicava e distribuía os exemplares da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁴³

Outra figura importante na edição da coleção *História Nova do Brasil* e por isso indiciado neste inquérito foi Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto. Era estudante da FNFfi em 1961 quando foi diplomado no curso de férias intitulado *Problemas do desenvolvimento nacional*, realizado no ISEB entre 16 de janeiro e 24 fevereiro daquele ano. Antes de se vincular ao ISEB Pedro Celso foi indicado por Maria Yedda Leite Linhares para exercer atividades de auxiliar de ensino, não remunerado, da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNFfi da Universidade do Brasil. Ao ir para o ISEB, segundo informações prestadas por Wanderley Guilherme dos Santos a este IPM, Uchoa era assistente de Nelson Werneck Sodré no Departamento de História.

Dos relatórios de Álvaro Vieira Pinto, apreendidos na sede do ISEB pelos militares, consta o nome de Pedro Celso como professor de *Formação Histórica do Brasil*, tendo ministrado aulas e seminários no curso regular do ISEB em 1963 e feito um trabalho de pesquisa intitulado *Estudo sobre a acumulação primitiva*.

¹⁴³ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6796-6797.

Anteriormente mencionado, Mauricio Martins de Melo, um dos autores da coleção *História Nova do Brasil*, declarou que foi encaminhado ao Departamento de História do ISEB por iniciativa de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, que o apresentou a Nelson Werneck Sodré, então chefe da Cadeira de História, integrando-se assim ao ISEB. Declarou também que Pedro Celso lecionara no curso de História do Brasil no Sindicato dos Metalúrgicos.

Contatos de Pedro Celso com Roberto Gonçalves Pontual favoreceram a publicação da coleção *História Nova do Brasil* – grande celeuma desse inquérito. Segundo consta no histórico das atividades de Pedro Celso, este foi convidado por Roberto Gonçalves Pontual para, juntamente com outros professores do ISEB, elaborar a coleção *História Nova do Brasil* “como parte de um plano de conscientização e politização do estudante brasileiro”.

Na ocasião da confecção das monografias que compuseram a coleção *História Nova do Brasil*, Pedro Celso recebeu o equivalente a Cr\$ 2 milhões pelo trabalho de organização. O próprio Roberto Gonçalves Pontual declarou neste inquérito que pagava a Pedro Celso aproximadamente Cr\$ 180 mil por monografia da coleção. Esse dinheiro provinha de fundos da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), órgão vinculado ao MEC e coordenado por Roberto Gonçalves Pontual.

Pontual foi outra figura representativa no processo de articulação desses intelectuais a partir e em torno do ISEB. Com 24 anos de idade era servidor público federal e no MEC esteve à frente de inúmeras iniciativas que visavam a integração de órgãos do governo federal com ações de setores da intelectualidade carioca, sobretudo

de esquerda. Pontual esteve sempre ligado ao setor de imprensa cultural, a exemplo da revista *Tempo Brasileiro* e do jornal *O Metropolitano*, periódico oficial da União Metropolitana de Estudantes (UME) – onde foi editor de arte e crítico literário.

Mas a sua citação neste IPM do ISEB estava condicionada a duas denúncias: (a) como diretor da CASES destinou verbas para “movimentos subversivos”, bem como (b) financiou a edição da coleção *História Nova do Brasil*. Essas acusações renderam-lhe importância no inquérito, somado a outros “delitos de opinião”. Do depoimento de Wanderley Guilherme dos Santos para este inquérito, os militares obtiveram a informação de que este recebera de Pontual, quando diretor da CASES, aproximadamente Cr\$ 200 mil pelo planejamento e preparação de uma revista que versaria sobre teoria social. Segundo consta, a revista não chegou o primeiro número publicado e o dinheiro destinado à publicação não fora devolvido.

Entre as testemunhas de acusação, Francisco José Malan de Paiva Chagas, declarou que foi encarregado por Roberto Pontual de auxiliar na realização do 1º Encontro Nacional de Cultura Popular em Pernambuco e do 1º Seminário Nacional de Cultura Popular. Nesses eventos também foram, segundo a testemunha, destinados inúmeros recursos da DEEE/CASES e que o “sentido ideológico que Pontual e seus assessores imprimiam às atividades na DEEE e CASES era a ideologia política adotada no MEC, consonante com a política do governo de João Goulart”.¹⁴⁴

Outra denúncia de desvio de verba estava atrelada ao pagamento de murais construídos na sede da UNE, na praia de Flamengo. Segundo consta, forma dois

¹⁴⁴ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6805.

murais intitulados *Imperialismo e Reforma Agrária* que também foram financiados com o dinheiro do órgão dirigido por Pontual, dentro do MEC. Quando indagado sobre a confecção das obras, Pontual declarou ter financiado os murais porque “julgo necessário tais esclarecimentos à classe estudantil”¹⁴⁵. Afirmou o mesmo quando foi indagado sobre o repasse de Cr\$ 200 mil à Juventude Estudantil Católica para a realização do Conselho e publicação do “Caderno dos 11”, em 1963.

Seu vínculo com o ISEB estabeleceu-se com a aproximação que teve com Nelson Werneck Sodré. Este declarou no inquérito que realizou convênio com Roberto Pontual, quando diretor da DEEE e diretor executivo da CASES, para o fim de elaborar no Departamento de História do ISEB, monografias que seriam publicadas pelo MEC. Pontual confirmou essa informação e que a sua idéia do lançamento da *História Nova do Brasil* surgiu por influência do curso que fazia no ISEB. Segundo ele próprio afirmou, deu preferência aos professores do ISEB pelo fato de haver coincidência entre pontos de vista da DEEE e os professores do instituto; que reconhecia a grande influência exercida pelo ISEB na orientação que imprimiu à DEEE e à CASES¹⁴⁶.

Além da confecção das monografias que viriam compor a coleção *História Nova do Brasil*, o “convênio” entre a CASES e o ISEB se firmou com a realização de um ciclo de cinco conferências sobre história do Brasil realizado no Sindicato dos Metalúrgicos e de um curso de aperfeiçoamento em teoria social. Apesar do vínculo aparentemente direto entre a edição da coleção e o ISEB, Pontual afirmou que não considera que esta

¹⁴⁵ Id. Ibid.

¹⁴⁶ Id. ibid., p. 6.816.

tenha sido realizada em parceria com o ISEB, mas sim com professores do instituto. Havia, pois, uma tentativa de dissociar a coleção do ISEB, mas associá-la a um *núcleo intelectual* distinto, identificado por determinadas conjunções ideológicas¹⁴⁷.

Outro indiciado constantemente citado e reinquirido inúmeras vezes, em virtude da posição que ocupou dentro do ISEB, foi Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier. Engenheiro e bacharel em Direito havia sido, antes de se transferir para cidade do Rio de Janeiro, professor catedrático da Faculdade de Filosofia do Colégio do Estado de São Paulo.

O itinerário intelectual de Corbisier revela, de certa forma, a complexidade das formações culturais presentes entre as décadas de 1950 e 1960 entre as esquerdas nacionalistas. Ele havia sido membro do Partido Integralista até 1938 e pouco mais de 10 anos depois já se encontrava transitando entre *núcleos intelectuais* de esquerda, próximos ao PCB. Ao se vincular ao “grupo de Itatiaia”, que viria se transformar no IBESP se aproximou dos intelectuais cariocas. Desde então, trabalhou junto ao MEC e lá exerceu vários cargos e funções ligadas à educação e ensino do país, sobretudo porque o IBESP desenvolvia projetos de pesquisa encomendados tanto pelo setor privado quanto pelo governo federal.

Com a criação do ISEB em 1955 e o deslocamento dos intelectuais do IBESP para a nova entidade, Corbisier tomou a frente do novo instituto tornando-se seu diretor. Sob sua coordenação o ISEB sempre se manteve fiel a um propósito descrito pelo próprio Corbisier em 1957: “instituto não é um órgão acadêmico, mas um

¹⁴⁷ Id. Ibid., p. 6.817.

instrumento de luta e de combate”¹⁴⁸. Aliás em junho deste mesmo ano esteve presente às reuniões do Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB) realizadas e patrocinadas pela UNE.

Ou seja, por mais que a “fase esquerdista” do ISEB se tornasse visível em 1960 com a mudança da direção, assumida por Álvaro Vieira Pinto, antes mesmo do final da década de 1950 o ISEB, bem como seu primeiro diretor, mantinham vínculos expressivos com setores da esquerda intelectualizada, sobretudo, com o PCB.

Dessa forma, Corbisier foi diretor do ISEB entre 1955 e 1960, período em que também proferiu inúmeras conferências. Além disso, desde o início procurou estreitar contatos com setores operários metalúrgicos; ligações com setores militares, sobretudo através do sargento Antonio Garcia Filho e por meio de cursos de formação política para militares de baixa patente; ligações com estudantes e aproximação com UNE por meio cursos e seminários voltados para estudantes secundaristas – mesmo o ISEB sendo um instituto de altos estudos¹⁴⁹.

Além da aproximação em relação a setores populares, uma intensa produção bibliográfica se fez no ISEB com Corbisier na direção do instituto. Editou e co-editou inúmeros títulos nacionais e estrangeiros com auxílio sobretudo de Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira¹⁵⁰.

Entre outras iniciativas, Corbisier propôs unidades do ISEB em outros Estados. Uma das acusações que pesaram contra o diretor do instituto foi sua “ramificação” nos

¹⁴⁸ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6.833.

¹⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. 6.826.

¹⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 6.832.

Estados de Rio Grande do Sul, na Bahia e na Paraíba. Em geral, havia contatos com determinados setores ou órgãos de governos estaduais ou municipais que formalizavam o convite para que Corbisier proferisse palestra e apresentasse as propostas do ISEB¹⁵¹.

Uma “segunda fase” de sua participação no processo de articulação de intelectuais de esquerda, foi fora do ISEB quando foi eleito deputado federal no Estado da Guanabara pelo PTB – mandato cassado pelo AI-1 em 1964¹⁵². A respeito dessa associação de Corbisier com o PTB e da sua aproximação com setores populares na movimentação das massas em plena vigência do governo de João Goulart, os militares definiam-no como um “elemento que conclama os favelados para a revolução que está prestes; que diz que uma revolução não se faz quando se quer, mas quando se pode. Sem falar que o PTB é um partido notadamente de esquerda e que serve de pontilhão para os objetivos do PCB na tomada do poder”¹⁵³.

Segundo testemunha de acusação neste inquérito policial-militar instaurado no ISEB, havia a realização de reuniões secretas em clubes operários organizados por militantes comunistas que, dessa forma, disfarçavam as células do PCB; entre as pessoas que habitualmente compareciam estava Roland Corbisier, apresentando-se como candidato a deputado federal e diretor do ISEB.

De 1960 em diante a participação de Corbisier junto a movimentos sociais, reuniões político-partidárias, eventos promovidos pelas esquerdas intelectualizadas ficou registrado no seu histórico de indiciamento. Segundo consta, em março de 1960 esteve na residência de Jorge Amado em recepção aos membros da Missão Parlamentar

¹⁵¹ Id. Ibid., p. 6.827.

¹⁵² Id. Ibid., p. 6.832.

¹⁵³ Id. Ibid., p. 6.823.

Polonesa; na mesma época, estive na casa de Luiz Carlos Prestes com companhia de Gama Filho e do então vice-governador da Guanabara, Eloy Dutra¹⁵⁴.

Ainda que tivesse se afastado do ISEB, continuou seus contatos com a instituição, ainda no ano de 1960 promoveu conferências com a participação de Francisco Julião, que proferiu palestras sobre o problema operário. Também convidou Marco Antonio Tavares Coelho para proferir conferência no ISEB em junho de 1960, sob título *A reforma agrária e o desenvolvimento econômico em Cuba*¹⁵⁵.

Na sua campanha à candidatura para deputado constituinte da Guanabara, teve indicação e apoio de Luiz Carlos Prestes, já que o PCB não poderia elegê-lo em função da clandestinidade do próprio partido. Não foi eleito, mas em 1963 substituiria Leonel Brizola como suplente. Em seu discurso de posse como deputado federal afirmou que havia sido eleito pelo PTB e com o apoio das forças de esquerda; dizia ainda que como deputado federal dentro do PTB, faria tudo para que este fosse, num futuro próximo, um partido de esquerda¹⁵⁶.

Já como exercendo seu cargo estive diversas vezes na sede na UNE, onde afirmava pertencer à esquerda nacionalista; assinou manifestos políticos pró-legalização do PCB; em 1961 estive na redação do jornal *Orla Marítima* (veículo de imprensa do PCB) e prestou homenagens a Prestes na ocasião de seu aniversário.

Wanderley Guilherme dos Santos tinha 28 anos e era professor do ISEB quando foi inquirido para o IPM 481. Antes mesmo de se tornar professor do instituto era

¹⁵⁴ Id. Ibid., p. 6.824.

¹⁵⁵ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6.831.

¹⁵⁶ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6.839.

funcionário público federal e compunha os quadros permanentes do MEC, ou seja, sua inserção se deu através da sua vinculação profissional através daquele ministério. Nesse ínterim era ainda aluno na FNFi e assim como outros acusados neste IPM, este indiciado no inquérito que investigava os fatos decorrente daquilo que ficou conhecido como Clube do Amor Livre¹⁵⁷.

No tempo em que foi aluno da FNFi atuou na política universitária sendo, em 1957 e 1958, presidente do diretório Acadêmico. Sua aproximação do ISEB se deu através de Álvaro Vieira Pinto, que era seu professor de filosofia e passou a ser seu responsável no instituto, onde desempenhou diversas atividades. Iniciou sua participação coordenando um curso sobre teoria social em 1962, atividade que resultou num projeto editorial, um periódico intitulado *Revista de Estudos Sociais*. Essa revista teve financiamento da CASES, que então estava sob direção de Roberto Pontual e recebeu, conforme consta em documentos anexos ao IPM, Cr\$ 200 mil mas que não chegou a ser publicada. Ainda em 1962 Wanderley foi designado como secretário da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, inclusive contribuindo para a coleção, redigindo o trabalho *Quem dará o golpe no Brasil?*.

Com a criação dos departamentos culturais dentro do ISEB, como estratégia de ampliar a autonomia das áreas e permitir que o instituto deixasse de ser apenas um centro de estudos para se tornar um polo de produção intelectual e cultural, no final de 1962 Wanderley foi indicado como professor responsável pelo Departamento Cultural de Filosofia. E assim como tantos outros intelectuais indiciados nesse inquérito,

¹⁵⁷ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6.864.

participou da fundação do CTI e na articulação de seus integrantes pouco antes do golpe militar.

Mas de qualquer modo, havia logo após o golpe de Estado o interesse e a necessidade de certos intelectuais de manter vínculos com um projeto mais amplo, mas que ele não se fizesse pela orientação doutrinária de um partido ou instituição política. Buscava-se a construção de uma unidade para conferir o mínimo de legitimidade à chamada “hegemonia cultural de esquerda”, que então começava a se esboçar. Uma hegemonia que se constituía pelo avanço das forças de oposição, aglomeradas no pré-64 e que disseminaram seu vocabulário de resistência no seio de um mercado de cultura emergente no Brasil em meados da década de 1960 (questão que será trabalhada em capítulos posteriores).

O fato é que a partir de abril de 1964, não havia mais condições de se demandar do Estado as ferramentas necessárias para a transformação da realidade brasileira, encabeçadas pelas oposições em geral, e pelas esquerdas em especial – como acontecera durante o governo de Goulart. Consumado o golpe militar em 1964, não se poderia mais exigir do Estado um perfil que não mais lhe cabia, enquanto organismo de legitimação jurídica. Disso resultou a falta de um instrumental político-jurídico das esquerdas junto aos aparelhos de Estado; implicou também na ausência de legitimidade expressa numa vontade popular. Destituíram-se as legitimidades e também seus espaços de representação política e ideológica; pois, ainda que o ISEB ou a UNE constituíssem fóruns com grande poder de intervenção e de influência político-cultural na sociedade, seu respaldo oficial encontrava-se no Estado, “os intelectuais, ao se voltarem para o

Estado, seja para fortalecê-lo como o fizeram durante Vargas, seja para criticá-lo, como os isebianos, o reconhecem como espaço privilegiado por onde passa a questão cultural”.¹⁵⁸

Mas o que se deve acentuar é que o desmantelamento destas instituições não fez com que os projetos antes discutidos fossem totalmente abandonados ou desencorajados em virtude da repressão. Aos poucos, se constatou a crescente reestruturação dos movimentos de esquerda a partir da criação de novos espaços de articulação das oposições. Ou seja, ainda que o Estado e os partidos políticos não aparecessem como elementos centrais na organização do debate sobre os rumos das questões nacionais (identidade, cultura, economia, política, educação, entre outros), continuava presente a heterogênea composição das esquerdas, agora equacionando novos problemas nas mais diversas formas de intervenção no espaço público.

Por outro lado, esses fatores estiveram presentes não somente devido ao arranjo das condições históricas da produção intelectual brasileira naquele momento, mas sobretudo pela forma como as debates originários do grupos cepecistas e isebianos foram encaminhados até meados da década de 1970. Ou seja, a composição heterogênea das esquerdas e, conseqüentemente dos grupos de intelectuais e artistas, favoreceu a formação complexa de unidades de resistência cultural, que muitas vezes tinham visões distintas sobre a realidade nacional, mas que compartilhavam do mesmo espaço de discussão, contra o militarismo e a favor da liberdade e da cultura. Esse mesmo panorama, com as devidas ressalvas, via-se representado nas produções

¹⁵⁸ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.51.

artísticas já em 1962, com as dissidências estéticas e ideológicas em torno do “manifesto do CPC” e, mais tarde com o fechamento da UNE.

2.2 – O CTI como estudo de caso

O regime militar instaurado no Brasil com um golpe de Estado em 1964 restringiu politicamente inúmeras instituições civis; acarretou, paulatinamente, no cerceamento das suas liberdades com a edição de atos institucionais e na desorganização dos espaços sociais de representação e comunicação¹⁵⁹. Esse fato, entretanto, não impossibilitou que outras formas de organização e agremiação fizessem oposição aos militares, pois na medida em que espaços eram interditos pelo novo regime outros eram organizados com novas funções e finalidades. A emergência de novos agentes sociais, a eclosão de novos debates, bem como de novos interlocutores, fomentou a articulação de grupos e espaços a partir dos quais se articularam diversas formas de resistência política e ideológica.

O detalhamento dessas *formações* sociais no processo de constituição das resistências é algo importante e deve ser considerado no contexto mais amplo das pesquisas sobre ditadura militar no Brasil. Ou seja, as relações entre política e cultura estiveram naquele período permeadas de tensões e contradições, o que nos faz colocar em xeque a idéia pré-concebida de uma resistência cultural organizada por intelectuais e

¹⁵⁹ Na primeira fase do regime militar (1964-1968) a intervenção político-jurídica do Estado se dá, sobretudo, através da promulgação de cinco Atos Institucionais (AIs): AI-1 de 29 de abril de 1964, AI-2 de 17 de outubro de 1965, AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, AI-4 de 7 de dezembro de 1966, além da própria Constituição de 1967 e o AI-5 de 13 de dezembro de 1968. A esta lista ainda podem ser acrescentados inúmeros Decretos e os Atos Complementares, instituídos pelo Poder Executivo.

artistas em oposição ao regime militar. Se organizações foram capazes de condensar formas de resistência estas se estabeleceram num processo lento de acomodação das disputas ideológicas e amenização dos impasses na busca de uma unidade organizacional.

Nesse sentido, a investigação e identificação de núcleos de resistência que atuaram a partir de circuitos de produção cultural no período posterior ao golpe militar de 1964 depende, por sua vez, da especificação das *formações culturais* presentes na fase anterior ao golpe. O período que precede o golpe militar revela estruturas-chave que permitem compreender melhor o quadro político-cultural durante a ditadura militar. Entre 1961 e 1964, por exemplo, constituiu-se num momento singular de transformação política da sociedade brasileira, dadas as contradições sociais determinantes do processo de estruturação tardia do capitalismo e de uma classe média no Brasil. Destes fatores, entre muitos outros, deriva uma polarização política e ideológica com dimensões ainda sem precedentes na história da política e da cultura no Brasil¹⁶⁰.

Após a renúncia de Jânio Quadros a Campanha pela Legalidade fomentou uma série de debates acerca da constitucionalidade da posse do vice-presidente, João Goulart. Esse fato convergiu na intensificação das polêmicas e das discussões sobre os

¹⁶⁰ Conforme artigo de Marcelo Badaró Mattos, esse período da história recente do Brasil chama a atenção de muitos historiadores, sociólogos e cientistas políticos, não somente em virtude dos debates em torno do populismo, mas porque encerra uma série de conflitos e tensões de ordem política e ideológica. Embora o autor discorra, por exemplo, sobre os impasses que caracterizam o governo do presidente João Goulart (1961-1964), “um personagem assinalado pelo contraditório, sendo por isso, um desafio a interpretações que se queiram unívocas e lineares”, tal perfil não decorre tão somente da pessoa de Jango, mas do próprio contexto resultante de mudanças estruturais profundas da sociedade brasileira naquele momento. Consultar: MATTOS, Marcelo Badaró. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, 2008, n° 55, p. 258.

rumos políticos e ideológicos do governo Goulart (setembro de 1961 a março de 1964). De certa forma, ainda que progressivamente, esse evento favoreceu a organização e o fortalecimento de determinadas *formações* de esquerda não vinculadas institucionalmente ao Estado. Em decorrência disso, constata-se que se antes a atividade política restrita a espaços de sua institucionalidade ou relacionada única e exclusivamente às questões da sua legitimidade jurídica, durante os “tempos de Goulart” houve uma profunda transformação dessa condição: as lutas políticas e ideológicas alcançaram seus mais significativos desdobramentos a partir do momento em que aglomeraram outros setores da sociedade brasileira, como os trabalhadores urbanos e rurais, uma fração do contingente militar, estudantes e intelectuais¹⁶¹.

Esse processo de transformações, de reorganização das estruturas políticas e ideológicas e, principalmente, o condicionamento do Estado às mudanças estruturais da sociedade brasileira propiciou o surgimento de novos atores na cena política e cultural do país. Na medida em que a politização da sociedade se fazia no sentido de reafirmar um caráter nacional dessa participação, ela também se declarava “autenticamente popular” – forjando no conceito de cultura a sua justificação. Essa justificação por meio de noções como “nacional”, “popular”, “autenticidade”, entre outras, se deu não somente em função do arranjo das ideologias em torno do aparelho estatal, mas

¹⁶¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 72.

também pela forma como tais conceitos foram concebidos no final dos anos de 1950 e da sua participação na formulação de um projeto nacional.¹⁶²

O fenômeno do “esquerdismo” durante o governo Goulart refletia, em toda a sua extensão, a influência de grupos políticos de esquerda, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, apesar de declarado ilegal desde 1947, era o partido de esquerda de maior representatividade ideológica. A partir de meados de 1963 a aproximação do governo com o PCB ficava mais evidente quando, por exemplo, os projetos de reformas de base serviram a João Goulart como propostas de reformulação da sua plataforma, bem como de acenar com alianças à esquerda. Segundo José Antonio Segatto,

em 1963 há uma reaproximação entre o PCB e Jango. Se por um lado o PCB mantinha as esperanças de transformar o governo Goulart em um governo nacionalista e democrático, por outro Jango passa a sinalizar para a esquerda e acenar com a possibilidade de assumir compromissos com as reformas.¹⁶³

¹⁶² Uma das primeiras publicações que procuraram trazer a debate tais questões em torno do nacional e do popular foi a *Revista Brasiliense*, editada entre os anos de 1955 e 1964. Abordou em vários de seus 51 números, o debate sobre o nacional e o popular na cultura brasileira. Sob a direção de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, sempre manteve-se “ideologicamente à esquerda, procurando entender em profundidade a estratégia do nacionalismo de esquerda de colaboração de classes, entre o proletariado e a burguesia nacional. Nesse sentido, a cultura estrangeira era um fator de alienação da realidade nacional. A intenção era promover a aproximação dos agentes históricos com a cultura nacional. Logo, se construiu uma bipolaridade entre o nacionalismo versus o cosmopolitismo.”. AQUINO, Ítalo. *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 98.

¹⁶³ SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 162.

Da mesma forma, os comunistas que desde 1958 eram regidos pela *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*¹⁶⁴, e tinham João Goulart como uma figura potencialmente benéfica aos seus interesses, consideravam a possibilidade de uma frente ampla de forças populares com a liderança do então presidente da república¹⁶⁵. A movimentação e ascensão de massas populares a status de mobilização política foi a expressão desse “acordo” entre o governo e setores do PCB na tentativa de formação de uma frente ampla para apoio e concretização das reformas de base.

Estes anos de agitação política e de debate entre as diversas correntes políticas e ideológicas, em que se colocavam em pauta inúmeros projetos de planificação do Estado e da sociedade, também favoreceu a participação de inúmeros grupos até então inexpressivos naquele contexto. *Formações culturais* organizadas a partir de núcleos distintos (como estudantes, intelectuais, escritores, artistas, professores, jornalistas, entre outros) emergiram com propostas e projetos no sentido de uma politização da cultura e da sua instrumentalização em favor das novas mudanças sociais. Essa movimentação repercutiu na produção cultural, pois,

“no pré-64, o nacional, correlato da luta anti-imperialista, reivindicava a afirmação de uma arte não-alienada que refletisse a realidade brasileira que se queria conhecer para transformar. O popular, por sua vez, acenava para a democratização da cultura e a conseqüente crítica à nossa

¹⁶⁴ Consultar: CARONE, Edgard. *O PCB: 1943-1964, vol. 02*. São Paulo: Difel, 1982, p. 266-271.

¹⁶⁵ CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 136.

¹⁶⁷ FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: EdUnicamp, p.277, 1998.

tradição elitista de uma arte concebida como ‘ornamento’, como ‘intimismo à sombra do poder’.¹⁶⁷

Essas questões possibilitaram novas formas de intervenção por parte de intelectuais e artistas. A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1960, revelou-se no sintomático processo de transformação ocorrido no interior das *formações* de esquerda, assim como em seus respectivos projetos de construção de uma consciência nacional e de uma identidade nacional e popular.

Surgia, desse modo, a proposição de um novo vocabulário por partes destes artistas e intelectuais e que revelava a necessidade de se estabelecer essa identidade conforme seus aspectos sociológicos e filosóficos e não mais a partir do pressuposto conservador do inatismo das raças. Ou seja, tornou-se necessário articular todo um conjunto de valores correspondentes à necessidade naquele momento de debate. Era forçoso preparar a revolução brasileira assim como os caminhos para sua realização e as condições para sua confirmação; por isso mesmo, tornou-se necessário gerar um sentido filosófico e cultural para essas transformações a partir do debate e da conscientização da sociedade. Segundo Renato Ortiz, alguns grupos de intelectuais (sobretudo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB), ao constituírem uma teoria do Brasil, retomaram a temática da cultura brasileira através de uma posição epistemológica: substituíram, aos poucos, expressões como “aculturação” por “transplantação cultural” ou “cultura alienada”, com a intenção de incutir na questão da cultura a propriedade do vir a ser – neste sentido “eles privilegiarão a história que está

por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos; por isso, temas como projeto social, intelectuais, se revestem para eles de uma dimensão fundamental”¹⁶⁸. Essa reinterpretação do conceito de cultura possibilitou não somente novas perspectivas para as ciências sociais, de um modo geral, como inseriu no conceito de cultura novos problemas concernentes à realidade brasileira; o que permitiu a reavaliação do papel das entidades e associações intelectuais na formulação de uma identidade nacional.

Nessa atmosfera é que surgiu o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Fundado em 07 de outubro de 1963, o CTI procurou desde o início de suas atividades congregar diversos artistas e intelectuais com o intuito de estimular a participação destes na consolidação dos interesses e reivindicações de uma “classe” dos intelectuais.

O CTI era presidido pelo editor Ênio Silveira, que durante três décadas esteve na direção da editora Civilização Brasileira. E somava-se ao grupo de membros-fundadores outros nomes como os do cineasta e historiador Alex Viany, do jornalista e crítico literário Álvaro Lins, do filósofo Álvaro Vieira Pinto, do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, do dramaturgo Dias Gomes, do folclorista Édison Carneiro, do escritor Jorge Amado, do general e crítico literário Manuel Cavalcanti Proença, do poeta Moacyr Felix, do historiador Nelson Werneck Sodré, do arquiteto Oscar Niemeyer, do jurista e desembargador Osny Duarte Pereira e o próprio Ênio, além de outras centenas

¹⁶⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45-46.

de nomes que se solidarizaram com o manifesto de fundação¹⁶⁹. Moacyr Felix, que era secretário geral do Comando, tomava registro das deliberações e era responsável pelas atas das reuniões. Várias delas foram realizadas na própria editora Civilização Brasileira, mas também na sede do ISEB, assim como na residência de Leonel Brizola – algumas vezes com a presença de Miguel Arraes (então governador de Pernambuco). Segundo Felix, a participação dos membros do CTI se dava principalmente na execução do papel de porta-voz dos intelectuais junto a parlamentares em reuniões políticas; “eu participava e falava em nome dos intelectuais, sempre defendendo uma participação destes nas transformações sociais [...]. Sobretudo, representando sempre os intelectuais”¹⁷⁰.

A articulação do Comando foi, em certa medida, uma manifestação sintomática daquele quadro de tensões e arranjo das oposições ainda no pré-golpe. A composição do grupo de membros fundadores demonstrava a dimensão demasiadamente heterogênea do grupo e natureza de sua formação. Ou seja, intelectuais, artistas e representantes de circuitos culturais específicos compunham de forma bastante diversificada o CTI e, muito embora fizessem parte de uma agremiação de natureza cultural, seu posicionamento político e ideológico estava aquém de outras entidades envolvidas diretamente no debate sobre a politização da sociedade brasileira no pré-1964.

¹⁶⁹ O documento de fundação do CTI foi publicado originalmente em 26 de outubro de 1963, no jornal carioca *Correio da Manhã* – a mesma versão do documento que Carlos Heitor Cony utilizou para transcrever no seu livro de crônicas *O ato e o fato*, publicado em 1964. Há também uma segunda versão do documento, na qual outros nomes foram adicionados ao grupo de membros-fundadores. Esta versão data de 20 de janeiro de 1964 e ao que consta não foi tornado público, já que o documento foi apreendido na sede do ISEB e anexado ao conjunto de provas do Inquérito Policial-Militar (IPM) referente àquela instituição. Ver: Inquérito Policial-Militar nº 481. *Fundadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais*. IPM do ISEB. Vol. 01, p. 219-223. Brasília: STM/SeArq.

¹⁷⁰ FELIX, Moacyr. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

Contudo, vale notar que muitos dos membros-fundadores do CTI eram também militantes do PCB, como Ênio Silveira, Jorge Amado, Oscar Niemeyer e Dias Gomes. Isso derivou do fato de que o próprio Comando sentiu as transformações operadas no seio das esquerdas naquele momento. Mais que associação direta entre o PCB e o CTI, tratava-se de uma articulação complexa entre as oposições que se refletiu nas esquerdas intelectuais com a formação de “grupos” heterogêneos. É, pois, essa heterogeneidade que definia os amplos propósitos do Comando; sua ação, ainda que restrita, organizou-se pela difusão de um vocabulário comum aos diversos grupos de intelectuais e artistas. Aliás, mais tarde quando Ênio foi inquirido no IPM do ISEB, em depoimento ele afirmara que

o Comando dos Trabalhadores Intelectuais era uma organização apartidária, com objetivo específico – como consta de seu Edital de Constituição – de congregar todos aqueles que se dediquem a atividades intelectuais para o estudo e o debate dos grandes problemas brasileiros. [...] O CTI era movimento independente de orientação ideológica específica, uma vez que dele faziam parte elementos militantes ou não em diversos partidos políticos.¹⁷¹

Assim, a fundação do CTI esteve, de alguma forma, relacionada ao processo de revisão da centralidade política e ideológica do PCB iniciada em 1958 com a publicação da *Declaração de Março*, e favoreceu a articulação de um espaço legítimo e democrático de representação do intelectual – que emergia, aos poucos, como categoria autônoma além de formador de consciência de classe. Esse processo resultou naquilo que Raimundo

¹⁷¹ INQUÉRITO Policial-Militar n° 481. *Termos de perguntas à testemunha indiciada*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 03, p. 533.

Santos denominou de “corrente renovadora” de intelectuais que, a partir da autocrítica de seus militantes, notabilizaram-se com a criação de um órgão editorial, a revista *Novos Tempos*. Conforme Santos,

na *Novos Tempos* encontramos uma espécie de apresentação da corrente renovadora. Espalhada por alguns pontos do país, ela não se considera uma fração do PC, mas um movimento independente, heterogêneo, embora unido em torno de um certo número de teses, surgidas a partir do debate sobre o XX Congresso [do PCUS]. Oriundos dos quadros pecebistas, no entanto, os renovadores haviam perdido o fetichismo de partido. Rejeitando a visão do “partido é tudo”, adotavam muito a tese do partido como um instrumento adaptável [...], abandonando o que eles chamavam a “velha máquina ossificada”.¹⁷²

Tais características imputadas ao periódico dirigido por Oswaldo Peralva eram comuns a muitos militantes do PCB, que desde 1958 visavam o questionamento da centralidade pecebista. Mais que reorganizar a estrutura partidária, o processo de renovação possibilitou a emergência de *formações culturais*, contingente heterogêneo de intelectuais e artistas dispostos a reivindicar sua autonomia de produção e visibilidade pública.

O CTI foi um produto dessas dissidências em torno do PCB, pois mantinha vínculos com o partido (por meio de seus integrantes), mas não estava a seu serviço. A natureza do Comando era inicialmente jurídica e visava estabelecer a representação política de seus agregados junto a outras entidades e organizações, assim como junto ao

¹⁷² SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 240-241.

Estado. Ficava evidente em seus editais, a desvinculação partidária e o compromisso não sectário em tratar da formação de um espaço de articulação de intelectuais. Organizado cinco meses antes do golpe, demonstrava necessidades específicas dessa articulação, como descreve o documento:

Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas; Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas; Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares; Considerando que os acontecimentos recentes demonstraram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, [...] declara-se fundado o CTI.¹⁷³

A formalização da entidade a partir desse caráter aglutinador e ecumênico deu ao Comando respeitabilidade significativa junto a diversos grupos de intelectuais que então se encontravam desarticulados ou não pertenciam aos quadros políticos de alguma sigla partidária – como foram os casos de Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Manuel Cavalcanti Proença e o próprio Moacyr Felix. O CTI surgiu com essa característica pluralista e procurava ressaltar a importância desse aspecto na estruturação e na consolidação da luta dos intelectuais pela cultura nacional-popular.

Embora o Comando não fosse um órgão derivado dos quadros executivos do PCB, compartilhava do ideário pecebista, sobretudo no que se dizia a respeito da

¹⁷³ FUNDAÇÃO do CTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. Primeiro Caderno, p. 07.

chamada Frente Única. Disso também decorre o fato do CTI ter acolhido tantos artistas e intelectuais de orientação comunista; por tê-los como membros não implicava necessariamente na vinculação política e ideológica às teses do PCB. O Comando – em função das disputas em curso dentro do PCB, da indefinição de um projeto político e dos rumos ideológicos do próprio governo Goulart – manteve-se equidistante tanto das diretrizes políticas do partido quanto das atribuições do governo Goulart. Essa “neutralidade” do CTI foi decisiva na sua continuidade e o fator que contribuiu para o ingresso de novos membros comunistas e não comunistas até meados de 1964.

As dissidências políticas e o aprofundamento da revisão das esquerdas no início da década de 1960, como já mencionado, abriram novas possibilidades de organização e intervenção aos grupos de artistas e intelectuais. Dessa forma, “a necessidade da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas” expressa no documento de fundação, orientava os membros do Comando. Mantinham, por sua vez, uma boa relação com o governo das reformas de base – logo com o próprio PCB –, ao mesmo tempo em que procuraram reconsiderar a ação política através da crítica intelectualizada àquelas transformações em processo.

Dois fatores imediatos daí derivavam: primeiro, a estrutura formal e jurídica constituída a partir do documento de fundação do Comando propunha uma alternativa de se reunir diversas frentes intelectuais (artistas, professores, cientistas, jornalistas, escritores etc.) numa ação integrada e conjunta, mas distinta das outras formas de intervenção então existentes; segundo, com essa postura diferenciada (“progressista” e “popular”), definia o seu conjunto próprio de interesses, assim como fazia da cultura (a

partir de um viés progressista e popular) o espaço para construção dessa legitimidade. Como descrevia o documento, “com este propósito de união são convocados todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do CTI, desejam nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão”¹⁷⁴.

Por isso, a tese da vinculação institucional do CTI ao PCB parece pouco fundamentada, quando considerado o quadro heterogêneo da formação das esquerdas no início da década de 1960 e como ele se vê representado no Comando. A exemplo da afirmação de Daniel Pécaut que “em 1963, quando o governo Goulart entrou na zona tempestuosa, o Partido deu o seu aval à criação de um comitê político de intelectuais, o CTI (Comando dos Trabalhadores Intelectuais)”¹⁷⁵. A articulação de intelectuais em torno do CTI se deu não pela autorização do partido, mas pela ação contingente dos seus integrantes que buscavam tanto uma organização que respondesse pelos seus anseios enquanto “trabalhadores intelectuais” como pela necessidade de criar um espaço de integração desses mesmos trabalhadores. Evidente que isso não inviabilizou a participação do CTI, nem o apoio de seus integrantes às atividades políticas do PCB e do governo Goulart. A confirmação disso é a participação do Comando no Comício pelas Reformas do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil (RJ), promovido por diversas entidades em apoio ao governo federal. A carta de convocação para o famoso comício trazia 21 assinaturas, entre elas a de Ênio Silveira como representante do Comando dos Trabalhadores Intelectuais¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Id. Ibid.

¹⁷⁵ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 142.

¹⁷⁶ O panfleto, posto em circulação em 19 de fevereiro de 1964, entre outras questões, procurou ressaltar de modo enfático a unidade homogênea em torno das reformas de base – como descreve o documento: “[...]os

Já a posição do CTI no quadro geral de reestruturação das esquerdas no início da década de 1960 também é algo interessante de ser considerado, sobretudo na forma como a cultura foi concebida no seu documento de fundação. Um espaço regido pela intervenção do “trabalhador intelectual”, a cultura tornou-se um instrumento de formação política; aliás, o simples fato de se conferir ao intelectual a categoria “trabalhador”, está diretamente relacionado à formação de uma consciência de classe entre os próprios intelectuais, assim como à identificação destes com um projeto de nação. Daí porque o manifesto aponta a

necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica – trabalhadores intelectuais, pertencentes aos vários setores da cultura brasileira, resolveram fundar um movimento denominado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)¹⁷⁷.

A organização do CTI fez-se de maneira bastante peculiar; ainda que definida como uma entidade de esquerda, conseguiu reunir um número significativo de participações em seu curto tempo de existência. O Comando foi articulado para uma ação política específica, ao mesmo tempo em que estava empenhado em criar uma identidade que refletisse os anseios mais amplos das oposições (e não somente das

trabalhadores e o povo em geral, demonstrarão nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais, e demonstrarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964. [...] Tudo pela unidade do povo e a ampliação democrática brasileira. Tudo pela concretização das reformas de base”. PELLACANI, Dante (et ali). *Concentração popular dia 13 de março na Central do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1964. CPDOC/FGV. Consultar documento nº 06 em Anexos.

¹⁷⁷ FUNDAÇÃO do CTI. Op. cit.

esquerdas). O processo de construção dessa identidade é realmente importante na investigação não somente do CTI como dos grupos que se formaram a partir dessa conjuntura¹⁷⁸. E a exemplo da aproximação com os intelectuais isebianos, os integrantes do CTI entendiam “a cultura como uma totalidade dinâmica como um complexo em movimento, cujo desenrolar, ao longo do tempo, se processa dialeticamente”¹⁷⁹, que de certa maneira e naquele momento, era colocada ou tentava-se colocá-la além das disputas políticas e ideológicas. Daí a afirmação sistemática do anti-sectarismo do CTI e a variada matiz ideológica que o compunha.

No mais das vezes, o Comando procurou respeitar as diferenças ideológicas depositadas em cada um de seus integrantes até como uma forma singular de organização intelectual, negando qualquer diretriz ou programa a ser cumprido em nome desta ou daquela instituição. E, nesse sentido, pode-se dizer ainda que a articulação de artistas e intelectuais em torno do CTI gerou mais que uma necessidade de representação jurídica de seus congregados: fomentou também a necessidade de rearticulação de grupos e personagens no próprio cenário cultural e artístico. Isso, paulatinamente, contribuiu na valorização da atividade intelectual e artística como meio de interferir na prática social e na ação política. Ou seja, a coordenação política de um

¹⁷⁸ Trata-se, pois de se investigar aquilo que em sociologia da cultura se denominou de “processo produtivo”. Segundo Raymond Williams, “o que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só *uma cultura* ou *uma ideologia* mas, coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais”. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 28-29.

¹⁷⁹ A relação entre o ISEB e o CTI, assim como a do CTI com o PCB, esteve associada no processo de transformações políticas e ideológicas já mencionadas. Muitos professores do ISEB eram membros do CTI e participaram da formulação desta entidade, em geral, por meio de artigos e conferências. Dentre as contribuições, a de Roland Corbisier sobre o problema da alienação na cultura brasileira cristalizou-se no imaginário intelectual de então. CORBISIER, Roland. Situação e alternativas da cultura brasileira. In: *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956, p. 194.

movimento de intelectuais e artistas poderia, a partir daquele momento, apostar em transformações do cenário cultural na mesma proporção que as mudanças experimentadas no âmbito político. Como um instrumento que manifestava intenções de um contingente de “trabalhadores” em favor da cultura, o documento de fundação do Comando ainda procurava dar conta de três importantes fatores que o justificava politicamente:

a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação; b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira¹⁸⁰.

A amplitude destes fatores forneceu ao CTI argumentos abrangentes no momento de arregimentação de intelectuais e artistas para o seu quadro institucional. Ainda que a “frente única”, a “democracia nacionalista” e as “forças populares” fossem jargões sempre presentes no vocabulário das oposições e das esquerdas, no CTI eles assumem outro aspecto. Até por força das novas condicionantes políticas e ideológicas do pré-64, a esfera da cultura iniciou um processo de apropriação desse vocabulário – que se desenvolveu por toda década de 1960 – e o recolocou na voz do intelectual e do artista. Mas note-se: não mais o intelectual ou o artista do partido, no caso o PCB. Pois não se tratava da simples “comunicação” da cultura e dos seus profissionais, mas da

¹⁸⁰ FUNDAÇÃO, loc. cit.

releitura dessas representações políticas e ideológicas através das obras de intelectuais e artistas que sentiram essas transformações.

E a reorganização das esquerdas nos anos anteriores ao golpe de 1964 favoreceu a formação de novos grupos e atores sociais que foram capazes de, nesse contexto, encontrar as condições peculiares para a sua organização. Tal especificidade levou peremptoriamente à atribuição de responsabilidades ao intelectual: figura que assumia importância cada vez maior, na mesma intensidade em que os espaços para sua atuação também se fortaleciam. Ora, a emergência do CTI esteve diretamente relacionada ao modo como o intelectual era representado nesse contexto de vicissitudes. Sua importância estava no papel de ser um interlocutor privilegiado que legitimava sua categoria de “trabalhador”, ao mesmo tempo em que reivindicava um poder político para transformação social. Não somente o CTI, mas setores da mais abrangentes da produção cultural na década de 1960 conceberam o intelectual como ponto de partida para inúmeros debates.

Assim o papel do Comando enquanto entidade que procurou congrega intelectuais e artistas, foi constituir um espaço comum a todos aqueles grupos que estavam desamparados institucionalmente em virtude das transformações já mencionadas. A partir dessa conjuntura, o CTI emergiu como um laboratório voltado para a formação de uma consciência sobre o papel da cultura e de seus agentes (intelectuais e artistas) e da importância da arregimentação, naquele momento, de uma “frente única” na qual as oposições seriam representadas. Das intenções à prática, é que o CTI teve problemas quanto ao seu poder de intervenção efetivo; sua ação foi difusa e

não conseguiu manter uma unidade básica mesmo depois do golpe de 1964 – ainda que se afirmasse publicamente que a entidade não tinha relações com o PCB ou com entidades que promoviam a “comunização” da sociedade brasileira. O fato era que desde 1963 o Comando não dispôs de articulação capaz de favorecer a integração efetiva com outros setores da vida cultural brasileira. E também o fato de que o grupo conseguira ter visibilidade apenas na cidade do Rio de Janeiro, onde a maioria de seus membros residia.

Desse modo, o alcance e a repercussão das atividades do CTI estavam reservadas, sobretudo aos manifestos assinados por seus membros que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro e por algumas capitais brasileiras. Por isso mesmo, pode-se dizer que o CTI constituiu-se num espaço público difuso, com características ainda associadas a um corporativismo de natureza privada; muito semelhante ao modo como demonstra o argumento habermasiano de uma “esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, que seu autor formulou para definir a ascensão de uma burguesia letrada e a constituição de espaço para sua representação¹⁸¹. Isto é, os núcleos intelectuais no interior do CTI, num primeiro momento, reivindicaram a unidade institucional das lutas num plano nacional, mas tal busca apenas se fez na ânsia formalizar o caráter público para a entidade. Assim, não há, em princípio, um elemento unificador das “pessoas privadas” no interior do CTI, mas um espaço que possibilitou a construção de sua legitimidade como uma entidade pública que apenas defendia interesses individuais.

¹⁸¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Outro dado sintomático, então persistentemente colocado pelos debates entre intelectuais que vinham se constituindo desde os seminários do ISEB em 1956, foi a aproximação destes debates com as classe populares. Não simplesmente uma necessidade do CTI, mas dos produtores culturais que de um modo muito mais abrangente, abriram espaço na esfera da cultura para uma discussão pública sobre os rumos da nação ainda no pré-64. Tarefa que, como foi visto, o ISEB e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) exerciam desde o início da década de 1960: estabelecer elos de relação com as classes populares e nelas buscar ou forjar a identidade nacional – justificada por intelectuais e artistas na afirmação de uma cultura nacional-popular. E muito embora essa aproximação tenha sido questionada do ponto de vista ideológico¹⁸², ela antes foi um ensaio das oposições em meio às transformações do início da década de 1960; uma resposta daquelas formações culturais que foi além de uma pedagogia autoritária junto às classes populares, mas uma pedagogia dirigida às e pelas classes médias sobre a questão do nacional-popular. Como escreve Miliandre Garcia,

essa preocupação, que caracterizou a produção artístico-cultural no país desde o início do século XX, manifestou-se nas décadas de 1950 e 1960 por meio da construção de uma arte nacional-popular e de uma pedagogia política e estética da classe média intelectualizada acerca da realidade, da cultura e do povo brasileiro.¹⁸³

¹⁸² CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁸³ GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 09.

Foi nesse sentido, por exemplo, que a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicados pela Editora Civilização Brasileira, foi importante nesse processo. Apesar do alcance e da receptividade dos títulos junto às classes populares – os livros de bolso eram vendidos a preços módicos – em nenhum dos títulos da coleção procurou definir, de forma nítida e objetiva, a aproximação com as classes populares. As edições tinham claro objetivo de servir de veículo para a proposição de projetos e de debate de idéias (entre intelectuais) que pudesse ser acompanhada pela sociedade em geral; pois “os grandes problemas do País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se*”¹⁸⁴. Além disso, o próprio Ênio Silveira, quando lançamento da coleção em 1962, escrevia que

foi precisamente por levar na devida conta essas considerações que entendi, como intelectual, como editor, como cidadão brasileiro, que me era indispensável participar ativamente dessa grande luta de nosso povo, colocando a seu serviço – acima de injunções ou chantagens – um veículo de informação que não se suborna, não se corrompe, não faz o jogo da pequena política partidária: *o livro*.¹⁸⁵

Além disso, o projeto *Cadernos do Povo Brasileiro*, de certa forma, desencadeou um processo sem precedentes no meio editorial brasileiro. Ênio Silveira fomentou, com

¹⁸⁴ CADERNOS do Povo Brasileiro. Contra-capa das edições do CPB. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Com grifo no original.

¹⁸⁵ SILVEIRA, Ênio. *Forma e essência dos Cadernos do Povo Brasileiro*. In: Inquérito Policial-Militar nº 481 – IPM do ISEB, 3º volume. Documento apreendido no ISEB, p. 569. Brasília: STM/SeArq.

¹⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 72. [sem grifo no original].

essa coleção, pelo menos duas grandes transformações: uma particular, pois a temática e o sucesso da coleção influenciaram na redefinição dos rumos editoriais da própria editora Civilização Brasileira adquirida por Ênio de seu sogro e antigo sócio em 1963, Octalles Marcondes. Segunda, e mais abrangente, consolidou uma temática nacionalista e de esquerda, que outras editoras, até então, não haviam explorado ao menos comercialmente.

Mas o fato importante a ser destacado é que muitos dos autores editados pela coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, assim como os poetas trazidos a público pela coleção *Violão de Rua* (volumes extras dos *Cadernos do Povo Brasileiro*), eram também integrantes do CTI. Tanto nos *Cadernos*, no *Violão de Rua* quanto no próprio Comando, a heterogeneidade dos núcleos e das *formações culturais* faziam-se presente na forma como cada intelectual, cada poeta, cada escritor, se colocava em relação aos problemas nacionais. Foi, em certa medida, no interior do CTI que estes intelectuais buscaram a articulação política e posição institucional, a fim de conjugar ações de modo a coordená-las conforme a necessidade do Comando que progressivamente passava a representar formalmente cada um dos “trabalhadores intelectuais” na sua individualidade.

Desse ponto de vista, a reunião destes artistas e intelectuais foi promovida tão somente em torno dos interesses individuais partilhados num contexto específico de representação pública. Isto é, antes de estabelecer uma efetiva solidariedade tornada pública com assunção do espaço que foi o Comando (e os próprios *Cadernos do Povo Brasileiro*), houve a preocupação do resguardo profissional, essencial a todos aqueles que

integraram ou partilharam das teses do CTI. É a partir desse quadro que, por exemplo, pode ser entendida a afirmação de Nelson Werneck Sodré, quando contesta, em suas memórias, a orientação dada ao Comando que ajudou fundar:

entre os grupos da pequena burguesia, creio que o dos intelectuais esteve entre os que reagiram melhor. Estivera engajado, até as vésperas do golpe, na constituição do CTI, com grande entusiasmo e fundadas esperanças de conquistar, finalmente, aquela forma de organização que permitisse, de maneira efetiva, *a defesa de seus interesses profissionais*.¹⁸⁷

Para Sodré, embora fossem legítimas as intenções do Comando, este servia apenas como um espaço de congregação de intelectuais das mais variadas tendências políticas e ideológicas, sem manterem entre si um contato voltado para uma ação unitária efetiva ou de intervenção política e cultural. Ao fazer isso, o Comando subestimou seu poder de intervenção e colocou-se a serviço do corporativismo artístico e cultural que, em si, não resultava em decisões coletivas ou acordadas em grupo. Algo semelhante afirmava Dias Gomes, referindo-se que no

início do CTI ainda havia uma certa mobilidade, ainda se podia fazer alguma coisa. Esse Comando se aliou a parlamentares nacionalistas e a uma ala nacionalista do Exército, o que permitiu uma certa aglutinação. Houve reuniões, algumas decisões importantes, mas não tínhamos nenhum poder decisório. Apenas intenções políticas.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Apud VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. p. 19 (2º vol.).

De certo modo, essa restrição política do Comando ou as suas limitações políticas se deram, sobretudo em função do modo como foi pensada a sua organização. Fundado em 1963, o CTI pouco depois do golpe militar fora proibido assim como tantas outras instituições de esquerda ligadas direta ou indiretamente ao PCB e ao governo Goulart. Nos poucos meses em que o Comando esteve reunido oficialmente, serviu a inúmeras propostas, a principal delas, constituir-se num espaço de articulação dos intelectuais não vinculados ao PCB, mas que, de certo modo, compartilhavam das teses do partido. Ao mesmo tempo em que isso era realizado, o CTI também se apresentou como uma organização “trabalhadores intelectuais”, a partir da qual formulou propostas para uma cultura democrática e não sectária. No entanto, o fato do CTI não ter sucesso ou mesmo maiores méritos decorre, principalmente, do seu alcance restrito, o que não permitia um contato direto e permanente com todos os seus membros. Essa restrição impediu o CTI, por sua vez, de definir uma política clara de intervenção no campo da cultura – o que vai ser possível somente pouco mais tarde, com o fortalecimento de outros mecanismos de articulação por alguns dos membros do Comando.

O fato mais importante nesse processo é que o Comando esboçou um tipo de organização cultural peculiar, na qual a autonomia intelectual era posta como valor primordial. Ao contrário do sucesso dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e até mesmo dos *Violão de Rua*, o CTI não teve a mesma repercussão devido aos instrumentos utilizados para constituir este espaço. Ora, a questão da cultura naquele momento passava pela consideração dos aspectos da formação da identidade nacional, da cultura popular, da

cultura popular revolucionária – como o exemplo do CPC da UNE em seu manifesto redigido por Carlos Estevam Martins – mas passava também pelo processo de reprodução da cultura, constituído nas sociedades em modernização a partir do componente mercadológico.

Assim, o CTI deve ser compreendido como uma entidade que representou, de forma sintomática, o momento de transição destes intelectuais que se deslocavam de um campo de influência estritamente político para um campo onde as instituições culturais floresciam, iniciando um processo de reconstrução de suas ideologias. Esse processo, por sua vez, foi propiciado pela configuração heterogênea das tendências políticas e ideológicas das esquerdas no decurso da década de 1960 – aliás, um dado importante na consideração da forma como se constituíram as ideologias e os grupos de intelectuais, além da sua legitimidade e autonomia no terreno da produção cultural¹⁸⁹. O problema do intelectual, da cultura brasileira e da construção do processo democrático permeou grande parte das intervenções que aos poucos foram constituindo essa esfera de debates fora dos limites dos partidos políticos, assim como fora das estruturas de governo. Desse modo, a problematização da cultura ou a formulação de um conceito de cultura correspondente às necessidades geradas naquele contexto, depende estritamente da análise dessa mesma heterogeneidade basilar destes grupos.

¹⁸⁹ Subentender a complexidade conjuntural e pressupor uma heterogeneidade constituinte dos elementos que constroem um determinado contexto histórico ou grupo social, é adotar uma perspectiva mais aberta que admite as tensões e as contradições como dados relevantes no momento de investigação. A exemplo de Gramsci: “Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário é rico de contradições”. In: GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 05.

E é a partir do CTI e mesmo dos *Cadernos do Povo Brasileiro* que se constata a constituição de um núcleo de intelectuais que se colocou à frente desse processo. Ainda que esse núcleo seja lembrado pela sua coesão de pensamento e pela excelência de seus participantes, em nenhum momento se mostrou homogêneo ou se colocou como uma unidade indissolúvel em meio às transformações estruturais da sociedade brasileira em processo na década de 1960. Pelo contrário, dos integrantes, alguns terão maior visibilidade no espaço público, outros menor, dependendo do modo como manejaram seus vocabulários e inseriram-se na indústria cultural. E essa visibilidade não será dada necessariamente pelo pertencimento a alguma entidade ou grupo específico (como uma unidade fechada e coesa em torno de um projeto definido), mas pela atuação individual de alguns de seus representantes na cena política e cultural.

A emergência de novos atores na cena cultural e política, mesmo antes do golpe militar, foi decisiva para a configuração das disputas ideológicas em torno de um projeto da transformação da realidade brasileira por toda década de 1960. Daí decorre o fato de que o CTI estivesse devotado ao reconhecimento do papel que a cultura assumia no processo de renovação das estruturas políticas e sociais brasileiras. O CTI concebia o intelectual como portador de uma força de trabalho específica, tanto que o denominava integrante de uma “classe” capaz de coordenar o desenvolvimento da sociedade brasileira.

2.3 – O IPM da *História Nova*

O problema relativo à edição da coleção *História Nova do Brasil*, diferentemente do CTI, não dizia respeito à organização de uma entidade, mas, da mesma forma, esteve condicionado ao processo de organização das esquerdas culturais – no encalço das mudanças propiciadas no interior do PCB, bem como da articulação de intelectuais de esquerda em vários níveis de atuação e engajamento. A *História Nova do Brasil*, aliada às condições de organização do ISEB e mesmo da FNFfi, foi resultado de um projeto intelectual e editorial que objetivamente visava a discussão dos postulados sobre metodologia do ensino de história¹⁹⁰. Mas seu impacto foi mais amplo e contundente que seus autores poderiam imaginar. Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes constituíram um *núcleo intelectual* que desempenhou um papel significativo no processo de organização das esquerdas culturais no início da década de 1960. Com exceção de Sodré, que era professor do ISEB, “é no Centro de Estudos de História da FNFfi que encontramos, de modo efetivo, não só os maiores responsáveis pela realização do projeto História Nova, mas também o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham”¹⁹¹.

¹⁹⁰ Consultar junto aos anexos o Documento nº 07.

¹⁹¹ PINTO, João Alberto da Costa. “A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil”. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. São Paulo: EdUnesp, 2006, p. 345.

Havia, pois, uma discussão entre alguns alunos e professores da FNFi no início da década de 1960 que visava reconsiderar não somente o modelo vigente dos livros didáticos de história, mas o próprio conteúdo transmitidos por estes livros. A exemplo dessa discussão, colocada num plano institucional mais amplo que ira refletir nas propostas da coleção *História Nova do Brasil*, a intervenção de José Luiz Werneck da Silva descrevia esse contexto e sua necessidade de reformulação:

A tendência de nosso século em popularizar a instrução secundária, está ampliando extraordinariamente o mercado do livro didático, aos quais as editorias via de regra dão um cunho comercial, raras vezes se atendo ao sentido cultural inerente.

O Estado [...] deveria concorrer no mercado de livro didático, publicando a preço de custo, os compêndios selecionados em rigoroso concurso, [...] dos quais se exigiria elevada qualidade no fundo e na forma.¹⁹²

O *núcleo intelectual* formado a partir da *História Nova* esteve no centro desse debate e seria apenas uma discussão datada de cunho metodológico, não fosse a associação dessa proposta didática aos propósitos teóricos mais abrangentes do Departamento de História do ISEB, sob direção de Nelson Werneck Sodré. Numa pesquisa realizada a partir da análise dos volumes da coleção *História Nova do Brasil*, Elaine Lourenço, demonstra que

¹⁹² SILVA, José Luiz Werneck da. Ensino secundário: o livro didático de história. *Boletim de História*, Ano III, nº 06, jan-jun 1961, p. 170-171.

junto ao propósito maior, isebiano, de intervir na sociedade brasileira, *História Nova do Brasil* trazia marcas dos anseios da FNFⁱ [...]. Essa convergência, aliás, transparece na própria composição do projeto: se seus já citados autores eram oriundos da Faculdade, e os dois Pedros já atuavam também como professores, da parte da CASES o contato era Roberto Pontual que, segundo Sodré, era estagiário no ISEB e agora se encontrava no MEC.¹⁹³

A coleção originalmente previa a publicação de dez títulos, sendo eles *O descobrimento do Brasil*, *A sociedade do açúcar*, *As invasões holandesas*, *A expansão territorial*, *A decadência do regime colonial*, *A independência de 1822*, *Da Independência à República*, *O sentido da abolição*, *O advento da República* e *O significado do Florianismo*. A linha editorial seguida pela coleção, expressa nas contra-capas de cada um dos volumes, demonstrava que

ao entregar a professores e estudantes a presente monografia, a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) do Ministério da Educação e Cultura tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro. Sua origem – assim como a de todas as demais que compõem esta coleção – prende-se à tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história. Dentro de tal perspectiva reformuladora é que surgiu a coleção *História Nova* [...]. Resta esperar, de professores a estudantes, que uma nova reflexão sobre os dados componentes de nossa história se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro o Brasil que ele realmente anseia.¹⁹⁴

¹⁹³ LOURENÇO, Elaine. “História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n° 56, 2008. p. 392.

¹⁹⁴ Apresentação impressa nas contra-capas dos exemplares da coleção *História Nova do Brasil*.

A abordagem do tema evidentemente chamou a atenção dos militares sobre o assunto a ponto de se instituir um inquérito. Entretanto, o enfoque que constituiu o IPM da História Nova implicou noutras questões, a começar pela participação do autor da apresentação da coleção, Roberto Pontual.

Como já foi detalhado anteriormente, Pontual era funcionário público federal e seu vínculo com o MEC teve início quando foi contratado em agosto de 1960 para prestar serviços na Campanha de Assistência ao Estudante (CASES). De função temporária, em pouco tempo, ele passou a exercer, por designação do diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE), a função de assistente de direção desta Divisão. Nessa função permaneceu até ser novamente designado por Luiz Alberto Gomes de Souza, assessor do então ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso. Chefiava agora a Seção de Cultura da DEEE e em pouco tempo, o próprio ministro o nomearia diretor da referida Divisão.

Num espaço curto de tempo, Pontual ascendeu a hierarquia do ministério e ocupou um cargo estratégico, sobretudo porque assim que foi nomeado diretor da DEEE foi-lhe comunicada a intenção do ministro Paulo de Tarso de planejar uma ação executiva na Divisão, que incluía, entre outras coisas, a elaboração de monografias destinadas à abordagem da história do Brasil¹⁹⁵.

Assim estavam mais ou menos determinados os passos iniciais da coleção *História Nova do Brasil*. Ao tomar ciência dessa decisão ministerial, teve a necessidade de aprofundar o conhecimento de fatos e personagens da história do Brasil que

¹⁹⁵ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Termo de denúncia*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, p. 358.

considerava superficialmente focado no estudo tradicional da história. Para tanto, e em função da sua falta de conhecimentos mais profundos, confiou a Nelson Werneck Sodré e à sua equipe a elaboração de tais monografias.

Segundo Roberto Pontual a coleção *História Nova do Brasil* foi editada pelas CASES como parte do plano de conscientização e politização do estudante brasileiro. Que esta coleção, em dez monografias, segundo Pontual, visava contribuir à sua maneira para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro¹⁹⁶.

Dos propósitos iniciais do MEC à aproximação com o ISEB, as relações transcorreram quase imediatamente, pois o próprio Álvaro Vieira Pinto prontificou-se a Pontual para efeito deste vir a representar a DEEE junto ao ISEB, o que foi feito a partir de março de 1963. Essa aproximação com o ISEB, acrescido fato da coleção não ter sido avaliada pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) – segundo Pontual, por não julgá-las obras de caráter didático e por desconhecer a legislação referente às atribuições daquela Comissão – favoreceu o indiciamento de seus autores e suas obras; ora, o próprio fato de a coleção lançada em 20 de janeiro de 1964, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, já havia criado celeuma entre os militares e os esquerdistas.

O parecer da CNLD foi dado posteriormente no transcorrer de outros inquéritos que mencionavam a referida coleção como exemplo e caracterização de imprensa tipicamente comunista. Segundo informa este parecer,

¹⁹⁶ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6811.

a coleção *História Nova do Brasil* (volumes 01, 03, 04, 06 e 07) que nos coube examinar, por determinação do IPM do MEC, pareceu à Comissão que este subscreve destituída de qualquer valor histórico, além de ser deficiente, quer no fundo, quer na forma, como obra didática. Conclui a Comissão, sendo de parecer que a coleção *História Nova do Brasil*, por omissão, inverídica e nociva, deve ser recolhida e seu uso impedido. Sob ponto de vista histórico as publicações se baseiam na unilateral interpretação marxista, sendo, portanto, prejudiciais ao ensino da História da Pátria. Sob o ponto de vista da Segurança Nacional, trata-se de propaganda deletéria, que compromete o Estado com a ideologia marxista.¹⁹⁷

Houve, de certo modo, uma desqualificação dos propósitos da coleção, das obras em si e dos próprios autores. Tanto nos inquéritos como na grande imprensa a consideração feita sobre os autores era com a intenção de desqualificá-los: os inquéritos os acusam de sequer conhecer história do Brasil e por terem sido reprovados nessa disciplina quando alunos na FNFi; a imprensa os desdenhava alegando trata-se apenas de um grupo de jovens professores de história entusiasmados com o próprio ofício. Tais circunstâncias levaram Sodré a se pronunciar, não somente por estar envolvido em IPMs, mas por ser o responsável pela edição da *História Nova do Brasil* – primeiro a cargo da CASES, posteriormente sob responsabilidade da editora Brasiliense, de propriedade de Caio Prado Jr. Escrevia Sodré na *Revista Civilização Brasileira*:

Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se em “pareceres” o Estado Maior do Exército, o IHGB, a CNLD entre outros. [...] Além disso, apreenderam duas

¹⁹⁷ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Histórico pessoal dos indiciados*. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 27, p. 6.813.

edições da coleção, a oficial e a particular; exilaram ou prenderam os seus autores e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante.¹⁹⁸

A questão em que estavam envolvidos os autores da coleção ia, obviamente, além da edição de uma simples pesquisa didática sobre o ensino de história no Brasil. Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré foram classificados como agentes de subversão comunista, atuando através daquilo que ficou denominado no meio militar, como “imprensa comunista”. Ou seja, ainda que todas as acusações de despreparo, inabilidade e má formação intelectual recaíssem sobre eles, o peso maior estava no fato deles estarem associados ao PCB, sobretudo por intermédio de Nelson Werneck Sodré, elo de ligação dos autores com o ISEB – instituição que também estaria a serviço do comunismo internacional.

Por outro lado, vale lembrar que a maioria das iniciativas capitaneadas por intelectuais de esquerda ou ligados a partidos de esquerda durante o governo de João Goulart, mantinham certa aproximação com o ideário pecebista, seja pela resposta positiva imediata às reformas de base, seja pela campanha de agitação e conscientização das massas para os problemas sociais e políticos presentes naquele momento. Como já foi abordado anteriormente, a associação desses “movimentos” com o PCB era sintoma de um automatismo, que via naquele processo efusivo, coordenado por intelectuais de esquerda, a expressão da ideologia de Estado soviética.

¹⁹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. A história da História Nova – II, *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 04, setembro de 1965. p.78-79.

Não obstante, era perfeitamente possível que muitos destes intelectuais – como os autores da coleção *História Nova do Brasil* – fossem também militantes do PCB. Joel Rufino dos Santos acentuaria essa relação em um depoimento concedido a Sueli Mendonça:

É preciso dizer, também, que nós não éramos só um grupo de estudo. Éramos um grupo de amigos, de militantes políticos e no meu caso e do Pedro Celso, até de futebol... A nossa ligação era muito estreita: nós íamos para a praia e para o Maracanã juntos, estudávamos na mesma faculdade, éramos do mesmo partido, quer dizer, era um grupo extremamente coeso. Então isso facilitou.¹⁹⁹

Ademais, a relação destes intelectuais com a militância comunista, ou melhor, com o PCB representado no seu comitê executivo, era permeada de conflitos, considerando o quadro de reorganização as esquerdas pós-1958, quando da publicação da *Declaração de Março*. Elaine Lourenço atenta para o fato de que somente Rufino dos Santos se referia à militância junto ao PCB, enquanto que os demais autores da *História Nova do Brasil* não faziam esse tipo de comentário²⁰⁰. Por outro lado, eles próprios militavam junto ao Comitê Cultural do PCB que, por sua vez, era uma atividade político-cultural que se estendia além do alcance do CC do partido e, em geral, não era uma atividade declarada publicamente em virtude até mesmo da repressão exercida tanto pelos militares quanto pela executiva pecebista.

¹⁹⁹ MENDONÇA, Sueli G. De L. Werneck Sodré, *História Nova: contribuição pioneira ao ensino de história no Brasil*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. São Paulo: EdUnesp, 2006. p. 338.

²⁰⁰ LOURENÇO, Elaine. “História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n° 56, 2008. p. 398.

As “evidências” dessa militância estiveram descritas no IPM instaurado para investigação e qualificação criminal da coleção e de seus autores. Esse inquérito teve início na cidade de São Paulo, em junho de 1965 e ficou a cargo do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), então sob direção do general Riograndino Krueel. O referido inquérito foi aberto na ocasião em que a segunda edição organizada por Sodré e publicada pela editora Brasiliense, de propriedade de Caio Prado Jr. Nota-se, por exemplo, que o auto de apreensão emitido em 28 de junho de 1965 contra a loja da editora Brasiliense apresenta o recolhimento de 21 exemplares do primeiro volume e 141 exemplares do quarto volume da coleção²⁰¹. Isso porque os demais números ainda não haviam sido publicados no momento da apreensão. Logo, este IPM da *História Nova do Brasil* considerou apenas os dois volumes como provas constantes deste inquérito no qual seus autores foram acusados de “propaganda de subversão da ordem e de preconceito de classe”²⁰².

Por determinação do general Riograndino Krueel, não apenas a loja da editora Brasiliense foi “visitada” pelos agentes do DOPS. Entre as livrarias que tiveram a coleção apreendida para “averiguação” estavam, por exemplo, a Livraria Forense e a Livraria Francisco Alves. Entre os livreiros inquiridos pelo DOPS de São Paulo estavam Stefan Geyerhan, sócio-gerente e responsável pela filial de São Paulo da Erich Eichner & Cia. Ltda., também conhecida como Livraria Kosmos; Heinz Friedrich Reichmann, responsável pela Livraria Triângulo Ltda; Álvaro Bittencourt, proprietário

²⁰¹ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Auto de apreensão*. IPM da História Nova. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 01, p. 15. Consultar junto aos anexos o Documento nº 08.

²⁰² INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Portaria s/nº*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 01, p. 02.

da Livraria Parthenon; Wolfgang Knapp, proprietário da Herder Editora e Livraria. Exceto a livraria de Bittencourt, as demais livrarias eram todas situadas na Rua Barão de Itapetininga, no centro da cidade.

A menção aos livreiros coloca em evidência duas questões que envolvem a interpretação desse IPM, à luz do processo de construção da subversão nos meios intelectuais: (a) na tentativa de identificar entre os livreiros supostos indícios de subversão – tais como imputados aos autores da *História Nova do Brasil* – há uma diferença no modo como este inquérito é concebido em relação ao demais IPMs. Enquanto nos “inquéritos institucionais”, a exemplo do IPM do PCB, IPM do ISEB, IPM do MEC, a denúncia é formulada a partir do crime cometido por uma organização ou entidade, neste IPM da História Nova, o crime de subversão é especificado na ação de cada um dos denunciados. Ou seja, a inquirição dos livreiros que revendiam a coleção em seus respectivos estabelecimentos comerciais parece estar relacionada à necessidade dos militares em identificar os agentes da subversão, e não apenas suas organizações – já que estas, de antemão, pareciam estar em conluio com o comunismo internacional. Em consonância com essa mudança da estrutura de investigação e do papel jurídico do IPM, (b) emergiam, por outro lado, figuras específicas no contexto de resistência cultural ao regime militar. Noutras palavras: ao enfocarem a especificidade da subversão, a saber, intelectuais e artistas ligados aos movimentos de esquerda e de resistência contra a ditadura, demonstravam os militares que a disseminação da subversão não se restringia à ação de organizações político-ideológicas, mas também à intervenção individual de figuras representativas no cenário cultural brasileiro. Questão

que será detalhada adiante quando da abordagem da emergência do intelectual de esquerda.

De certa maneira, esse “debate” esteve latente nesse inquérito, sobretudo quando considerou (ou tentou considerar) os livreiros como co-autores de crime de subversão, chegando-se a afirmar que “quem edita e vende um livro subversivo está ajudando a divulgação das idéias nele contidas, mas se o faz sem lhe conhecer o conteúdo mesmo assim terá contribuído para o crime”²⁰³. Mas o impasse sobre a coleção estava além da simples identificação de seus vendedores, quiçá, leitores; o problema maior dizia respeito à associação da *História Nova do Brasil* com o ISEB e com a dezena de acusações que sofrera esta instituição antes e depois de golpe militar de 1964.

Quem, de fato, esteve no centro deste inquérito e por servir de elo entre os autores da coleção e ISEB foi Nelson Werneck Sodré, pois segundo relata o procurador geral da Justiça Militar, “Sodré convocou a cumplicidade de cinco outros *apparatchiks* do Partido Comunista, ora também denunciados, indo buscar a ajuda de indivíduos notáveis pela prestabilidade como *aparelhos* do partido”²⁰⁴. Do ponto de vista dos oficiais que presidiram o inquérito tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo,

sua instauração decorreu das arguições levantadas contra o general Nelson Werneck Sodré e que se confirmaram durante os interrogatórios sobre o ISEB e o MEC. Por força de antiga prescrição regulamentar o citado general não poderia ser ouvido, como indiciado, por oficiais

²⁰³ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Despacho do Procurador Geral da Justiça Militar*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, p. 364.

²⁰⁴ Id. Ibid.

de posto inferior. Teve, pois este IPM uma finalidade definida, qual seja a de ouvir o general Nelson Werneck Sodré e apurar especificamente suas implicações na elaboração da coleção *História Nova do Brasil*.²⁰⁵

A atividade intelectual de Sodré vinha há muito tempo sendo investigada pelos órgãos de informação das Forças Armadas e tornou-se investigada com mais frequência à medida que adquiriu prestígio nos meios intelectuais devido às publicações sobre literatura e crítica literária, bem como em virtude de suas atividades desenvolvidas no ISEB.

Sobretudo, seu envolvimento com o instituto embasou um conjunto de acusações contra Sodré que o levaram a testemunhar em inúmeros inquéritos e, como afirmado anteriormente, indiciado como réu no IPM da *História Nova*. Sua importância neste inquérito, juntamente com os demais autores responsáveis pela coleção, se devia ao fato dele ter sido o professor que coordenou os trabalhos de edição e por ser o diretor do departamento de História do instituto que “promoveu” a *História Nova*. Por mais que em alguns depoimentos os autores procurem dissociar a publicação do ISEB, ela própria era financiada pelo mesmo órgão ministerial que mantinha o instituto: o MEC. Dessa associação, ainda que involuntária, os relatores do IPM da *História Nova do Brasil* afirmavam categoricamente que o propósito da coleção, a saber, do próprio ISEB

se tratava de reunir professores capacitados para um estudo honesto da história do Brasil, mesmo admitindo uma preponderância de interpretação filosófica marxista, mas sim de um

²⁰⁵ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Relatório do general Manoel Mendes de Almeida*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, 313.

grupo de comunistas militantes dedicados ao partido e que trabalhassem integrados com o ISEB, sob coordenação de Nelson Werneck Sodré. Por fim, todo esse trabalho, da cúpula do MEC aos autores da *História Nova*, o fez em obediência à orientação e ditames de uma organização de caráter internacional – o comunismo. [...] Mesmo assim, o auxílio comunista que constitui uma organização internacional não se limitou ao preparo puramente ideológico dos autores da coleção *História Nova do Brasil*, no sentido de habilitá-los como elementos na frente da luta pela conquista pelo poder em nosso país.²⁰⁶

Assim como muitos outros inquéritos policiais-militares, este também foi arquivado. No ano de 1966 a acusação da subversão comunista patrocinada pelos autores da *História Nova* com auxílio de Sodré, seria dada como improcedente pela simples falta de provas – de que a coleção bem como seus idealizadores eram auxiliados financeiramente por economias ligadas ao comunismo internacional.

Outras acusações perduraram e se reproduziram em outros inquéritos, sobretudo a do MEC e da DEEE terem destinado recursos para realização de eventos e obras de cunho subversivo. Entretanto, mais que simplesmente ignorar o inquérito que se instaurou sobre *História Nova do Brasil*, interessante é notar como um projeto editorial alcançou visibilidade e movimentou parte da opinião pública em torno do tema. O componente de resistência existente na coleção não foi assegurado pelos autores, mas pela condição repressiva dos militares no pós-golpe. Segundo declara Joel Rufino dos Santos, pensado retrospectivamente, “é bem possível que a oposição à *História Nova* [...] tivesse também um componente geracional e de orgulho profissional. Afinal de contas como é que

²⁰⁶ INQUÉRITO Policial-Militar da História Nova do Brasil. *Relatório final*. Brasília: STM/SeArq, 1966. Vol. 02, p. 340-342.

‘pirralhos’, alguns deles ainda não diplomados, ousavam afrontar o *establishment* universitário?”²⁰⁷.

²⁰⁷ LOURENÇO, Op. cit., p. 386.

Capítulo 03

Resistência cultural e hegemonia de esquerda

3.1 - A cultura de esquerda e a emergência do intelectual

No transcorrer do ano de 1964, a perseguição a trabalhadores, sindicatos, estudantes, intelectuais, membros da Igreja Católica, além de expurgos a professores, funcionários públicos e mesmo militares tornava-se crescente. Período em que “operação limpeza” tinha não somente um apelo político, mas moral; seu objetivo era, além de promover a reforma da estrutura de Estado, instaurar uma nova ordem legal e jurídica a partir dos ditames do poder militar centralizador.

E ainda que houvesse uma relativa liberdade representada no âmbito da justiça ordinária, ela não dizia respeito a esse cenário inicial representado, sobretudo pela repressão imediata aos estudantes, funcionários públicos e trabalhadores sindicalizados. É na contraposição dessas manifestações arbitrárias do poder militar que emerge aos poucos uma resistência político-cultural constituída, num primeiro momento, pelo setor de imprensa. Assim, a exemplo do que afirma Bernardo Kucinski,

surgiu a imprensa alternativa da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. [...] Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo.²⁰⁸

²⁰⁸ KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 161.

Mesmo na grande imprensa alguns focos de resistência aos poucos surgiram frente ao golpe de Estado de 1964. Somente no mês de maio daquele ano, por exemplo, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou uma dezena de textos (entre artigos, matérias, notas e editoriais) enfocando a resistência dos intelectuais às práticas repressivas do governo militar.

A articulação de intelectuais e artistas nos meios de comunicação fez inicialmente da imprensa um espaço privilegiado de resistência das formações culturais. Por meio de jornais e revistas, a intelectualidade projetou-se publicamente em defesa da liberdade de pensamento e da criação artística, constituindo um discurso de resistência política na esfera da cultura. Note-se: não era uma ação previamente determinada e colocada em prática pela intelectualidade filiada a um “projeto de resistência”. Era de certo modo, uma preleção ou, como denominara Walnice Nogueira Galvão, um ensaio geral de socialização da cultura em que intelectuais e artistas foram concebidos como agentes do progresso social e automeados sujeitos da história; por isso tinham a missão de esclarecer os menos favorecidos.²⁰⁹

Logo, constata-se a importância, senão a necessidade, destes grupos de intelectuais articularem-se através de instrumentos de comunicação capazes de, não somente demonstrar publicamente a resistência à política ditatorial do regime de 1964, como articular um vocabulário de resistência que pudesse ser compartilhado por eles e pelo conjunto de leitores de jornais e revistas.

²⁰⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira, “As falas, os silêncios: literatura e imediações – 1964-1988”. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKY, Saúl. *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 186.

Uma das primeiras manifestações contendo essas características foi uma crônica de Carlos Heitor Cony. Publicada do jornal carioca *Correio da Manhã* em maio de 1964, se tornou um símbolo na convocação de intelectuais e artistas na luta contra o governo militar. O escritor tinha já sido membro do CTI e era amigo de Ênio Silveira, que também era seu editor desde 1958. E num depoimento que prestou ao IPM do ISEB, Cony declarou ao Coronel. Gerson de Pina, então encarregado do IPM do ISEB, que desconhecia qualquer filiação com o CTI ou mesmo de proximidade com o extinto ISEB, como descreve um trecho do depoimento:

Perguntado ao inquirido se sabia qual a relação do CTI com o CGT respondeu que: ignoro. Perguntado se sabia que entre os signatários do Comando Trabalhadores Intelectuais ou CTI, existem pessoas ligadas ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), respondeu que: falando com honestidade eu só vim perceber isso, depois do golpe de primeiro de abril, quando pude ler integralmente um manifesto, idealista dos signatários. Acontece, evidente, conhecendo como conheço os intelectuais do Rio, sabia que muitos nomes eram comuns ao ISEB e ao CTI, mas tanto no momento, como mesmo depois, eu não vejo por onde enquadrar o CTI; a menos que isso faça parte de uma manobra subterrânea, que eu, desconhecendo o princípio de outra missão, dessas que me convidaram para o CTI, eu desconhecia, completamente, qualquer vínculo, qualquer circunstância ao ISEB. Eu pessoalmente, nunca fui ao ISEB e nunca pertenci ao ISEB.²¹⁰

A presença de Cony como testemunha no IPM do ISEB foi uma resposta imediata dos militares ao enfrentamento que o escritor vinha promovendo nas páginas

²¹⁰ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Termo de Inquirição de Testemunha*. IPM do ISEB. Brasília, 1964. STM/SeArq. Vol. 02, p.242.

do *Correio da Manhã*, desde os primeiros dias passado o golpe militar. Inquirido pelo coronel Gerson de Pina, a fim de dar explicações sobre a ofensiva que vinha produzindo no periódico no qual desempenhava a função de editor, Cony foi curiosamente acusado de subversão no IPM do ISEB. Sua emergência no cenário jornalístico e editorial se notabilizou pela resistência ao quadro político que se vislumbrou depois do golpe. Chegou a ser acusado pelo coronel neste IPM de promover a si e a sua obra fazendo uso de um vocabulário de oposição que não lhe cabia, já que o próprio Cony fazia questão de frisar de nunca pertencer a um partido político, sobretudo de esquerda. No seu depoimento ele se defendeu:

Eu no momento da vida nacional, por uma circunstância que não ia depender de mim, eu fiquei sendo o único homem da oposição, evidente que isso granjeou uma parcela de leitores e eu não tenho nada a ver com isso; não bajulo esses leitores como não bajulo leitores nenhum. Quanto à vendagem dos meus livros, como é natural, vêm tendo uma venda em ascensão. [...] Eu não tenho culpa realmente da vendagem que vai ser maior do que vinte mil; a previsão da editora pelo que eu sei, são para atingir os cinqüenta mil exemplares.²¹¹

Cony defendia-se da acusação de colaborar com a subversão no inquérito sobre o ISEB. Interessante observar, entretanto, que pouco é indagado sobre a sua relação com o instituto. Algumas das poucas questões que lhe são feitas sobre o ISEB referem-se às pessoas de Roland Corbisier e Álvaro Veira Pinto e se o escritor mantinha algum tipo de vínculo com ambos. Por outro lado, Cony é inquirido sobre seu

²¹¹ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Termo de Inquirição de Testemunha*. IPM do ISEB. Brasília, 1964. STM/SeArq. Vol. 01, p.255-256.

posicionamento ideológico e questionado se, de fato, não agia assim usando de fé um vocabulário esquerdista a fim de conquistar leitores e simpatizantes com sua visão sobre o golpe militar. Durante o interrogatório é perguntado a Cony

se este processo comercial não está sendo feito brincando com a Segurança Nacional, às custas da Segurança Nacional. [...]. É necessário que o senhor leve uma idéia bem fixa, de como nós estamos aqui levando em alta consideração os problemas da cultura e, com esse assessoramento, às comissões de inquérito. O jornalista se referiu que evidentemente não está de acordo e acha que cultura não deve ser pesquisada [...]. Leio os seus artigos sempre que eles saem porque sou obrigado a coletar material desde que se fale qualquer assunto que traga cultura. [...] O senhor é um jornalista, um homem de idéias. Eu estou aqui apreciando a coisa do ponto de vista da segurança. Evidentemente eu tenho para mim que a cultura não pode ser tão livre, tão cultural a ponto dela se tornar perigosa ao dispositivo de segurança.²¹²

Interessante de se observar é que a posição do próprio Cony em relação às esquerdas sempre foi distanciada, confirmada pelo próprio escritor em inúmeras críticas realizadas na imprensa. Fazia questão de frisar em sua coluna semanal, *Da arte de falar mal*, um certo desprezo por aquilo que se convencionou chamar de “esquerda festiva”, além de manter uma posição claramente descomprometida com os desdobramentos ideológicos que acometeram as oposições a partir do final da década de 1950.

A hora dos intelectuais – publicada posteriormente numa coletânea de textos intitulada *O ato e o fato*, sucesso editorial em 1964 – sintetizou de forma exemplar a

²¹² INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Termo de Inquirição de Testemunha*. IPM do ISEB. Brasília, 1964. STM/SeArq. Vol. 01, p.256-260.

emergência do intelectual e a sua importância na cena pública. Foi publicada originalmente no jornal carioca *Correio da Manhã*, onde Cony era editor de capa e contracapa do primeiro caderno, que eram dedicadas ao noticiário geral do Brasil e do mundo. Ele ainda revezava com Octavio Farias a redação da capa do Segundo Caderno, uma espécie de caderno de cultura do *Correio da Manhã* – periódico para o qual Cony trabalhou entre 1960 e 1965²¹³. Aliás, foi nesse mesmo diário que Cony alcançou repercussão pública, quando as edições de 31 de março e 01 de abril de 1964 trouxeram estampadas nas primeiras páginas os respectivos editoriais: *Basta!* e *Fora!* O escritor também foi, segundo João Amado, um dos responsáveis pelos editoriais do jornal e nestes, especificamente, justificava-se a queda do presidente João Goulart e ascensão de um novo regime como a “única forma de se manter a integridade e a ordem nacional”. Amado escreve que,

os quatro principais redatores de editoriais do *Correio da Manhã* nesses dias eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux. A redação do "Basta!" é freqüentemente atribuída a Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas, a quem cabia a decisão final sobre os textos. Moniz e Peralva negaram, em conversas separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. Carpeaux morreu em 1978. Nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony, contou-me que a base do editorial, na sua primeira versão, foi manuscrita por Carpeaux. Submetida a Moniz, começou um processo de redação conjunta, da

²¹³ Informação concedida por Carlos Heitor Cony ao autor em 07/05/2008.

qual participaram ele, Cony, Carpeaux e Moniz. Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux.²¹⁴

No entanto, em relação à crônica *A horas dos intelectuais* o dado curioso é que apesar do distanciamento e até desprezo de Cony pelos círculos esquerdistas, a argumentação do seu texto ia ao encontro dos anseios do grande contingente de profissionais da cultura, perseguidos pelos militares logo após o golpe:

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a *consciência da sociedade*. E se, diante de tanto crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traíndo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. [...]. Estão sendo presos ou perseguidos, sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas – todos os escalões da vida nacional. Os cárceres continuam cheios, e, sem falar nas abomináveis cassações de mandatos, novas prisões são feitas, todos os dias.²¹⁵

A aparição de Cony neste cenário se fez com escolha cuidadosa de um vocabulário então reivindicado pelas formações culturais de esquerda. Pois a convocação dos intelectuais em nome da defesa das liberdades democráticas havia sido também uma bandeira das oposições desde antes do golpe, ao lutar pela autonomia

²¹⁴ AMADO, João. *Os jornalistas e o golpe de 1964*. Observatório da Imprensa, 03 de abril de 2007. Publicado na página eletrônica <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=427MCH002>.

²¹⁵ CONY, Carlos Heitor. *A hora dos intelectuais*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1964. Segundo Caderno, p. 01, [com grifo no original].

partidária e descentralização das antigas instituições políticas. Sua posição de intelectual público e o papel que atribuiu a si mesmo como “consciência crítica da sociedade”, forneceu a Cony a legitimidade necessária para fazer uso do ideário de resistência – mesmo que ele o negasse em nome da liberdade individual. No *Correio da Manhã*, ele foi recebido pela opinião pública como “porta-voz” de uma intelectualidade que emergia na resistência contra o regime instituído. O trabalho que representou o ponto máximo desse reconhecimento público foi, justamente, a publicação de *O ato e o fato*. Uma posição que ele manteve não só por conta dessa representação assumida pelo escritor no espaço público, mas como pelas diretrizes apontadas pelo mercado editorial²¹⁶.

E essa construção se deu exclusivamente no terreno da produção cultural, na medida em que ela mesma foi concebida como espaço de realização das liberdades democráticas e de união por um projeto de transformação social para aquela geração de intelectuais e artistas. Articulação que, por sua vez, tentava coordenar as formações culturais no processo de mudança de conjuntura, que tornara mais complexo o horizonte político e ideológico das oposições. Essa complexidade esteve expressa de forma exemplar nas manifestações de intelectuais e nas articulações na esfera da produção cultural, nos apelos desencontrados pela convocação para uma resistência conjunta – que não havia efetivamente. Uma esfera que, por excelência intelectual e artística, deveria ser defendida, já que, continuava Cony,

No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por

²¹⁶ FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: A Festa*. São Paulo: Edunesp, 1998.

todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta e levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde.

Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender²¹⁷.

Essa intervenção de Cony é significativa do ponto de vista da organização das oposições ao regime militar. O uso desse vocabulário não fez, obviamente, do escritor um partidário de esquerda, mas deu a ele uma dupla possibilidade: de pertencer ao grupo daqueles que representavam a “consciência da sociedade” ao mesmo tempo em que se projetou, enquanto tal, nos círculos oposicionistas. A construção do seu perfil público como escritor e jornalista de opinião livre e independente, favoreceu a construção de uma identidade editorial que *coincidia* com seu perfil público. Noutras palavras: a pressão exercida por Cony a partir das páginas do Correio da Manhã foi identificada pelos seus leitores com um determinado tipo de resistência, que fortalecia ainda mais sua personagem polemista, ao adentrar num terreno temático que originalmente pertencias às esquerdas.

Essas formações imediatas ao pós-golpe começaram então a se tornar visíveis nos meios de comunicação, em especial jornais e revistas. Deixavam, por exemplo, a restrição meramente corporativa de entidades como o CTI, para construir novas relações de natureza consensual entre os intelectuais “porta-vozes” num espaço de representação pública. Há de se constatar que, apesar da heterogeneidade das

²¹⁷ CONY. Op. cit.

formações culturais e da disputa pela visibilidade e no processo de construção da “hegemonia cultural da esquerda”, insistia-se na manutenção de uma unidade intelectual e na formulação de um projeto que congregasse todos os estratos virtualmente articulados.

O próprio Carlos Heitor Cony e o poeta Ferreira Gullar constituem exemplos desse processo. No entanto, ao contrário de Cony, Gullar era intelectual militante filiado ao PCB em 1964 e desde 1962 mantinha estreita vinculação com o CPC da UNE do Rio de Janeiro e mais tarde com a editora Civilização Brasileira. A relação entre ambos esteve determinada tanto pela busca dessa visibilidade quanto pela emergência da hegemonia cultural de esquerda. Em Cony, essa condição viu-se representada na figura do intelectual que procurava meios necessários para exercer um compromisso político frente ao processo de afirmação da repressão militar. Em Ferreira Gullar, esse mesmo compromisso já estivera assumido quando, por exemplo, compartilhou das teses do nacional-popular em sua produção poética; além, é claro, da produção teórica de Gullar que também procurou definir o conceito de cultura popular, sobretudo, em *Cultura posta em questão* (1963) e, mais tarde, em *Vanguarda e subdesenvolvimento* (1969)

O fato é que a busca do comprometimento intelectual com as questões políticas e ideológicas durante a década de 1960 esteve intimamente relacionada à formalização de um projeto nacional-popular de cultura e ao engajamento de artistas e intelectuais na luta pela transformação da realidade brasileira. Essa conjuntura, que exigia reunião de esforços individuais em nome da mobilização conjunta pela cultura, possibilitou não

somente a politização da cultura e das produções daí decorrentes, como se fez desse espaço um “lugar” da realização política destes intelectuais; realização que se deu entre alguns grupos e formações culturais pelo processo de engajamento artístico e cultural. E nesse caso, embora Cony e Gullar tivessem diferentes concepções políticas ou até culturais, ambos estavam inseridos no amplo quadro dos intelectuais engajados, que a partir de suas obras procuravam dar respostas aos acontecimentos. Processo individual de construção de visibilidade pública que, nesse primeiro momento de reorganização das oposições, esteve relacionado à organização ou na tentativa de articulação de uma unidade cultural.

E, ainda que distintos, Cony e Gullar têm suas produções associadas em função de tal processo de formação da unidade do contingente intelectual em torno do problema da cultura. O interessante é perceber que ambos compartilhavam, ainda que superficialmente, de um mesmo espaço que favorecia o contato entre projetos distintos conciliados no interior de um contexto heterogêneo de discussão. E mesmo que as afirmações posteriores de Ferreira Gullar sobre Cony, sobre sua incapacidade de compreender e fazer política, ou de estar aquém de qualquer organização de esquerda²¹⁸, a forma pela qual se estruturou a relação entre ambos naquele momento, é mais complexa e sutil como demonstra a recente reedição do livro de crônicas de Cony, *O ato e o fato*²¹⁹.

²¹⁸ “Cony não era e nunca foi de esquerda [...]. Com isso ele pode ter assinado o manifesto do CTI, porque muita gente assinou [...]. Mas à vezes o cara assina até porque está sentado no bar, o amigo assina e ele assina também”. Apud VIEIRA, op. cit., p.69.

²¹⁹ Na referida edição do livro *O ato e o fato*, no ano de 2004, Carlos Heitor Cony faz a devida referência às sugestões de Ferreira Gullar acerca da redação do artigo homônimo. Cony descreve em nota de pé de página a contribuição de Gullar no que tange à elaboração dos principais argumentos ao até mesmo a redação dos artigos

Sua obra referenciava tal temática não porque seu autor fosse necessariamente esquerdista, mas porque Cony dirigia-se a um público que demandava esse posicionamento do escritor – não somente dele, mas daqueles intelectuais que fizessem oposição ao regime de exceção implementado pelo governo militar. É também o momento em que o escritor se afirma literariamente com a publicação do seu livro *O ato e o fato*, título homônimo de uma crônica publicada no mesmo jornal em que tecia críticas severas ao governo militar. O livro foi editado pela Civilização Brasileira e em poucas semanas tornou-se um sucesso editorial, já que numa tarde de autógrafos, durante o lançamento do livro na cidade do Rio de Janeiro, reuniu mais de duas mil pessoas.

3.2 – O Terrorismo Cultural

Na mesma proporção a aglutinação de intelectuais e artistas, em torno de manifestos e cartas abertas ao governo repudiando atos de censura e violência contra a produção e expressão artísticas, continuou a crescer durante todo ano de 1964, assim como manifestações organizadas pela agregação daqueles que direta ou indiretamente viam-se atingidos pela repressão e pelo controle policial comandado pelo governo de Castelo Branco. Documentos foram publicados na imprensa, a maioria deles atos de repúdio de grupos que procuravam representar a sociedade civil, na busca da articulação para a resistência organizada. Não mais a entidades os representava, mas a

antes publicados no jornal *Correio da Manhã* e depois reunidos em *O ato e o fato*. Ver: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

necessidade de liberdade como condição, antes de qualquer coisa, individual para criação e expressão.

Reivindicava-se a liberdade do indivíduo a partir da sua inserção na esfera das relações culturais que, por sua vez, não impunha limites à expressão nem tampouco à reflexão. Por isso mesmo, liberdade e cultura apareciam muitas vezes como conceitos sinônimos repetidos em artigos, ensaios, manifestos e cartas abertas, possibilitando o arranjo de novas proposições e situações políticas. Como nos artigos de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), intelectual de formação católica e humanista, que durante 1964 e 1965 volta atenção para aquilo que ele próprio denominou de “terrorismo cultural”. Num destes artigos afirma que “não pode haver boa cultura sem liberdade de pensamento [...]. *Tudo isso revela um estado de fanatismo latente, que se volta contra a Cultura, em sua base mais autêntica: a liberdade*”²²⁰.

Alceu Amoroso Lima era conhecido pela sua erudição assim como por seu envolvimento com setores da igreja católica. Foi reitor da Universidade do Distrito Federal, professor catedrático da literatura brasileira na UFRJ, da PUC/RJ e professor visitante em diversas universidades estrangeiras, além de publicar inúmeros livros sobre literatura e teoria literária. A sua formação contribuiu decisivamente na forma como seus artigos e crônicas abordavam as questões referentes à censura no regime militar e, sobretudo, a violência desferida contra professores e funcionários públicos das universidades brasileiras.

²²⁰ LIMA, Alceu Amoroso. “Cigarras na berlinda”. In: LIMA, Alceu Amoroso. *A experiência reacionária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. Crônica originalmente publicada em julho de 1965. [sem grifo no original].

Um artigo intitulado *Terrorismo Cultural* teve grande repercussão, tanto no meio intelectual quanto acadêmico, e que relatava a onda repressiva, a violência física, as prisões e as demissões sumárias de professores e cientistas do setor público. A inserção da obra e das idéias de Amoroso Lima no meio acadêmico deu-se por essa característica o que, de certa forma, o aproximou das esquerdas e dos projetos de resistência das oposições ao governo militar. Não é à toa que a própria editora Tempo Brasileiro, de Eduardo Portella, editou em forma de três livros os artigos mais representativos de Amoroso Lima sobre o militarismo na década de 1960²²¹. A orelha da edição original de *Revolução: reação ou reforma* demonstrava as condições pelas quais se tornou necessária a publicação em livro das crônicas do autor, antes conhecidas pelos leitores dos jornais:

desde os seus primeiros instantes, Tempo Brasileiro identificou-se logo pelo seu persistente esforço no sentido de pensar o Brasil do ponto de vista do Brasil. [...] Comprometendo-se decisivamente com o Brasil, procurou pensar, discutir e compreender o vasto e inquietante repertório de problemas que temos diante de nós. Imaginou inclusive uma frente única autêntica, aberta e leal, onde o interesse nacional predominasse sobre as possíveis idiossincrasias privadas ou grupais. [...] O que Tempo Brasileiro procura ser, e quer ser, é movimento de jovens, reflexo fiel do novo Brasil.²²²

Ou seja, a afirmação intelectual de Amoroso Lima no meio acadêmico foi importante no sentido de colocar em pauta neste circuito os problemas em torno do

²²¹ LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964; *Pelo humanismo ameaçado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966; *A experiência reacionária*. Tempo Brasileiro, 1968.

²²² VIANNA, Alfredo Marques. *Revolução, reação ou reforma* de Alceu Amoroso Lima. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. (orelha).

intelectual e da cultura a partir de 1964. Vale ressaltar que a editora Tempo Brasileiro possuía então uma linha editorial muito bem definida, que se dirigia exclusivamente a um público acadêmico como principal alvo de suas edições. A própria *Revista Tempo Brasileiro*, coordenada por Eduardo Portella, procurava manter um debate em torno de temas essencialmente acadêmicos, sem ter em mente a necessária inclusão de temas ditos de esquerda que influenciaram, por exemplo, outras duas grandes revistas do período: a *Revista Brasiliense* (dirigida por Caio Prado Jr.) e a *Revista Civilização Brasileira*. Aliás, a pesquisa de Luiz Eduardo Pereira da Motta enfocou a diferença substancial entre as revistas *Tempo Brasileiro* e a *Civilização Brasileira*. Segundo ele, apesar das diversas mudanças ocorridas ao longo da década de 1960, a *Revista Civilização Brasileira* procurou manter sempre o debate acerca das questões políticas e culturais. Por outro lado, a *Revista Tempo Brasileiro*, rompendo com vínculos nacionais-desenvolvimentistas, dedicou-se às questões de natureza filosófica e epistemológica²²³.

Nesse sentido, a aparição de Alceu Amoroso Lima justifica-se não só porque se equacionava novos temas no âmbito das esquerdas, mas porque também representou a necessidade de articulação dos intelectuais também no meio acadêmico. E foi, de certa forma, que a crônica *Terrorismo cultural* serviu de elo de ligação entre diversas camadas intelectuais com o meio acadêmico e universitário, que se viam em processo de degradação pela ação dos militares. Num tom particularmente progressista, Amoroso Lima descreve que o chamado terrorismo cultural “é mesmo um dos argumentos mais convincentes contra a teoria do progresso contínuo da humanidade”, o que de fato

²²³ MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962-1968. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 74.

significava acusar o modo pelo qual as forças militares estavam intervindo no “processo natural” de desenvolvimento da sociedade.

Essa intervenção foi denunciada por Amoroso Lima, sobretudo pela demissão de Anísio Teixeira, Josué de Castro e Celso Furtado dos quadros públicos que então assumiam, pelo fato de “pensarem de modo diferente da nova ideologia dominante”, caracterizando segundo seu autor um caso de terrorismo cultural. O relato de Amoroso Lima, procurava demonstrar que

o terrorismo também é antibrasileiro e por isso mesmo a forma por que assume, ao menos até agora, se vem desenvolvendo entre nós apenas os aspectos mais suaves e indiretos, como é o exemplo do terrorismo cultural, a guerra às idéias. [...] Os nossos estudantes, jornalistas, professores, sacerdotes, intelectuais, filósofos, ainda presos entre nós, estão sendo vítimas desse terrorismo cultural, tanto mais abominável quanto mais disfarçado. [...] Até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter.²²⁴

A crônica de Alceu Amoroso Lima colocava em pauta o problema da repressão sistemática aos intelectuais e artistas. Tanto foi aclamada a tomada de posição de Amoroso Lima que em 1965 ele foi condecorado com o premio Juca Pato na categoria *intelectual do ano de 1964*, pela União Brasileira de Escritores – fato divulgado nas páginas do primeiro número da RCB.

O chamado “delito de opinião” começava a se disseminar entre diversos núcleos intelectuais de esquerda como forma de caracterizar o modo pelo qual eram operadas as

²²⁴ LIMA, Alceu Amoroso. Terrorismo cultural. In: *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. p. 231-232.

intervenções dos militares no terreno das produções culturais. A expressão “terrorismo cultural” constituiu-se, em certa medida, num termo definidor da resistência destes grupos e das formações culturais que eram ameaçados pelo assim denominado terrorismo, concomitantemente propunham uma resistência que aos poucos emergia como núcleo articulador destas mesmas formações.

Tal processo de constituição de uma resistência cultural ao regime militar durante o ano de 1964 pode ser acompanhado pelo noticiário publicado na imprensa e, sobretudo pelas edições do jornal carioca *Correio da Manhã*. Aliás, este periódico, ainda que tenha sido caracterizado como conservador e golpista²²⁵, acolheu diversos intelectuais tanto antes como depois do golpe. Passaram pelo jornal o próprio Cony, Otto Maria Carpeaux (editorialista e internacional), Hermano Alves e Márcio Moreira Alves (política), Antonio Callado (redator chefe), Álvaro Lins (editor chefe) e Manuel Cavalcanti Proença (articulista).

Marcio Moreira Alves, por exemplo, teve um percurso interessante no *Correio da Manhã*. Havia trabalhado neste jornal por alguns anos durante a década de 1950 mas se afastou para trabalhar em agências de publicidade, entre elas a *Standard Propaganda* de propriedade de Cícero Leuenroth (sobrinho de Edgard Leuenroth). Em abril de 1964, no entanto, ele foi procurado pelo proprietário do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt que, o convidou a voltar para o jornal como editorialista e comentaristas político.²²⁶

²²⁵ Devido, sobretudo, as edições de 31/03/1964 e 01/04/1964, que trouxeram estampadas nas capas os respectivos editoriais, “Basta!” e “Foral”, que procuravam justificar a queda de Goulart e ascensão de um novo regime como a “única forma de se manter a integridade e a ordem nacional”.

²²⁶ ALVES, Marcio Moreira. *Marcio Moreira Alves II (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998, p. 08-09.

E um dos artigos de Marcio Moreira Alves, pouco depois de seu retorno, intitulado *Delito de opinião* (publicado em 24 de junho de 1964), descrevia:

O general Golberi do Couto e Silva, um dos luminares da Sorbonne, tem procurado contato com os meios intelectuais por considerar que a ‘revolução não pode alienar a *intelligentsia*’. O general Jurandir Mamede, antes de partir para o Pará, externou sua preocupação com a hostilidade que jornalistas e escritores manifestavam ao movimento de 1. de abril. Informações de Brasília dão conta de que também o presidente Castelo Branco tem preocupações semelhantes. E os demais revolucionários pensantes, civis e militares, indagam, com ingênua perplexidade, a razão da generalizada condenação que sofrem. A resposta é simples: continua a imperar o terror ideológico em tôdas as universidades do país. As perseguições e erros cometidos nos primeiros meses de arbítrio não foram corrigidos nem existem indicações de que o serão. [...] Por essas rápidas informações se vê que não há motivo para perplexidades. Ninguém sofre de bom grado a prepotência policialesca. Enquanto houver penas para o delito de opinião, os que têm opinião não podem apoiar o govêrno. É claro como o dia, mesmo que visto por óculos verde-oliva.²²⁷

O “terror cultural” e o “delito de opinião” são apresentados ao público leitor como um problema generalizado em todo país e não se restringe aos grupos de esquerdas organizados na cidade do Rio de Janeiro. Tanto que na edição de 14 de agosto de 1964 o *Correio da Manhã* reproduz em suas páginas o texto que havia sido publicado originalmente no *Le Monde*, em Paris.

²²⁷ ALVES, Márcio Moreira. “Delito de opinião”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1964, p. 06 (Primeiro Caderno).

A matéria não assinada, intitulada “O terror cultural é denunciado em Paris”, é publicada na capa do periódico carioca, em menção aos processos de cassação de professores e servidores (como havia acusado Amoroso Lima), assim como do processo contra um dos seus principais colunistas: Carlos Heitor Cony. O *Correio da Manhã* ainda deu destaque ao romancista na primeira página do dia 16 de abril de 1964:

[...] O Correio da Manhã sente-se à vontade para prestigiar o seu redator. Trata-se de um autor de uma obra literária que vem merecendo o estudo crítico de nossos melhores ensaístas, e que, ainda em 1963, alcançou excepcional êxito com “Matéria de Memória”. Carlos Heitor Cony além de ser nosso cronista, passou por diversos postos de nossa redação: copy-desk, repórter internacional, editorialista e, atualmente, editor. *Nunca foi comunista. Nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o governo deposto.* Pública e pessoalmente, nunca escondeu sua oposição ao ex-presidente João Goulart. A veemência de seus últimos artigos é a expressão pessoal de uma opinião já expressa em sua obra literária, opinião esta que, de resto, não pode ser cerceada nem ameaçada, a menos que já se prepare um ato punitivo aos delitos de opinião.²²⁸

Inúmeros manifestos publicados durante o ano de 1964 procuraram demonstrar repúdio de intelectuais contra a onda de repressão militar. Assim foi, por exemplo, redigido o manifesto da União Brasileira de Escritores, que procurou solidarizar-se com “os intelectuais com direitos cassados, lares invadidos, com empregos perdidos ou

²²⁸ AMEAÇAS e opinião. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1964. Primeiro Caderno, p. 01. (editorial). [sem grifo no original]

sumariamente aposentados e processados por defesa de idéias”²²⁹. Entrevistado pelo *Correio da Manhã*, o presidente da UBE, Peregrino Júnior, confirmando que a entidade estatutariamente posta à margem da vida política, “ [...] *não entra na apreciação do mérito dos fatos políticos ocorridos*, mas acredita na possibilidade de ver a realização de seus propósitos sem encarceramento de escritores nem perseguição de idéias [...]”²³⁰

Ou seja, o modelo de resistência da UBE parece sem efeito, considerando que o CTI, por exemplo, tinha uma posição mais definida quando da sua fundação em outubro de 1963, um ano antes. Por outro lado, o fato de não entrar no “mérito dos fatos políticos ocorridos” corresponde também ao caráter conservador que a entidade assumia, até então, no meio literário. Um outro dado interessante a ser observado a partir de meados da década de 1960, é a crescente especialização de artistas e produtores culturais, quando se verifica a criação de instrumentos específicos de organização e difusão de suas obras e idéias. Essa “profissionalização” deve-se especialmente à emergência da indústria cultural no Brasil além de representar o processo de instrumentalização da cultura em favor da construção da chamada hegemonia cultural de esquerda. O próprio CTI apontava, já em 1963, para essa espécie de organização.

Um pronunciamento mereceu destaque especial no meio intelectual, o de Ênio Silveira. A sua inserção na vida cultural do país, aos poucos ia tomando proporções significativas, através da editora Civilização. Ou seja, a presença de Ênio como editor e proprietário da editora Civilização Brasileira no meio intelectual era tida com esmero,

²²⁹ MANIFESTO da UBE ataca terrorismo. *Correio da Manhã*, 24 de outubro de 1964, Primeiro Caderno, p. 14.

²³⁰ Id. *Ibid.* [sem grifo no original].

até porque sua preocupação estava voltada para o lançamento de novos autores (nacionais e estrangeiros), assim como preocupado com a liberdade de expressão destes através de suas obras. Essa condição, de certo modo, dava prestígio à editora e sua aceitação no meio intelectual de esquerda consolidou-se em torno dos pressupostos de renovação tanto da forma quanto do conteúdo das obras por ele editadas.

Numa entrevista concedida ao *Correio da Manhã* em outubro de 1964, Ênio Silveira (“um dos intelectuais mais visados pelo movimento de 31 de março”, conforme descreve o periódico), recolocou algumas questões acerca do chamado terrorismo cultural. Segundo Ênio Silveira, demonstrava o modo pelo qual fora instalado o novo regime no país, pretendia-se “transformar os intelectuais brasileiros num bando de carneiros ilustres, de pêlo sedoso e balido discreto”²³¹. Ênio, em 1964, já era processado pela Justiça Militar em quatro IPMs relacionados à edição de livros classificados pelo novo governo como subversivos – livros estes que faziam parte da coleção *Cadernos do povo brasileiro*²³². A utilização da editora Civilização Brasileira como veículo de resistência cultural ao regime surtiu efeito nos dois sentidos: chamou a atenção dos militares para uma instituição empresarial que tinha vínculos com a esquerda (sobretudo com Goulart e o PCB) e abriu espaço para a discussão do problema do militarismo no meio acadêmico e intelectual. Nas palavras de Ênio Silveira,

²³¹ REVOLUÇÃO caça intelectuais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1964, Primeiro Caderno, p. 07.

²³² Daremos destaque ao IPM da Civilização Brasileira em momento oportuno, quando da consideração do itinerário político-literário de Ênio Silveira na direção da editora.

uma editora é também uma plataforma de debates, e o próprio General Panasco o auxilia no argumento quando diz que considera subversivos apenas quatro dos títulos publicados pela Civilização Brasileira, na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. Diante disso, resta saber o que vem a ser subversivo, pois até agora nem o Marechal Castelo Branco, nem o mais obscuro de seus prepostos se deram ao cuidado de definir o conceito perante a opinião pública do País.²³³

Um fato importante é que ao passo que as instituições de esquerda eram colocadas na clandestinidade pelo regime militar, proibidas de exercerem suas atividades por serem classificadas como subversivas ou colaborarem com o antigo governo, a editora Civilização Brasileira, através de suas edições começou a despontar como um espaço a partir do qual núcleos intelectuais desenvolveram suas reflexões, permitindo o seguimento do debate que se estendia desde antes do golpe militar. O exemplo desse tipo de articulação, por parte da editora Civilização Brasileira, foi a edição das duas coleções aqui citadas além de endossar a formação do próprio CTI nos idos de 1963 – que segundo o próprio Ênio Silveira, “de fato, realizou as reuniões em sua casa, mas, juntamente, com amigos e editados, debateu questões de interesse geral relativas à vida cultural do país”²³⁴.

Nesse sentido, publicações da Civilização Brasileira foram o resultado de um processo de reflexão destes núcleos antes desarticulados que começa com os *Cadernos do povo brasileiro*, passa pelo *Violão de Rua*, pelo *Comando dos Trabalhadores Intelectuais*, pelas discussões acerca do terrorismo cultural nas páginas do jornal *Correio da Manhã* e culmina na formação de uma linha editorial de esquerda com abordagens diversificadas,

²³³ REVOLUÇÃO caça intelectuais. Op. cit.

²³⁴ Id. Ibid.

do ponto de vista político. Processo que se inicia com o ISEB, efetivamente, como o próprio Roland Corbisier afirmava:

Procuramos, então o editor Ênio Silveira, nosso velho amigo e antigo aluno em São Paulo, que conosco já havia colaborado na distribuição dos livros editados pelo *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*. Solicitamos que nos desse livros para traduzir e lhe sugerimos a edição de uma revista de cultura que, meses depois, se tornaria realidade, com o título de *Revista Civilização Brasileira*, da qual Ênio Silveira foi seu primeiro diretor e nós o primeiro secretário. No mesmo encontro, porém, o editor e amigo que tão bravamente deveria comportar-se naqueles meses difíceis de governo discricionário, nos propôs, sem prejuízo das traduções que eventualmente pudéssemos fazer, a elaboração de um livro próprio.²³⁵

Considerar o desenvolvimento dessas discussões, da emergência de uma esfera pública de debates a partir da cultura é procurar entender como se determinou o percurso dos intelectuais envolvidos em projetos editoriais da *Civilização Brasileira* (bem como de outras casas editoriais). E se considerarmos publicações tais como essa apenas como resultado do trabalho de um grupo de comunistas ou de nacional-reformistas, estaríamos desconsiderando, por outro lado, a complexidade da organização das formações culturais articuladas, política e ideologicamente, em torno dos impasses da esfera da produção cultural.

Ou seja, a gradual constituição dessa postura no interior dos grupos que pretendiam resguardar um certo grau de pluralidade de seus integrantes, partiu,

²³⁵ CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 12. O livro do qual fala Corbisier é este próprio.

sobretudo, do reconhecimento das contradições políticas e culturais presentes naquele contexto. Um momento em que as esquerdas vinculadas ao ideário nacionalista e reformista – programaticamente orientado pelo imaginário pecebista acerca da revolução brasileira, além das concepções isebianas de desenvolvimento – sofreu transformações significativas em suas articulações políticas e ideológicas, permitindo uma compreensão mais ampla dos problemas nacionais, além de inserirem-se no próprio debate sobre a internacionalização do marxismo; processo que Leandro Konder descrevera como um “descongelamento no qual se encontrava o marxismo no Brasil”²³⁶.

Dessa forma, ainda que a maioria das análises sobre a relação ente política e cultura no regime militar se concentrem a partir dos desdobramentos ocorridos somente em função do golpe militar, os anos que o antecederam são também significativos no estudo da origem dessa relação. Em geral, isso ocorre em virtude da bibliografia consolidada que analisa o período e determina tal recorte temporal como um modelo “didático” de apresentação e síntese das questões mais decisivas nos planos político e cultural naquele momento. Mas há de se notar que tais referências – embora importantes – não devem ser confundidas (ou interpretadas) com o conjunto de problemas, contradições e tensões daquele contexto. Antes, trata-se de possibilidades de análise historicamente datadas e não compartilham de um mesmo instrumental

²³⁶ In: KONDER, Leandro. “Marxismo alienação”. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.1, nº 2, p. 280-286, maio, 1965.

reflexivo²³⁷. A consideração do embate ideológico no interior das formações culturais de esquerda é, no mais, uma tentativa de compreender como a organização desses grupos se deu em função da reestruturação de suas ideologias. Em outras palavras: compreender o quadro de contradições políticas e ideológicas existentes no pré-64, é considerar a heterogeneidade das formações culturais, políticas e ideológicas constituídas a partir do golpe.

Caracterizado como um momento de “respiro”, esse momento propiciou o contato das esquerdas com as discussões em pauta numa conjuntura internacional; como foi dito, a discussão sobre o marxismo internacionalizava-se depois das denúncias de Krushev sobre a ditadura stalinista, e influenciava toda uma geração de intelectuais e artistas. Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, afirmou que

o início dos anos 60 é um período de muito florescimento cultural. É o período, por exemplo, onde o editor Ênio Silveira efetivamente transforma a Civilização Brasileira numa editora a serviço de uma cultura progressista. É o período dos *Cadernos do Povo*, do *Violão de Rua*. E, é também o período do início da publicação no Brasil de alguns autores marxistas críticos. Porque, durante muito tempo, a cultura marxista no Brasil estava sob controle do PCB, através de seus manuais²³⁸.

²³⁷ Entre os estudos mais representativos, destacam-se MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1980. (que perfaz o período pré-golpe (1957-1964) e pós-golpe (1965-1969); SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política: 1964-1969” In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. (investiga o período a partir do recorte que vai 1964 até 1968); CHAUI, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978; GALVÃO, Walnice Nogueira. “As falas, os silêncios: literatura e imediações” (1964-1988). In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (orgs). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994; WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²³⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. Entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1996.

Por isso, é de suma importância a consideração desse contexto analisar, pois, o sentido das controvérsias em torno na crise do socialismo e da própria natureza do marxismo no Brasil. Momento em que a política deixou de ser o centro para onde convergiam os debates e quando a cultura assumiu uma importância fundamental na proposição dos novos rumos ideológicos das esquerdas no Brasil.

Nota-se que, até então, a política destacava-se no debate por haver sido o centro tradicional em torno do qual gravitavam os intelectuais de esquerda, e pelo fato da própria cultura não ser discutida como um problema político entre os autores marxistas. A partir daí o estruturalismo, o existencialismo, as revisões economicistas do marxismo e mesmo a difusão em território nacional das obras dos chamados marxistas da cultura (Marcuse, Adorno, Benjamin, Gramsci, entre outros) começaram a propor uma leitura crítica sobre os eventos em processo, permitindo o deslocamento paulatino das discussões da esfera política para a esfera da cultura. É, pois, quando a cultura torna-se um espaço político legítimo de intervenção do seu principal protagonista: o intelectual.

A articulação deste espaço pode ser notada tanto pela atividade dos intelectuais ligados ao PCB como eram Leandro Konder, Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, Dias Gomes, entre outros, através dos Comitês Culturais²³⁹, quanto pela intervenção daqueles artistas não vinculados ao partido e dispostos a defender a liberdade de criação e expressão de intelectuais e artistas – como foi o caso dos atores do *Show Opinião* em

²³⁹ A constituição e o desenvolvimento das atividades dos Comitês Culturais do PCB durante a década de 1960 é analisada por Celso Frederico em “A política cultural dos comunistas”, In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: teorias e interpretações*. (vol. III). Campinas: EdUnicamp, 1998. p. 275-304.

1965 (Nara Leão, João do Vale e Zé Ketí), *Liberdade, Liberdade* (Paulo Autran e Thereza Rachel) e o próprio Cony.

3.3 – Mercado e organização dos núcleos intelectuais

Se no Brasil o ano de 1964 foi difícil do ponto de vista político, marcado por um golpe de Estado orquestrado por setores militares e endossado por parte da sociedade civil, que via no comunismo um grande mal a ser combatido, o ano de 1965 aparece nas bibliografias consagradas como o início de um período fecundo de renovação política e cultural. Ainda que o regime militar perdurasse com suas instâncias reguladoras, havia um certo otimismo em relação aos projetos de transformação política e social. Um ano que prometia mudanças, pois eleições diretas para governadores eram esperadas em todo território nacional. E apesar da “repressão restrita e branda”, fazia-se presente uma intensa produção cultural, realizada de forma sistemática tanto pela grande indústria cultural quanto pelos produtores culturais independentes, estimulados por este otimismo e pelos prometidos ventos de mudança. Em grande medida, foi a repercussão deste otimismo – resíduo ideológico resultante da articulação das *formações culturais*, das produções musicais, teatrais, cinematográficas etc. – que possibilitou a cristalização de ícones da cultura de resistência, tanto na década de 1960 como nas décadas subseqüentes.

Uma das primeiras análises, senão a primeira, que enfocou esse fenômeno no interior dos movimentos culturais de esquerda, foi a de Roberto Schwarz em seu ensaio

Cultura e política, 1964-1969, publicado originalmente na França e trazido ao público brasileiro em 1978²⁴⁰. Essa recepção tardia justifica-se basicamente em um aspecto fundamental: com a abertura democrática, a partir da segunda metade da década de 1970, houve também uma abertura ao debate que possibilitou a muitos intelectuais, interpretações e revisões dos postulados políticos e ideológicos sustentados na década anterior. O fortalecimento de novos espaços políticos e a emergência de novos agentes de transformação social, por sua vez, permitiram uma “leitura distanciada” e mais crítica sobre os eventos vividos pelas esquerdas durante nos primeiros anos da ditadura militar. Nesse sentido, a estruturação das universidades como pólos de pesquisa e o fortalecimento e a autonomia do ambiente acadêmico propiciaram a produção de inúmeras análises acerca da realidade brasileira, da política nacional, da cultura, criando condições para um debate muito rico e importante do ponto de vista científico.

O ensaio de Schwarz foi publicado no Brasil nesse contexto de renovação dos debates, na segunda metade da década de 1970. Entre as hipóteses desenvolvidas, talvez a mais significativa que permaneceu no núcleo de sua análise, seja o processo de formação daquilo que o autor denominou de “hegemonia cultural de esquerda”. Para Schwarz, o dado mais interessante observado entre as esquerdas, em especial no modo como suas produções artístico-culturais foram concebidas a partir do golpe de 1964, é “que a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer”²⁴¹. Ou seja, ainda que a repressão exercida pelos governos militares fosse recrudescente, que fossem extintas diversas entidades e organizações de

²⁴⁰ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978., p. 61-92.

²⁴¹ Id. *Ibid.*, p. 62.

esquerda, que houvesse a pulverização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a fragmentação dos partidos políticos em pequenos grupos de militantes que alimentavam as guerrilhas urbanas, e que, finalmente, ocorresse o fechamento dos espaços de discussão e debate das esquerdas, havia ainda assim uma vasta produção cultural e artística voltada para um público afeito, interessado nos temas clássicos da esquerda e do engajamento cultural. Como escrevera Schwarz,

*apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural de esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estréias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969.*²⁴²

Schwarz não foi o primeiro a notar esse aspecto “festivo” das esquerdas em concomitância repressiva dos primeiros governos militares. No jornal carioca *Correio da Manhã*, no ano de 1965, o jornalista Hermano Alves já havia tecido alguns comentários sobre a produção cultural de esquerda, num artigo intitulado *A esquerda festiva*. Em tom confessional, Hermano Alves escrevia:

²⁴² Id. Ibid.

faço, agora, por lembrar-me da emoção que causou, outro dia, o espetáculo *Liberdade Liberdade*, encenado aqui no Rio, pelo Teatro de Arena de São Paulo. A liberdade parece renascer no Centro Comercial de Copacabana (não deixa de haver um certo simbolismo em tudo isso), entre quatro paredes de um concreto despido e bruto [...]. Do outro lado da rua, no intervalo, via-se um cartaz [...], recomendam desesperadamente, ao povo, que compre o que puder, enquanto puder [...]. Mas eu não era autor, nem crítico quando entrei no Teatro de Arena [...]. Era um espectador como todos os outros. Talvez mais sofisticado do que muitos deles. Ou politizado, se quiserem. E o que vi e ouvi me causou uma profunda satisfação, animando-me a prosseguir no trabalho que tenho procurado realizar, na imprensa e fora dela. E por isso considero que a esquerda festiva está cumprindo uma tarefa da maior importância. Não sou eu, apenas, que reconhece isso.²⁴³

A diferença entre as análises de Alves e Schwarz é bastante tênue e auxilia a compreender melhor o fenômeno da produção cultural das esquerdas no contexto da repressão. Embora o ensaio de Schwarz tenha sido consagrado pela acuidade teórica ao abordar tais problemas através de um prisma sociológico, vinculando sua análise a questões mais amplas da produção cultural na sociedade brasileira na década de 1960, sua escrita, ainda assim, está imersa nos debates polimórficos sobre o papel da cultura, dos artistas e dos intelectuais na oposição ao regime militar. A popularização desse ensaio apenas no final da década de 1970, conferiu à análise um estatuto crítico e revisionista que, de certa forma, imunizou-o no ambiente acadêmico ao considerar a produção e a circulação de bens culturais das esquerdas através do conceito de *hegemonia*. Isso ocorreu devido ao próprio modo como se deu a recepção do ensaio de

²⁴³ ALVES, H. *A esquerda festiva*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1965, p. 06.

Schwarz. Ou seja, sua leitura dos fenômenos das esquerdas culturais na década de 1960 coincidiu com a forma pela qual se empreendiam revisões sobre a vida nacional, sobre o papel das esquerdas e dos intelectuais na emergência dos novos movimentos sociais com a abertura democrática, patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Esse foi o principal uso conferido ao ensaio de Schwarz.

Entretanto, seu texto também possui o perfil de fonte ou documento, assim como o de Hermano Alves – e daí a similitude entre ambos no que concerne à análise da resistência e hegemonia culturais. A diferença entre as duas perspectivas está no fato que Schwarz definiu seu objeto a partir da formação de uma “hegemonia cultural” das esquerdas, em vez de constituição da “resistência cultural” ao regime militar, como fez Alves. A questão analisada do ponto de vista da “resistência”, apenas estaria centrada na constatação da contraposição de forças operadas por dois grupos distintos, entre os quais, a disputa em si mesma seria o epicentro das tensões e da própria resistência. O jogo entre tais forças, a saber, o governo militar e as oposições, estaria determinado por disputas localizadas e esgotadas no interior dos grupos onde foram geradas. A resistência exercida dessa maneira, apenas por grupos sociais ou agremiações políticas específicas, não resultaria, na maioria das vezes, num projeto efetivo de enfrentamento que arregimentasse toda a sociedade civil contra a repressão; a resistência, dessa forma, representaria apenas uma ação localizada e situar-se-ia num contexto específico onde a repressão atuaria de forma também específica.

Quanto ao conceito de “hegemonia”, nele está contido não só a noção de resistência, bem como outros elementos que permitem, por exemplo, entender como é

possível a resistência ser reproduzida socialmente. Noutras palavras, como grupos sociais não atingidos diretamente pela repressão conceberam a resistência e o engajamento na forma de símbolos de organização política, criando o aspecto aparentemente homogêneo e unitário de resistência cultural. Assim, a diferença entre “hegemonia cultural” e “resistência cultural” parece estar no fato da primeira trazer consigo um conjunto de valores compartilhados (como de engajamento, protesto, resistência etc.), a partir de uma linguagem comum e universal acessíveis, sobretudo, num mercado de bens simbólicos e culturais²⁴⁴. Ou seja, considerar a organização das esquerdas culturais na década de 1960 a partir da noção de “hegemonia cultural” é, por outro lado, conceber que as resistências culturais desorganizadas faziam-se uniformes e unificadas, a medida que essa mesma hegemonia das esquerdas na cultura se realizava pelo viés do mercado de bens culturais. Este mesmo mercado que transformava a resistência política desorganizada em símbolos culturais de toda uma geração de intelectuais e artistas, através de produtos específicos como a música, o teatro, o cinema, a literatura etc. Por isso o domínio da hegemonia, segundo Schwarz,

concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc., – mas não sai daí, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam de um lado para as comissões do governo ou do grande capital, e de outro para as rádios,

²⁴⁴ BOURDIEU, P. 2004. *A economia das trocas simbólicas*. SP: Perspectiva, 2004. Org. Sérgio Miceli.

televisões e os jornais do país, não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio.²⁴⁵

Dessa forma, a hegemonia cultural de esquerda para Schwarz, seria definida a partir de um amplo imaginário, compartilhado por intelectuais e artistas de esquerda no questionamento do imperialismo, no enfrentamento do autoritarismo dos governos militares e em favor do desenvolvimento da cultura nacional. Ao passo que as resistências estariam submetidas a disputas específicas de setores, também específicos da produção cultural de esquerda²⁴⁶.

No entanto, o dado interessante e, muitas vezes, não observado pelas pesquisas sobre os movimentos sociais e o processo de organização das esquerdas a partir da década de 1960, é a incipiência de um mercado de bens culturais no Brasil e assim como a estruturação de uma indústria cultural, constituindo uma cadeia de comunicação e informação composta por emissoras de rádios e televisões, revistas, jornais, livros, etc. Schwarz não aponta a indústria cultural como pólo aglutinador das atividades de esquerda, mas menciona um mercado de bens culturais (enquanto “solução formal”) que estrutura a comunicação e reforça o debate em torno dos temas como o engajamento cultural. Segundo ele,

²⁴⁵ SCHWARZ, op. cit. p. 73.

²⁴⁶ Essa especificidade pode ser detalhada, por exemplo, na consideração que José Joaquim Brunner faz dos chamados “circuitos culturais”. Segundo ele, “chamamos a combinação típica de agentes e instâncias institucionais de organização um *circuito cultural* que contempla, por sua vez, as fases de produção, transmissão e consumo dos respectivos bens culturais”. In: BRUNNER, José Joaquim. 1992, p. 252.

o processo cultural, que vinha extravasando as fronteiras de classe e o critério mercantil, foi represado em 64. As soluções formais, frustrado o contato com os explorados, para o qual se orientavam, foram usadas em situação e para um público a que não se destinavam, mudando o sentido. De revolucionárias passaram a símbolo vendável da revolução. Foram triunfalmente acolhidas pelos estudantes e pelo público artístico em geral. [...] Formava-se assim um comércio ambíguo que de um lado vendia indulgência afetivo-políticas à classe média, mas de outro consolidava a atmosfera ideológica.²⁴⁷

Na grande maioria das análises subsequentes que apreciam o contexto a que se refere Roberto Schwarz, o problema do mercado de bens culturais ou mesmo a indústria cultural em geral, não é considerada no mesmo compasso da formação dos temários esquerdistas, por sua vez, a base desse mesmo mercado incipiente. Durante a década de 1970, as investigações que analisam esse aspecto estiveram, na maioria das vezes, difusas no campo da comunicação de massa e dos meios de comunicação em geral. Por outro lado, essa associação entre setores da esquerda e o mercado, bem como as ideologias das esquerdas culturais resultantes dessa combinação, são definidas *pari passu* por uma proposição muito usual nas ciências sociais, usada para explicar atipicidades geradas da tensão entre engajamento político e indústria cultural: o populismo.

Mas se antes, a “hegemonia cultural de esquerda” era apenas uma intenção a compor o amplo e diversificado leque ideológico da Frente Ampla das oposições, a partir de então, o cenário político e cultural sofreu transformações importantes.

²⁴⁷ SCHWARZ, op. cit., p. 79-80.

Ocorrera, pois, uma intensificação da produção cultural em todos os níveis, que favorecia a relação entre produtores culturais de esquerda e as organizações comerciais e de difusão cultural – estas, em expansão comercial nunca antes vista. O teatro, o cinema, as artes plásticas, a música, a literatura foram não somente alimentados por novas idéias e novos projetos políticos, frente à aparente distensão do governo instaurado em 1964, mas foram favorecidos pela formação de novos públicos consumidores de cultura, devotados à questão do nacional-popular através do filtro da indústria cultural²⁴⁸.

Entre abril e março de 1965 era transmitido pela TV Excelsior o *I Festival da Canção Brasileira*, que deu origem à chamada “era dos festivais” que se estenderia até início da década seguinte. Estréia em maio daquele mesmo ano, na TV Record, *O Fino da Bossa*, com apresentação de Jair Rodrigues e Elis Regina. No teatro duas estréias marcaram o ano de 1965: em abril, *Liberdade, Liberdade* escrita por Millôr Fernandes e Flávio Rangel é encenada por Paulo Autran, Tereza Rachel e Oduvaldo Vianna Filho no Teatro Opinião; o *Show Opinião* é montado por Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho e Paulo Pontes, com a participação de João do Vale, Nara Leão e Zé Keti; em maio, no Teatro de Arena é montado o espetáculo *Arena Conta Zumbi* de Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e música de Edu Lobo. Glauber Rocha lança o manifesto do Cinema Novo, intitulado *A estética da fome*. Entre agosto e setembro é organizado o *Opinião 65* no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ainda em setembro, outra montagem importante no Teatro de Arena: *Arena Canta Bahia*, com a participação de

²⁴⁸ NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. p. 55-120.

Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé e Maria Bethânia. É inaugurada a TV Globo, de propriedade de Roberto Marinho. E na TV outro programa de repercussão nacional marcaria o ano de 1965: a estréia no mês de setembro do programa *Jovem Guarda* na TV Record, com a apresentação de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa.

Tal fortalecimento paulatino das produções culturais em fins de 1964 e meados de 1965 é constatado também pelo surgimento de novos periódicos (jornais, revistas e semanários), assim como pelo aumento significativo de obras bibliográficas editadas no Brasil²⁴⁹. Ao mesmo tempo em que o governo militar promovia o fechamento de diversos espaços de articulação e discussão das esquerdas, outros tantos eram abertos a fim de promover a integração cultural do diversos grupos dispersos frente à desmobilização promovida pelo golpe de 1964. Entretanto, a produção resultante desse *rissorgimento* era constantemente “avaliada” por órgãos civis e militares, a fim manter um controle das manifestações culturais que se contrapunham ao pensamento oficial naquele momento²⁵⁰.

²⁴⁹ Apesar do censo irregular e das metodologias de pesquisa variarem, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) colocam em evidência essa transformação. No ano de 1960 foram postos em circulação 51.209.009 exemplares de obras bibliográficas. Em comparação com o ano de 1970, esse número foi para 114.444.988 exemplares. Ver: Anuário Estatístico do IBGE, 1960-1970.

²⁵⁰ Renato Ortiz refere-se ao modo pelo qual a censura procedia junto aos produtores de cultura que, por sua vez, criavam determinado tipo público para seu produto. Então conclui: “Mas é necessário entender que a censura possui duas faces: uma repressiva, outra disciplinadora. A primeira diz não, é puramente negativa; a outra é mais complexa, afirma e incentiva um determinado tipo de orientação. Durante o período 1964-1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. O ato censor atinge a especificidade da obra, mas não atinge a generalidade de sua produção” (ORTIZ, 1988, p. 114).

Capítulo 04

“Intelectuais e artistas pela liberdade”: o ocaso de um modelo de resistência

4.1 – Os delitos de opinião

A partir da década de 1960 editoras, imprensas e gráficas mobilizaram-se para a expansão de um mercado de leitores alimentados sobretudo pelo impulso do movimento estudantil, renovado pelos debates já propostos antes mesmo do golpe militar²⁵⁹. Aliás, a própria UNE com os seus CPC's possibilitou ao movimento estudantil uma articulação e a formação de uma consciência política entre os estudantes. E isso se refletiu na formação de um público estudantil que direta ou indiretamente participou dos debates e integrou diversas formações culturais que faziam oposição ao

²⁵⁹ A expansão do ensino superior revela-se no significativo aumento de alunos matriculados em universidades e faculdades brasileiras. Em 1960 eram 93.202 alunos matriculados no Brasil e em 1970 eram 425.478 alunos matriculados. Ver: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Querosz/Edups, 1985, p. 286.

regime militar. Com o advento do golpe saem de circulação os *Cadernos do povo brasileiro* (editados por Ênio Silveira, Álvaro Vieira Pinto e dirigidos por Moacyr Félix), proibidos e colocados sob investigação no IPM do ISEB; a revista *Brasiliense* (editada e dirigida por Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto), além do periódico vinculado à UNE, *Jornal Movimento*. A partir de 1965 são postos em circulação a *Folha da Semana* (dirigida por Arthur Poerner), o *Pif-Paf* (dirigido por Millôr Fernandes), a revista *Tempo Brasileiro* (dirigida por Eduardo Portella) que interrompida em 1964 volta a circular em 1965, os *Cadernos Brasileiros* (dirigido por Afrânio Coutinho), a revista *Dados* (dirigida por Cândido Mendes), o jornal semanal *Reunião* (editado por Ênio Silveira e dirigido por Paulo Francis), a revista *Paz e Terra* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Félix), a revista de *Política Externa Independente* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Celso Furtado), além da mais significativa entre outras tantas publicações, a *Revista Civilização Brasileira* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Félix e Dias Gomes).

O crescimento do número de publicações periódicas durante a primeira metade da década de 1960 deveu-se sobretudo a esse aspecto sócio-político importante: fortalecer espaços de debates a fim de dar continuidade aos projetos antes propostos no interior das instituições desmanteladas pelo golpe. Por outro lado, havia o aspecto sócio-cultural que permitiu fazer dessas publicações o “lugar” das discussões e dos debates antes em curso. Uma publicação, diferentemente de uma instituição ou organização política oficial, precisava alcançar seu objetivo primordial – noutras palavras, ela precisava ser vendida. O valor de uma entidade ou de uma instituição

estava garantido na sua existência concreta e na sua atuação efetiva na sociedade; um livro, uma revista ou um jornal apenas representava esse valor no processo de recepção dos seus leitores. Pois, como escreve Roberto Schwarz,

esta implantação teve também seu aspecto comercial – importante, do ponto de vista da ulterior sobrevivência – pois a produção de esquerda veio a ser um grande negócio, e alterou a fisionomia editorial e artística do Brasil em poucos anos. [...] A vida cultural entrava em movimento, com as mesmas pessoas de sempre e uma posição alterada da vida nacional. Através de campanhas contra tortura, rapina americana, inquérito militar e estupidez dos censores, a inteligência do país unia-se e triunfava moral e intelectualmente sobre o governo, com grande efeito de propaganda.²⁶⁰

Tanto que a editora Civilização Brasileira é objeto de investigação não somente no IPM do ISEB como no IPM da Imprensa Comunista e no IPM Civilização Brasileira. À medida que as instituições de esquerda, desarticuladas no pós-golpe com muitos de seus integrantes presos ou cassados pelos atos institucionais, outras formas de articulação emergem em compasso com a formação de núcleos intelectuais de resistência ao regime militar. O poder e o alcance dessas “novas” instituições estava justamente na propaganda e na mobilização que isso poderia resultar, na formação de uma opinião pública acerca dos eventos políticos do pós-64.

Não é fortuita a inquirição, por exemplo, de Ênio Silveira já no primeiro volume do IPM do ISEB e o detalhamento de toda sua atividade profissional no comando da

²⁶⁰ SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política: 1964-1969*. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 14-25.

sua empresa, a editora e a livraria Civilização Brasileira. Apesar, pois, de toda atividade editorial voltada para as esquerdas que, por sua vez, esquadrihavam as preferências temáticas, a editora era uma empresa de reputação nos circuitos intelectuais de várias tendências ideológicas. Ou seja, mais que simplesmente um militante comunista, Ênio representava um profissional que conseguira não somente criar uma linha editorial que contemplasse os debates abertos pelos intelectuais de esquerda na década de 1960, mas também organizar – no espaço editorial – seu próprio mercado e público para suas publicações. Esse era um fator que chamava atenção dos militares para a Civilização Brasileira que, desde 1958, estava em compasso com inúmeras entidades que promoveram a chamada “subversão comunista”, o que não significava adesão completa às suas propostas.

A respeito desse fato, há um episódio em que Ênio Silveira foi convocado pelo General Golbery do Couto e Silva para uma reunião no IBAD. Relatava Ênio:

Eu fui supondo que ia ser uma conversa formal que ia durar quinze minutos ou meia hora no máximo, e o que aconteceu foi que houve três encontros com Golbery. O primeiro durou quatro horas seguidas, o segundo também e no terceiro encontro ele apresentou seu substituto, que era um coronel que iria ficar em contato comigo. Para dar um resumo da história, ele me disse seguinte: ‘eu sei que o senhor é um adversário coerente e intransigente da Revolução mas eu lhe chamei aqui para lhe dizer que a Revolução vê no senhor um patriota, que embora com nenhuma sintonia com nossos métodos, tem sintonia com nossos ideais. [...] Queremos que

“você e seu grupo venham fazer parte do nosso movimento pois é preciso que compreendam que nós queremos salvar o Brasil, tirar o país do atraso, etc’.”²⁶¹

Um dado interessante desse campo de tensões é que nem o governo determinou o fechamento da editora por suas atitudes “subversivas”, nem o partido conseguiu determinar sua linha editorial – ainda que Ênio fosse filiado ao PCB. Aliás, essa condição foi desde cedo colocada por Ênio como forma de evitar as intervenções do partido na sua editora. Ainda que a editora Civilização Brasileira apresentasse nas suas edições uma orientação marxista ou materialista, o objetivo de Ênio com essa postura era conduzir os debates para além das estruturas rígidas do partido. Desse modo, suas publicações tenderiam a uma abertura não sectária nas quais a propaganda partidária não seria veiculada através da editora e de seus produtos.

Este posicionamento de Ênio Silveira em relação às obras da Editora Civilização Brasileira foi um passo importante na consolidação de um mercado e de um público interessado nas temáticas de esquerda, mas que por condições diversas preferia não se vincular ao PCB. Essa postura distanciada vai determinar toda linha da editora e, obviamente, da RCB.

Quanto ao problema da repressão militar e da censura às obras editadas pela Civilização Brasileira, é importante considerar o modo pelo qual se procedeu a intervenção militar no campo da cultura. A exemplo da afirmação de Renato Ortiz, eram, nesse momento, censuradas peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. Segundo Ortiz, “o ato censor atinge a especificidade

²⁶¹ Apud VIEIRA, Luiz Renato. Op. cit., p. 55-56.

da obra, mas não a generalidade de sua produção”²⁶². Assim ocorreu com a editora, que nunca foi colocada sob suspensão (ao menos até 1968), mas muitos de seus editados estiveram indiciados em IPM’s ou mesmo presos, como foi o caso do próprio Ênio Silveira, detido quatro vezes entre 1964 e 1969.

No comando da editora, Ênio Silveira já havia sido inquirido em quatro inquéritos militares: IPM do ISEB, IPM da Imprensa Comunista, IPM da Civilização Brasileira e IPM do Partido Comunista. Aliás, entre 1964 e 1968 ele fora detido quatro vezes, em virtude da publicação e tradução de obras e classificadas subversivas pelo governo militar²⁶³ e um total de 13 títulos foram apreendidos e destruídos.

Assim como no caso de Ênio Silveira, professores, cientistas e servidores públicos perseguidos desde meados de 1964, também o meio artístico, em especial os profissionais do teatro e a da produção editorial (jornais e revistas) foram alvos de inquéritos e investigações de órgãos militares.

Uma das primeiras manifestações nesse sentido foi a publicação de um extenso manifesto publicado em 14 de março de 1964. Na verdade, um manifesto que, além de estar vinculado ao ideário de denúncia do terrorismo cultural, amplamente divulgado na imprensa de circulação nacional, propunha a formação de uma comissão nacional que lutasse pela preservação dos direitos individuais e expressão.

O *Manifesto Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento* definia seus propósitos a partir da condenação de “tôdas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de

²⁶² ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.114.

²⁶³ A última dessas prisões rendeu-lhe, inclusive um diário escrito nos dias de cárcere. As anotações desse diário foram organizados e publicados por Moacyr Félix em FELIX, Moacyr (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

suspensão das liberdades públicas; a delação, a violência e a tortura; o obscurantismo e o terror cultural e toda sorte de discriminações políticas, culturais, religiosas, ideológicas e raciais”²⁶⁴. Apesar do documento mencionar o problema da cultura, sua ênfase centrava-se mais no aspecto jurídico e na legalidade constituída pelo novo regime. Entre as principais reivindicações presentes no manifesto estavam a

garantia irrestrita dos direitos de opinião, associação, reunião e propaganda; a reintegração, na plenitude dos seus direitos civis e políticos, de todos os cidadãos, sem restrições e nenhuma discriminação; a cessão dos inquéritos policiais-militares de natureza política; a libertação de presos políticos; a realização das eleições municipais, estaduais e federais em 1965 e 1966; a proscricção de todas as manobras prorrogacionistas ou intervencionistas; a suspensão das intervenções nos sindicatos de trabalhadores e nas associações e diretórios de estudantes; o respeito à liberdade, de cátedra e à autonomia universitária.²⁶⁵

Esse manifesto ainda sugeria a realização de uma “conferência nacional pela democracia e o desenvolvimento” e entre seus signatários estavam nomes de 107 pessoas como os de Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima, Antonio Callado, Anísio Teixeira, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Diegues, Cícero Sandroni, Dias Gomes, Domar Campos, Edmundo Moniz, Edu Lobo, Fernando de Azevedo, Flávio Rangel, Flávio Tavares, Florestan Fernandes, Fortuna, Hermano Alves, João do Valle, Joaquim Pedro de Andrade, José Honório Rodrigues, M. Cavalcanti Proença,

²⁶⁴ MANIFESTO à nação defende liberdade. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 14 de março de 1965. Segundo Caderno, p. 32.

²⁶⁵ Id. Ibid.

Márcio Moreira Alves, Mário Martins, Mário Pedrosa, Millôr Fernandes, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Pereira dos Santos, Oduvaldo Viana Filho, Oscar Niemeyer, Oswaldo Gusmão, Otto Maria Carpeaux, Roberto Faria, Rui Guerra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Cabral, Theresa Cesário Alvim, entre outros. Neste manifesto, curiosamente, não figuravam os nomes de Ênio Silveira, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré ou quaisquer outros envolvidos diretamente em inquéritos policiais-militares.

Um outro grande manifesto composto de 1500 assinaturas circulou logo depois, em maio de 1965. Tratava-se de do *Manifesto dos 1500: intelectuais e artistas pela liberdade*, que era uma espécie de carta aberta ao presidente de república. Esse manifesto foi preparado por alguns profissionais do teatro e reuniu um número grande de assinaturas que se solidarizava não somente com o teatro contra a censura a peças, mas com todos os produtores de cultura prejudicados pelo governo por conta do policiamento sobre suas respectivas produções. Autores e atores de teatro foram sistematicamente inquiridos e, por fim, muitos acabavam com suas montagens censuradas ou proibidas. Dentre estes inquéritos, o mais curioso foi o da atriz Glauce Rocha, interrogada acerca da montagem de *Electra*, de Sófocles, sob direção de Antonio Abujamra: o responsável pelo interrogatório perguntara a ela se conhecia Sófocles, ao que ela respondeu que sim. E para reforçar a informação foi lhe perguntado ainda se Sófocles era soviético e subversivo.²⁶⁶

²⁶⁶ UM DIÁLOGO incrível. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2 caderno especial, p.254.

O próprio Ênio Silveira foi motivo de um outro manifesto organizado por intelectuais contra a repressão em maio de 1965. O editor já era investigado em outros inquéritos quando, numa das ocasiões em que depunha, foi preso com alegação de que ele havia promovido em sua residência uma reunião com “agentes da subversão comunista”, entre eles o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, então procurado pelos militares. Ênio foi detido no dia 26 de maio de 1965 e sua prisão mobilizou um grande contingente de intelectuais, profissionais da área cultural, cientistas, professores e amigos em torno de um manifesto que foi publicado como matéria paga nos principais jornais de circulação nacional, no dia 30 de maio: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*. O caso, na época, foi ironicamente alcunhado pela imprensa de o “IPM da Feijoadá”, por conta da iguaria servida durante a reunião que justificou a prisão do editor.

Esse manifesto, intitulado *Intelectuais e artistas pela liberdade* conteve a assinatura de 600 nomes do meio artístico e cultural e trazia uma pequena descrição seguida da imensa lista de nomes que se solidarizaram com o pedido de liberdade de Ênio Silveira:

os intelectuais e artistas brasileiros abaixo-assinados pedem a imediata libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. Não entramos no mérito das opiniões políticas de Ênio Silveira, mas defendemos o seu direito de expressá-lo livremente, direito garantido pela artigo n. 141, parágrafo oitavo da Constituição do País: “por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos...”²⁶⁷

²⁶⁷ INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30/05/1965, p. 05.

Inúmeras manifestações tornaram-se públicas por conta da prisão de Ênio e nelas reivindicava-se a liberdade do editor como uma forma de solicitar da mesma maneira a liberdade de expressão dos indivíduos. Inclusive entre setores militares houve manifestações contrárias e discordantes sobre o modo como se procedia nas investigações sobre Ênio – como demonstrou Elio Gaspari ao apresentar um bilhete enviado pelo presidente Marechal Castelo Branco ao então ministro Ernesto Geisel:

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar “que se pode prender”. Isso nos rebaixa [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural.²⁶⁸

Desse episódio surgiu a oportunidade do próprio Ênio se pronunciar sobre a situação de controle dos militares sobre a cultura. Sua manifestação foi a publicação das epístolas dirigidas ao então presidente da república, numa tentativa de estabelecer uma diálogo assim como marcar uma posição frente aos procedimentos adotados por aquele governo, no que se refere o plano da cultura.

O fato é que as epístolas dirigidas ao marechal Castelo Branco contribuíram para a afirmação de Ênio também como um intelectual ativo e não somente o editor e proprietário de sua casa editorial. Seu envolvimento com as questões relativas à censura e à repressão no terreno da cultura através das epístolas, o colocou como um intelectual

²⁶⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 231.

visado e perseguido pelo regime militar a ponto de em 1965 ele sofrer inúmeras restrições políticas e orçamentárias.

As epístolas reforçavam a figura do intelectual como um elemento capaz de condensar em si as necessidades do indivíduo portador de um pensamento livre. Um indivíduo que se apresentava não à sombra de uma instituição política ou partidária, mas a partir da sua própria consciência individual acerca dos fatos em processo. Numa análise do perfil intelectual de Ênio, Luiz Renato Vieira enfoca essa perspectiva individual da fala do editor em relação ao contexto de organização das esquerdas e a proeminência do intelectual naquela conjuntura. Segundo Vieira,

as célebres *Epístolas ao Marechal* são textos de grande importância no conjunto da revista, por dois motivos fundamentais. Por um lado, por sintetizar, numa linguagem direta, o espírito de denúncia que presidiu os primeiros volumes da publicação, servindo como uma medida do impacto do golpe de Estado sobre uma sociedade que, malgrado as características populistas do período que antecedeu a ditadura, se encontrava num nível elevado de mobilização popular por questões sociais e econômicas.

Por outro lado, no que se refere às peculiaridades do campo intelectual e particularmente à inserção de Ênio Silveira – que escreve as *Epístolas* em primeira pessoa. [...] Mais do que nos informar quanto às formas de participação do editor no campo intelectual, as epístolas permitem compreender a inserção pretendida pelo responsável pela RCB no debate político da época e, também, o interesse em estabelecer uma discussão com o poder instituído.²⁶⁹

²⁶⁹ Id. Ibid. p. 105-109.

Tais questões, entretanto, eram de natureza subjetiva e refletiam o processo de organização das forças fragmentadas dispersas no terreno da política. Perspectiva que centraria vários artigos, ensaios e cartas, assim como as próprias epístolas ao marechal. Ênio Silveira, ao se referir a Castelo Branco, por exemplo, demonstra suas intenções como “cidadão-intelectual” e justifica o modo pelo qual o faz:

Acredito que seus muitos afazeres [os de Castelo Branco], antes e depois do movimento insurrecional que o conduziu à chefia da Nação Brasileira, não lhe tenham permitido tomar conhecimento de um livro curioso, cuja leitura me parece recomendável a todo chefe de governo [...]. Trata-se de *The Presidential Papers*, de Norman Mailer [...]. É um volume de trezentas e tantas páginas, reunindo várias cartas-relatório (*papers*, como as classifica Mailer, por entendê-las documentos de uma assessoria voluntária, não solicitada mas nem por isso menos válida ou oportuna) endereçadas publicamente ao presidente John Fitzgerald Kennedy por intermédio de várias revistas em que o autor colaborava [...]. Nesses documentos, em forma de epístola, os mais variados temas são livremente desenvolvidos e investigados: delinqüência juvenil, preconceito racial, direitos civis, política externa, [...] liberdade de opinião, a esquerda nos Estados Unidos, o campeonato mundial de boxe, etc., sempre com o intuito de oferecer ao presidente Kennedy uma visão informal, antipalaciana, quase audaciosa dos problemas nacionais e internacionais.²⁷⁰

A questão central nesse relato de Ênio é, além de mostrar o posicionamento de suas intenções e de sua tarefa como interlocutor junto ao presidente, considerar o aspecto – novamente reafirmado – da formação de um “grupo” de intelectuais que

²⁷⁰ SILVEIRA, Ênio. Primeira epístola ao marechal: sobre o “delito de opinião”. Revista Civilização Brasileira. Nº 3, vol I, julho de 1965. Apud FÉLIX, Moacyr. Ênio Silveira: arquiteto de liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 18.

ainda não havia constituído um projeto unificado e a partir do qual todos os seus membros pudessem igualmente se pronunciar. Nesse sentido, como noutros momentos da RCB quando se constata a publicação de textos de análise de conjuntura ou mesmo esporádicos editoriais, a primeira epístola, intitulada *Sobre o “delito de opinião”*, revelava essa configuração individual em forma de depoimentos, atestando a formação heterogênea destes núcleos intelectuais e de artistas. Ênio Silveira, poucos meses antes havia sido detido e encarcerado pelo Exército no quartel do I Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, e a partir desse episódio – e segundo consta – ele resolveu redigir as epístolas.

A seguir, Ênio faz um relato pessoal de toda a sua vida, ressaltando alguns momentos de sua formação política e ideológica. A epístola prossegue com relatos pessoais e considera os fatos e as informações sempre na primeira pessoa. No que tange à sua formação político-ideológica, é interessante o modo como ele se reportava ao CTI, por exemplo:

Liguei-me a escritores e artistas que se entendiam afastados, como eu, de especulações meramente acadêmicas e idealistas, cidadãos que também estavam dispostos a fazer alguma coisa, abandonando de uma vez por todas posições ora conformistas, ora pessimistas, ora indiferentes. De nossos debates e esforços conjuntos surgiu a idéia de *organizar um movimento sistemático*, que trouxesse o concurso dos homens de pensamento e cultura aos centros de decisão da vida nacional, tradicionalmente manipulados por figuras de visão imediatista e estreita. Essa iniciativa, sob o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, mereceu logo o apoio de centenas de escritores, artistas, professores, estudantes e estava a caminho de sua

estruturação jurídica quando foi interrompida pelo movimento insurrecional de que o senhor fez parte.²⁷¹

Essa fase de indefinições quanto ao sentido político e ideológico das organizações de esquerda, de choque com as novas formas de produção e reprodução culturais, marca o início da resistência ao “terrorismo cultural” e da constituição de signos dessa resistência que se expressa politicamente através da cultura, que é capaz de formular um conceito de democracia condizente com aquele contexto específico e complexo de organização das esquerdas, sob ação da repressão político-cultural e da censura. Ou seja, a esfera de produção cultural (num plano mais amplo) e a Civilização Brasileira (numa perspectiva mais específica), abriram o leque de debates, ao mesmo tempo em que une várias tendências políticas e ideológicas em torno de um só objetivo: o restabelecimento do processo democrático.

Daí a importância, nas epístolas de Ênio, do debate sobre a liberdade de opinião, mesmo num regime autoritário. Liberdade essa, fundada na livre expressão e criação artística e cultural. Isso fica acentuado quando Ênio dirige-se a Castelo Branco dizendo

pois bem, sr. Marechal: chegamos aqui ao motivo principal desta epístola, que é precisamente o da liberdade de opinião. [...] De fato, admitamos que muitas das violências e injustiças clamorosas dos primeiros meses foram fruto da euforia punitiva que dominou os vencedores. Esqueçamo-nos por instantes, apenas para

²⁷¹ Id. Ibid., p.22-23. [sem grifo no original].

encaminhamento de raciocínio, das centenas de vítimas do Ato Institucional, da demissão em massa de professores universitários, da aposentadoria ou demissão sumária de funcionários públicos, da reforma de tantos oficiais de nossas Forças Armadas, todos perseguidos e punidos pelo crime de terem pensado. [...] Pensemos nos três rapazes, co-autores da série de livros intitulada *História Nova*, que ficaram presos durante semanas e semanas, por capricho de misteriosas autoridades, acusados de crime de opinião. Pensemos nos livros que estão sendo apreendidos em vários pontos do território nacional pelos agentes da Polícia de Segurança ou pelo próprio Exército Brasileiro.²⁷²

A questão da liberdade de opinião centrou tanto a primeira epístola (“Sobre o delito de opinião”) quanto a segunda (“Sobre a vara de marmelo”), ainda que a segunda detivesse-se na análise das eleições estaduais em 1965. Nas duas epístolas fica evidente a necessidade de Ênio em tecer suas considerações a partir de um enfoque pessoal e das experiências e conjecturas vividas por ele. Interessante que essa condição não é oculta no texto, pelo contrário, e ressaltada como a única forma de fazer oposição o regime ou pelo menos incitá-lo ao debate.

Sou obrigado a voltar, sr. Marechal, ao trato do caso pessoal, para exemplificar melhor. Desde o movimento insurrecional, várias coisas me aconteceram: a) meus direitos políticos foram suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional, sem que eu tenha tido oportunidade de me defender; b) já fui submetido a cinco IPMs, sendo reinquerido em dois deles; c) fui alvo de um processo criminal, no Estado da Guanabara, acusado de “crime de subversão”; d) fui preso

²⁷² Id. *Ibid.*, p.25.

durante nove dias, como suspeito de “crime de subversão”; e) livros editados por minha empresa têm sido apreendidos em vários pontos do território nacional, sob a alegação de que são ou podem ser “subversivos”. E por que tudo isso? Porque autoridades maiores ou menores, subordinados a seu governo, sr. Marechal, não podem admitir que um homem como eu, cujas origens sejam burguesas, pertença – estatisticamente – àquele percentual mínimo de nossa população que constitui as chamadas classes dominantes, tenha as idéias que defendo e aja em função delas. Não podem entender, igualmente, que a editora Civilização Brasileira esteja trabalhando no intenso ritmo atual movimentada apenas por seus próprios recursos financeiros, proporcionados e a cada instante ampliados pela aceitação popular dos livros que edita.

A liberdade de opinião em relação ao PCB e ao governo militar permeou o projeto editorial da Civilização Brasileira. Apesar dessa editora resultar da articulação de pequenos núcleos intelectuais e de artistas sem vínculos institucionais ou partidários, a produção editorial da Civilização Brasileira apontava para uma institucionalização legitimada no seu potencial de aglomeração das mais variadas tendências políticas e ideológicas. A dinâmica política do regime, o salto de modernização capitalista ocorrido no período e, por último, porém não menos decisivo, as percepções, idéias e utopias predominantes na “heterogênea e briguenta família oposicionista”²⁷³, definiram o modo pelo qual tais experiências foram vividas nas fronteiras imprecisas entre o público e o privado.

E no caso de Ênio e a sua ativa intervenção através dos textos que assinava, talvez ele desse prosseguimento à publicação das cartas dirigidas ao presidente de

²⁷³ NETTO, José Paulo. op. cit.

república, pois não foi sua prisão que o privou disso. Outro fator mais complexo privou não somente Ênio, mas uma série de intelectuais de manifestarem suas opiniões no segundo semestre daquele ano: a edição do Ato Institucional nº 02, em 27 de outubro de 1965. A ECB e a própria RCB sofreram com a onda de choque do AI-2, pois suas edições, que eram bimensais, foram interrompidas a partir de outubro de 1965. Voltaram a circular somente em março de 1966, com a publicação de dois números geminados (os números 5 e 6). Aliás, segundo depoimentos de amigos, foi em virtude da promulgação do AI-2 que Ênio, que não era filiado ao PCB, decidiu-se definitivamente pela filiação ao partido.

Depois que demoliram o prédio da Sete de Setembro, Ênio foi para uma sala na Avenida Central junto com Paulo Francis e o Joaquim Inácio Cardoso. Esse grupo começou a tocar a Civilização. Então Ênio fez um jornal chamado *Reunião*, saíram dois números, com o mesmo grupo. [...] Aí veio o AI-2 e o grupo da Civilização se dispersou ideologicamente. O Ênio fez a escolha dele, entrou para o Partidão, e muita gente se afastou dele.²⁷⁴

Entre os anos de 1965 e 1967 foram inúmeras as manifestações dos intelectuais em defesa do resguardo individual de expressão e criação artísticas. Como se constata em muitos dos artigos, matérias, comentário e até mesmo manifestos, o estímulo para uma ação conjunta numa “frente ampla” pela cultura, muitas das falas emergem nessa conjuntura isoladamente. Essa caracterização abriu novas perspectivas, na medida em que abriu espaço para as discussões sobre o controle das manifestações artísticas e

²⁷⁴ Apud Vieira, p. 11. Segundo afirma Carlos Heitor Cony.

culturais por parte do Estado. Por outro lado, essa representação intelectual surtiu efeito contrário quando, por exemplo, a visibilidade pública foi usada de forma acusativa contra os próprios intelectuais que procuravam compactuar da chamada resistência cultural. Como acusava, naquela época, um dos editoriais do *Jornal do Brasil*:

Quando exorbitam de sua missão específica, os IPMs sempre deservem, pelas conseqüências práticas que acarretam. No caso de prisões de nomes sem expressão, o resultado é o oposto ao pretendido: é assim que se criam heróis da noite para o dia. Se há um setor de que os militares responsáveis pelos IPMs devem se afastar, é aquela faixa onde transitam figuras que, por não terem ocupação muito definida, se apresentam como intelectuais. (...) Escritor frustrado tende a ser de esquerda, naturalmente. E há até quem não escrevendo, mas editando, acabe convencido de que exerce também atividade de natureza intelectual. (...) Para eles, a prisão representa o diploma que não puderam conseguir com a inatividade intelectual a que se dedicam com afínco.²⁷⁵

²⁷⁵ Editorial do Jornal do Brasil em 28/05/1965, p.02.

4.2 – A RCB como “fórum de debates” das esquerdas intelectualizadas

Muito já foi dito sobre a Revista Civilização Brasileira (RCB) e sua importância como veículo de resistência das esquerdas na vigência dos primeiros anos da ditadura militar no Brasil. Foi uma publicação periódica de importância política e cultural, pois se constituiu num espaço de reorganização das esquerdas desagregadas pelo golpe de 1964, ao mesmo tempo em que seu projeto editorial contemplava um amplo debate sobre a cultura como um novo campo de articulação das resistências. Em virtude destes, entre outros fatores, um número significativo de pesquisas debruçou-se sobre a documentação produzida por seus editores e colaboradores. Documentos que não somente confirmam sua importância como objeto de pesquisa e do interesse de pesquisadores, bem como revelam a complexidade de uma conjuntura específica de produção cultural impressa no projeto editorial da RCB²⁷⁶.

A complexidade reside, justamente, no fato de que a RCB foi uma revista que esteve intimamente associada ao processo de mudança que afetou as esquerdas desde antes do golpe militar e se intensificou depois dele. Logo, a identidade editorial da

²⁷⁶ Dentre os trabalhos mais recentes deve-se mencionar: SILVA, R. M. C. *A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira*. Brasília, (dissertação de mestrado em História), Universidade de Brasília., 1993; MOTTA, L.E.P. da. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira (1962-1968)*. (dissertação de mestrado em Sociologia). IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994; VIEIRA, L. R. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, 1996; AZEVEDO, I. C. A. de. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): produção cultural em revista*. (dissertação de mestrado em Letras), Faculdade de Letras da UFRJ, 1999; SERPA, M. P. *O cinema novo na Revista Civilização Brasileira*. (tese de doutoramento), Escola de Comunicação e Artes (ECA), FFLCH/USP, 2001; CZAJKA, R. *Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira (1965-1968)*. (dissertação de mestrado em Sociologia), IFCH/Unicamp, 2005; MARIZ, A. S. *Editora Civilização Brasileira: o design de um projeto editorial (1959-1970)*. (dissertação de mestrado em Design), Departamento de Artes/PUC-RJ, 2005; NEVES, O. P. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial*. (dissertação de mestrado em História) SCHLA, UFPR, 2006 e SILVEIRA, M. R. J. *A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual*. Rio de Janeiro, (dissertação de mestrado em Letras), PUC/RJ, 2007.

revista esteve marcada pelos dissensos no interior do PCB, proeminente partido de esquerda que, desde o final da década de 1950. Também a reorganização da intelectualidade de esquerda, em geral, e da intelectualidade comunista, em especial, abriram novas possibilidades àqueles que deixavam de gravitar em torno do partido e apostavam em novas *formações culturais*, possibilitando a emergência de novos núcleos intelectuais fundamentados no princípio da autonomia e independência intelectual.

Acrescido a esse contexto amplo de mudanças da configuração das esquerdas no Brasil, em face à modificação das diretrizes políticas e ideológicas do PCB, a RCB ainda cumpriu o papel de ser um dos principais porta-vozes dessa intelectualidade contra a ditadura militar. Isto é, como sintoma expresso da ambigüidade política e ideológica desse contexto, a revista voltou-se desde o seu primeiro número para a análise crítica das orientações programáticas das esquerdas. Concomitantemente, exercia oposição aberta à ditadura militar e ao desmantelamento das organizações culturais, vinculadas ao “inimigo comunista” pelos militares. A partir desses aspectos, os editoriais da RCB procuravam representar uma linha de análise e exposição não sectária destes fatos²⁷⁷ e ainda tentavam delimitar um novo campo intelectual ao propor a articulação de artistas e intelectuais dispersos no espaço público, sem uma referência organizacional direta no pós-golpe.

Mas apesar da RCB manter uma posição distinta, com projeto editorial e orientações próprias construídas no epicentro das transformações políticas e ideológicas, ela não efetuou necessariamente uma ruptura com o ideário pecebista –

²⁷⁷ Conforme o editorial intitulado “Princípios e propósitos”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, março de 1965, nº 01, vol. 01, p. 03-04.

muito embora, as decisões do partido tenham sido objeto de análise e crítica em debates fomentados pela revista, sem assumir uma característica político-partidária. A revista era coordenada por um conselho editorial, na sua maioria composto por membros do PCB ou próximos dele, o que demonstrava, por sua vez, a proximidade do periódico com o partido. Até porque era conhecida a política de imprensa do PCB, que mantinha uma ampla rede de publicações (editoras, gráficas e meios de comunicação), a fim de possibilitar a produção e circulação do ideário comunista e com isso fortalecer a oposição política.

Entretanto, a posição assumida pela RCB foi de distanciamento em relação ao PCB e de que a revista não se tratava de um órgão de imprensa a serviço do partido. Mais que óbvio e como subterfúgio para escapar ao policiamento militar sobre PCB, entidades e órgãos ainda que vinculados ao partido, muitas vezes, ocultavam suas filiações para evitar qualquer tipo de repreensão por parte dos governos militares. Vale lembrar que apesar do partido contar com militantes em atividade permanente, reuniões e congressos desde 1947, o PCB atuava como partido ilegal não reconhecido oficialmente, logo, sem o direito de participar de qualquer pleito eleitoral ou ter representantes sob sua sigla.

Desse modo, tanto a revista quanto a própria editora de propriedade de Ênio Silveira assumiram imediatamente uma postura que demonstrasse essa autonomia em relação ao PCB. Uma autonomia que, por sua vez, cumpria uma dupla determinação: isentar-se da vinculação (ainda que indireta) com o PCB, bem como reivindicar a independência necessária para tecer a crítica às diretrizes lançadas pelo Comitê Central

(CC) do partido e os seus desdobramentos nas diversas instâncias da vida partidária e social. A propósito dessa questão Ênio afirmava:

o que disse desde sempre, e faço muita questão de enfatizar, a editora [Civilização Brasileira] era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária. Porque eu não queria de maneira nenhuma ser submetido a limitações e restrições partidárias que me poderiam tolher todo o desejo de contribuir para o arejamento dos espíritos no Brasil.²⁷⁸

Em certa medida, foi a aposta nessa autonomia mencionada por Ênio que possibilitou à sua editora e à publicação periódica um respaldo da intelectualidade que se articulou em torno da RCB. Outras publicações do gênero coexistiram ou haviam antecedido a publicação da editora Civilização Brasileira, como é o caso da revista *Brasiliense*, mas nenhuma delas conseguiu tamanha repercussão entre as esquerdas, a ponto de ser lembrada até os dias de hoje como importante veículo de resistência cultural ao regime militar na década de 1960. Isso, em parte, se deve também pelo modo como a publicação se auto-representou desde o princípio: como um fórum de debates e de articulação das forças democráticas.

Esse propósito, ao longo da existência da revista, possibilitou a articulação de uma intelectualidade progressista que, com intervenções através da RCB, pôde construir a sua visibilidade pública e sua legitimidade, frente ao avanço da repressão patrocinada pelos militares, bem como ao controle mantido pelo PCB sobre seus

²⁷⁸ SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992, p. 62. (Entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira).

militantes. Foi, pois, esse aspecto que atribuiu ao periódico a identidade e a importância que se mantiveram mesmo depois do encerramento de suas atividades, com o AI-5. É nessa perspectiva de análise que cabe entender “como essa discussão no *espaço público* das publicações de Ênio Silveira repercutiu nos grupos de esquerda e centro-esquerda, em particular o PCB, possivelmente dando elementos valiosos a algumas áreas suas para sobreviver às tempestades daqueles anos difíceis”.²⁷⁹

Entre março de 1965 e dezembro de 1968 foram publicados os 22 números da RCB. A edição do periódico pela editora Civilização Brasileira foi um sintoma importante e uma iniciativa pioneira do editor Ênio Silveira e do poeta Moacyr Felix, na tentativa de construir um espaço democrático de debates que acolhesse intelectuais de oposição desarticulados institucionalmente desde o golpe de Estado. A sua circulação durante 1965 e 1968 pode inclusive auxiliar na compreensão de alguns modelos de resistência cultural que disputavam entre si a primazia no espaço público. A RCB, dada a sua dimensão simbólica como produto cultural possibilita entender, a partir dos debates e discussões promovidos em suas páginas, a lógica das *formações culturais* envolvidas nesse projeto editorial e de resistência. Isso porque a aglutinação de intelectuais em torno da RCB permitiu a aproximação de projetos comuns que visavam o restabelecimento do processo democrático, assim como consolidar um espaço legítimo de representação daqueles intelectuais no espaço público.

Como projeto editorial e intelectual, a RCB tentou aglutinar diversos grupos de artistas e intelectuais numa frente de oposição ao regime militar, ao mesmo tempo em

²⁷⁹ SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 264.

que buscou constituir-se num espaço legítimo de reflexão e debate das esquerdas. A formação inicial teve a participação de um grupo composto de indivíduos oriundos de diversas áreas da produção científica e cultural. No conselho editorial figuravam os nomes de Ênio Silveira como diretor responsável e Roland Corbisier secretário. Os demais membros do conselho de redação eram Alex Viany, Álvaro Lins, Antonio Houaiss, Cid Silveira, Dias Gomes, Edson Carneiro, Ferreira Gullar, Haiti Moussatché, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Felix, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Paulo Francis e Oswaldo Gusmão. O primeiro número da RCB, de março de 1965, já apresentava em seu expediente a diversidade das *formações culturais* e dos núcleos intelectuais envolvidos com a editora Civilização Brasileira.

Ênio Silveira e Roland Corbisier eram amigos e em março 1965, na ocasião do lançamento da RCB, a amizade entre os dois era de conhecimento público. Ao menos desde 1958 eles mantinham uma relação comercial, que resultou, entre diversas encomendas editoriais, a edição da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, dirigida por Álvaro Vieira Pinto, professor do ISEB, onde era responsável pelo departamento de filosofia. Em correspondência ao Ministério da Cultura, Roland Corbisier apresentou uma proposta, ao então ministro Clóvis Salgado, de distribuição dos livros editados pelo ISEB, com a assessoria e financeiro do governo. Roland Corbisier ressaltava no ofício que o material editado era apenas distribuído gratuitamente em prédios do governo e durante eventos oficiais. Dizia que a

experiência [...] do processo de distribuição gratuita dos títulos não só desvaloriza as edições, [...] mas também não permite que as obtenha o grande público, principalmente dos outros Estados. Parece-nos, pois, conveniente, a fim de assegurar a mais ampla divulgação às publicações do ISEB, entregar a sua distribuição a uma firma idônea, capaz de colocar os livros do Instituto nas principais cidades do país. [...] Após examinar o assunto e fazer as necessárias consultas, chegamos à conclusão de que a empresa mais aparelhada e que nos oferece melhores condições para realizar esse trabalho é a Companhia Editora Nacional.²⁸⁰

A Companhia Editora Nacional (CEN) era uma das principais editoras no país naquele momento e havia sido fundada no ano de 1925, em São Paulo por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Este, pouco tempo depois, assumiria integralmente a gerência da CEN e outras editoras surgiram em consórcio com ela, como foi o caso da editora Civilização Brasileira, em 1932, no Rio de Janeiro. Duas décadas depois, Ênio Silveira ao trabalhar para Octalles, assume a direção da editora Civilização Brasileira, em 1958, mantendo-a como distribuidora da CEN. Daí a menção de Roland Corbisier à CEN no ofício remetido a Clóvis Salgado, pois a designação da editora de Octalles Marcondes estava diretamente relacionada à editora Civilização Brasileira, sediada na cidade do Rio de Janeiro e comprada por Ênio Silveira de Octalles Marcondes no ano de 1963. Foi, pois, Ênio e não Octalles o responsável pelas edições encomendadas pelo ISEB, ou seja, a distribuição dos livros editados pelo ISEB foi um dos primeiros grandes trabalhos de Ênio Silveira na direção da editora Civilização

²⁸⁰ INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Ofício de Roland Corbisier remetido ao ministro da Educação e Cultura*. IPM do ISEB, Brasília: Searq/STM, 1964-1965, Vol. 11, p. 2.574-2.575.

Brasileira que contribuiu para a visibilidade de sua empresa e torná-la uma das principais editoras de esquerda do período.²⁸¹

Os demais membros do conselho de redação da RCB como Ferreira Gullar, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Nelson Lins e Barros, Oswaldo Gusmão, Alex Viany e Dias Gomes mantinham relações diretas ou indiretas com entidades de esquerda depostas pelos militares em 1964. E nomes como Paulo Francis, Álvaro Lins e Antonio Houaiss eram tidos como intelectuais não vinculados a organizações de esquerda, logo, atribuíam ao conselho a contrapartida ideológica a fim de evitar que a revista fosse tomada como um órgão do PCB, estritamente.

Estes intelectuais, representados simbolicamente num conselho de redação tão diversificado como o da RCB, advinham de inúmeros *núcleos* de esquerda, formados num processo anterior ao golpe militar de 1964. Suas divergências e a tendência para o debate constituíram o fator substancial para a manutenção do projeto editorial; e inúmeras discussões foram travadas nas mais diversas áreas de produção cultural.

Por este aspecto, a revista foi um laboratório de articulação de intelectuais dispersos e desprovidos de um espaço legítimo de aglutinação e representação²⁸² do pós-64 e captou as tensões e distensões do quadro político e cultural da sociedade brasileira da década de 1960. Verifica-se, por exemplo, que entre as temáticas consideradas em suas mais de 5 mil páginas de texto, dentre seus 22 volumes, estavam desde os problemas que remetiam ao populismo, passando pela questão do engajamento das artes até a formação da cultura de massa.

²⁸¹ HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1985, p. 453-455.

²⁸² SAID, Edward. *Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

De certo modo, este mosaico político e ideológico posto pelas novas condições de arranjo das esquerdas em oposição ao regime militar explique ou, pelo menos, ateste o caráter eclético da revista, confirmado pela variedade de temas sugeridos pelo seu conselho de redação. Entre as seções fixas da revista estavam contempladas “política internacional”, “política nacional”, “economia”, “literatura”, “cinema”, “teatro”, “artes plásticas”, “música”, “problemas culturais e filosóficos”, além de “ciência e tecnologia”. Essa abrangência temática coincidia com a proposta editorial, pois estava sustentada pelo argumento de ser, antes de qualquer coisa, um amplo e dinâmico fórum de debates. Segundo escrevia seu primeiro editorial,

dentro desses limites amplos e com esses propósitos definidos é que surge a Revista Civilização Brasileira. Pretende ser o veículo em que esses estudos e pesquisas da realidade nacional serão divulgados. Quer ser, também, um amplo e dinâmico fórum de debates. Seus colaboradores permanentes ou ocasionais são pessoas que têm algo de oportuno e importante a dizer.²⁸³

Entretanto, guardadas as diferenças e origens de cada um dos intelectuais que compuseram o projeto da RCB, a ação conjunta e articulada por eles deu-se no fortalecimento do discurso, de certo modo esboçado nas atividades do ISEB, nas diretrizes do *Comando dos Trabalhadores Intelectuais* (CTI) ou, no caso de alguns, até nas edições dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e do *Violão de rua*²⁸⁴. E isso está também expresso no primeiro editorial da RCB, equacionado na forma de indagações:

²⁸³ PRINCÍPIOS... op. cit.

²⁸⁴ A respeito da relação entre a *Revista Civilização Brasileira*, o *Comando dos Trabalhadores Intelectuais* e da coleção intitulada *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada pela Civilização Brasileira, ver: CZAJKA, op. cit.

O povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do País, numa linha democrática e independente? Será capaz de abandonar formulações meramente especulativas e, através de estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas? Terá capacidade para destruir os mitos e os clichês que dificultam ou impedem aprofundamento maior desse estudo?²⁸⁵

As indagações aos leitores não apenas sugeriam novas abordagens sobre a realidade nacional, como testavam os limites dos dois principais interlocutores do grupo de colaboradores da revista: de um lado, a pressão do PCB em conceber a revista como espaço político-partidário a serviço das causas comunistas; de outro, o governo militar a coagir a diretoria da RCB com interrogatórios ou mesmo abrindo processos contra seus colaboradores.

No que tange aos integrantes do projeto editorial, entre a edição dos números 01 e 04, a revista manteve um mesmo núcleo de colaboradores que, ao mesmo tempo, tinham diversos vínculos profissionais e institucionais. Ênio Silveira permaneceu como diretor responsável da revista secretariado por Roland Corbisier. A presença, sobretudo, dos nomes de Ênio Silveira e Roland Corbisier na direção do projeto, conferiu à publicação uma credibilidade que tanto Ênio quanto Corbisier mantinham juntos aos círculos de cultura: o primeiro, editor da reconhecida Civilização Brasileira e o segundo diretor do extinto ISEB. De forma que um dos editoriais da revista atestava

²⁸⁵ PRINCÍPIOS... op. cit.

a orientação ideológica dos colaboradores, bem como apresentava um olhar crítico sobre a conjuntura que então se apresentava:

Em face dessa definição, surge como corolário que a REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, não será orientada por qualquer partido ou concepção sectária. No terreno dos estudos políticos, sociológicos, econômicos e culturais, que constituem o campo de sua atuação, buscará sempre amplitude de visão sem perder profundidade de análise. Não se deve inferir dessa atitude, porém que a Revista será ecumênica a ponto de abranger todas as correntes de pensamento. É preciso deixar bem claro que não somente repudiará, como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil ou entender como inevitável e até mesmo necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem.²⁸⁶

Ao tentar realizar uma análise da realidade nacional sem comprometimentos ideológicos de qualquer natureza, a RCB propôs o “deslocamento” para temas antes ignorados pelas plataformas partidárias, a exemplo da questão cultural. As discussões derivadas de sua análise adquiriram outros contornos mais complexos e sutis; um conjunto de novos mecanismos foi criado a fim de acompanhar as mudanças estruturais pelas quais a sociedade passava, orientando os públicos para um novo vocabulário que se cunhava na simbiose entre cultura e política no pós-64.

A produção e a circulação da RCB entre março de 1965 e dezembro de 1968 representou na memória de seus idealizadores a realização de um projeto sem precedentes no mercado editorial e, mais ainda, no setor de revistas culturais. Ênio

²⁸⁶ Id. Ibid.

Silveira, anos mais tarde, recordaria tal importância ao dizer que o marco refulgente da editora

foi a edição da *Revista Civilização Brasileira*, [...] sendo interrompida com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (que equivaliu à cristalização da ditadura). [...] Considerada nos meios culturais e universitários do Brasil e do mundo inteiro como um padrão de dignidade da *intelligentsia* brasileira diante das forças do obscurantismo, essa publicação, em suas duas fases, constitui um dos maiores galardões de minha carreira e marcará para todo o sempre a presença da editora na história cultural do país. Um grupo corajoso e abnegado de intelectuais dignos desse nome e de sua missão social em ajudar a conquistá-lo.²⁸⁷

A ênfase de Ênio ao confirmar as “duas fases” da revista evidenciam um outro problema inerente à análise das tensões vividas pelas esquerdas culturais durante a década de 1960. Inúmeros debates que foram propostos a partir da segunda metade da década de 1970, estiveram embasados em princípios mais ou menos coincidentes, no que tangia a análise das forças políticas e ideológicas que atuaram na sociedade brasileira na década anterior. Entre esses princípios estava o conceito de populismo²⁸⁸.

O populismo consistiu numa forma de análise bastante condizente com a renovação política, social e cultural da sociedade em fins da década de 1970, com a

²⁸⁷ SILVEIRA, E. *Arquiteto de liberdades*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998, p. 165. Organização, seleção e notas de Moacyr Felix.

²⁸⁸ Sobretudo, IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; TOLEDO, C. N. de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977; WEFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; MOTA, C. G. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978; FRANCO, M. S. C. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena (org.). *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1985. Entre os trabalhos mais recentes, destaca-se FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

abertura, a anistia e com a emergência dos chamados novos movimentos sociais. Destes estudos, um deles chama a atenção, devido à menção que fez da RCB, caracterizada como um momento importante do processo de esquerdização da sociedade pelos intelectuais. Publicado em 1977, *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota, consistiu num trabalho de grande fôlego e ainda hoje seu texto é uma referência obrigatória quando se trata de considerar a história e a formação da intelectualidade brasileira entre os anos de 1933 e 1974. Quanto à posição do autor em relação ao populismo e às questões correlatas a essa abordagem, Guilherme Mota, de forma sutil, empresta de Mário de Andrade uma epígrafe que, lançada no preâmbulo do seu trabalho, fundamentou histórica e socialmente a sua compreensão: “o meu passado não é mais meu companheiro; eu desconfio do meu passado”. É, pois, a partir desse posicionamento que Guilherme Mota procurou buscar (e revisar) as origens ideológicas da cultura brasileira.

Nessa conjuntura de revisão do passado recente Carlos Guilherme Mota toma a RCB como objeto de sua análise, muito embora ele a descreva inicialmente como “um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XX”²⁸⁹. Segundo o autor, a RCB realizava um trabalho de publicação com propósitos herdados da “era populista” e

houve, não obstante, alguma radicalização na trajetória da revista. Cumpre avaliá-la, através de algumas produções significativas, por se tratar de uma das publicações “cultas” de maior

²⁸⁹ MOTA, op. cit., p. 205.

difusão na história desse tipo de imprensa periódica. Fruto de uma era populista, modificou paulatinamente sua orientação até seu fechamento, em 1968, por volta do AI-5.²⁹⁰

Embora “fruto de uma era populista”, a RCB ainda assim conseguiu constituir um espaço de reflexão crítica da realidade brasileira, a ponto de tornar-se “um dos marcos fundamentais da história da cultura e do pensamento progressista no Brasil”. Esse processo, identificado na forma de uma mudança paulatina da revista, acusada por Carlos Guilherme como dois momentos distintos, na qual pode ser reconhecida uma modificação temática. Segundo o autor, essas etapas distinguem-se por,

um, definido pelos compromissos com as linhas de pensamento (progressista) vigentes no período anterior, cobrindo, *grosso modo*, os anos 1965 e 1966; o segundo, onde se percebe a emergência de novas linhas de diagnósticos, encaminhando-se para revisões radicais (inclusive criticando-se participantes do primeiro momento), perscrutando novas frentes de reflexão e afinando um novo instrumental de análise. Sobre esse segundo momento os anos de 1967 e 1968, até o fechamento da revista.²⁹¹ (MOTA, 1978, p. 205-206).

A divisão sugerida por Carlos Guilherme Mota, justificada por ele através da reformulação do grupo de colaboradores entre 1966 e 1967, foi questionada ainda em 1977, quando da publicação do seu livro. Moacyr Felix, que havia sido um dos responsáveis pela edição da RCB, numa longa entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*, comentava que se havia uma diferenciação no grupo de colaboradores, não decorria do

²⁹⁰ Id. Ibid.

²⁹¹ Id. Ibid, p. 205-206.

fato do segundo grupo estar imbuído de um radicalismo que o primeiro não possuía. Segundo Felix, tal modificação dos planos editoriais se deu em função das próprias circunstâncias do debate, do contexto social que favoreceu o acolhimento de sociólogos, economistas, historiadores e filósofos paulistas; até porque o meio acadêmico via-se envolvido neste momento nas discussões políticas com maior intensidade e visibilidade, propiciadas, sobretudo pela participação estudantil no movimento de resistência contra a ditadura do governo Costa e Silva²⁹².

Para Felix, o argumento das duas fases da RCB não explicava o sentido das mudanças sofridas pelo conselho editorial que, a partir de 1966, por exemplo, começou a se aproximar da intelectualidade paulista. Ora, a inserção de novos colaboradores na revista foi um sintoma de uma nova fase editorial, esse fato deveria levar em consideração a iniciativa do próprio Moacyr Felix de ter convidado o sociólogo Octávio Ianni para fazer parte do conselho editorial da RCB, ainda em 1965. Pode-se mencionar a participação destes intelectuais na elaboração de uma nova proposta temática a partir de 1966. Contudo, essa questão não foi inerente a um grupo específico em torno na RCB que decidiu pela mudança de rumos ideológicos, no sentido de uma “radicalização”. A radicalização, se houve, não foi da revista, mas do próprio mercado editorial, do imaginário esquerdista e das resistências culturais que o alimentavam.

Vale lembrar que os nomes publicados no conselho de redação em março de 1965 foram mantidos até o número 7 da revista, quando, enfim, a lista de nomes deixa de ser regularmente publicada. A partir desse momento, Manuel Cavalcanti Proença é

²⁹² FELIX, op. cit., p. 10-13.

nomeado o diretor responsável no lugar de Ênio Silveira e Moacyr Felix assume a secretaria no lugar de Roland Corbisier. Essa mudança, de forma alguma representa um radicalismo dos editores RCB, mas apenas uma medida de proteção judicial, pois o Superior Tribunal Militar (STM) havia indiciado Ênio em três IPM's (o do ISEB, da Imprensa Comunista e o da Civilização Brasileira) e Corbisier no IPM do ISEB.

Com o falecimento de Manuel Cavalcanti Proença, no segundo semestre de 1966, Moacyr Felix presidiu a revista e o teatrólogo Dias Gomes assumiu a secretaria da RCB no número duplo 9/10, de set/dez. de 1966. Assim como as edições anteriores, o conselho de redação é omitido em todas as edições posteriores até o número 22, em dezembro de 1968. Entretanto, o que os documentos têm demonstrado, é que essa omissão não foi resultado necessário da reformulação do conselho ou mesmo do formato da revista. A “segunda fase” da RCB foi representada muito mais pelas condições adversas derivadas do recrudescimento do regime militar que a guinada em direção a um “pensamento radical” dos seus colaboradores. Ora, deve ser levado em consideração que muitas investigações militares colocavam sob suspeita muitos dos colaboradores da revista. Ou seja, a omissão dos nomes dos conselheiros foi a forma não somente de “retirar de cena” aqueles indiciados em IPM's, como de estruturar a revista a partir de “uma linha independente”. Muito embora o conselho não funcionasse na prática – não se reunia e nem decidia pela forma e conteúdo da revista – ele existia para preservar uma identidade RCB e as *formações culturais* próprias de um contexto de renovação das esquerdas em torno do engajamento cultural na década de 1960.

Logo, a mudança não reflete simplesmente uma radicalização da RCB, como afirma Mota. Ainda que esta seja uma explicação mais cômoda, foram inúmeros os fatores que, em conjunto, imprimiram novos rumos à publicação. É necessário considerar também que o público da revista, do seu primeiro exemplar até o número 13, havia mudado significativamente; o público universitário passou a ser um dos públicos alvos da RCB, tanto como objeto de estudos quanto seu público leitor/consumidor. Isso ficou evidente na maneira como se diferenciam os prefácios do primeiro e do décimo terceiro números:

sabemos que nenhuma interpretação de mundo é válida se não tomar em conta, e como ponto de partida, os dados das realidades fundamentais que a existencializam e dentro dos quais ela se situa como liberdade e ação. Sabemos também que não é fácil definir essas realidades fundamentais: entre elas, sempre em movimento, e nós, ergue-se a alienante teia de esquemas feitos, das “verdades” estabelecidas, dos preconceitos, do cotidiano enevoado em toda a sua mítica espessura pela irracionalidade dos imediatismos e das mistificações, reflexivamente resultantes de uma vasta série de condicionamentos.²⁹³

Se se deve ser considerada a mudança pela qual passou a RCB no número 13 – momento no qual Carlos Guilherme Mota reconhece diferentes posições expressas no “radicalismo” da revista. Tal mudança deve ser apreciada no interior do processo de transformações sociais daquele período, sobretudo com a emergência do movimento estudantil nos grandes centros urbanos e também na formação contínua de um público

²⁹³ DOIS ANOS de RCB. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 13, maio de 1967, p. 03-04.

para a revista. Justamente essas duas condições não são cogitadas por Carlos Guilherme Mota em *Ideologia da cultura brasileira*, ao abordar a questão da “radicalização” da revista.

Em geral, as pesquisas posteriores – que ou tomam a RCB como objeto de análise ou a mencionam como importante instrumento politicamente aglutinador do PCB (que não foi) – emprestam o argumento de Carlos Guilherme Mota e assumem a perspectiva das “fases” da revista por ele formulada. Inserida no contexto do mercado de bens culturais, a RCB constituiu-se num produto de grande circulação em circuitos culturais específicos durante a década de 1960; daí que qualquer transformação editorial deriva mais diretamente do processo de recepção do público leitor, que apenas das decisões *ideológicas* de seus colaboradores.

Um dos primeiros autores a reconsiderar este problema, à luz dos nacionalismos carioca e paulista, foi Daniel Pécaut, ao discernir a formação de dois pólos de debate intelectual naquele momento: os terceiros-mundistas da RCB e os nacionalistas críticos de São Paulo. A participação, segundo ele,

do pólo paulista nos debates nacionais da esquerda é um fenômeno novo em muitos aspectos. Notamos o isolamento soberbo da revista *Anbemi*, fiel ao antigetulismo e desdenhosa em relação ao nacional-populismo nos moldes do de Goulart. É verdade que os sociólogos paulistas colaboram na *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr., mas dois anos após a interrupção de *Anbemi* é a vez da *Revista Brasiliense* desaparecer. A participação dos sociólogos paulistas na *Revista Civilização Brasileira* deve-se em parte à falta de grandes revistas paulistanas, mas traduz

também uma mudança de atitudes por parte da intelectualidade paulista e a transformação da esquerda intelectual após 1964.²⁹⁴

Embora Pécaut não considere efetivamente o mercado de bens culturais como fator determinante no processo de mudanças de edição, publicação e mesmo venda da revista, ele levanta outro problema oriundo da esfera restrita de organização dos intelectuais paulistas, sobretudo, com o fechamento dos espaços de debate como eram as revistas *Anhembi* e *Brasiliense*. A questão que parece existir nas entrelinhas desse processo de adequação dos intelectuais paulistas ao núcleo de produção carioca é a representação pública de suas obras e de suas análises. Noutras palavras, o debate entre cariocas e paulistas, segundo Pécaut, só possuía valor ou determinava o interesse de seus leitores na medida em que a disputa fosse posta a partir da noção de um interesse público. Ora, se as revistas paulistas, depois de terem suas edições encerradas e não conseguirem mais articular seus leitores em torno de novas discussões, o fechamento de suas redações não afetou o interesse de seu público que, segundo Pécaut, era restrito a um grupo específico. Logo, esse fato não produziu impacto na opinião pública, nem tampouco fomentou algum tipo de resistência.

Daí a afirmação de Pécaut, que isso se traduziu numa mudança de atitudes por parte da intelectualidade paulista. Ou seja, para a legitimação do debate e fortalecimento social da figura do intelectual, foi preciso ter um espaço que articulasse e representasse os interesses públicos dos produtores de cultura. Essa condição possibilitou aos grupos de intelectuais e artistas a “relativa liberdade” de que tanto se falava, entre os anos de

²⁹⁴ PÉCAUT, op. cit., p. 211-212.

1964 e 1968. Essa primeira fase da ditadura militar, concebida por alguns autores como um período de menor repressão e ironicamente denominada de “ditabranda” consagrou-se por meio de uma bibliografia específica como um momento no qual, apesar das restrições políticas, a liberdade (ainda que relativa) era preservada²⁹⁵. Mas esse relativismo, entretanto, levou a conclusões precipitadas sobre os eventos que determinaram esse fato: a relativa liberdade entre 1964 e 1967 não foi um atributo concedido exclusivamente pelos governos militares vigentes nesse período, mas foi ela mesma construída e mantida pela atividade cultural permanente de núcleos de intelectuais e artísticos, por meio de revistas, jornais, teatro, entre outros, produzindo condições materiais para a formação de uma hegemonia cultural de esquerda e para a expressão das liberdades individuais.

De qualquer modo, essa apreensão se tem um caráter didático e da mesma forma superficial, auxilia a compreensão e serve de argumento para justificar as mudanças observadas na RCB, sobretudo no que tange à mudança dos conselhos, diretores e de redação, assim como da alteração das temáticas e as formas de abordagem. Mas isso não implica necessariamente dividir a RCB em “fases”, considerando tão unicamente a sua mudança editorial, nem sequer propor essa mesma divisão na valorização dos aspectos estruturais que, como “reflexos”, determinaram sua identidade até dezembro de 1968. É fato, por exemplo, que a revista não sofreu a intervenção dos órgãos censórios do governo de Castelo Branco ou Costa e Silva, mas muito de seus colaboradores foram inquiridos em inúmeras investigações policiais-

²⁹⁵ GASPARI, H. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

militares. Mais que a “relativa liberdade”, a falta dela pode ter determinado de forma mais contundente qualquer transformação. Aliás, com isso enriquecemos o argumento e problematizamos os núcleos intelectuais envolvidos no projeto da RCB, pois como é possível, por exemplo, ter havido controle sobre os colaboradores, mas não sobre o veículo que os permitia exprimirem suas idéias?

Uma das maneiras de se entender esse paradoxo é que entre os anos de 1964 e 1967, quando se deu a edição dos atos institucionais I, II, III e IV, além da promulgação da constituição militar em março de 1967, há designações legais que compreendem essa questão, entre as quais a própria constituição descrevia no seu capítulo IV (*dos direitos e garantias individuais*), parágrafo 8º: “a publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe”. Essa descrição, pelo seu aspecto legal, com base na ideologia da segurança nacional, demonstra que a perseguição se houvesse, não seria realizada sobre o veículo promotor da subversão, mas sobre seus agentes – já que, em tese, o setor editorial não sofreria com a censura prévia. No que tange à RCB, como vimos, ela não concentrava apenas colaboradores vinculados ao PCB ou que militavam na esquerda. Seu ecumenismo intelectual, sempre reivindicado pelos editoriais ou notas da direção, impedia que o periódico fosse unilateralmente classificado como um veículo mantido por grupos comunistas.

O mesmo se aplica, por exemplo, a Ênio Silveira que foi processado e preso, mas isso não resultou que sua empresa, a editora Civilização Brasileira fosse proibida

pela repressão. Havia, por outro lado, medidas tomadas por órgãos de governo militar que impediam, por exemplo, que agências bancárias públicas efetuassem empréstimos ao editor, a fim de saldar dívidas ou investir em novas edições. Da mesma maneira também existia uma pressão aos representantes da editora e livreiros que revendiam os títulos publicados por ela, por ser tratar de uma empresa de propriedade de um comunista. Ênio Silveira lembrava que

a editora sofreu não apenas a violência de dois atentados a bomba, um dos quais fez com que ela perdesse sua sede e sua livraria, que era a maior do Rio de Janeiro, na rua Sete de Setembro, mas foi alvo de uma sistemática campanha de descrédito e de intimidação que se voltava *não tanto contra ela*, mas sobretudo contra os livreiros, aos quais se dizia: “se vocês trabalharem com os livros da Civilização Brasileira, que é uma empresa comunista, vocês correm risco”. Isso afetou enormemente o mercado. Várias empresas, sobretudo pequenas livrarias, tiveram medo de trabalhar com os nossos livros. Além disso, em decorrência da minha cassação fomos proibidos de operar com o Banco do Brasil. [...] Ora, se nós estávamos proibidos de operar com ele, isso nos fechava muitas portas.²⁹⁶ (SILVEIRA, 1998, p. 46-47).

Desse modo, as mudanças que ocorreram nas edições foram resultantes de vários fatores. Ou seja, não foram os dispositivos militares, a mudança dos conselhos editoriais, a mudança temática com a inclusão de colaboradores paulistas na RCB que influíram individualmente no padrão da revista, mas estes e outros fatores que atuaram em conjunto e forçaram inúmeras mudanças que puderam ser constatadas de diversas formas. Ainda que se suponha que a primeira fase terminou com a publicação do

²⁹⁶ SILVEIRA, E. 1998. Op. cit., p. 46-47.

número 5-6, no qual foram suprimidos nomes que compõem o conselho editorial da revista, as questões alimentadas pela “fase” anterior fizeram-se presentes na continuidade do projeto. Essa continuidade esteve expressa na nota redigida pela direção, que a partir deste número era de responsabilidade de M. Cavalcanti Proença e Moacyr Felix que, além de acusar a tiragem de 20 mil exemplares a partir do número dois da revista, afirmava que

apesar de tudo, tanto dos problemas iminentes como dos circunstanciais, aqui estamos de novo em contato com os nossos leitores. [...] Lamentamos a quebra da periodicidade, mas esclarecemos que o atraso na publicação deste número, que se deve à soma de circunstâncias políticas que têm mantido em sobressalto a Nação e nos obrigam a diversas modificações estruturais e administrativas, não significa qualquer alteração em nossa linha de conduta. Continuaremos independentes, como sempre fiéis ao nosso propósito inicial.²⁹⁷

A mudança expressa em forma de alterações pontuais das edições da RCB é, na realidade, sentida em toda a extensão das atividades editoriais da Civilização Brasileira na segunda metade da década de 1960. E muito embora esta nota de redação publicada no volume 5-6 remetesse às ações repressoras do governo militar, ela representava, no contexto mais amplo de produção da editora, uma “solução formal”²⁹⁸ do projeto editorial originalmente proposto. Isto é, as modificações visíveis na RCB foram resultados de um processo mais amplo de mudanças na dinâmica de produção da própria editora, no sentido de manter sua identidade (senão editorial, ao menos

²⁹⁷ DUAS..., 1967, p. 03.

²⁹⁸ SCHWARZ, op. cit. p.78-80.

ideológica) crítica e não-sectária para, enfim, reafirmar sua autonomia intelectual frente à pressão do PCB e da coerção do regime militar.

Dessa forma, o nacionalismo de esquerda presente nas páginas da RCB, sobretudo entre os números 01 e 5-6, começava a dar vazão às discussões que reconsiderassem tal projeto à luz dos novos eventos, não simplesmente negá-lo como etapa superada no processo de construção da identidade nacional. Essa nova mentalidade, nutrida pelo velho imaginário em torno da Frente Única organizada pelas esquerdas, considerava tanto a reavaliação dos postulados sobre os quais se assentava a intelectualidade brasileira, quanto a diversificação temática das publicações, bem como das discussões fomentadas pelas publicações da editora Civilização Brasileira. Essa diversificação, somada à reformulação das edições na tentativa de acompanhar a renovação do público e do mercado foi sentida em todos os níveis de produção da editora.

Um sintoma evidente foi o lançamento de outro periódico capitaneado por Ênio Silveira: a revista *Paz e Terra*. Esta surgiu com um propósito bastante específico e procurava atender um público que não se via devidamente contemplado na RCB. Seu primeiro número circulou em julho de 1966 (momento em que a RCB de número 8 foi publicada) e trazia, inicialmente, Waldo A. César na direção e secretariado por Moacyr Felix. Como descrevia o próprio Felix,

nós achávamos que queríamos também publicar a nossa revista, pois a RCB ficou muito marcada pelo socialismo, dentro de uma linha materialista. E as pessoas mais católicas não mandavam, e tinha uma série de católicos de esquerda, o pessoal da AP [Ação Popular] etc. [...]

Eu falei: “Ênio, vamos abrir uma revista”; fui eu que sugeri o título *Paz em Terra*, que era o título da encíclica papal, *Pacem en Terris*. Pouco depois ela ficou conhecida como *Paz e Terra*. Em seguida convidamos o Waldo, que era protestante, para justificar o nome da revista. Ele trabalhou muito pelo periódico e sempre manteve uma orientação humanista.²⁹⁹

Esse “materialismo” constatado por Felix em menção à RCB era, justamente, a percepção de que a revista havia direcionado os debates para a discussão do marxismo e das novas revisões em torno do socialismo fomentadas, sobretudo, pela configuração do comunismo no leste europeu e pela emergência das guerrilhas urbanas no Brasil. A *Paz e Terra* procurou dar voz a um outro grupo de intelectuais de orientação humanista, não necessariamente católica, ao mesmo tempo em que endossava os movimentos críticos cristãos, que propunham uma noção de resistência política que passava pela valorização da espiritualidade. Movimentos fundados no engajamento de setores do clero progressista chamaram a atenção de diversas formações culturais, que se articularam a partir desses movimentos, organizando, por sua vez, espaços de resistência política e cultural contra a ditadura.

A revista *Paz e Terra*, que mais tarde deu origem à editora homônima, auxiliou nesse primeiro momento de articulação das *formações culturais* que buscavam exercer outras formas de resistência, diferente da abordagem já formulada pela RCB, por exemplo. Esse propósito, inclusive, esteve expresso no editorial do primeiro número da *Paz e Terra*.

²⁹⁹ FELIX, Moacyr. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Rio de Janeiro, 1996.

Nenhum encontro é mais fecundo que paz e terra. Dele provém a verdadeira dimensão do diálogo e do humanismo que possibilita às criaturas fazer do universo a sua morada. [...] A terra não é mais o isolamento, o fim de suas buscas e pesquisas, e sim o lugar onde o homem se afirma, transformando o mundo, acelerando a história, colocando a seu serviço todas as forças disponíveis. [...] Com plena consciência, o homem assume o seu papel de protagonista da história. Neste mundo um objetivo nos une: a confiança nesse homem. Não num homem qualquer, mas nesse homem concreto e situado, pois o nosso ponto de partida é antropológico. [...] Esse homem vive um processo de libertação. Libertação de todas as suas alienações e contradições. Busca permanente de mais ser. Busca permanente de mais paz. A paz no mundo. Paz que una os homens num ecumenismo cujos limites se confundem com a humanidade toda. [...] Paz e Terra é o campo onde os humanismos, as igrejas e os diálogos dos homens de boa-vontade superam as diferenças de estrutura e de instituição, raça e credo, cultura e partido, para se encontrarem no reconhecimento da necessidade de defender e promover os valores que se ligam à dignidade e à grandeza da vocação do homem.³⁰⁰

A partir de então, a revista *Paz e Terra* demarcou um campo específico de problemas e, da mesma forma, constituiu e aprofundou laços com seu público leitor. Sua orientação humanista deu à publicação um novo impulso às *formações culturais* que, de alguma forma, mantinham relações com setores da igreja católica e que procuravam também fazer resistência ao regime militar que, cada vez mais, através das edições de atos institucionais, revelava-se ditatorial.

Sua consolidação entre as esquerdas, setores do clero e o mercado de edições foi subitamente reconhecida. Em pouco tempo a revista, como espaço aglutinador de

³⁰⁰ APRESENTAÇÃO. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro, julho de 1966, nº 01, p. 01-02.

resistências, fomentou e acolheu a participação de intelectuais que em torno e a partir dela auxiliaram na criação de um projeto ecumênico de resistência. Sua representatividade, inclusive, impulsionou a proposição de um novo selo editorial a partir de 1968 que, como descreve Laurence Hallewell, se destinava a exprimir o *rapprochement* entre os progressistas religiosos de todas as igrejas cristãs, protegida por uma organização reconhecida legalmente aos olhos da justiça militar e que iniciou como selo próprio publicando 16 títulos em 1968 e 25 títulos em 1969. Uma vez que quase todas as questões sociais e políticas podiam ser encaradas pelos cristãos radicais do Brasil como merecedoras de uma abordagem ou interpretação religiosa, seu alcance foi de amplitude notável³⁰¹.

Com repercussão ainda maior, a RCB continuava sendo editada. A partir de maio de 1967, com o número 13, a revista assumiu o aspecto visual e temático que foi mantido até dezembro de 1968, quando do seu fechamento pelo AI-5. Houve uma reformulação significativa na estrutura de composição da revista como, por exemplo, as capas e o formato do sumário, no qual o “índice” substituía o “roteiro” temático que era apresentado desde os primeiros números. Essa modificação foi observada no editorial que abria o n° 13, ratificando os propósitos da revista. Segundo consta,

com este número iniciamos o terceiro ano do nosso empenho em contribuir para a formação de uma cultura autenticamente brasileira. [...] O que é importante é não esquecer que sem indagar, a qualquer preço, pela verdade das realidades, a função do intelectual perde sua capacidade criadora [...]. Tarefa crescentemente difícil, o importante é que isto é o que vimos

³⁰¹ HALLEWELL, op. cit., p.484.

tentando – com muitos tropeços, dúvidas e erros – durante esses dois anos de luta em um período que toda a Nação conhece, e durante o qual o manifesto apoio das camadas sociais mais lúcidas do nosso País foi o principal alento que tivemos. [...] Não acreditamos em cultura – sobretudo na fase de perplexidade, de indagações e de crítica que ora atravessamos – que não seja o diálogo entre tendências e opiniões divergentes [...]. Não queremos nem devemos ser uma revista culturalmente “fechada”, onde apenas um grupo ou um determinado setor da inteligência brasileira se reveza na repetição alongada de dois ou três importantes acertos que fizeram: só se fecham para as amplitudes da vida os que vão dormir ou morrer. Isto porque a nossa finalidade maior [...] é a de nos esforçarmos em ser uma publicação para todas as expressões do pensamento.³⁰²

Com esse pressuposto de dar voz a “todas as expressões do pensamento” que a RCB iniciou um processo de aprofundamento das discussões, sobretudo em torno do marxismo e do estruturalismo. Pouco antes, a revista já havia publicado, por exemplo, textos de Antonio Gramsci (nº 05-06), Adam Schaff (nº 9-10), Jean-Paul Sartre e Lucien Goldmann (nº 11-12). Processo que se intensificou com a publicação de artigos e ensaios de Ernst Fischer, Georg Lukács (nº 13), Erich Fromm, Eric Hobsbawm (nº 14), Karel Kosic (nº 15) Louis Althusser (nº 16), André Gorz (nº 17), Herbert Marcuse, Adolfo Sánchez Vázquez, Theodor Adorno (nº 18), Roger Garaudy, Maurice Duverger, Walter Benjamin (nº 19-20) e Lucien Pelessier (nº 21-22), entre tantos outros. Desse modo, a RCB se propôs a trazer novas abordagens e questões concernentes à organização do campo intelectual naquele período, bem como considerou a inexorabilidade e a emergência de um novo público que naquele momento organizava-

³⁰² DOIS anos..., op. cit.

se com força política sem precedentes: o movimento estudantil. Crescente, sobretudo no meio universitário, o movimento estudantil a partir de meados de 1967, influenciou de forma decisiva nos debates sobre os rumos da democratização no país que, por sua vez, envolvia setores da intelectualidade de esquerda.

Ocorreu, devido à participação do mercado no processo crescente do contingente de leitores e das articulações de diversos núcleos intelectuais de esquerda, uma série de discussões sobre os rumos da transformação política e ideológica da sociedade brasileira. Mesmo com a fiscalização dos órgãos policiais e de informação do governo federal, havia uma intensa circulação de novas idéias e projetos de transformação; debates sobre a sociedade de massas e de consumo, como nos textos de Ferreira Gullar nos números 5-6, 7 e 8; debates sobre o nacional-popular na cultura, em especial no teatro em textos de Paulo Francis, Dias Gomes, Luiz Carlos Maciel, Yan Michalski. Aliás, a discussão sobre teatro foi contemplada com uma edição especial de número 02 da RCB em julho de 1968, intitulado *O teatro e a realidade brasileira*.

Os debates se estenderam também à música e às artes plásticas. Discussões que envolveram a participação de músicos, compositores e possibilitaram que fossem questionados e revistos os rumos da música popular brasileira, numa série de debates e entrevistas que se seguiram do número 03 (julho de 1965) ao 09-10 (set/nov de 1966). Nas artes plásticas e no cinema as discussões também foram importantes, sobretudo quando os debates envolviam o cinema novo e as artes visuais de cunho experimentalista.

Discussões como estas continuaram abrindo novas “frentes” de debates, propiciando sempre uma abertura maior da revista para outros temas que, até então, não eram contemplados entre as *formações culturais* de esquerda. Se após 1964 as esquerdas revisam suas posições, a fim de garantir espaços e a legitimidade de representação no universo das produções culturais, a partir de 1967 outros dilemas fizeram-se presentes na organização dessas esquerdas intelectualizadas. Uma delas, já mencionada anteriormente, foi a profunda revisão pela qual o marxismo passou nas páginas da RCB. As discussões geradas a partir de ensaios e artigos de Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, fizeram com que o marxismo (e toda sua linha de interpretação mantida pelo PCB), fossem submetidas à análise, sobretudo no momento em que colaboradores do meio acadêmico e universitário contribuíram para a discussão com um vocabulário mais conceitual. Esse aspecto, por sua vez, modelou os catálogos da própria editora Civilização Brasileira, pois fez com que Ênio Silveira providenciasse a tradução d’*O Capital*, de Marx: a primeira tradução para o português e publicada pela editora em 1968. Muito embora, como escreve Luiz Renato Vieira, a

adoção do marxismo como explicação para os fenômenos econômicos, políticos e sociais no plano nacional e internacional desse o tom dos debates e de muitas das publicações da editora, não era o principal elemento unificador entre os intelectuais que ali se reuniam. Tratava-se, sobretudo, de reconhecer no “povo” a origem dos interesses mais legítimos, e que deveriam nortear a política nacional rumo à construção de uma sociedade democrática e independente.

303.

³⁰³ VIEIRA, op. cit., p. 169.

Todos estes fatores aqui mencionados, em conjunto, possibilitaram a permanência da RCB e da própria editora na cena cultural durante a década de 1960. A revista e a editora propuseram-se a discussões em torno do engajamento e do comprometimento social dos intelectuais, sobretudo, na sua vertente marxista, fomentando um conjunto de pequenas mudanças que, consideradas individualmente, podem sugerir etapas de uma “evolução” da revista ou do grupo de seus colaboradores. No entanto, essas mudanças pontuais consideradas num conjunto mais amplo de organização dos intelectuais no espaço público e assim como a construção de sua representação social no mercado de bens culturais, apontam para um quadro mais complexo no qual estas questões se encerram.

Do ponto de vista da organização, os intelectuais envolvidos no projeto editorial da RCB estiveram sempre empenhados em debater os pressupostos de sua articulação no plano da cultura. Sua legitimação dava-se proporcionalmente na afirmação da importância da figura do intelectual no espaço público, em especial, nos meios de comunicação, como um epicentro pelo qual passava em debate os projetos para transformação da sociedade brasileira.

Por outro lado, essa mesma organização, através da representação social dos intelectuais no âmbito da cultura, viu-se atrelada desde o princípio à estrutura de mercado. Essa condição possibilitou não somente coordenar o plano de produção e circulação dos produtos culturais, mas a sustentação destes produtos junto a um

público consumidor que, ao mesmo tempo, fomentava as discussões adquirindo as revistas nas bancas de jornal e na livrarias.

Daí também a importância em considerar esses dois aspectos como fatores constituintes de uma resistência cultural na vigência do regime militar: de um lado, a organização dos intelectuais que passava em revisão as bases do seu engajamento e sua vinculação direta a uma instituição partidária, no caso o PCB; de outro, a afirmação da figura do intelectual livre, independente e crítico, alentado pelo mercado que oferecia o “lugar” necessário para concretização dessa mudança. É, pois, dentro desse contexto que a RCB esteve inserida, como espaço para articulação da intelectualidade nacionalista de esquerda e também laboratório para as novas gerações de intelectuais que na década de 1970 passariam por uma nova fase de renovação.

4.3 - A diversificação dos projetos intelectuais

Além da RCB outros periódicos tiveram importância no mercado editorial organizado pela Civilização Brasileira, já que desde 1964 ampliou o setor de publicações que acolhiam diversos núcleos intelectuais. Uma dilatação do setor de revistas e jornais que não se deu, obviamente, apenas pela inserção da Civilização Brasileira no mercado das revistas culturais. A presença da revista entre as formações culturais de esquerda embora fosse importante fator de agremiação da heterogênea composição de intelectuais de oposição – o que deu a ela a legitimidade necessária para orientar

formação dessa esfera pública de debates – ela também se firmou no cenário das publicações periódicas em função de um mercado bastante diversificado que já vinha se desenvolvendo no Brasil desde o final da década de 1950.

Nesse processo de ampliação de mercado das publicações periódicas, Ênio Silveira também investiu na publicação de novos títulos, seja como editor ou diretor. E com o seu aval de reconhecido editor ou com o aval institucional da editora Civilização Brasileira, no ano de 1965 três novas publicações periódicas marcaram sua vida editorial: os jornais *Reunião* e *Folha da Semana* e a *Revista Política Externa Independente*.

Quanto ao jornal *Reunião*, este tinha um propósito simples: firmar-se como um periódico de circulação popular. Tratava-se de um pequeno tablóide convencional, impresso em papel jornal, de caráter informativo, muito semelhante aos jornais de circulação diária. Diferentemente dos diários, *Reunião* era um semanário que procurava ampliar o espaço das publicações da editora Civilização Brasileira entre o público leitor de jornais e informes. Em seu expediente ficava expressa a vinculação com a editora: “um semanário da Editora Civilização Brasileira”³⁰⁴.

Seu primeiro número circulou em 20 de outubro de 1965 e o editorial de apresentação foi assinado pelo próprio Ênio Silveira. Interessante notar que ao mesmo tempo em que Ênio colocava em circulação esse periódico, outras publicações também dirigidas por ele circulavam na tentativa de alcançar os mais diferentes públicos para a questão que em geral se tratava em seus periódicos (revistas ou jornais). No caso de *Reunião*, seu editorial descrevia:

³⁰⁴ SILVEIRA, Ênio. *Editorial*. *Reunião*. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1965, p. 02.

Suas páginas, livres e independentes, pretendem abrir para todos os leitores um ângulo de análise, um campo de debates. A notícia interpretada, o fato e as suas motivações claramente explicadas com isenção, acima de engajamentos radicais ou de posições ortodoxas. REUNIÃO será um semanário de esquerda que chamaríamos ecumênico, abrangendo todos aqueles que, dentro ou fora dos partidos, procuram modificar a presente estrutura sócio-econômica do País e muni-lo de instrumento mais adequados para a sua efetiva emancipação e o seu verdadeiro (e planejado) desenvolvimento.

Nossa política será o da frente democrática ampla e obviamente não-sectária. Nossa linguagem será a de completa independência: não respeitaremos tabus nem adoraremos vacas sagradas. [...] Seremos contra o conformismo, contra a verdade absoluta, contra as posições esquemáticas que, sob inspiração de duvidosas táticas, não conseguem jamais pôr de pé uma estratégia de interesse nacional.

Os melhores nomes do jornalismo brasileiro estão em REUNIÃO colaborando conosco para criar um clima de liberdade e de especulação criadora que, infelizmente, já não existe em plenitude na chamada grande imprensa. Foi por isso que surgimos. É para isso que trabalharemos.³⁰⁵

Entre os que participavam da elaboração do jornal estavam, além de Ênio Silveira (diretor geral), Paulo Francis (diretor responsável), Thiago de Mello (secretaria e arte), Joaquim Ignacio Cardoso (gerência) e Ana Arruda, Carlos Heitor Cony, Fernando Pessoa Ferreira (redatores). E entre os debates acolhidos pelo jornal, um teve repercussão pelo fato de trazer a questão da crise das esquerdas frente ao processo eleitoral que se desenrolava na segunda metade do ano de 1965. O artigo que deu início

³⁰⁵ Id. Ibid.

ao debate foi o de Paulo Francis intitulado *A crise das esquerdas*. Tecendo análises sobre as eleições para governador em 03 de outubro daquele ano, Francis dizia que

as esquerdas participaram da mistificação em massa de 3 de outubro quando a minoria alfabetizada do povo votou nos candidatos permitidos pelo Mal. Castelo Branco. [...] As esquerdas podem pôr na rua 2 mil gatos pingados capazes de sugerir ao eleitorado onde está o inimigo de classe. [...] Mas como força independente não existem fora dos gabinetes e de organizações mirins cuja influência maior é auto-infligida. [...] Para atingir a segunda denteção as esquerdas precisam definir uma estratégia, dizer o que são, a que vêm, o que pretendem. Se sua luta tem de ser legal, não necessitam portar-se como um PSD com idioma ideológico, descaracterizando-se no manobrismo tático. [...] Sem uma identidade própria seu marginalismo se aprofundará. Os populistas a que servem de enfeite não são adversários à altura das forças vitoriosas no 1. de abril. [...] A oportunidade é agora. As esquerdas foram abatidas pelo Golpe ao nível mínimo de participação no processo político. Seu problema está em decidir se vão reerguer-se de quatro ou de pé.³⁰⁶

A resposta imediata ao artigo de Paulo Francis foi dada por Leandro Konder já no número seguinte do *Reunião*. Ele, na ocasião, em resposta a Francis redigiu um artigo intitulado *Paulo Francis e as esquerdas*. Nele, Konder não se preocupou com a análise eleitoral como fizera Francis, mas analisou a forma pela qual este concebera o exercício das esquerdas frente ao pleito eleitoral de 1965. Dirige-se a Paulo Francis, a quem ele chama apenas de “PF”:

³⁰⁶ FRANCIS, Paulo. *A crise das esquerdas*. Reunião. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1965, p. 32

É claro que, em alguns pontos de seu artigo, PF tem razão. Mas ter razão secundária e setorialmente é uma das maneiras mais comuns de não a ter. Os cegos da fábula também tinham razão, de certo modo, quando cada um deles examinava e descrevia uma determinada parte do corpo de um elefante. PF se aproximou do multiforme elefante das esquerdas, segurou-lhe o rabo e disse: “Eis a que se reduz este pobre animal: é apenas um pedaço de corda insignificante e mal cheiroso”. [...] Nas diversas forças de esquerda – que PF trata como se constituíssem um todo orgânico, subestimando-lhes assim, as contradições internas – existem, sem dúvida, o oportunismo, o reboquismo e outras mazelas denunciadas no artigo.³⁰⁷

O *Reunião*, entretanto, teve uma vida curta, pois com o terceiro número o jornal extinguiu-se³⁰⁸. A indicação mais evidente dessa súbita interrupção é a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, com muitos dos seus redatores indiciados pelo governo ou que sofreram restrições políticas. Entre outras coisas o AI-2, o artigo 15 descrevia que “no interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, com o apoio do Conselho de Segurança Nacional, poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, à revelia da Constituição”³⁰⁹.

Outro periódico importante foi a *Folha da Semana*. O semanário ainda não foi analisado em seus pormenores e nenhuma pesquisa ainda foi feita sobre seu papel e sua atuação no pós-1964, tanto é que algumas incertezas pairam sobre sua composição. Numa entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 1996, por exemplo, Leandro Konder afirmou que este jornal “Ênio publicou num dado momento [...]. Nós tínhamos um

³⁰⁷ KONDER, Leandro. *Paulo Francis e as esquerdas*. Reunião, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1965, p. 31.

³⁰⁸ Três números: nº 01 de 20/10/1965, nº 02 de 27/10/1965, nº 03 de 03/11/1965.

³⁰⁹ Ato Institucional número 02, de 27 de outubro de 1965.

semanário aqui, depois do golpe, chamado *Folha da Semana* e Ênio me chamou para ser o editor cultural”. O jornal, segundo Konder “era do partido; e foi fechado mais tarde, estava falido. Mas felizmente teve uma morte gloriosa, pois foi golpeado pela repressão – em vez de morte por inanição”³¹⁰.

Por outro lado, José Arthur Poerner, um dos editores chefes afirma que Ênio Silveira

não teve participação direta na *Folha da Semana*, que nunca foi órgão oficial do PCB (que era a *Voz Operária*). Tampouco era reconhecida como veículo comunista pela Executiva do PCB – e, sim, como órgão da frente democrática que se procurava articular contra a ditadura. No editorial de primeira página da edição inaugural, o semanário se definiu como “desvinculado de grupos econômicos, de partidos políticos e de interesses individuais”.³¹¹

A *Folha da Semana* era um periódico próximo dos moldes do *Reunião*, pois começou como um pequeno tablóide até que mais tarde ele adquiriu o formato standard do jornais habitualmente em circulação. A diferença entre o *Folha da Semana* e o *Reunião* estava na linha ideológica de sua abordagem; era um jornal declaradamente alinhado com as teses do PCB. Seu primeiro número circulou em 02 de setembro de 1965, contendo 16 páginas; no seu editorial de apresentação propunha-se “defender as liberdades democráticas, o desenvolvimento econômico e a soberania nacional”. O diretor (cujo nome aparecia na primeira página, sob o título) era o advogado Alfredo

³¹⁰ KONDER, Leandro. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Rio de Janeiro. 25/01/1996.

³¹¹ POERNER, José Arthur. *Entrevista concedida ao autor*. Rio de Janeiro. 20/05/2008.

Tranjan. Este manteve-se como diretor no jornal até o nº 10, quando o agravamento da ditadura, com a edição do AI-2, o levou a renunciar à função.

José Arthur Poerner assumiu a direção a partir do nº 11 e ficou até o 43º, inclusive, quando se tornou o mais jovem cidadão brasileiro com direitos políticos suspensos por 10 anos. Por isto, não podia mais ser diretor de jornal, e foi substituído pelo também jornalista Anderson Campos. O semanário chegou a ser invadido por um comando de fuzileiros navais durante a gestão de Poerner e seria objeto de um IPM na Marinha. A *Folha da Semana* ainda alcançaria o nº 56, mas esta última edição não pôde circular, por determinação do então ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva.

Este periódico foi também um veículo muito importante na articulação de artistas e intelectuais a partir de 1965. Procurava ser um informativo político, mas também concedia um espaço significativo para a editoria de cultura. Na *Folha da Semana*, por exemplo, foi denunciada sistematicamente a repressão sobre os profissionais de teatro no Rio de Janeiro e São Paulo, colocada em prática, sobretudo, pelos órgãos censores do governo. Nas páginas deste periódico abriu-se um imenso debate sobre o teatro e sua capacidade aglutinadora de artistas e intelectuais para pensar um projeto de transformação da realidade brasileira. A título de exemplo, foi a mobilização promovida pelo jornal em defesa de Dias Gomes na ocasião da proibição de “O berço do herói”, em setembro de 1965. Numa das matérias, intitulada “Castelo quer impor a ditadura no Brasil” era descrito que

o terror cultural, no setor teatral, vem se acentuando a cada dia, apesar dos protestos, manifestações e apelos dos intelectuais. [...] Ultimamente foram proibidas as peças O Berço do Herói, de Dias Gomes, e Deitado em Berço Esplêndido, montagem de textos de Camões, PeroVaz de Caminha, Barão de Mauá, D. Pedro I, Napoleão Bonaparte e Cecília Meireles. Já semana passada em São Paulo, foi proibida a peça Os Inimigos, de Máximo Gorki, e em Porto Alegre, uma peça do teatrólogo francês Georges Feydeau. Vê-se nisso o propósito deliberado de calar o teatro brasileiro, destruindo economicamente as companhias que, com suas proibições, sofrem prejuízo de milhões de cruzeiros. A falência dessas companhias lançará ao desemprego centenas de atores, diretores, cantores, técnicos, eletricitas, bilheteiros, enfim, todos os homens que vivem da atividade teatral.³¹²

Além do compromisso da defesa dos interesses dos profissionais de teatro, o jornal se notabilizou pela cobertura do episódio que ficou conhecido como “Oito do Glória”. No início de novembro de 1965, por ocasião da II Conferência Extraordinária da OEA realizada no Hotel Glória, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a manifestação de um grupo de intelectuais na presença de representantes políticos de outras nações além do próprio presidente na república, Marechal Castelo Branco. Segundo o jornal descreve, ao chegar, o

marechal Castelo Branco viveu uma experiência inesperada à porta do Hotel Glória, pois ao descer do carro rodeado de batedores e policiais fora recebido por um grupo de intelectuais que de faixas em punho gritavam “viva a democracia, abaixo a ditadura”. Esses intelectuais

³¹² CASTELO quer impor ditadura no Brasil. *Folha da Semana*, Rio da Janeiro, nº 08, 21 a 27/10/1965, p. 05.

eram o embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, o jornalista Antonio Callado, o escritor Carlos Heitor Cony, o poeta Thiago de Mello e o teatrólogo Flávio Rangel.³¹³

A matéria ainda ficou sem mencionar mais três nomes que compuseram o grupo dos oito intelectuais: Joaquim Pedro de Andrade, Mario Carneiro e Glauber Rocha. Em solidariedade aos demais, Marcio Moreira Alves assumiu envolvimento no protesto e também foi detido pela polícia. Esse fato desencadeou por parte da intelectualidade carioca e paulista uma série de manifestos em favor da liberdade daqueles que protestaram em frente ao Hotel Glória. No dia seguinte à prisão, foi organizado um abaixo assinado com aproximadamente 400 assinaturas, no qual se declaravam “solidários com os intelectuais que foram presos e agredidos por expressarem pacificamente, ante à Conferência da OEA, o seu amor à Democracia, à Liberdade e aos Direitos Fundamentais do Homem, e protestaram contra essa violação do direito de livre expressão do pensamento”.³¹⁴

Um outro desdobramento importante desse fato, também noticiado em detalhes pela *Folha da Semana*, foi a formalização da Comissão Nacional de Defesa da Cultura, instituída em assembléia no Teatro de Arena da Guanabara em 29/11/1965. O grupo que compôs os trabalhos da mesa era formado por Otto Maria Carpeaux, Tônia Carreiro, Augusto Boal, Norma Benguel, Haiti Moussatché, Paulo Autran, Rosita Tomás Lopes, Fernanda Montenegro, Odete Lara e Edu Lobo. Entre os presentes estavam ainda o Frei Secondi, da Ordem dos Dominicanos, os jornalistas Edmundo

³¹³ 400 intelectuais pela liberdade dos que protestaram ante a OEA, Rio de Janeiro, *Folha da Semana*, nº 13, 25/10/1965 a 01/11/1965, p. 08.

³¹⁴ Id. Ibid.

Moniz e Hermano Alves, os diretores de cinema Ruy Guerra, Gianni Ratto, o compositor Carlos Lyra, o teatrólogo Dias Gomes, os atores Fauzi Arapi, Fernando Tôrres, Vera Gertel, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo José, Delorges Caminha, o pintor Carlos Scliar, o escritor Roberto Freire, os jornalistas Jânio de Freitas, Sérgio Cabral, Teresa Cesário Alvim, Zuenir Ventura, Ferreira Gullar, Arthur José Poerner, entre outros³¹⁵. Entre as propostas dessa Comissão estava criar um órgão de defesa das liberdades individuais e de expressão. Como um órgão de pressão que demonstrava oficialmente que os intelectuais dispunham que algum tipo de articulação política – articulação pautada no princípio de liberdade dos direitos individuais.

Um outro periódico fora lançado pela editora Civilização Brasileira em meados de 1965. Uma revista que sob a coordenação de Ênio Silveira veio suprir uma necessidade latente entre aqueles intelectuais preocupados com as questões que envolviam a inserção do Brasil num contexto internacional. Tratava-se da revista *Política Externa Independente*, lançada em julho de 1965 e com periodicidade semestral. Dessa revista apenas foram publicados três números e ela se extinguiu em meados de 1966.

Ela possuía a seguinte composição: o diretor era Ênio Silveira e o secretário geral Jayme Azevedo Rodrigues. O conselho diretivo era composto de Antônio Houaiss, Jayme Azevedo Rodrigues, Otto Maria Carpeaux, Renato Archer, Valério Konder. E no conselho de redação constavam os nomes de Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Maria Yeda Linhares, Newton Carlos e Paulo Francis.

³¹⁵ INTELECTUAIS unem-se para defender a cultura. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, nº 14, 02 a 08/12/1965, p. 08.

A linha editorial da *Política Externa Independente* estava estreitamente ligada às discussões colocadas no plano de uma nova política externa do Brasil desde 1961, quando Jânio Quadros era presidente da república. Em resumo, a política externa independente elaborada desde então visava a participação do Brasil num contexto de afirmação das garantias regionais de natureza financeira, econômica, política e cultural sem a intervenção direta de países dirigentes dos chamados blocos econômicos, o capitalista e o socialista. Tratava-se, noutras palavras, de se consolidar uma política de autonomia decisória, sobretudo dos países subdesenvolvidos em relação ao novo quadro política que se apresentava no contexto internacional no início da década de 1960. Não somente pela divisão geopolítica em dois blocos econômicos, mas por surgirem no interior desses blocos tensões e conflitos que abriam novas possibilidades de acordos e relações bilaterais no plano internacional. Inclusive, a RCB nº 01, na sua seção *Política internacional* publicou dois artigos (um de Otto Maria Carpeaux e outro de Jayme Azevedo Rodrigues) sobre a questão da política externa independente, já preparando a discussão que seria aprofundada na revista *Política Externa Independente*, publicada pouco mais tarde.

Em andamento já se encontrava uma quarta publicação da Civilização Brasileira, mas que foi se concretizar apenas no ano de 1966. A revista *Paz e Terra* foi concebida também com objetivos delimitados e de congregar um público específico – assim como foram as demais publicações da editora Civilização Brasileira. A *Paz e Terra*, assim como as outras publicações coordenadas por Ênio Silveira e corroboradas pelos intelectuais ligados ao projeto editorial firmado pela Civilização Brasileira, serviram cada uma a sua

maneira, como laboratórios para o arranjo das discussões diversas e dos grupos de artistas e intelectuais tão heterogêneos em meio ao processo de consolidação de uma indústria cultural extremamente complexa. Periódicos que expressaram tanto as tensões ideológicas no interior dos circuitos culturais da década de 1960, como a inserção dos intelectuais nestes circuitos que também eram circuitos comerciais.

A Civilização Brasileira, no seu ciclo de produção mais intenso que foi de 1965 a 1968, viveu uma série de conflitos que passaram desde o processo de acolhimento dos intelectuais dispersos tanto pela repressão militar pós-1964 quanto pela onda de choque das revisões pelas quais passaram as esquerdas em toda década de 1960. E no interior desse processo de acolhimento outras questões emergiram como centrais na configuração dos debates entre as diversas formações culturais de esquerda como também possibilitaram a concretização de um temário dessas formações no ambiente de mercado. Noutras palavras, a representação e a visibilidade dos “grupos” de intelectuais – aqui representados na complexidade e heterogeneidade de suas opiniões, convicções e projetos pelo conceito de *formação cultural* – esteve vinculado a um caráter dúbio. Os intelectuais, para concretizarem um projeto coletivo e superarem a individualidade inerente ao seu trabalho, tiveram que propor – e muitas foram as tentativas – formas de articulação que, por sua vez, consolidaram-se no âmbito da cultura no momento que esta adquiria feições industriais e mercadológicas em meados da década de 1960.

Ou seja, engajamento, resistência cultural, terrorismo cultural, hegemonia cultural de esquerda, e outras categorias derivadas emergiram no espaço público na

medida em que foram se tornando visíveis a um público que dava atenção a este vocabulário ensaiado entre as formações culturais de oposição, em especial, as de esquerda. E no caso de uma editora ou de uma revista, como foram a RCB e outras tantas que surgiram e fortaleceram uma linguagem de resistência a partir da circulação intensa de material (produto) de formação política e ideológica, o aspecto comercial é ainda mais evidente. Quanto à editora Civilização Brasileira, mais que simplesmente uma editora de resistência ou de oposição, foi uma empresa que se igualou a outras empresas do ramo apenas se dedicando à preservação de uma identidade que, antes de tudo, era comercial. O símbolo da resistência foi uma aposta do seu proprietário, Ênio Silveira, em torná-lo também uma identidade reconhecível nas prateleiras do comércio de livros.

Não há, evidentemente, uma desqualificação da ação do editor e da editora em patrocinar um vocabulário e um ideário de esquerda, tendo como suporte o livro como mercadoria. Até porque, além dos títulos que tornaram a editora célebre por fazer resistência cultural ao regime militar, obras de caráter estritamente comercial eram editadas paralelamente atendendo a um mercado de entretenimento, que não requisitava como necessário o engajamento político do seu leitor.

Desse modo, é contraproducente considerar as resistências culturais inventadas no curso das produções culturais e, especificamente, na produção editorial em emergência a partir de década de 1960 fora do contexto de circulação dessas idéias de resistência, a saber, o mercado. O que se constata é que o processo de constituição de mercado consumidor de cultura, por sua vez, também reduziu essas distâncias entre os

próprios intelectuais e seus públicos. E no caso da editora Civilização Brasileira, assim como das editoras em geral,

configuram, na história da vida intelectual do Brasil da segunda metade do século XX, uma espécie de instituição-síntese, uma vez que, por um lado, estão assentadas sobre o nível de evolução técnica do setor de produção cultural e, por outro lado, refletem as condições do público consumidor de cultura, talvez de maneira mais evidente do que aquelas instituições de alguma forma vinculadas ao Estado.³¹⁶

Ênio Silveira, com sólida formação adquirida no ramo editorial, não somente tinha habilidades como livreiro, mas também como gerenciador de negócios. E desde o momento que decidiu investir no negócio, o fez de maneira agressiva tanto no aspecto do produto como da produção. Ou seja, trabalhou com hipóteses de mercado, com análise de custos, retorno da produção, além do investimento significativo em publicidade. Em suma, a Civilização Brasileira constituiu-se uma referência no mercado editorial também devido às formas de sua inserção no processo de emergência da indústria cultural no Brasil; e essa inserção se caracteriza pela visão de um editor ousado que soube investir e lidar com o leque de opções de que então dispunha para explorar a partir da edição e comercialização das obras. Como escreve Luiz Renato Vieira,

ao constituir um espaço para a divulgação de obras e autores, a editora Civilização Brasileira participa ativamente nas disputas do campo intelectual. Trabalhando dentro de um campo

³¹⁶ VIEIRA, Op, cit, p.128.

semântico já estabelecido, em linhas gerais, a editora contribui, particularmente em iniciativas como a RCB, para legitimar autores e obras enquadrados em sua perspectiva política.³¹⁷

Tal legitimação vai ao encontro da hipótese que a articulação dos intelectuais no âmbito da cultura foi favorecida pelas disputas entre eles, tornadas visíveis pelas publicações coordenadas por Ênio Silveira e postas em circulação pela editora Civilização Brasileira. O editor mesmo sempre frisou esse importante papel da editora, de trazer a público traduções da literatura estrangeira bem como apresentar novos autores nacionais que pudessem contribuir de alguma maneira com o cenário cultural brasileiro.

A construção da visibilidade individual do intelectual, sobretudo no que tange ao aspecto da produção editorial, passava pela necessária inserção de sua obra e de seu trabalho no processo de circulação de mercadorias no espaço de consumo, que se caracterizava nas “estantes repletas de marxismo”, como afirmou Roberto Schwarz. Processo este que, por sua vez, também implicava na construção de um olhar para a relevância dessas obras e temática, e não outras – construção que ficava também a cargo dos instrumentos de publicidade que destacavam determinadas obras e autores em detrimento de outros.

É, pois, nessa conjunção de fatores inerentes à produção de livros e revistas culturais que, por exemplo, inseriram-se os casos de Carlos Heitor Cony (já considerado anteriormente) e Antonio Callado, com a publicação de suas respectivas obras no ano de 1967: *Pessach, a travessia* e *Quarup*. As duas obras são significativas,

³¹⁷ Id. Ibid, p.149.

como já detalhou Renato Franco, sobretudo na forma como ambas conceberam e narraram as crises de identidades de seus protagonistas: Paulo Simões no romance *Pessach: a travessia* e Padre Nando no romance *Quarup*. No caso de Padre Nando, depois de uma série de ritos preparatórios e de iniciação ele é conduzido à construção da personagem de Levindo, guerrilheiro que juntamente com Manoel Tropeiro partem para o interior do Brasil com a intenção de promover uma revolução de cunho popular – clara menção aos intentos das Ligas Camponesas de Francisco Julião, no interior de Pernambuco.

No caso de Paulo Simões, este se encontrava no oposto de Padre Nando. Enquanto este vive o enredo quase que completamente no universo rural, Simões é a representação típica do intelectual pequeno-burguês urbano, escritor; preocupado com a sua posição no grupo literário, remói dilemas individuais que apenas se revolvem quando ele, aos moldes de Padre Nando, assume seu engajamento no ato revolucionário de pegar em armas contra a ditadura. Como descreve Franco,

esses dois romances parecem manter estreita afinidade com a atmosfera cultural e política do período e, dessa maneira, com obras não-literárias, como o filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, também de 1967. Em comum, além da questão do engajamento e da narração da origem da luta armada, um certo modo de se conceber a vida cultural como não mais provável diante tanto da modernização da própria produção cultural quanto das imposições repressivas adotadas pelos militares. O engajamento, nesses casos, apresenta alguma dose de ambigüidade: por um lado, expressa o nascimento, no campo da arte e da cultura, de viril sentimento de oposição à ditadura e, desse modo, a esperança de ajudar a dizimá-la; por outro expressa a

desconfiança dos produtores culturais em relação à modernização de suas atividades e, portanto, da viabilidade delas no futuro, o que levou a trocar a cultura pela atividade política.³¹⁸

O lançamento dos dois romances rendeu destaque também na RCB. No primeiro semestre de 1967, logo depois da posse do marechal Costa e Silva, que substituiu Castelo Branco na presidência da república, o nº 13 da RCB (publicada em maio daquele ano) trouxe um artigo de Paulo Francis no qual analisava *Pessach: a travessia*, de Cony. Francis, ao lembrar do percurso literário e ideológico do romancista, frisava que “o intelectual brasileiro assumiu uma posição de certo destaque depois de 1º de abril de 1964 [...]. Foi uma das raras forças de elite a não se dobrar ao militarismo”³¹⁹, e nesse caso, Cony era um destes intelectuais que desde cedo teve sua imagem literária associada à resistência contra o golpe militar, pois, continua Francis, “foi nesse período que Cony entra na arena com a força de um miúra”.

Paulo Francis era conhecido também pelo modo polêmico através do qual interpretava as ações das esquerdas de então. Amigo de Ênio Silveira, Francis tinha uma posição próxima dos trotskistas que, por sua vez, tinham restrições políticas e ideológicas em relação aos militantes do PCB. E um ponto observado e acentuado por Francis sobre *Pessach, a travessia* foi o modo como a individualidade do protagonista (Paulo Simões) determina a condução do enredo. Segundo Francis, uma perspicácia de Cony em traçar dessa maneira o perfil do intelectual de esquerda que vivia sob uma ditadura militar. Escrevia Francis:

³¹⁸ FRANCO, Renato. *O romance de resistência nos anos 70*. Trabalho apresentado no XXI LASA CONGRESS, Chicago, 1998. Ver também: FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance brasileiro pós-64: A Festa*. São Paulo: Edunesp, 1998.

³¹⁹ FRANCIS, Paulo. *A travessia de Cony*. RCB, 13, p. 182.

Pessach: a travessia descreve a personalidade do Intelectual de Esquerda. É um livro muito pessoal, marcado pela obsessão do autor com acontecimentos físicos [...]. A maioria [da intelectualidade de esquerda] evita o dilema de maneira menos dramática. Assina um manifesto aqui, outro acolá, vocifera contra o fascismo entre um chope e outro, faz má literatura sobre a proeza dos pobres, ou passa a descobrir virtudes sociológicas nos sambas de Zé Ketti e Chico Buarque de Hollanda. [...]. Esse mundinho frívolo e melodramático está fixado no romance de Cony. [...] Mas Cony estabelece a absoluta incompatibilidade do intelectual com as linhas mestras do sociedade brasileira, pois seu individualismo continua intransigente.³²⁰

Quanto ao enredo e ao personagem central que “descreve a personalidade do intelectual de esquerda”, há outras implicações para Francis que demonstram tais impasses e dilemas vividos por este intelectual. Continua Francis:

Diante da solução revolucionária que lhe é proposta [...] o protagonista manifesta um tédio cético, fundado não só em razões de temperamento como na descrença da viabilidade dos esquemas em ação da esquerda local. O protagonista de *Pessach: a travessia* entra na guerrilha. Em momento algum abdica da dúvida crítica dos líderes do movimento ou do resultado deste. Mas ganha vida nova, individualmente. [...] Não é um ideólogo, capaz de crer em canaãs. Basta-lhe o sentimento de revolta. Falava em termos gerais, que Cony converte numa opção pessoal, sem ilusões ou messianismo de qualquer espécie. É nesse paradoxo que se sustenta o romance. [...] O autor usou o *ethos* da esquerda como metáfora do subdesenvolvimento, da nossa insatisfação cultural, que se estende à individualidade de cada um.³²¹

³²⁰ Id. Ibid, p. 180-181.

³²¹ Id. Ibid.

A leitura que Paulo Francis fez de *Pessach: a travessia* é interessante de ser observada do ponto de visto dos conflitos intelectuais existentes entre as *formações culturais* de esquerda. Muito embora Francis não fosse militante, sua fala revela o modo pelo qual se davam as tensões, as disputas que ao mesmo tempo configuram o campo de influência dos grupos ou mesmo dos indivíduos. E no caso de Cony, o peso da individualidade é ainda mais evidente, pois ela remete ao mesmo tempo às caracterizações do seu personagem Paulo Simões, assim como à sua escrita consagrada pela reivindicação da independência, da autonomia do indivíduo frente às ideologias em jogo no interior dos grupos políticos.

O avesso dessa perspectiva, também realçada nas páginas da RCB, foi a publicação de um artigo de Ferreira Gullar intitulado *Quarup ou ensaio da deseducação para brasileiro virar gente*. Embora a perspectiva de Callado e mesmo da leitura de Gullar nesse artigo evoquem a “concretude dos fatos” pelo peso de seu realismo – que de alguma forma também é reivindicado no romance de Cony por Francis – há uma disputa entre falas no sentido de revelar as condições e problemas enfrentados pela intelectualidade que, direta ou indiretamente esteve engajada e comprometida com as mudanças da realidade brasileira na década de 1960. É, pois, nesse sentido, que Gullar afirmava no seu artigo que *Quarup* era uma “obra de tão ampla significação que abordá-la como estilo ou gênero é apenas roçar-lhe a superfície”³²².

O artigo de Gullar ao resenhar *Quarup*, diferente das posições tomadas por Francis ao falar de *Pessach: a travessia*, procura dar voz à pesquisa que Callado desenrola

³²² GULLAR, Ferreira. *Quarup ou o ensaio de deseducação para brasileiro virar gente*. RCB nº 15, p.251.

em seu romance sobre as faces do engajamento político num processo que o próprio Gullar denominou no seu artigo de desalienação do homem ou “reintegração do intelectual brasileiro”, na busca de uma centralidade. Aliás, essa é a tese primordial sustentada por Gullar na apreciação do romance de Callado: padre Nando representaria o percurso da intelectualidade em busca da centralidade – perdida pelas disputas políticas ou pela repressão militar – necessária para a constituição de um projeto de identidade para a nação brasileira. Segundo Gullar,

Pode-se discutir se o único caminho da reintegração do intelectual brasileiro é o seguido finalmente pelo padre Nando e mesmo se a melhor maneira de lutar contra a opressão é essa a que ele adere. O fundamental é a afirmação, implícita no romance, de que é preciso “deseducar-se”, livrar-se das concepções idealistas, alheias à realidade nacional, para poder encontrar-se. Os personagens deste livro são pessoas, com seus sonhos, suas frustrações, sua necessidade de realização pessoal. Mas, dentro do mundo que o romance define, a realização deságua no coletivo. Não se trata de apagar-se na massa, mas de entender que o seu destino está ligado a ela, de encontrar um “centro”.³²³

Outro ponto a ser observado nessa passagem do artigo de Gullar é o modo como ele concebe a “necessidade de realização pessoal”, isto é, a individualidade do sujeito que se volta para busca coletiva das transformações. Esse problema, caro aos artistas e intelectuais que se viam em conflito no momento de sua inserção comercial num mercado de bens culturais, sobretudo pelo aspecto do engajamento e da construção de um imaginário de resistência fomentada pelo consumo do ideário de

³²³ Id., Ibid, p. 256.

esquerda, aparece também na análise de Gullar sobre o romance de Callado. Mas um dilema que se resolve na medida em que esses problemas são entendidos como momentos de uma transição que aponta para uma nova configuração da realidade nacional. Já que o romance, segundo Gullar, evoca o abandono das ilusões e apela para a proposição do realismo e a concretude dos fatos (concretude diversa da reivindicada por Francis), essa mesma concretude dará os rumos e o sentido para se obter ou pelo menos esboçar a centralidade que Callado reivindica. Conforme Gullar,

Quarup é um romance realista. Certamente de um realismo novo, que decorre do propósito de Callado de traçar um painel da realidade nacional a partir do “centro” do país e não de sua periferia industrializada. Romance realista porque a ação dos personagens se desenvolve num quadro social e histórico objetivo e se modifica em função dos fatores concretos. Não se trata, porém, de um realismo que apenas constate a vida *como ela é* mas que, como queria Checov, indaga a vida *como ela deve ser*. E indaga no quadro específico da realidade cultural brasileira. Eis por que este é, sem dúvida, um romance brasileiro, uma criação autônoma de nossa cultura – fruto legítimo do secular processo antropofágico de nossa formação.³²⁴

As duas leituras, tomadas no contexto específico em que foram produzidas em confrontadas revelam ao mesmo tempo a definição que foi a RCB nesse laboratório de debates sobre as perspectivas da realidade nacional e a gestação de novos entendimentos que serviriam de orientação para as gerações seguintes de autores, críticos, e intelectuais em geral. Estes “ensaios” promovidos no interior da revista, de certa maneira, também auxiliaram na consolidação de um público que se confrontava

³²⁴ Id., Ibid, p. 257-258.

com novos problemas culturais a medida que o regime militar recrudescia a repressão e a indústria cultural sofisticava e diversificava a circulação de seus produtos.

A inserção de novos temas, a criação de novos embates e visibilidade pública das disputas intelectuais cada vez mais se intensificou e deixou o isolamento dos grupos e das formações culturais que os geravam. Isto significa dizer, por exemplo, nas palavras de Luiz Renato Vieira,

que o artista, o escritor e o intelectual brasileiro de diversas áreas têm no público em geral um amplo espaço de consagração não incompatível com suas pretensões de vinculação às formas mais “elevadas” de cultura, desde que seja capaz de convertê-las em objeto de consumo digerível pelas camadas sociais menos intelectualizadas. De resto, esse desenvolvimento de uma nova linguagem, adequada aos meios que surgem, apresenta-se como imperativo do próprio processo do já referido crescimento de um mercado cultural de massa.³²⁵

Nesse sentido, é importante observar que ambigüidade, já referida anteriormente como uma hipótese para se compreender essa mesma inserção dos intelectuais no mercado, está presente nas obras produzidas por eles, nas suas memórias, nos seus depoimentos, nos registros autobiográficos. E essa dubiedade é representada não somente pelas impressões de cada um dos intelectuais no momento dessa inserção, mas também como essa memória e essas impressões constituirão o *ethos* de uma época e uma *weltanschauung* daquelas experiências – fatores que, por exemplo, serão

³²⁵ VIEIRA, op. cit. p. 137.

fundamentais para a formação de um mercado editorial na década de 1970 sobre a memória de ex-militantes.³²⁶

Memória que, de certo modo, constituiu muitas narrativas sobre outros eventos importantes, como foi o caso do movimento estudantil. Um fato marcou um longo processo de resistência estudantil que já vinha lentamente se organizando desde o advento do golpe militar em 1964. A morte do estudante Edson Luis em 28 de março de 1968, durante uma invasão policial no restaurante estudantil Calabouço (Rio de Janeiro), constituiu na eclosão de uma resistência ao regime militar. As rebeliões estudantis foram também analisadas na RCB e no seu número 19-20 ela trouxe um conjunto de artigos sobre a situação das rebeliões no Brasil e no exterior.

Este número, que circulou entre maio e agosto de 1968, ou seja, depois dos acontecimentos de maio de 1968, na França, teve vinte e quatro artigos dos quais doze eram de análise sobre as rebeliões estudantis. No entanto, pouco antes, em setembro de 1967 Leandro Konder publicara um artigo sobre as questões dos intelectuais e a juventude que antecipava um balanço dos acontecimentos que se concretizariam alguns meses depois. O artigo intitulado *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*, publicado na RCB de número 15 iniciava com uma constatação direta, ainda que óbvia para aquela geração:

Hoje em dia se reconhece, em geral, que a produção artística significativa de nosso século se fez em oposição à sociedade. [...] São cada vez mais raros e mais inexpressivos os apologistas

³²⁶ SILVA, Mario Augusto Medeiros da. *Prelúdios e noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Dissertação de mestrado em sociologia. IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

do *status quo*. O mal-estar e o espírito de negação se acham generalizados. E, mais do que em qualquer época [...], a cultura vive atualmente sob o signo da rebeldia.³²⁷

O que chama atenção no artigo de Konder é o modo como ele procurou dar conta das dimensões políticas da rebeldia e da ação revolucionária, considerando basicamente o fenômeno da inserção dos estudantes no debate político e a papel do intelectual em fornecer os instrumentais necessários para que o jovem pudesse exercer a resistência com consciência e não simplesmente residir permanente no estágio da rebeldia, que segundo Konder, não possuía legitimidade política algum. Como ele mesmo descreve na seqüência de sua argumentação, a rebeldia “como afirmação individual humana, como reivindicação de responsabilidade individual, é uma reação contra qualquer coletivo humano”.³²⁸

Percebe-se que a intenção de Konder era estimular o debate para a questão da coletividade que, ao mesmo tempo, colocava a idéia de projeto e até de centralidade, já discutida, por exemplo, por Ferreira Gullar em artigo anteriormente publicado – sobre o *Quarup*, de Antonio Callado. Sua linha de argumentação seguia nesse sentido até como forma de afirmar que o comportamento meramente rebelde enfrentava problemas inerentes ao processo social. Segundo Konder, o comportamento rebelde ou “aprofunda em termos coerentes (se tornar *revolucionário*), ou se descaracteriza, se dilui, se deixa neutralizar e se reduz praticamente à inocuidade”. E sobre essa necessidade articulação das individualidades em favor de uma ação coletiva o autor descreve que

³²⁷ KONDER, Leandro. *Rebeldia, intelectuais e juventude*. RCB, nº 15, 1967. p. 135.

³²⁸ Id. *Ibid*, p. 136.

quando, porém, a negação da sociedade constituída se aprofunda, quando o rebelde (percebendo as limitações da sua ação individual enquanto indivíduo isolado) se articula com um movimento *social* capaz de promover, na prática, a reestruturação da ordem vigente, então os beneficiários desta ordem mobilizam seus agentes para combatê-los e, eventualmente, podem até pô-lo na cadeia ou liquidá-lo.³²⁹

É nesse ponto que Konder discorre sobre a função social dos intelectuais – uma preocupação que afligia não somente o autor, mas todo conjunto da intelectualidade de esquerda que se via num processo complexo de organização das *formações culturais* de oposição e a sua inserção no espaço público ou no mercado. Konder, nesse caso, não se preocupava com essa inserção, mas na maneira como os intelectuais deveriam contribuir para a orientação (como agentes de uma vanguarda revolucionária) daqueles que, na segunda metade da década de 1960 promoviam mudanças significativas nas estruturas políticas e culturais da sociedade brasileira, a saber, os estudantes. Escrevia Leandro Konder que

na consideração da evolução social e dos problemas humanos em geral como fatos culturais, isto é, na consideração das questões históricas em sua feição teoricamente mais elaborada, os intelectuais têm uma *função social* que, nas condições da vida moderna, é em princípio tão *necessária* como o trabalho do proletariado industrial.³³⁰

³²⁹ Id. Ibid, p. 137.

³³⁰ Id. Ibid, p. 139.

A partir de uma exposição de motivos sobre essa necessidade que ia do fato dos intelectuais não possuírem uma *visão de mundo* consolidada, eles tinham uma propriedade de fazer uma apresentação coerente de outras *visões de mundo* que definiam tanto a burguesia urbana, o proletariado mesmo de sociedades rurais. E ao fazer esse exercício, segundo Konder, o intelectual pode reconhecer as contradições sociais que compõem essas visões e propor orientações para a solução de alguns dilemas resultantes dessas contradições. Se esse exercício não é feito, o intelectual simplesmente estaria fadado ao comportamento rebelde que apenas nega a realidade, no entanto, inconformado não consegue sugerir possibilidades de superação desse estado *romântico*.

É exatamente na colocação desses argumentos que Konder trouxe para a discussão de seu artigo um intelectual com o qual ele sempre manteve uma relação de embate e discussão: Paulo Francis. Melhor: ele considerava as posições de Francis a partir da leitura que este fez do romance *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony – que, de certa maneira, também torna-se objeto de análise e crítica de Konder nesse artigo. Como ele escreve, referindo-se a Paulo Francis, “mesmo nas formas de maior combatividade que a rebeldia pode assumir – e independente da honradez subjetiva do intelectual rebelde – não é raro que sobrevivam em suas posições elemento de eficácia revolucionária mais que problemática”³³¹.

O fato é que Leandro Konder e Paulo Francis sempre tiveram problemas de ordem intelectual. Eram amigos, mas mantinham uma disputa intelectual que, segundo lembra Leandro Konder, remontava o jornal *Reunião* em 1965 (já considerado

³³¹ Id. *Ibid.*, p. 140.

anteriormente). Ele, pois, descreve o Paulo Francis como “combativo articulista político que tem defendido posições resolutamente progressistas [...]”. À sua pena se devem tiradas magníficas contra a ditadura do marechal Castelo Branco. [...] No entanto, às vezes o crítico se apega a formulações inaceitáveis”³³². Mais adiante, Konder chega no ponto central da questão ao discutir a relação entre rebeldia, intelectualidade e juventude. Embora ele tome como análise Carlos Heitor Cony, a intenção de Konder é contrapor-se à leitura entusiasmada que Francis fez de *Pessach: a travessia* no artigo publicado na RCB de número 13. Escreve:

outro exemplo, o romancista Carlos Heitor Cony. Quando em 1º de abril de 1964 [...], os audaciosos artigos publicados por Cony conferiram a seu nome uma dimensão histórica, tornaram-no símbolo do inconformismo da intelectualidade, dos estudantes, dos trabalhadores, do povo brasileiro em geral. Até então, Cony era avesso à atividade política: publicara diversos romances amargos contra a estrutura imbecilizante da família burguesa, desmascarando a hipocrisia e os preconceitos, mas abstinha-se de dar feição sócio-política à sua rejeição das instituições vigentes. A luta contra a ditadura de Castelo Branco mudou a vida de Cony. Depois de ter se empenhado na luta política como jornalista, ele resolveu empenhar-se também como romancista, e publicou o romance *Pessach, a travessia*.³³³

O modo como Leandro Konder descreve o processo de afirmação do Cony tem a ver, obviamente, com a afirmação política e ideológica no autor de *Pessach, a travessia* no âmbito das disputas intelectuais. No entanto, essa afirmação mais que simplesmente

³³² Id, Ibid, p. 140.

³³³ Id. Ibid, p. 140-141.

política e ideológica – pois o próprio Cony sempre afirmou que não desejava manter filiação partidária ou atuar na militância política – é uma afirmação comercial no sentido de que suas obras inseriram-se num circuito de consumo que alimentava uma demanda por esse tipo de postura (a do autor engajado ou preocupado com o engajamento). Noutras palavras, o problema levantado pela obra de Cony, pelos seus posicionamentos, estava no modo como ele soube aproveitar – ou como o mercado editorial, por sua vez, também soube aproveitar – a emergência de um vocabulário a partir do qual ele obteve a notoriedade comercial e não ideológica ou política, pois foi seu público que fez dele um autor de resistência.

Apesar da dureza das palavras de Konder dirigidas a Francis e Cony, ele conclui o artigo mostrando que

[...] o romancista Carlos Heitor Cony e o crítico Paulo Francis são batalhadores da cultura brasileira, rebeldes dignos da nossa viva simpatia e do nosso maior respeito. [...] Minha admiração e minha estima pessoal por estes intelectuais nada têm de incompatível com a crítica que lhes faço; pelo contrário, elas exigem que eu a faça. [...] O importante é que dialoguemos, que procuremos nos esclarecer mutuamente. Nas condições em que vivemos e trabalhamos, no interior de uma sociedade dividida em classes, e ainda por cima, explorados pelo imperialismo, somos, intelectuais, enredados por toda sorte de mistificações ideológicas. [...] Somos obrigados, pelo aprofundamento crítico e autocrítico de nosso inconformismo, a conquistar paulatinamente a compreensão efetivamente adequada às necessidades do processo histórico. [...] E nossa tarefa, como intelectuais, é a de tentar comunicar aos moços [os estudantes], tão

esclarecida quanto nos for possível, a *visão do mundo* capaz de proporcionar-lhes a mais conseqüente dos comportamentos revolucionários.³³⁴

A questão dos estudantes esteve presente na pauta de discussão destes intelectuais até dezembro de 1968, quando a promulgação do AI-5 levou a novas desarticulações das esquerdas e das oposições. Se antes as dificuldades já eram imensas em função da “ditadura branda”, depois de dezembro de 1968 as articulações que visavam a oposição ao regime ficariam ainda mais comprometidas. Ainda sem mencionar que garantias individuais foram suspensas e muitos tiveram que se evadir do país e procurar asilo político em outros países. No caso da editora Civilização Brasileira e, mais especificamente de Ênio Silveira, ele permaneceu no país durante toda a vigência da ditadura, fora preso no final do ano de 1968 e solto apenas em janeiro de 1969. Mas a editora continuou suas atividades sob a direção de Ênio e, na medida do possível, procurou sempre dar voz a uma oposição que já era feita desde meados de 1964.

A editora serviu, nesse sentido, como um grande laboratório de novas formas de oposição que se operariam por toda a década de 1970. Seus debates, seus títulos e sua linha editorial promoveram uma grande soma de autores, críticos, poetas, cineastas, romancistas etc, assim como fomentou a articulação entre inúmeros setores da produção artística e cultural na década de 1960. Sua participação, no cenário cultural e político daquele momento, se deu justamente pelo fato de promover o contato entre

³³⁴ Id, Ibid, p. 144.

diversas tendências ideológicas e, de certa forma, concretizar os propósitos de um fórum de debates ecumênico livre de sectarismos.

Conclusão

Nos momentos iniciais dessa pesquisa muitos eram os seus propósitos. Mais que isso, tínhamos em mente que os resultados apresentados pela dissertação de mestrado, defendida nesse Programa de Pós-Graduação em 2005, eram apenas uma pequena parte de um complexo processo político-cultural que envolvia a participação expressiva de diversos setores da sociedade brasileira.

Embora o subtítulo dessa tese apresente os intelectuais, o comunismo e a repressão como elementos centrais da problemática aqui abordada, constatamos, sobretudo depois do contato com as fontes estudadas, que questões como “engajamento”, “resistência cultural”, “hegemonia cultural de esquerda”, “intelectualidade de esquerda”, entre outras, cada qual constituiu um campo de problemas, contudo, jamais estanques.

Assim, mais que simplesmente resultado de uma ação organizada pelas esquerdas intelectualizadas, a chamada “resistência cultural” teve como fator coincidente a emergência do intelectual como protagonista num processo de construção da identidade nacional. Intelectual como sintoma que exprimia a complexidade de uma conjuntura sócio-política que pôs as mais variadas produções culturais no epicentro de uma disputa que tinha de um lado o controle ideológico pelos partidos aos quais estes intelectuais estiveram vinculados e, de outro, o policiamento por parte de órgãos de informação e repressão militares. Logo, compreender a articulação e organização desta intelectualidade no interior de circuitos culturais, estava

associada à necessidade de se detalhar este lastro intermediário que fundamentou, em grande parte, as formas de intervenção político-culturais da intelectualidade de esquerda no espaço público – leia-se, mercado.

Desse ponto de vista, constatamos que a exposição minuciosa dessas questões não poderia ser feita a partir da aplicação de um modelo explicativo sobre a conjuntura em questão. Se, num primeiro momento, a pesquisa apontava para inúmeras perspectivas de análise que encerravam um corpo sólido e monolítico de questões, em seguida ao contato que tivemos com as fontes verificamos que esta unidade jamais existira. Fruto das inúmeras leituras e memórias constituídas acerca do período que cobre o recorte temporal da tese, a noção de resistência cultural organizada (representada, em especial, no conceito de hegemonia cultural de esquerda), foi uma representação cara a uma geração de intelectuais e artistas de esquerda que enxergavam nesse “movimento” não apenas a identidade das lutas culturais, mas a possibilidade de legitimação da figura do intelectual, autonomia e formação de um campo específico de resistência.

Não obstante, a idéia de “movimento” e “organização” servira mais como elementos de auto-representação pública da ação e intervenção destes intelectuais que meramente unidade efetiva da resistência cultural. Isso é verificado, por exemplo, quando nos defrontamos com os inúmeros embates surgidos no interior das esquerdas culturais no curso da década de 1960, na medida em que cada setor de produção artística era identificado por formas específicas de resistência e confronto tanto com o regime militar quanto pelo controle de partidos políticos. Em outras palavras, noções

como “resistência cultural”, “hegemonia cultural de esquerda” etc., serviam como elemento de auto-representação que vestiu a heterogeneidade das *formações culturais* de esquerda com uma unidade política e ideológica que jamais foi posta em prática – não pela ineficácia dessas *formações*, mas pela condição *sui generis* na qual estes intelectuais e artistas estavam distribuídos nos circuitos culturais durante a década de 1960.

Foram, em grande parte, os IPMs que nos possibilitaram essa leitura. Os IPMs, num primeiro momento, surgiram como documentos extraordinários na consecução de argumentos ainda não explorados, em virtude do ineditismo das fontes. Estes processos, pelo volume e pela natureza das informações neles contida, foram realmente importantes na construção dos argumentos da tese, de modo que estes documentos não comprovam um modelo de análise, mas sugeriram uma necessidade de se compreender de forma mais detalhada os conflitos e tensões vividas pelas esquerdas culturais no processo de sua legitimação pública.

Esse aprofundamento levou-nos primeiramente entender a estrutura e o funcionamento dos IPMs. Por se tratar de um processo jurídico-militar, o IPM possuía uma estrutura básica de apresentação da acusação, recolhimento de provas, tomadas de depoimentos e os relatórios finais. Sua composição dizia a respeito da forma como os próprios militares se representavam nesses documentos, pois antes de se tornarem meramente peças judiciais os IPMs constituíram-se em campo de batalha entre a ideologia da Segurança Nacional e a resistência das esquerdas culturais. Dessa forma, a grande maioria dos IPMS, assim como o que foram detalhados na tese e denominados de “IPMs da cultura”, serviu de instrumento não apenas de investigação militar, mas de

espaço privilegiado de representação das oposições ao regime militar instaurado em 1964. Isso porque muitos dos depoimentos recolhidos nestes processos foram intensamente discutidos pela grande imprensa; determinadas inquirições ganharam repercussão nacional a exemplo dos depoimentos de Carlos Heitor Cony, Juscelino Kubitschek, Ênio Silveira, entre outros, não tanto pela importância dos denunciados entre as esquerdas, mas pela visibilidade pública conquistada, em parte, devido à perseguição pelos órgãos de repressão.

Tivemos o cuidado em perceber que o conteúdo destes documentos era constituído primordialmente da leitura que os próprios militares tinham do fenômeno do comunismo no Brasil e quais os “criminosos” foram indiciados por promoverem a subversão. Por outro lado, constatamos que juntamente com toda documentação apreendida como prova e colocada como anexos nestes processos, havia uma centena de depoimentos, defesas e delações de testemunhas e réus que, ricos em detalhes, poderiam favorecer o entendimento das resistências culturais e mapear os *núcleos intelectuais*. Em outras palavras, os IPMs também traziam de forma privilegiada um conjunto de informações sobre amizades, redes, relações, contatos etc entre determinados intelectuais e seus respectivos *núcleos*, possibilitando assim o detalhamento das organizações culturais no pós-64.

Daí que nos foi possível, a partir dessa base inicial de informações contidas nos IPMs pesquisados, organizar e detalhar o processo que consolidou determinados *núcleos intelectuais* de esquerda. Vimos que, longe de supor uma unidade organizacional das esquerdas frente ao processo de recrudescimento da ditadura, determinados setores de

produção cultural ensaiaram formas de resistência que aos poucos foram consagradas, sobretudo pelo mercado que absorvia tais disputas políticas como parte de uma “questão cultural” mais ampla. Se a cultura havia passado por um processo de politização no final da década de 1950, na década seguinte ela ganha ainda mais força a partir do momento que os intelectuais fortaleceram seus núcleos de resistência longe da tutela do Estado e da proteção dos partidos políticos de oposição. Ora, o fortalecimento desses *núcleos* fica evidente nos IPMs na medida em que a grande maioria do depoimentos concedidos por intelectuais e artistas expressa o desejo de independência intelectual e de liberdade individual de criação – como procuramos ressaltar nas figuras de Carlos Heitor Cony e Alceu Amoroso Lima.

Um segundo momento da tese, que se destaca completamente da primeira parte (constituída dos dois primeiros capítulos) tem um enfoque mais específico. Se antes os IPMs constituem o eixo principal da pesquisa, nos dois últimos capítulos procuramos dar atenção a alguns *núcleos intelectuais* específicos – daí porque a imprensa e as algumas revistas culturais são analisadas.

Ora, como foi visto, se anteriormente intelectuais e artistas viam-se acolhidos por instituições que favoreciam sua representação no espaço público (a exemplo dos partidos políticos e até mesmo do Estado), a partir do final da década de 1950 até final da década de 1960, a “desinstitucionalização” foi um fator marcante dessa geração – representada na falência de um modelo de organização intelectual e na configuração de novas formas de articulação. A repressão militar desarticulou diversas instituições e seus integrantes viram-se desprovidos de qualquer unidade organizacional que pudessem

reuni-los em torno de um projeto unificado de resistência. Aliado a esse aspecto, a emergência da figura do intelectual independente e autônomo se colocou com uma nova perspectiva que não era diretamente associada às formas de politização antes elaboradas, mas redesenhava uma nova resistência construída e representada entre o engajamento político e a incipiência da industrial cultural no Brasil.

Foi o binômio engajamento/mercado que, em certa medida, favoreceu a visibilidade comercial desses intelectuais e legitimou sua intervenção no espaço público. Com a emergência da “questão cultural” no final da década de 1950, surgia um novo espaço de resistência política que, por sua vez, produziu novos agentes sociais no processo de transformação da realidade brasileira, pois não somente a politização da cultura, mas a incipiência de um mercado de bens culturais foram responsáveis pela mobilização desses intelectuais de esquerda em torno de determinados circuitos culturais consagrados, a exemplo da Editora Civilização Brasileira.

De qualquer forma, o propósito inicial do projeto previa que esta parte privilegiaria o IPM da Imprensa Comunista. Por questão de liberação dos processos em Brasília, tivemos acesso à documentação referente à esse IPM somente no final do ano de 2008 o que impossibilitou trabalhá-la. Mas de qualquer forma, mantivemos as questões iniciais e utilizamos principalmente fontes secundárias (como revistas, artigos de jornais, documentos pessoais etc.) para deslindar o panorama de atuação de um núcleo intelectual como aquele que esteve em torno da Editora Civilização Brasileira.

Assim, essa conclusão se faz de modo parcial, pois é uma pesquisa que ainda pretende se desenvolver, sobretudo no que tange às especificidades dos *núcleos intelectuais*

responsáveis pelos diversos projetos de resistência cultural na década de 1960. Pelo montante de documentos e pela quantidade imensa de informações há ainda um longo percurso para percorrer; fichar, catalogar, separar, indexar depoimentos e relatórios é uma primeira etapa que ainda está em curso, considerando 12 mil páginas de documentos fotocopiados junto ao STM em Brasília. Um primeiro passo, creio que foi dado no sentido de encontrar nestes documentos uma importância histórica e sociológica, pois ali está contido um farto material que pode nos auxiliar no entendimento dos percursos e itinerários de intelectuais que forjaram as resistências culturais.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1889, v.4.
- ALVES, H. 1965. *A esquerda festiva*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01 de julho, p. 06.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- APRESENTAÇÃO. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro, julho de 1966, n. 01, p. 01-02.
- AQUINO, I. 1996. *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. p. 98.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. Trad. Roberto Raposo
- AZEVEDO, I. C. A. de. 1999. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): produção cultural em revista*. (dissertação de mestrado em Letras), Faculdade de Letras da UFRJ,.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): produção cultural em revista*. (dissertação de mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da UFRJ, 1999.
- BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BANDEIRA, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962.
- BARCELLOS, J. (org.). 1994. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BENEDETTI, Mario; LLOSA, Mario Vargas. *América Latina, los intelectuales y el subdesarrollo político*. México: Vuelta, n° 92, p.49, jul.1984.
- BERLINCK, M. T. 1984. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: EdUnesp, 1997.
- BOURDIEU, P. 2004. *A economia das trocas simbólicas*. SP: Perspectiva. Org. Sérgio Miceli.
- BREGUÊZ, Sebastião Geraldo. A imprensa brasileira após 1964. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.01, agosto de 1978. p.145-164.
- BRITO, Antonio Carlos. *Cultura brasileira: botando os pingos nos jotas – ou ainda: questão de antídoto*. Rio de Janeiro: Ibrades, 1972.
- BRUNNER, José Joaquim. *América Latina: cultura y modernidad*. México: Grijalbo, 1992
- BRUNNER, José Joaquín. *Los intelectuales y las instituciones de la cultura*. Santiago de Chile: FLACSO, 1983.
- CALLADO, Antonio. “Este é um país hostil a editores e hortênsias”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 1996.
- CALLADO, Antonio. *O artista deve ter liberdade para criar?* Visão, São Paulo, v.32, n.3, p.52-62, 16 fev. 1968.
- CALLADO, Antonio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 16° edição.
- CAMPOS, Roberto. “Cultura e desenvolvimento”. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTRO, Moacyr Werneck de. “Ênio”. *Jornal do Brasil*, 16 de Janeiro de 1996.
- CHAUÍ, M. 1983. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHRISTOFARO, Paulo Rubens Paterno. *Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira*. Mestrado em História, PUC-SP, 1992.
- COHN, Gabriel. *A atualidade do conceito de indústria cultural*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CONY, Carlos Heitor. *Pessach, a travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CORBISIER, R. 1956. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB.
- CORBISIER, R. 1959. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- CORBISIER, Roland. “Irreparável mesmo”. *Correio das Artes*, (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.
- CZAJKA, R. 2005. *Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira (1965-1968)*. (dissertação de mestrado em Sociologia), IFCH/Unicamp.
- DALCASTAGNE, Regina. *O espaço da dor – o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: EdUnB, 1996.
- DOCUMENTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (1960-1975). Lisboa: Avante, 1995.
- DOIS anos de RCB. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 13, maio de 1967, p. 03-04.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FÁVERO, O. (org.). 1983. *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FELIX, M. 1977. *Entrevista com o poeta Moacyr Félix*. *Pasquim*, n. 443, p. 10-13, 23 a 27 de dezembro.
- FELIX, Moacyr (org.) *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FELIX, Moacyr (org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vols. I, II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- FELIX, Moacyr (org.). *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Vol. III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- FELIX, Moacyr, Depoimento a Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Wilson. A margem esquerda. In: DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964. p. 193-246.
- FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- FRANCO, M. S. C. 1985. “O tempo das ilusões”. In: CHAUÍ, Marilena (org.). *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena et alli. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: a festa*. São Paulo: EdUnesp, 1998.
- FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAIS, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Edunicamp, p.274-304, 1998.
- FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil Vol.II*. Campinas: EdUnicamp, 1995. p.183-222.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. As falas, os silêncios: literatura e imediações de 1964-1988). In: SCHWARZ, Roberto; SOSNOWSKI, Saul (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- GARCIA, Marco Aurélio. (org). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Cedec, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio. Os intelectuais e os partidos de esquerda. IN: SOARES, M.S. Arrosa. *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*: Porto Alegre: UFRGS, 1985.
- GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- GASPARI, E. 2002. *A ditadura emvergobada*. São Paulo: Cia das Letras.
- GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir; HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GOMES, Dias. “Ênio: um herói da resistência”. *O Dia*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1996.
- GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GORENDER, Jacob. A oposição esquerdista e a contradição principal. In: *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 02/06/1960.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. 2.ed.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. Trad. Carlos Nelson Coutinho.
- GULLAR, Ferreira. “Ênio presente”. *Correio das Artes*, (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.
- GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro, Revan, 1998.
- GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.
- HALLELWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, Octavio. O Estado e a organização da cultura (1964-1978). In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.01, julho de 1978. p.216-241.

- IPM do ISEB. *INQUÉRITO Policial-Militar nº 481*. Brasília: Superior Tribunal, Brasília: STM, 1964-1965. 30 volumes.
- KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- KONDER, Leandro. “O Francis liberal peca pela intolerância”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de março de 1994.
- KONDER, Leandro. “Sua excelência: Ênio Silveira”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1996.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. São Paulo: Graal, 1980.
- KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução: reação ou reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
- LIMA, Pedro Mota. Falta uma tese: sobre o desenvolvimento cultural. In: *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 15-21 de julho de 1960 n.72, p.04.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr e a Revista Brasiliense. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.2(5): p.27-46, out. 1987.
- LÖWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MANNHEIM, Karl. *Ensayos de sociologia de la cultura*. Madrid: Aguilar, 1957.
- MARCUSE, Herbert. O caráter afirmativo da cultura. In: *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.89-136.
- MARIZ, A. S. 2005. *Editora Civilização Brasileira: o design de um projeto editorial (1959-1970)*. (dissertação de mestrado em Design), Departamento de Artes/PUC-RJ.
- MARTINS, Carlos Estevam. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.
- MARX, Karl. *La ideologia alemana*. Buenos Aires: Pueblos Unidos, 1973.
- MELLO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. 10ª ed. (1ª edição em 1965)
- MERQUIOR, José Guilherme. *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1997. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira.
- MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp, 1989 2vol.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MORAES, Dênis de *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. 2,ed.
- MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MOTA, C. G. 1978. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.
- MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos – uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira (1962-1968)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da música popular brasileira (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- NEVES, O. P. 2006. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial*. (dissertação de mestrado em História) SCHLA, UFPR.

- NOGUEIRA, M. A. 1980. *PCB: vinte anos de política, 1958-1979*. São Paulo: Ciências Humanas.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) *PCB: vinte anos de política (documentos – 1958/1978)*. São Paulo: Lech, 1980.
- OLYMPIO, José. Depoimento ao *Jornal do SNEL*, ano 6, n.1, de fevereiro de 1988.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- PAULO NETTO, José. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p.219-246.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, A. E. 2002. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Monica de S. Gouvêa França. “Anhembi: criação e perfil de uma revista de cultura”. *Textos IDESP*, 1987. (Série História das Ciências Sociais).
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- POERNER, Arthur. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRINCÍPIOS e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, março de 1965, n. 01, vol.01, p. 03-04.
- RANGEL, Flávio; FERNANDES, Millor. *Liberdade, Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.
- REZENDE, Maria José de. *Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais da USP, 1996.
- RICARDO, Sérgio. *Quem quebrou o meu violão – uma análise da cultura brasileira nas décadas de 40 a 90*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- RIDENTI, Marcelo *Em busca do povo brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. “A guerrilha de Antonio Callado” *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 23-53.
- RIDENTI, Marcelo. “Ensaio geral de socialização da cultura: o epílogo tropicalista”. *Minorias Silenciadas*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, p. 377-401, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edunesp/Fapesp, 1993.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Nacionalismo, populismo e historismo. *Folha de São Paulo*: D-3, 12/03/1988.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: EdUnicamp, 1998. p.305-382.
- SAID, E. 2005. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras. Trad. Milton Hatoum.
- SANT’ANNA, Afonso Romano de. “História de Ênio”. *Correio das Artes* (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17 de março de 1996.
- SANTOS, Raimundo. “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”. In QUARTIM DE MORAES, João. Et alii. *História do marxismo no Brasil I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.133-
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A imaginação político-social brasileira”. *Dados*, Rio de Janeiro, n.2/3, 1967.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SEGATTO, José Antonio. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SERPA, Miguel Pereira. *O cinema novo na Revista Civilização Brasileira*. Tese de doutoramento – Escola de Comunicação e Artes (ECA), FFLCH/USP, 2001.
- SILVA, Luiz Fernando da. *O pensamento social brasileiro entre 1960-1980: análise de um grupo de marxistas acadêmicos*. Mestrado em sociologia, Unesp, Campus de Araraquara, 1995.
- SILVA, Maria Clara da Silveira Pereira da. *O Partido Comunista e a Revista Civilização Brasileira*. (comunicação Anpuh, RJ, 1998).
- SILVA, René Marc da Costa. *A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira*. Brasília, (dissertação de mestrado em História) – Universidade de Brasília. 1993.
- SILVEIRA, Ênio. “Civilização Brasileira, primeiros tempos”. *CBL Informa- Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro*, n.126, setembro, 1993.
- SILVEIRA, Ênio. “Memórias provocadoras de um editor também”. *Leia*, n.143, 1990.
- SILVEIRA, Ênio. “O homem da Civilização Brasileira”. (entrevista). *Atenção!*, n.3, 1996.
- SILVEIRA, Ênio. “O PEN Club na visão de um editor”. *Convivência*, Rio de Janeiro: PEN Club do Brasil, 1992.
- SILVEIRA, Ênio. Depoimento ao *Jornal SNEL*, n.2, junho de 1988.
- SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992. Entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira.
- SILVEIRA, Ênio. Epístola ao Marechal. In: *Revista Civilização Brasileira*, n.4, set/1965.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio a Carlos Heitor Cony in *O ato e o fato*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- SILVEIRA, M. R. J. 2007. *A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual*. Rio de Janeiro, (dissertação de mestrado em Letras), PUC/RJ.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Trad. Mário Salviano Silva.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1985.
- Paulo: Grijalbo.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Moacy Félix, o poeta”. *Jornal do Comércio*, 21 de agosto de 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Posição e responsabilidade dos intelectuais”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.1, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965
- SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil. In: *Cadernos do Povo Brasileiro*, n.02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo de Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 12.ed.
- VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Problemas de política e de organização dos intelectuais”. *Presença*, n.1, 1983.
- VIEIRA, Luís Roberto. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: EdUnB, 1996.
- WEFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- XAVIER, Andrea Lemos. *Civilização Brasileira: revista e editora – uma trajetória como veículo de contra-hegemonia*. (comunicação na Anpuh RJ, 1998).
- ZÍLIO, Carlos. *O nacional e o popular na cultura brasileira – artes plásticas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Anexos

2184 Justiça Militar absolve editôres denunciados por publicarem livro marxista

Doc n. 01

O Conselho Permanente de Justiça da 3a. Auditoria do Exército absolveu por unanimidade os editôres Ênio Silveira, Félix Cohen Zaide, José Gutman, Ramiro Luchesi e Severino Teodoro de Melo, denunciados pela publicação do livro *Fundamentos de Filosofia*, de Afanasiev.

Ao anunciar a sentença, o juiz-auditor Osvaldo Lima Rodrigues disse que "a doutrina exposta no livro é do conhecimento de qualquer colegial e que seu conteúdo não é capaz de incitar ou aliciar quem quer que seja."

A DENÚNCIA

Segundo a denúncia, o editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, o advogado Félix Cohen Zaide, diretor-comercial da Gráfica Lux, José Gutman, Ramiro Luchesi e Severino Teodoro de Melo, da Editorial Vitória Ltda. são responsáveis pela publicação do livro de Afanasiev, que "faz divulgação e propaganda dos princípios do marxismo-leninismo, sendo mais uma cartilha comunista do que um livro de filosofia. Prega a luta de classes, a guerra revolucionária e a ditadura do proletariado. É um livro evidentemente subversivo."

Durante o julgamento, o promotor Humberto Augusto da Silva Ramos deixou a critério do Conselho de Justiça a decisão sobre o processo, tendo funcionado na defesa os advogados Heleno Cláudio Fragoso (contratado por Ênio Silveira e Félix Cohen Zaide) e Mário Soares Mendonça (patrono dos demais réus).

O Sr. Heleno Fragoso disse que a Gráfica Lux imprime obras de várias filosofias, bem como publicações solicitadas pelo Ministério do Exército, Bibliotecas do Exército, Ministério do Trabalho e "o famoso IPM do coronel Ferdinando de Car-

valho." Acrescentou que o diretor de uma gráfica não é obrigado a ler os originais de todos os livros por êle impressos, comentando que "esta denúncia constitui um evidentíssimo abuso de poder."

Declarou ainda o advogado Heleno Fragoso que "editar uma obra não significa estar de acôrdo com ela" e que "a função do editor é a de divulgar a cultura e a arte, sendo um mero informador que permite ao leitor formar sua própria opinião." Esclareceu, também, que, segundo o próprio promotor, o processo começou errado, pois não houve exame de corpo de delito e que a denúncia, em tôdas as suas luzes, é manifestamente improcedente." Referindo-se ao advogado Félix Cohen, disse que processá-lo não constitui apenas abuso de poder, mas também um terrorismo judicial."

Compareceram à audiência de julgamento os acusados Ênio Silveira, Félix Cohen Zaide e José Gutman, sendo os demais réus. Entre os assistentes estavam o Marechal Floriano de Lima Brayner, Ministro aposentado do STM, o editor José Olímpio e o escritor Oto Maria Carpeaux.

Aos seis dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, na sede do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB), sita à rua das Palmeiras nº 55, foi procedida a diligência de busca e apreensão de material, documentos e objetos pelo Coronel GERSON DE PINNA, Encarregado do Inquérito, instaurado para apurar as atividades subversivas desenvolvidas no órgão referido, conforme Delegação de Poderes nº 481 de 19 de junho de 1964, na presença das testemunhas AMADO MENNA BARRETO FILHO e MANOEL RODRIGUES ALVES FILHO, abaixo assinadas, fazendo-se minuciosa busca, examinadas salas, gavetas, armários e dependências da casa, foram encontrados os documentos, papéis e fotografias a seguir relacionados e descritos: Relação dos fundadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, acompanhada de uma lista complementar e de uma lista adicional. Relatório das atividades do ISEB, de janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis (1956) a junho de mil novecentos e sessenta e três (1963), elaborado pelo Sr. ALVARO VIEIRA PINTO e encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, PAULO DE TARSO. Transcrição, do Diário Oficial de 15 de abril de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), da íntegra do DECRETO Nº 45.811, de 15 de abril de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), dando nova organização ao ISEB. Artigo, versando sobre a criação e principais linhas de atividade do ISEB. CIRCULAR, assinada por ALBERTO LATORRE DE FARIA, aos Professores do ISEB. Bibliografia básica do Curso de "Introdução à Problemática Histórica" recomendada aos alunos do ISEB. Carta, de 23 de março de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), dirigida ao Professor ALVARO BORGES VIEIRA PINTO e assinada pelos Senhores WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS e ALBERTO COELHO DE SOUZA. Carta (cópia), de 23 de março de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), dirigida à Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia assinada pelos Senhores: WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS e ALBERTO COELHO DE SOUZA. Carta, (cópia), sem data, dirigida a Fulano de Tal, e assinada pelos Senhores WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS, Secretário-Executivo da Coleção intitulada "CADERNOS DO POVO BRASILEIRO". Te-se apresentada pelo estagiário RUY BATISTA DA SILVA, sob o tema BRASIL: "PAÍS SUBDESENVOLVIDO OU SUPER ESPOLIADO?". Conferência, proferida pelo Senhor DOMAR CAMPOS, no ISEB, em 8 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um (1961). Programa de Economia do Curso Regular do ano de mil novecentos e sessenta e três (1963). Perguntas, (cópia) formuladas ao Professor DOMAR CAMPOS, em 8 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um (1961). Documento datado de 17 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964),

contendo as questões de uma Prova de 2ª. chamada de ECONOMIA. Programa do Curso de Política Internacional do ano de mil novecentos e sessenta e três (1963). Programa do Curso Especial de Férias. Aula (cópia) de Política, ministrada pelo Professor CÂNDIDO ANTONIO MENDES DE ALMEIDA em dezesseis (16) de setembro de mil novecentos e sessenta (16/9/1960). Transcrição de artigo publicado em 30 (trinta) de setembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), no Diário de Notícias, assinado pelo Editor ENIO SILVEIRA, intitulado "FORMA E ESSÊNCIA DOS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO". Bilhete, datado de maio de mil novecentos e sessenta e dois (1962), dirigido ao Senhor ALVARO VIEIRA PINTO e assinado pelo senhor ENIO SILVEIRA. Versos de A Vulpiano Cavalcanti, sob o título "CANÇÃO REVOLUCIONÁRIA". Transcrição de um Artigo publicado em junho de mil novecentos e sessenta e dois (1962) "CADERNOS BRASILEIROS, do senhor ALAIR O. GOMES, sob o Título "A UNIVERSIDADE DO PROFESSOR VIEIRA PINTO". Tese do estagiário NICOLAU MOURA FERREIRA intitulada "CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DA DOMINAÇÃO. Conferência de GILBERTO PAIM, proferida na Escola Nacional de Engenharia de 26 (vinte e seis) de agosto de mil novecentos e sessenta e três (1963). Informações (cópia) prestadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no início do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961), pelo senhor ROLAND CORBISIER, sobre a posição do ISEB, nas instituições nacionais. Respostas do Senhor ROLAND CORBISIER Diretor do ISEB, ao senhor JORGE BHERING DE MATOS. Abaixo-Assinado da ADISEB em defesa do Professor ALVARO VIEIRA PINTO. Ofício nº 455, de mil novecentos, digo, nº 455 barra sessenta e quatro, de dezoito de março de mil novecentos e sessenta e quatro (18.3.64), do Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar ao senhor Diretor do ISEB. Cartaz "ISEB-UNSP" assinado por CLERY TEIXEIRA DE FREITAS. Modelo de um emblema da ADISEB. Circular nº 1 (um), de 10 (dez) de março de mil novecentos e sessenta e um (1961), assinada pela Secretária Geral. Circular nº 3 (três), de 5 de junho de mil novecentos e sessenta e um (5/6/1961), assinada pela Secretária Geral. Ofício de 6 de janeiro de mil novecentos e sessenta e um (6/1/1961), do presidente da ADISEB ao Comité de Redação de Portugal Livre, dando testemunho de solidariedade. Telegramas (cópias) de 25/10/62, (vinte e cinco de outubro de mil novecentos e sessenta e dois), dirigidos ao Presidente João Goulart e ao Primeiro Ministro HERMES LIMA, assinados pelo Diretor do ISEB. Programa do Curso de Introdução aos Problemas Brasileiros, assinado pelo Professor OSNY DUARTE PEREIRA. Ofício (cópia) nº 110 (cento e dez), de 9/3/64 (nove de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro), dirigido ao exmo. senhor Embaixador J. A. DE ARAUJO CASTRO, pelo MINISTRO DA EDUCAÇÃO JULIO FURQUIM SAMBAQUY. Convocatória de

CONGRESSO CONTINENTAL DE SOLIDARIEDADE A CUBA. Comunicação ao senhor Diretor de ISEB, sobre exame de teses pelo senhor OSNY DUARTE PEREIRA. Tese apresentada pela estagiária MARIA LIA FARIA DE PAIVA com o título "LUTAS CAMPONESAS NA IDADE MÉDIA". Tese apresentada por ROSEMONDE DE CASTRO PINTO com o título "PERSPECTIVAS DO SINDICALISMO BRASILEIRO". Fotografia, em que aparece o Professor ROLAND CORBISIER, tirada em 2/9/57 (dois de setembro de mil novecentos e cinquenta e sete), na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO, onde o Professor ROLAND CORBISIER preferiu uma Conferência sobre o tema "O ISEB em FACE DO NACIONALISMO BRASILEIRO". Ofício DC/6, de 20/2/63 (vinte de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três), do Presidente da UNSP, ao senhor Diretor de ISEB, assunto: CONVÊNIO CULTURAL ENTRE O ISEB E A UNSP. Programa de atividades para o ano de mil novecentos e sessenta e três (1963), da UNSP e Sindicato dos Professores. Minuta do Convênio Cultural entre o ISEB e a UNSP. Tese escrita e defendida por OSCAR GONZAGA COELHO, com o título "PROSTITUIÇÃO E DELINQUÊNCIA-PRODUTOS DA INJUSTA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM QUE VIVEMOS. Pronunciamento do senhor ROBERTO PONTUAL, sobre a "UMA NOVA HISTÓRIA DO BRASIL". Pareceres, emitindo conceitos sobre a TESE apresentada pelo Ten. Cel. Professor ANTONIO ASTORGA. Tese, apresentada pelo estagiário Tenente Coronel Professor ANTONIO ASTORGA, em mil novecentos e cinquenta e sete (1957), intitulada "O ENSINO SECUNDÁRIO E A SUA ADAPTAÇÃO ÀS CONDIÇÕES ATUAIS NA VI, digo, DA VIDA BRASILEIRA". Análise, feita por MARIA THETIS NUNES, sobre as obras de SILVIO ROMERO E MANUEL BONFIM. Programa do Curso de Reformas de Bases. Exemplar da Revista "ESTE & OESTE" QUINCENAL- de 15 FEBRERO 1964 (mil novecentos e sessenta e quatro)- ANO II Nº 38 (ano segundo, número trinta e oito). Lista de Presença de um Curso de ISEB para o SINDICATO DOS ALFAIATES E COSTUREIRAS. Trechos da Tese do Comandante Aristides Pereira Campos Filho, intitulada "A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO BRASIL FATOR NEGATIVO NO DESENVOLVIMENTO". Pareceres Helio Jaguaribe. Carta do Diretor Executivo de ISEB ao Comandante ARISTIDES PEREIRA CAMPOS FILHO. Resposta do Comandante ARISTIDES ao Diretor Executivo de ISEB. Nota da Cruzada do Almirante CARLOS PENA BOTTO, publicada no Diário de Notícias, de 13.12.56 (treze de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis). Resposta do Diretor Executivo de ISEB a nota da Cruzada, publicada no "Diário de Notícias", do dia 13.12.56 (treze de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis); Tese do Capitão de Fragata ARISTIDES PEREIRA CAMPOS FILHO, intitulada "A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO BRASIL - FATOR NEGATIVO NO DESENVOLVIMENTO". Tese apresentada pelo estagiário SAUL FUKS, intitulada "ASPECTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA", e seus Reflexos no Brasil, no ano de mil novecentos e sessenta e dois (1962). Telegrama enviado ao Presidente da

República, Douter Jânio Quadros, assinado por diversos servidores de ISEB. Telegrama enviado ao Douter Quintanilha Ribeiro, Chefe do Gabinete da Presidência da República, assinado por diversos servidores do ISEB. Telegrama enviado ao Douter José Aparecido, Secretário Particular do Presidente, assinado por diversos servidores do ISEB. Telegrama ao Douter Cândido Mendes de Almeida, assinado por diversos servidores do ISEB. Fôlha do Diário Oficial de 15.4.59 (quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e nove), que publica o Decreto numero 45.811, (quarenta e cinco mil, oitocentos e onze), o qual dá nova organização ao ISEB. Ofício de 18.3.64 (dezoito de março de mil novecentos e sessenta e quatro), da Associação dos Diplomados do ISEB, ao Diretor do mesmo. Programa do Curso sobre Cultura Nacional, patrocinado pela ADISEB. Ofício (cópia) número 127 (cento e vinte e sete), de 31.12.56 (trinta e um de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis), do Diretor Executivo de ISEB ao Excelentíssimo senhor Ministro da Educação. Ofício numero 945/56, (novecentos e quarenta e cinco, barra cinquenta e seis) S. A., do Diretor de Serviço de Administração da CIS. Ofício número 398 (trezentos e noventa e oito), de 11.4.56 (onze de abril de mil novecentos e cinquenta e seis), do senhor CLOVIS SALGADO. Ofício número 96 (noventa e seis), do Diretor Executivo de ISEB - Roland Corbisier, ao senhor Diretor de Pessoal da Comissão de Imposto Sindical do Ministério do Trabalho. Artigo "ISEB: A Crise Continua", do jornal "O Nacional", de 10/16.1.59 (dez, barra dezesseis de janeiro de mil novecentos e cinquenta e nove). Artigo "Esse Tal do ISEB" de "O Jornal", de 5.1.60 (cinco de janeiro de mil novecentos e sessenta). Artigo "O Comunismo no ISEB", do jornal "O Globo", de 5.11.59 (cinco de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove). Artigo "O Comunis, digo, Artigo "Enérgica Advertência Contra a Infiltração Comunista no ISEB" de jornal "O Globo", de 4.11.59 (quatro de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove). Artigo "Mentalidades Atrasadas não Podem Compreender o ISEB", do jornal "Última Hora", de 5.11.59 (cinco de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove). Livro intitulado "Por que Votar Contra o Parlamentarismo no Plebiscite?". Edital "Unamo-nos em Base das Declarações de Moscou". Revista ESTE & OESTE de 15 a 29 Febrere 1964 - Quincenal Año II nº 39. Convite para um ato de solidariedade ao povo espanhol. Estatute do Movimento de Cultura Popular (Arraial de Bom Jesus-Recife). Telegrama da Embaixada da Iugoslávia ao Presidente da ADISEB. Ofício nº 238 (duzentos e trinta e oito) da UNE, ao Senhor Diretor de ISEB. Carta de JOSÉ ANSELMO DOS SAN

B. P. Silva

Cher. Silva

SANTOS, Presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil ao Presidente do ISEB. Carta do senhor ARMANDO GOU LART ao senhor ROLAND CORBISIER. Ofício do senhor JORGE BAPTISTA MEIRESL, digo, MEIRELES, Presidente da Associação Sanjeanen - se dos Pescadores ao senhor Diretor do ISEB. Carta do Presiden - te do Sindicato dos Agenciadores de Publicidade e Propagandistas de Rio de Janeiro ao senhor ALVARO VIEIRA PINTO. Carta do senhor HELIO CARNEIRO MOREIRA ao senhor ALVARO VIEIRA PINTO. Carta do senhor HELIO CARNEIRO MOREIRA ao sr. HUMBERTO CAMBELL. Carta do senhor HUMBERTO CAMBELL ao senhor HELIO CARNEIRO MOREIRA. Arti - go: "Comunismo em liquidação", "Totalitarismo e Democracia" e "Corção e os Totalitarismos", todos publicados no Jornal "Ação - Democrática de mês de outubro de 1960(mil novecentos e sessenta). Telegrama de AINDA COLARES ao senhor SERGIO MAGALHÃES. Trabalho escrito por FRANCISCO FERNANDES BRASIL, intitulado "O Povo debate nas ruas". Estudo s sôbre o direito de voto no Mundo, de auto - ria de LÚCIO GUSMÃO LOBO. Ofício SG-102/58(cento e dois, barra cinqüenta e oito), de 25/2/58(vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e cinqüenta e oito), do Presidente da Caixa Econômi - ca Federal de Rio de Janeiro, ao senhor Ministro da Educação. - Relação de estagiários no ISEB. Telegramas(cópias) enviadas ao - deputado ELOI DUTRA, nos anos de 1960(mil novecentos e sessenta) e 1961(mil novecentos e sessenta e um) , pelos senhores ROLAND CORBISIER e NELSO WERNECK SODRÉ. Discurso(cópia) proferido pelo senhor Deputado ELOI DUTRA, na Câmara, defendendo recursos para o ISEB. Tese apresentada por ORMUZ BELLO GALVÃO sôbre o título: "Problemas de Emancipação Nacional". Tese apresentada pelo esta - giário FLÁVIO AUGUSTO DA SILVEIRA PAMPLONA, sôbre o título "O Proletário no Estado Capitalista". Discurso (cópia) lido pelo orador da turma "Miguel Arraes de Alencar", em 1963(mil novecen - tes e sessenta e três). Tese intitulada: "A Nova Política para o MTPS", de autoria de Attila Maia. Ofício TA/111, de 8.4.63(oito de abril de mil novecentos e sessenta e três), do Diretor Ge - ral do Departamento Nacional de Trabalho, ao senhor Diretor do ISEB. Recorte de um jornal contendo uma flagrante em que apare - ce os senhores JOÃO GOU LART e ROLAND CORBISIER. Telegrama(cópia) do senhor JORGE BAPTISTA MEIRESL, digo, do Diretor do ISEB ao deputado FERNANDO SANTANA . Tese do estagiário José Fernandes do Régio, intitulada "Contras - tes entre o Norte e o Sul". Carta do estagiário JOSÉ FERNANDES DO RÉGO ao Diretor Executivo do ISEB. Fotografias 2(duas), onde apa - rece o Estagiário JOSÉ FERNANDES DO RÉGO, no ISEB. Ofício(cópia) nº 171(cento e setenta e um), de 26.6.63(vinte e seis de junho de mil novecentos e sessenta e três), do diretor do ISEB ao Presi - dente do Banco do Brasil. Ofício(cópia) 172(cento e setenta e dois) de 27.6.63(vinte e sete de junho de mil novecentos e sessen

B. Silva

Cláudio

sessenta e três, do Diretor do ISEB ao Chefe da Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores. Tese de estágio NELSON DAS NEVES BRANDÃO, intitulada "Capitais Estrangeiras". Carta datada de 29.1.60(vinte e nove de janeiro de mil novecentos e sessenta), do Diretor do ISEB ao Capitão Viriato Natividade Duarte. Ofício número 190/E/2(cento e noventa, barra E, barra dois), de 7.3.60(sete de março de mil novecentos e sessenta), do Comandante Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul ao Diretor do ISEB. Ofício (cópia) número 114(cento e quatorze), de 29.9.60(vinte e nove de setembro de mil novecentos e sessenta), do Diretor do ISEB ao Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Ofício(cópia) número 123(cento e vinte e três), de 23.11.60(vinte e três de novembro de mil novecentos e sessenta), do Diretor do ISEB ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Ofício (cópia) número 138(digo, 138(cento e trinta e oito), de 19.12.60(dezenove de dezembro de mil novecentos e sessenta), do Diretor do ISEB ao Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Telegrama (cópia) datado de 7.3.61(sete de março de mil novecentos e sessenta e um), do Diretor do ISEB ao Capitão Viriato Natividade Duarte. Comunicação datada de 17.4.61(dezesete de abril de mil novecentos e sessenta e um), do Capitão VIRIATO NATIVIDADE DUARTE, ao Diretor do ISEB. Carta (cópia) datada de 20.4.61(vinte de abril de mil novecentos e sessenta e um) do Diretor do ISEB ao Dr. PERY SUPPLY DE ALMEIDA. Carta (cópia) datada de 20.4.61(vinte de abril de mil novecentos e sessenta e um), do Diretor do ISEB ao ZÉ ARTHUR. Carta (cópia) datada de 20.4.61(vinte de abril de mil novecentos e sessenta e um), do Diretor do ISEB ao BARTOLOMEU. Telegrama(cópia) datado de 20.4.61(vinte de abril de mil novecentos e sessenta e um), do Diretor do ISEB ao Comandante Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Telegrama (cópia) de 15.5.61(quinze de maio de mil novecentos e sessenta e um), do Diretor do ISEB ao Capitão VIRIATO NATIVIDADE DUARTE. Telegrama (cópia)datado de 18.6.62(dezoito de junho de mil novecentos e sessenta e dois), do Diretor do ISEB ao Capitão VIRIATO NAVIT, digo, VIRIATO NATIVIDADE DUARTE. Telegrama datado de 19.5.62(dezenove de maio de mil novecentos e sessenta e dois), do Capitão VIRIATO NATIVIDADE DUARTE ao Diretor do ISEB. Carta datada de 31.3.62(trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e dois), do Capitão VIRIATO NATIVIDADE DUARTE ao Diretor do ISEB. Carta(cópia) datada de 6.4.62(seis de abril de mil novecentos e sessenta e dois) do Diretor do ISEB ao Capitão VIRIATO NATIVIDADE DUARTE. Carta datada de 9.4.62(nove de abril de mil novecentos e sessenta e dois), do Capitão VIRIATO NATIVIDADE

Duarte

Duarte

DUARTE ao Diretor do ISEB. Ofício(cópia) nº 153(cento e cinquenta e três) datado de 18.6.62(dezoito de junho de mil novecentos e sessenta e dois) , do Diretor do ISEB ao Senhor Governador do Rio Grande do Sul, LEONEL DE MOURA BRIZOLA. Tese apresentada pelo estagiário Capitão VIRIATO NATIVIDADE DUARTE, no ano de 1960, (mil novecentos e sessenta), com o título "A Polícia Militar na Evolução da Sociedade Brasileira". DOCUMENTAÇÃO assinada pelo - Cel. LUIZ BAYARDO DA SILVA,, Presidente da ADISEB. Telegrama(cópia datado de 2.3.61(dois de março de mil novecentos e sessenta e um), ao Prefeito MIGUEL ARRAES. Convite datado de 9.3.61(nove de março de mil novecentos e sessenta e um), ao Prefeito, digo, para uma conferência sob o tema "O que Ví em Cuba", que será proferida pelo Professor DOMAR CAMPOS, em 14.3.61(quatorze de março de mil novecentos e sessenta e um) no MEC. Telegrama(cópia) dirigido ao Governador LEONEL BRIZOLA, datado de 3/4/61(treís de abril de mil novecentos e sessenta e um). Ofício(cópia) dirigido ao Sr. LEONEL BRIZOLA, datado de 13.4.61(treze de abril de mil novecentos e sessenta e um). Telegramas (cópias) enviados - em 19.4.61(dezenove de abril de mil novecentos e sessenta e um) ao senhor Presidente JÂNIO QUADROS e ao Encarregado dos Negócios de Cuba. Ofício (cópia) de 5.5.61(cinco de maio de mil novecentos e sessenta e um), dirigido ao Governador LEONEL BRIZOLA. Ofícios (cópias) dirigidos, nas datas abaixo com os respectivos destinatários, pelo Presidente da ADISEB. Em 6(seis) de maio de mil novecentos e sessenta e um(1961)- Deputados SÉRGIO MAGALHÃES, FERNANDO FERRARI, RANIERI MAZZILLI, HERMOGENES PRINCIPE, JOSÉ JOFFILI, CELSO BRANT, HÉLIO CABAL, ÚLTIMO DE CARVALHO, BARBOSA LIMA SOBRINHO e GABRIEL PASSOS. Governador de Pernambuco CID SAMPAIO, VICE-Governador de MINAS GERAIS - CLÓVIS SALGADO, Senador JEFERSON DE AGUIAR, Governador de Minas Gerais, MAGALHÃES PINTO. Em 8(oito) de maio de 1961(mil novecentos e sessenta e um): Vice-Presidente da República JOÃO GOULART, Deputados: ANTONIO DINA, OS WALDO LIMA FILHO, BENTO GONÇALVES, ADAUTO CARDOSO, ADERBAL JUREMA, ARMANDO ROLEMBERG, BOCA YUVA CUNHA, COELHO DE SOUZA, TEMPERANI PEREIRA, JOSÉ MARIA ALKMIMA, digo, ALKMIM, JOSÉ BONIFÁCIO, - FRANÇA CAMPOS, CHAGAS FREITAS, CORACY OLIVEIRA, NELSON CARNEIRO, AURÉLIO VIANA. Em 9 de maio de 1961(nove de maio de mil novecentos e sessenta e um): Deputados CESAR PRIETO, MÁRIO TAMBORINDEQUY, OZANAN COELHO, PEREIRA LOPES e JOÃO ABDALLA. Em 10 de maio de 1961(dez de maio de mil novecentos e sessenta e um): Deputados JOSÉ SILVEIRA, CARDOZO DE MENEZES, DIRCEU CARDOSO, LAURO CRUZ, JONAS BAIENSE, NORBERTO SCHMIDT, NELSON MONTEIRO, AROLD CARVALHO, BATISTA RAMOS e Senhor ALVARO VIEIRA PINTO. Em 15 de maio de 1961 (quinze de maio de mil novecentos e sessenta e um): Deputados: -

Moura

Sen. P. 1

MAIA NETTO, ARTHUR VIRGILIO, SEIXAS DÓRIA, JOSÉ SARNEY, Desembargador OSNY DUARTE e senhor CARLOS MURILO. Em 16 de maio de 1961(dezesesseis de maio de mil novecentos e sessenta e um), Deputados: NOGUEIRA DA GAMA, BRENO SILVEIRA, CLEMEN SAMPAIO e SANTIAGO DANTAS. Em 17 de maio de 1961(dezesete de maio de mil novecentos e sessenta e um), Deputados: ANDRADE LIMA, HUMBERTO LUCENA, NOGUEIRA DE REZENDE, LUIZ BRONZEADO, RAUL DE GÓES, JOAQUIM DURVAL, CASTRO COSTA, ANISIO ROCHA, JORGE LIMA e ALMINO AFONSO. Em 18 de maio de 1961(dezoito de maio de mil novecentos e sessenta e um), Deputados: IVETE VARGAS, WILSON CALMOM, RONDON PACHECO, FERRO COSTA, PAULO LAURO e PEDRO ALEIXO. Em 19 de maio de 1961(dezenove de maio de mil novecentos e sessenta e um), senhor ALDEMAR CARVALHO e Deputado JORGE VALADÃO. Em 22 de maio de 1961(vinte e dois de maio de mil novecentos e sessenta e um) Deputado ADALGISA NERY e Doutor PEDRO MONTEIRO BASTOS FILHO, Secretário da Associação Médica do Estado da Guanabara. Em 23 de maio de 1961(vinte e três de maio de mil novecentos e sessenta e um) : Ministro das Relações Exteriores, AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO. Em 25 de maio de 1961(vinte e cinco de maio de mil novecentos e sessenta e um): Ministro da Educação e Cultura, senhor BRÍGIDO TINOCO. Em 29 de maio de 1961(vinte e nove de maio de mil novecentos e sessenta e um): Presidente do IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), doutor RAFAEL XAVIER. Em 30 de maio de 1961(trinta de maio de mil novecentos e sessenta e um): Jornalista HÉLIO FERNANDES. Em 5/6/61(cinco de junho de mil novecentos e sessenta e um): Diretor do ISEB, ALVARO VIEIRA PINTO e Diretor do INEP-Anísio Bixeira. Em 6/6/61(seis de junho de mil novecentos e sessenta e um): General FELICÍSSIMO CARDOSO, Professor IGNÁCIO M. RANGEL, OSVALDO GUSMÃO, CÂNDIDO ANTONIO MENDES DE ALMEIDA. Em 10/6/61(deze de junho de mil novecentos e sessenta e um) Professor DOMAR CAMPOS, senhor PEDRO MOURÃO, senhora HELGA HOFFMAN, doutora MARIA TELLES DE MENEZES, senhor OSW, digo, senhor ODUVALDO VIANNA FILHO, senhor GENTIL NORONHA e ainda ao senhor DOMAR CAMPOS. Em 12/6/61(doze de junho de mil novecentos e sessenta e um): Professor OSWALDO GUSMÃO, professor CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, senhor EDMUNDO DI CAVALCANTI, Sr. GEIR CAMPOS e Senhor MURICIO ROBERTO, senhor EMILIANO DI CAVALCANTI e Professor IGNÁCIO RANGEL. Telegrama de 12/6/61(doze de junho de mil novecentos e sessenta e um) do Deputado IVETE VARGAS ao senhor Presidente da ADISEB. Ofício(cópia) de 13/6/61(treze de junho de mil novecentos e sessenta e um) do Presidente da ADISEB ao senhor Paulo Silveira. Ofício (cópia) de 13/6/61, do Presidente da ADISEB ao senhor WILSON. Ofício (cópia) de 19 de

junho/61(dezenove de junho de mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao Senhor ALEX VIANY. Relatório das atividades da ADISEB no 2º(segundo) trimestre de 1961. Ofício de 20 de junho de 1961(cópia), do Presidente da Adiseb(ADISEB) ao senhor Redator de "O GLOBO", encaminhando noticiário para ser publicado. Telegrama(cópia) do Presidente da ADISEB ao Sr. JÂNIO QUADROS. Ofício de 24/7/61(vinte e quatro de julho de mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao Redator Chefe do "DIÁRIO DA NOITE". Noticiário(cópia) a ser publicado no "DIÁRIO DA NOITE". Ofício(cópia) de 1º/8/61(primeiro de agosto de mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao senhor Redator Chefe do "DIÁRIO CARIOCA". Noticiário (cópia) a ser publicado no "DIÁRIO CARIOCA"; Carta(cópia) de 2/8/1961(dois de agosto de mil novecentos e sessenta e um) do Cel. LUIZ BAYARDO DA SILVA ao Dr. CARLOS RAMOS. Ofício(cópia) de 16/8/61(dezesseis de agosto de mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao Chefe do Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, digo, Justiça do Rio Grande do Sul. Ofício(cópia) de 13 (treze) de novembro de 1961(mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao Comandante ROBERTO SISSON. Programa(cópia) de uma palestra do senhor DIAS GOMES, datado de 8/6/62(oito de junho de mil novecentos e sessenta e dois). Ofício(cópia) de 11/7/61(onze de julho de mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao senhor PAULO SILVEIRA; Noticiário(cópia) a ser publicado pelo jornal "ÚLTIMA HORA". Ofício(cópia) de 11/7/61(onze de julho de mil novecentos e sessenta e um) do Presidente da ADISEB ao Doutor ANÍSIO TEIXEIRA. Ofício(cópia) de 6(seis)agosto de mil novecentos e sessenta e dois, do Presidente da ADISEB ao Presidente da UNE. Ofício(cópia) de 11/8/61(onze de agosto de mil novecentos e sessenta e um), do Presidente da ADISEB ao Diretor do ISEB. Ofício(cópia) de 20/9/61(vinte de setembro de mil novecentos e sessenta e um) do Presidente da ADISEB ao senhor LEONEL BRIZOLA. Ofício(cópia) de 6/10/61, do Presidente da ADISEB ao Governador MAURO BORGES. Ofício(cópia) de 14/11/61, do Presidente da ADISEB ao Presidente da Ordem dos Desenhistas do Brasil. Manifesto, de novembro de 1961(mil novecentos e sessenta e um), do, digo, intitulado "PROGRAMA DE GOVERNO" e o Monopólio Estatal de Petróleo, contendo várias assinaturas, dentre as quais a do Tenente Coronel LUIZ BAYARDO DA SILVA. Três(3) Fotografias tiradas no ISEB, em que aparece, entre outros, o Deputado FERNANDO SANT'ANNA. Ofício(cópia) de 2/1/62(dois de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois), do Presidente da ADISEB ao Exmº sr. General PERY CONSTANT BEVILAQUA, enviando cópia de carta

Luiz

Luiz Bayardo

datada de 20 setembro de mil novecentos e sessenta e um(1961).
Ofício de 6/1/62(seis de janeiro de mil novecentos e sessenta e
dois) de Presidente da ADISEB ao Presidente da UNE. Ofício de
8/6/, digo, de 8/1/62(oito janeiro de mil novecentos e sessenta
e dois), de Presidente da ADISEB ao Diretor do ISEB. Ofício (cópia)
de 7/2/62(sete de fevereiro de 19, digo, mil novecentos e
sessenta e dois) de Presidente da ADISEB ao Governador LEONEL
BRIZOLA, encaminhando cópia de uma carta datada de 20 de setem-
bro de mil novecentos e sessenta e um(1961). Carta-Convite(có-
pia) de 4/5/62(quatro de maio de mil novecentos e sessenta e
dois), dirigida ao Exmo. Sr. Embaixador J.HERNANDEZ ARMAS, assi-
nada pela Dra. MARIA TELLES DE MENEZES. Aviso sobre Palestra a
ser proferida pelo Sr. FRANKLIN DE OLIVEIRA, no ISEB, em 8 de
maio de 1962(oito de maio de mil novecentos e sessenta e dois).
Ofício(cópia) de 14/5/62(quatorze de maio de mil novecentos e
sessenta e dois), assinado pelo Secretário Geral da ADISEB, di-
rigido ao senhor FERREIRA GULLAR. Telegrama(cópia) de 14/3/62,
do Diretor do ISEB ao Presidente do CACO. MOÇÃO de solidarieda-
de à República de Cuba, sem data, dirigida ao sr. Ministro da Edu-
cação e Cultura, assinada por Líderes Sindicais e Presidentes -
de Entidades. Tese de Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, intitulada
"CULTURA E REVOLUÇÃO". Ata(cópia) da Sessão Plenária do Semi-
nário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, organizado pela
UNE, realizado em Salvador-BAHIA, no período de 7 a 14 de julho
de 1963. Programa do Seminário supra citado. Telegrama (cópia)
de 3/2/64, do Diretor do ISEB ao Governador de Pernambuco MIGUEL
ARRAES. Telegrama(cópia) de 11/3/64, do Diretor do ISEB ao Go-
vernador de Pernambuco, MIGUEL ARRAES. Manifesto do Congresso
de Libertação Nacional, ao Povo Brasileiro. Telegrama, do Gover-
nador MIGUEL ARRAES ao Diretor do ISEB. Convite para a formatu-
ra da turma de 1962(mil novecentos e sessenta e dois) de ISEB.
Telegrama(cópia) de 31/3, digo, de 31/1/63(trinta e um de ja-
neiro de mil novecentos e sessenta e três) ao Governador MIGUEL
ARRAES. Carta de 27 de outubro de mil novecentos e cinquenta e
cinto(1955), dirigida ao sr.SANTIAGO FERNANDES e assinada pelo
sr. ROLAND CORBISIER. Ofício nº 39, de 4/3/58, digo, de 4/3/58, di-
rigido ao Professor CLOVIS SALGADO, encaminhando cópia de proje-
to de contrato a ser celebrado entre do ISEB e a Companhia Edi-
tora Nacional. Ofício nº 53, de 31 de março de 1958, do Diretor
do ISEB ao Sr. ENIO SILVEIRA. Ofício de 7 de abril de 1958, do
Presidente da FRENTE NACIONALISTA FLUMINENSE ao presidente do
ISEB. Carta de 7 de maio de 1958, dirigida ao sr.ROLAND CORBISI-
ER e assinada pelo sr. BENJAMIN MORAES. Telegrama(cópia, dirigi-
do ao sr.LUIZ CARLOS PRESTES pelo sr. ROLAND CORBISIER. Telegra

Telegramas(cópia) dirigidas ao Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK pelo senhor ROLAND CORBISIER. Telegrama(cópia) dirigido ao General OSVINO pelo Sr.ROLAND CORBINIER.Carta-Circular,de 9 outubro de 1958(mil novecentos e cinquenta e oito), da União Brasileira dos Aviadores Civis, dirigida ao dr.ROLAND CORBISIER e assinada pelo dr. JOÃO DE MORAES BARROS. Carta(cópia)de 22/10/58,dirigida ao dr.JOÃO DE MORAES BARROS e assinada pelo sr.ROLAND CORBISIER. Carta de 29 de janeiro de 1959 ao sr. ROLAND CORBISIER ao Sr. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE SOUZA. Ofício (cópia) de 13 de maio de 1959, de Diretor de ISEB ao sr.LEONEL BRIZOLA. Carta(cópia) de 1ª de junho de 1959, dirigida ao Snr. General JAIR DANTAS RIBEIRO, assinada pelo sr. ROLAND CORBISIER. OFÍCIO(cópia) nº 67, de 19 de junho de 1959, de Diretor de ISEB ao Governador de Estado de Rio Grande de Sul. Telegrama(cópia) de 12 de maio de 1959, de Diretor de ISEB, ao Governador LEONEL BRIZOLA. Telegrama(cópia) do Diretor do ISEB ao Governador LEONEL BRIZOLA. Carta de 20 de outubro de 1959, dirigida ao Dr. ROLAND CORBISIER e assinada pelo sr. LUIZ GONDIM MONTENEGRO. Telegrama de 18(dezoito de dezembro de 1959, dirigido ao Diretor do ISEB pelo sr. JOÃO GOULART. Portaria (Rascunho) versando sobre a contratação do sr.FRANCISCO DE BARROS CACHAPUZ. Portarias(vinte e nove) de contratação de pessoal para o ISEB, datada de 2(dois)de janeiro de mil novecentos e sessenta(1960) e assinadas pelo sr.ROLAND CORBISIER. Carta de 3(treís) de fevereiro de mil novecentos e sessenta), acompanhada de uma relação de livros solicitados ao ISEB, pelo senhor FRANCISCO CARVALHO DE OLIVEIRA; dirigida ao sr.ROLAND CORBISIER.Carta de 30(trinta)de setembro de mil novecentos e sessenta(1960),dirigida ao DR ROLAND CORBISIER e assinada pelo sr JURACY CARDOSO.Carta de 1ª(primeiro) de outubro de mil novecentos e sessenta dirigida ao Professor ROLAND CORBISIER pelo sr. ANTONIO CARLOS LEÃO MARTINS. Carta de 13 de abril de mil novecentos e sessenta(1960), dirigida ao sr.ROLAND CORBISIER, assinada pelo deputado SERGIO MAGALHÃES. Fotografias (autógrafas)4, nas quais aparece o senhor ROLAND CORBISIER. Tese apresentada pelo estagiário NICOLAU MOURA FERREIRA, no ano de 1963, digo, no ano de 1962, intitulada "O DESENVOLVIMENTO EMPOBRECENTE". Ofício (cópia) nº 151,de 30/12/58, do Diretor do ISEB ao exmo. sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura. Carta(cópia)de 24/12/58,do sr.GUERREIRO RAMOS ao Exmo.Sr. Ministro da Educação e Cultura. Noticiário(cópia)a ser publicado por diversos jornais cariocas,enviado pelo diretor Executivo do ISEB, sr.ROLAND CORBISIER, em 29/12/1958. Fotografias (quatro) 4,tiradas no ISEB,onde aparece, entre outros, o Ministro da Educação, CLOVIS SALGADO. Ofício(cópia) de 19(dezenove de junho de mil novecentos e sessenta e um(1961),do Pre-

Corbisier

do Presidente da ADISEB ao sr. ARNALDO ESTRELLA. Ofício (cópia) de 20 (vinte) de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), do Presidente da ADISEB ao Sr. ARNALDO ESTRELLA. Carta (cópia), de 22 (vinte e dois) de agosto de mil novecentos e sessenta e um, do senhor Coronel LUIZ BAYARDO DA SILVA, Presidente da ADISEB, ao senhor Redator do "DIÁRIO CARIOCA", enviando nota para publicação. Revista Ilustrada "CHINA" (uma folha n. 134, de 1960, na qual aparece o sr. ARNALDO ESTRELLA. Conferência (cópia) realizada no ISEB em 25/3/1960, pelo Deputado FRANCISCO JULIÃO, cujo tema foi "LIGAS CAMPONESES DO NORDESTE E REFORMA AGRÁRIA". Carta (cópia) datada de 14/7/1961, do Presidente da ADISEB ao Deputado FRANCISCO JULIÃO. Recorte do Jornal "Diário Carioca" de 16 de setembro de 1962, que publica um "Manifesto das Ligas Camponezas ao Povo", assinado pelo sr. FRANCISCO JULIÃO. Carta, data de 5 (cinco) de junho de mil novecentos e sessenta e três - - (1963), encaminhando um Manifesto-Programa com o título "Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil", assinada pelo senhor FRANCISCO JULIÃO, dirigida ao senhor INÁCIO SILVA. - - - - -

Notas de aula de Economia da Professora HELGA HOFFMANN. Programa do "Curso de Estrutura de Recursos Naturais do Brasil" do ISEB. Ata da Sessão conjunta do Conselho Curador e da Congregação do ISEB, realizada em 19 de dezembro de 1958. Trabalho de Sociologia apresentado pelo Estagiário EDUARDO SOCRATES CASTANHEIRA = SARMENTO, versando sobre o tema "GREVE". Conferência sobre "A REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CUBA", proferida pelo jornalista MARCO ANTONIO COELHO, no ISEB, em 6, digo em 2 (dois) de junho de 1960. Notas sobre o conceito de Revolução Brasileira, do Sr. ALVARO VIEIRA PINTO. Tradução feita por FAUSTO CUPERTINO, sobre a "PRÁTICA DE MAO TSE-TUNG", extraído da edição inglesa "SELECTED WORKS OF MAO TSE-TUNG", Vol. I, London, - Lawrence & Wishart Ltda. 1954. Trabalho elaborado por ARIOSVALDO FIGUEIREDO SANTOS, intitulado "Contribuição à Controvérsia da Legalidade". Tese intitulada "O PROCESSO ESPOLIATIVO DO BRASIL", de autoria de SERGIO WERNECK PEREIRA", apresentada no ISEB, em 1962 (mil novecentos e sessenta e dois). Programa do "Curso de Treinamento Intensivo em Teoria Social promovido pelo ISEB e pela CASES. Cartas (cópias) datadas de 6 (seis e 28 (vinte e oito) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um (1961), do Presidente da ADISEB ao Professor ANTONIO DE PADUA FERREIRA DA SILVA, Presidente da AGEDISEB. Telegrama (cópia) de 15 (quinze) de maio de mil novecentos e sessenta e um (1961), do Diretor do ISEB ao Capitão VIRIATO DUARTE. Cópia do Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, que institui no MEC, o ISEB, dispondo sobre o seu funcionamento e dando outras providências. Cópia do Discurso proferido pelo Ministro da Educação S. Clovis Salgado, em 9.8.1957. no ISEB. Decreto do Diário, digo, Recorte do Dia -

Adm.

Dir. Adm.

Manhã

Diário Carioca de 20.12.57, o qual publica referênciã ao paraninfo da turma do ISEB, General Teixeira Lott, Ministro da Guerra. - Recorte do "JORNAL DO BRASIL" de 20.12.57, versando sôbre a cerimônia de encerramento do Curso do ISEB, no ano de 1957. Recortes do "JORNAL DO BRASIL", de 21.12.57, que publica o discurso proferido pelo paraninfo da turma do ISEB, do ano de 1957, General Teixeira Lott. Recortes do "Diário Carioca" de 21.12.57, que publica trechos de Discurso do General Teixeira Lott, pronunciado na diplomação da turma de 1957, do ISEB, da qual foi paraninfo. Recorte da "Imprensa Popular", de 21.12.57, versando sôbre a diplomação da turma de 1957, do ISEB. Recorte do Diário de Notícias de 21.12.57, em que aparece flagrantes colhidos na solenidade de encerramento do Curso Regular do ISEB em 1957, bem como trechos do Discurso de Paraninfo, General Teixeira Lott. Recorte do Diário de Notícias de 27.12.57, que interpreta as razões da escolha do General Teixeira Lott, para paraninfo. Recorte do Correio da Manhã, que publica reportagem sôbre o encerramento do Curso do ISEB, em em 1957. Recorte da Tribuna da Imprensa de 21.12.57, que publica flagrante da solenidade de encerramento do Curso Regular, no ano de 1957, do ISEB, bem como trechos do discurso do General Teixeira Lott. Recorte do Diário de Notícias de 22.12.57, que publicou fato ocorrido por ocasião da solenidade de encerramento do Curso do ISEB, em 1957. Recorte da Última Hora de 24.12.57, que publica a Plataforma Nacionalista para as eleições de (1958) mil novecentos e cinquenta e oito. Recorte do Jornal do Brasil de 15.2.58, que publica trechos da carta de um professor Russo ao Ministro da Educação, Clovis Salgado. Cartão da Biblioteca Escolar da AMAN, contendo endereço. Recorte do Jornal "O Globo" de 28.2.58, que publica conceitos do Sr. Roland Corbisier, sôbre nacionalismo. Ofício n. 139-BIBL. de 3 de março de 1958, do Cap. Bibliotecário da AMAN, ao Sr. Presidente do ISEB, agradecendo doação de livros. Convocatória do Movimento Nacionalista Fluminense, de 31 de janeiro de 1959, digo, de 1958. Recorte da Última Hora de 15.7.58, que publica os aplausos da F.P.N. aos Bispos de Goiás. Carta dirigida ao ISEB, em 8 de outubro de 1958, pelo serviço IUGUSLAVO de informação. Relação de alunos do Curso do ISEB, em 1958. Boletim de Merecimento do sr. Alberto Guerreiro Ramos, de 5.3.59, assinado por Roland Corbisier. Decreto n. 45.811, de 15 de abril de 1959, dando nova organização ao ISEB. Recorte, em termo-fax, do "seminário" de 21 de maio de 1959, que publica a demissão dos senhores Roberto Campos e Hélio Jaguaribe, do ISEB. Recorte de "Última Hora", de 4.8.59, versando sôbre a visita ao ISEB dos líderes estudantis eleitos para a Diretoria da UNE, no biênio de 59/60. Recorre do "Correio da Manhã" de 27.8.59, que publica a notícia sobre aulas ministradas a Sargentos do Exército por professores do ISEB.

Manhã

J. Oliveira

Recorte do "Semanário" de 5 a 11-9-59, notas diversas, relacionadas com o ISEB. Recorte de "O Globo" de 7.11.59, que publica denúncia contra o IDEB, formulada pelo sr Jorge Bhering de Mattos.- Recorte de "Última Hora" de 9.11.59, que publica declarações do Ministro Clovis Salgado. Convite dirigido a ABI, para o encerramento do Curso Extraordinário sobre problemas Brasileiros, realizada em 1959, bem como o agradecimento do Presidente da ABI. Certificado de conclusão do Curso de INTRODUÇÃO aos Problemas do Brasil, realizado pelo ISEB, para ser preenchido. Fôlhas(duas)do "O Cruzeiro", que publica denúncia do Sr.Jorge Bhering de Mattos , contra o ISEB,. Recorte do "Brasil Nacionalista" de 1.1.60, que publica uma reportagem intitulada "O NOVO ASPECTO DA TRAIÇÃO COMUNISTA". Carta do Sr.Alvaro Vieira Pinto, de 12/5/60, dirigida ao Presidente da UNE. Recorte de "ÚLTIMA HORA", de 10.12.60, que publica cópia de telegrama do Diretor do ISEB, ao Sr.Ministro Clovis Salgado. Recorte de "JORNAL DO BRASIL" de 14.12.60, cujo destaque é a homenagem do deputado ROLAND CORBISIER ao Cap.Dr. LAURO MOURA, da F.A.B.. Recorte do "O JORNAL" de 12., digo, de 11.12.60 que publica as congratulações de Dna. EDNA LOTT à Congregação do ISEB. Relação do pessoal integrante da administração do ISEB, e dos Diplomandos do ano de 1960, com os respectivos endereços. Ata da reunião do dia 18 de dezembro de 1960, que apurou as eleições para a Diretoria da ADISEB, para 1961. Recorte de "O SEMANÁRIO", de 26.12.60, que publica a visita do Professor Alvaro Vieira Pinto à sede do Movimento Nacionalista Brasileiro. Recorte de "O SEMANÁRIO", de 7.1.61, que publica uma reportagem sobre o encerramento do Curso Regular de 1960, do ISEB, em que foi paraninfo o Deputado SÉRGIO MAGALHÃES. Recorte da "TRIBUNA DA IMPRENSA", de 9.1.61, que publica trechos de um pronunciamento do Dep.ROLAND CORBISIER, em que o mesmo conclama os favelados para a revolução que está prestes. Recorte de "O JORNAL" de 11.1.61, que publica apóio da UPE a Fidel Castro. Recorte do "JORNAL DO BRASIL", de 12.1.61, que publica pedido de informações sobre nomeações. Programa do Curso Especial de Férias do ISEB, realizado durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1961. Recorte de "O METROPOLITANO" de 22.1.61, que publica um artigo de J.CLEMENTE DE OLIVEIRA, sob o título ... "ISEB E PESQUISAS". Recorte de "O GLOBO", de 27 de janeiro de mil novecentos e sessenta e um (1961), que publica a reclamação do Deputado SÉRGIO MAGALHÃES, contra o corte de verbas destinadas ao ISEB. Relação numérica dos alunos matriculados no "Curso de Férias", em 1961, do ISEB, discriminando as profissões, datada de 24.1.61. Recorte da "TRIBUNA DA IMPRENSA", de 27.1.61, que publica denúncia dos Deputados GLADSTONE CHAVES DE MELO e SANDRA CAVALCANTI, sobre as pretensões dos ISEBIANOS. Telegramas(cópias), de 3.2.61, do Diretor do ISEB, ao sr. ANTÔNIO PÁDUA, Presidente da

P. Lima

Car. da

Associação Gaúcha dos ex-alunos do ISEB em Porto Alegre. Recorte da "TRIBUNA DA IMPRENSA" de 16.2.61, que publica a apresentação de projeto pelo Deputado SÉRGIO MAGALHÃES, abrindo crédito para o ISEB. Recorte da "TRIBUNA DA IMPRENSA", de 25.2.61, que publica uma nota assinada pelo Sr. ALBERTO LATORRE DE FARIA. Carta .. (cópia) , de 17.3.61, do Sr. ALVARO VIEIRA PINTO, ao Sr. Dr. OSCAR GONZAGA COELHO. Recorte do "JORNAL DO COMÉRCIO", de 28.3.61, que publica um artigo intitulado "ISEB NA PUC". Recorte de "O SEMANÁRIO" de 19.4.61, que publica um artigo de MARIA TELES DE MENEZES. Recorte do "JORNAL DO COMÉRCIO", de 21.5.61, que publica um artigo alertando as autoridades e os pais contra o perigo da infiltração comunista nos meios estudantis. Recorte do "JORNAL DO BRASIL" de 21.5.61, que pb, digo, que publica visita de Estudantes da URSS ao ISEB. Recorte da "Tribuna da Imprensa", de 24.5.61, que publica esclarecimento da visita de Estudantes - Russos ao ISEB. Recorte de "O SEMANÁRIO" de 28.5.61, que publica artigo da sra. HELGA HOFFMANN , criticando o sr. Celso Furtado. Recorte de "O SEMANÁRIO", de 28/5/61, que publica trechos de uma conferência sobre "Capitais Estrangeiros", proferida em Belo Horizonte pelo economista Gilberto Paim, professor do ISEB. Recorte do "JORNAL DO BRASIL, de 6.6.61, que publica uma nota do Almirante reformado CARLOS PENNA BOTTO, criticando o ISEB. Recorte de "NOVOS RUMOS, de 15.6.61, que faz citação a uma palestra realizada no dia 6 de junho de 1961, na ABI pelo economista ACIOLI BORGES. Recorte de "O SEMANÁRIO", de 21.6.61, que publica, na coluna destinada a ADISEB, um artigo intitulado "IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL". Ofício nº 1638, de 23 de junho de mil novecentos e sessenta e um (1961) , do Cmt. Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao sr. Alvaro Vieira Pinto, Diretor do ISEB. Recorte de "O SEMANÁRIO", de 6 de julho de mil novecentos e sessenta e um (1961) , que publica coluna destinada ao ISEB , trechos da conferência pronunciada pelo professor Alvaro Vieira Pinto, que abordou o tema /"ELABORAÇÃO DA CULTURA NACIONAL". Recorte de "O SEMANÁRIO" de 14 de julho de mil novecentos e sessenta e um (1961) que pb, digo, que publica noticiário sobre as atividades do ISEB. Recorte de "O SEMANÁRIO" de dezoito de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), que publica artigo de MARIA TELES MENEZES, intitulado "LIVRE EMPRESA E CONTRÔLE ESTATAL NA RADIO DIFUSÃO". Recorte de "O SEMANÁRIO", de 26 de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), que publica artigo sobre o lançamento do livro de autoria do professor ALVAROV, digo, ALVARO VIEIRA PINTO intitulado "CONSCIÊNCIA E REALIDADE NACIONAL". Recorte de "O SEMANÁRIO" de 26 de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961) , que publica artigo de PEDRO MOURÃO, criticando os capitais estrangeiros. Recorte de "O SEMANÁRIO", de 26 de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961) , que publica artigo do sr. NELSON WERNECK SODRÉ

Recorte do "JORNAL DO BRASIL" de vinte e um de setembro de mil novecentos e sessenta e um, que publica reportagem sobre desavença entre posseiros do Itaguaí, e o Sr. NELSON GOMES DE SOUZA. Recorte de "O SEMANÁRIO", de vinte e seis de setembro de mil novecentos e sessenta e um (1961), que publica solidariedade do Presidente da ADISEB com o Semanário. Carta de 16 de outubro de mil novecentos e sessenta e um (1961), do sr. ALVARO VIEIRA PINTO dirigida ao Sr. MARCO ANTÔNIO. Recorte do "CORREIO DA MANHÃ", de 6 de dezembro de mil novecentos e sessenta e um (1961), que publica artigo sobre a, digo, sobre situação do ISEB. Recortes da "GAZETA DE NOTÍCIAS" e "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" de doze de dezembro de mil novecentos e sessenta e um (1961), que noticiam uma palestra do Curso "IMPrensa E REALIDADE NACIONAL" a ser proferida pelo Desembargador CRISTOVÃO BREINE. - Recorte do "JORNAL DO BRASIL" de 23 de dezembro de mil novecentos e sessenta e um (1961), que publica reportagem sobre aula dada no ISEB, pelo Reporter Faria de Azevedo, sob a importância da fotografia na imprensa. Telegrama (cópia) de 26 de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do sr. ALVARO VIEIRA PINTO ao Exmo Snr. Embaixador de Cuba. Carta de 29 de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois (1962) do Diretor do ISEB ao Exmo. Sr. Embaixador da Tchecoslováquia. Programa do Ciclo de Estudos Brasileiros patrocinado pela União Metropolitana dos Estudantes, sob os auspícios da CASES. Telegrama (cópia) de 19 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Diretor do ISEB ao Governador LEONEL BRIZOLA. Ofício n. 183 de 25 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, digo, dois (1962), da Legação da República Popular Rumaniana no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor do ISEB, Assinado por George Pleoesteanu. Ofício (cópia) n. 66, de 27 de março de mil novecentos e sessenta e dois, (1962) do Diretor do ISEB, ao Sr. Coronel OSCAR BASTOS, secretário do Movimento Nacionalista. Carta de 4 de abril de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Senhor Marcos Antonio de Almeida, dirigida ao Diretor do ISEB, solicitando livros. Ofício (cópia) de 4 de abril de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Diretor do ISEB ao Exmo Snr. Comandante da Polícia Militar do Estado da Guanabara. Ofício n. 775, de 23 de abril de mil novecentos e sessenta e dois, do Cmt. Geral da Polícia Militar do Estado da Guanabara, ao Sr. Diretor do ISEB. Ofício (cópia) nº 100, de 11 de abril de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Diretor do ISEB, ao senhor Major-Brigadeiro-do-Ar ANTÔNIO ALVES CABRAL, Comandante da Escola de Comando e do Estado Maior da

Alvaro

Car. 1962

Alvaro

Accounting

Aeronáutica.(fls.,digo, 2 fls.). Telegrama(cópia) de 23 de a -
 bril de mil novecentos e sessenta e dois(1962), do Diretor do
 ISEB ao Sr. DESEMBARGADOR OSNY DUARTE PEREIRA. Recortes de
 "ÚLTIMA HORA", de oito de maio de mil novecentos e sessenta e
 dois (1962) , que publica convite para a Conferência de FRAN-
 KLIN DE OLIVEIRA, no ISEB, a qual versará sôbre o tema "PROBLE
 MAS BRASILEIROS E LITERATURA". Manifesto da UNE aos Estudan -
 tes e ao Povo, datado de 9 de junho de mil novecentos e sessen
 ta e dois(1962), assinado por vários líderes estudantis. Abai-
 xo assinado dirigido ao Diretor do ISEB, consultando-o sôbre a
 possibilidade do Sr. ALVARO VIEIRA PINTO ministrar à noite, au
 la de Filosofia Marxista. Carta de 29 de julho de mil novecen
 tos e sessenta e dois(1962), do Sr. NELSON WERNECK SODRÉ diri
 gida ao Sr. ALVARO VIEIRA PINTO. Notas de aulas do Curso de -
 Política, ministrado pelo Professôr OSNY DUARTE PEREIRA, no
 ISEB, ano de mil novecentos e sessenta e dois(1962). Recorte -
 do "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" de 6 de setembro de mil novecentos e
 sessenta e dois, (1962) que publica a visita do Ministro ROBER
 TO, digo, ROBERTO LIRA ao ISEB. Recorte de "O JORNAL" de 12 de
 setembro de mil novecentos e sessenta e dois(1962) , que publi
 ca artigo de dona SONIA SARAIVA SEGANFREDO sôbre aliciamento -
 de estudantes pelo ISEB. Recorte de "O JORNAL, de 16 de setem
 bro de mil novecentos e sessenta e dois(1962) , que publica ar
 tigo intitulado "UNE - MENINA DOS OLHOS DO PARTIDO COMUNISTA" .
 Recorte de "O JORNAL ", de 20 de setembro de mil novecentos e
 sessenta e dois(1962) , que publica uma reportagem sôbre Con
 gresso dos Estudantes realizados em Quitandinha. Recorte de "
 "ÚLTIMA HORA", de 5(cinco) de outubro de mil novecentos e ses
 senta e dois (1962) , que publica artigo de PAULO FRANCIS, em,
 digo, emitido, digo, emitindo conceitos sô bre o senhor MI
 GUEL ARRAIS. Panfleto do Trabalho aprovado pela Congregação
 do ISEB, publicado em 19 de outubro de 1962(mil novecentos e
 sessenta e dois). Recorte do Jornal "LIGA" de 20 de outu -
 bro de mil novecentos e sessenta e dois(1962), que publica ar
 tigo da Juventude condenando a Pirataria Ianque. Recorte de
 "O SEMANÁRIO" de 28 de outubro de mil novecentos e sessenta -
 e dois(1962) , que publica telegrama assinado pelos professô
 res do ISEB dirigido ao Senhor JOÃO GOULART e ao 1) Ministro
 HERMES LIMA. Recorte de "LUTA DEMOCRÁTICA. de 2 de dezembro
 de mil novecentos e sessenta e dois(1962), que publica artigo
 de sr. NELSON WERNECKS, digo NELSON WERNECK SODRÉ, intitulado -
 "MOVIMENTO DAS IDÉIAS". - - - - -

Alvar

Qu. d. d.

Recorte de "Diário Fluminense" de 4 de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica artigo elogiando "Cadernos do Povo Brasileiro". Recorte de "O GLOBO", de 4, digo, de 5 (cinco) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica explicações de senhor ALVARO VIEIRA PINTO sobre o panfleto "PORQUE VOTAR CONTRA O PARLAMENTARISMO NO PLEBISCITO". Recorte de "ÚLTIMA HORA", de 5 de dezembro de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois), que publica artigo sobre "Habeas-Corpus" impetrado pelo ISEB contra a Polícia do senhor Carlos Lacerda. Recorte de "ÚLTIMA HORA", de 5 (cinco) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica artigo de JOSÉ MAURO intitulado "Livro Pubo, digo, "Livro Publicado pelo ISEB irrita Reação". Recorte de "O JORNAL", de 5 (cinco) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica artigo da Frente da Juventude Democrática defendendo o mandato do Sargento Garcia. Carta de 6 de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Dr. SOBRAL PINTO ao senhor ALVARO VIEIRA PINTO. Carta (cópia) de 12 (doze) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois, do senhor Alvaro Vieira Pinto ao Dr. Sobral Pinto. Carta de 6 (seis) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do sr. Luiz Ferreira Lima ao Sr. Alvaro Vieira Pinto. Carta de 8 (oito) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Dr. CARLOS GOMES DE SOUZA ao Sr. Alvaro Vieira Pinto. Recorte de "Jornal de Brasil", de 7 (sete) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica críticas ao Folheto do ISEB, formulada pelo Deputado Bilac Pinto. Recorte de "O METROPOLITANO" de 8 (oito) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica artigo em que o senhor ALCEU AMOROSO LIMA foi eleito o paraninfo do ano. Ofício GM/... 3862, de 11 (onze) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962) do Delegado da U.P.E.S. ao Diretor do ISEB, solicitando livros. Artigo para publicação na revista Movimento da UNE, de autoria do senhor ALVARO VIEIRA PINTO, concitando o povo a votar contra o parlamentarismo. Telegrama (cópia), de 11 (onze) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), do Diretor do ISEB ao Presidente da República. Recorte de "O GLOBO", de 13 (treze) de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois (1962), que publica artigo em que diversos senadores condenam o panfleto do ISEB, contra o parlamentarismo. Recorte de "O SEMANARIO", de 27/12/62, anunciando o lançamento da coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Publicação da "RESOLUÇÃO POLÍTICA DA CONVENÇÃO NACIONAL DOS COMUNISTAS", aprovada em agosto de .. 1960. Publicação da Editora Aliança do Brasil Ltd, sobre a "CARTA ABERTA DOS CC E PCUS", publicada no jornal "PRAVDA" em 14/7/63.

McBorais *28*
[Signature]

Publicação de Curso 3 - Formação Teórica e Política - III - A Política dos Comunistas. Recorte de "NOVOS RUMOS", de 4 de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, (1963), que publica um artigo de RUI FACÓ, intitulado "LIVROS DE UMA GERAÇÃO INQUIETA". Telegrama datado de 15 de janeiro de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Embaixador da Iugoslávia, ao Presidente da ADISEB. Recorte de "O SEMANARIO", de 17 (dezesete) de janeiro de mil novecentos e sessenta e três (1963), que publica texto de telegrama enviado ao presidente do Paraguai, pela Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai. Telegrama de 24 (vinte e quatro) de janeiro de mil novecentos e sessenta e três (1963), do presidente da UNIÃO BRASILEIRA DOS SERVIDORES POSTAIS E TELEGRÁFICOS ao senhor Diretor do ISEB. Telegrama (cópia) de 31 de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, (1963), do Diretor do ISEB ao senhor GOVERNADOR DE SERGIPE, ser. SEIXAS DÓRIA. Perguntas formuladas ao Professor ALVARO VIEIRA PINTO em uma aula de Filosofia, em oito (8) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três (1963). Recorte de "BANCARIO", de oito (8) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três, que publica o programa do II Festival de Cultura Popular de Centro Popular de Cultura. Recorte de "JORNAL DO COMÉRCIO" de 22 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três, que publica notícias sobre lançamento do volume nº 8 (oito) dos "CADERNOS DO POVO BRASILEIRO". Telegrama de 1º de março de mil novecentos e sessenta e três, do deputado SALDANHA COELHO ao Presidente da ADISEB. Telegrama de 1º de março de mil novecentos e sessenta e três (1963), do sr. ARIEL WAINER, pedindo garantia de inscrição no curso de ISWB, digo, de ISEB. DISSERTAÇÃO, de GERSON ANTONIO DE CARVALHO, sobre o tema "Nacionalismo e Desenvolvimento", apresentada à Congregação de ... ISEB em 1960 (mil novecentos e sessenta). Tese de autoria de FERNANDO RYFF CORREIA LIMA, intitulada "Capitais Estrangeiros Face o Processo de Desenvolvimento, apresentada à Congregação de ISEB, no ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Trabalho de autoria do estagiário JOSÉ MOURA ROCHA, intitulado "Tentativa de um Esboço Tático do Nacionalismo Brasileiro", apresentado à Congregação de ISEB no ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957). Tese de autoria do estagiário MANOEL LUIZ RUDGE, intitulada "Colonialismo - Sub-Desenvolvimento", apresentada à Congregação de ISEB, no ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957) . - - - - -

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Tese de autoria do estagiário MAXIMIRO NOGUEIRA DE MEDEIROS, intitulada "O PROBLEMA RURAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL", apresentada à Congregação do ISEB no ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957, digo, 1957). Tese de autoria do estagiário CLEMENTE RIBEIRO GUIMARÃES, intitulada "A Consciência Nacional de ufanismo ao nacionalismo pela descrença, apresentada à Congregação do ISEB no ano de mil novecentos e sessenta (1960). Tese apresentada ao ISEB, e defendida perante a Congregação, pelo estagiário JACY PEREIRA LIMA, no ano de mil novecentos e sessenta (1960), intitulada "Brasília centro de consciência nacionalista". Tese, digo, Tese de autoria de JOSÉ MARIO MACHADO SANTOS, intitulada "Imperialismo e Desenvolvimento", apresentada à Congregação do ISEB, no ano de 1960. Tese de autoria do estagiário MANOEL DA SILVA TEIXEIRA, intitulada "Nacionalismo, digo, "Nacionalizemos o Brasil", apresentada à Congregação do ISEB, no ano de mil novecentos e sessenta (1960). Tese de autoria do estagiário RAOUL CID LOUREIRO, intitulada "UNIDADE NACIONAL E REGIONALISMO". Tese de autoria do estagiário SEBASTIÃO HÉLIO FARIA DE PAULA, intitulada "INICIATIVA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO". Tese de autoria do estagiário ARIOSTO PACHECO DE ASSIS, intitulada "ESTATÍSTICA E EMANCIPAÇÃO NACIONAL". Tese de autoria do estagiário ERNESTO WALTER ALBRECHT, intitulada "OS SUPERIORES INTERESSES BRASILEIROS E A REALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA ALEMÃ". Tese de autoria do estagiário JOÃO FERNANDES SOBRINHO, intitulada "OS SERTÕES E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA". Planos de aulas .. (dois), do Professor OSNY DUARTE PEREIRA, do Curso de Política, ministrado no ano de 1962, no ISEB. Fichas (dois) discriminativas de cargos e funções a classificar, acompanhadas dos respectivos "MAPAS DO TEMPO DE SERVIÇO", dos seguintes servidores do ISEB: NELSON WERNECK SODRÉ, WANDERLEY GUILHERMES DOS SANTOS, ALVARO BORGES VIEIRA PINTO, OSNY DUARTE PEREIRA, OSWALDO HERBERT GUSMÃO e DOMAR CAMPOS. Ofício (cópia) nº 55, de 5 de março de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Diretor de ISEB, ao Professor TEOTÔNIO MONTEIRO DE BARROS FILHO, Ministro da Educação. Aviso nº 111, de 9 de março de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), do Ministro da Educação ao Ministro da Fazenda. Ofício 071/63, de 11 de março de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado da Guanabara, ao Diretor de ISEB. Relação (cópia autêntica) dos alunos que cursaram, no ISEB, o "Curso sobre Reformas de Base" no ano de mil novecentos e sessenta e três (1963). Recorte da "Tribuna da Imprensa", de 20 de mar-

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Michorais D. P. ...
30
Alcides

-fls.21-

março de mil novecentos e sessenta e três, que publica a contribuição de Deputado SÉRGIO MAGALHÃES, para os "Cadernos de Povo Brasileiro, escrevendo um ensaio intitulado "POR QUE AINDA NÃO SOMOS INDEPENDENTES". Carta(cópia) de 20 de março de mil novecentos e sessenta e três, do Diretor de ISEB ao Diretor de "ÚLTIMA HORA", solicitando correção de publicação. Ofício datado de 20 de março de mil novecentos e sessenta e três, (1963), com 4(quatro) fls. do Redator de "A ÉPOCA", Revista do CACO, ao Professor Alvaro Vieira Pinto, encaminhando quesitos para serem respondidos, sobre os problemas da Reforma Universitária. Telegrama de 21 de março de mil novecentos e sessenta e três(1963), do General GONZAGA LEITE, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, ao Diretor de ISEB. Entrevista feita pelo Redator de "A ÉPOCA", com o Professor ALVARO VIEIRA PINTO, em 25 de março de mil novecentos e sessenta e três(1963), sobre a Reforma Universitária. Recorte de Jornal "ESTADO DE MINAS", de 27 de março de 1963(1963), que publica um artigo de ALBERTO DEODATO, sobre a publicação dos livros "Cadernos de Cultura Popular". Ofício nº 90, de 31 de março de mil novecentos e sessenta e quatro (1963, digo, de 1964), do Diretor de ISEB, ao Exmo. Sr. Chefe do Gabinete do senhor Ministro da Educação e Cultura, encaminhando Boletim de Frequência, referentes ao mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro(1964), dos servidores de ISEB. Boletim de frequência de servidores de ISEB. Telegrama - (cópia) de 9 de abril de mil novecentos e sessenta e três ... (1963), do Embaixador da Iugoslávia ao Diretor de ISEB. Comunicação nº 2, de cinco(5) de abril de mil novecentos e sessenta e três(1963), do Sec. Geral de ISEB, sobre conferência do Embaixador da Iugoslávia. Comunicação nº 5(cinco) de 22(vinte e dois) de abril de mil novecentos e sessenta e três(1963), do Sec. Geral de ISEB, sobre horário de aula. Recorte de "Diário de Notícias", de 26 de abril de mil novecentos e sessenta e três,(1963) que publica artigo sobre autógrafos na Feira de Livro, pelos autores dos últimos volumes da série "CADERNOS DO POVO BRASILEIRO". Comunicação nº 10, de 10(dez) de ab, digo, de maio de mil novecentos e sessenta e três,(1963) do Sec. Geral de ISEB, sobre conferência do Embaixador da Tchecoslováquia. - Comunicação nº 12, de 13 de maio de mil novecentos e sessenta/ e três,(1963), visando, digo, versando sobre alteração de horário de aula. Conferência do Embaixador da Tchecoslováquia e-

Alcides

Alcides

M. C. B. ...
31
J. C. ...

-fls. 22-

de livros à disposição de Estagiários. Comunicado nº 1, de 14 de maio de mil novecentos e sessenta e três (1963), da Comissão para Eleição dos Representantes dos Estagiários junto à Congregação de ISEB, sobre as normas para a Eleição. Comunicado nº 2, de 14 de maio de mil novecentos e sessenta e três (1963), da Comissão / para Eleição dos Representantes dos Estagiários junto à Congrega- ção de ISEB, versando sobre inscrição de Chapa. Comunicação nº.. 30, de 27 de junho de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Sec. Geral de ISEB, versando sobre lançamento de livros, e sobre uma conferência de LEANDRO KONDER. Mensagem de Saudação ao VIII- Congresso de Educadores Americanos, pronunciada por "FANG MING", Vice-Presidente do Sindicato de Professores da China. Comunica- ção nº 33, do Sec. Geral de ISEB, de 2 de agosto de mil novecen- tos e sessenta e três (1963), sobre aulas com o Professor PAULO / DE CASTRO. Telegrama de 12 de agosto de mil novecentos e sessen- ta e três (1963), do Presidente da UNE ao Professor ALVARO VIEIRA PINTO. Pronunciamento da representante dos Estagiários de ISEB e da ADISEB, feito em um Ato de Homenagem ao Professor ALVARO VIEI- RA PINTO, realizado no CACO em 19 de agosto de mil novecentos e sessenta e três (1963). Comunicação nº 36 de 19 de agosto de mil novecentos e sessenta e três (1963) do Sec. Geral de ISEB, sobre herário de aulas do Curso Regular. Comunicação nº 39, de 22 de agosto de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Se. Geral / de ISEB, sobre conferências. Comunicação nº 40 de 2 de setembro de mil novecentos e sessenta e três (1963) do Sec. Geral de ISEB, sobre entrega de teses e Conferências. Comunicação nº 41, de 4 de setembro de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Sec. / Geral de ISEB, sobre Conferências. Comunicação nº 41, de 9 de setembro de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Sec. Ge- ral de ISEB, sobre Conferência da Dra. MARIA AUGUSTA TIBIRIÇÁ MI RANDA sobre a viagem à CHINA e à UNIÃO SOVIÉTICA. Comunicação / nº 42, de 10 de setembro de mil novecentos e sessenta e três / (1963), sobre (1963), do Sec. Geral de ISEB, sobre aprovação de temas para te- ses, comparecimento de Estagiários e Conferências. Convite da UNE - FNP para um ATO PÚBLICO, em que o Ministro PAULO DE TARSO - falará sobre Reforma Universitária e Reforma de Base. - - - - -

Albuquerque

Comunicação S/nº , de 30 de setembro de mil novecentos e sessenta e três(1963), do Sec Geral de ISEB, sobre Ato de Desagravo à CGT e horário de aula. Comunicação s/nº, de 9 de outubro de mil novecentos e sessenta e três(1963), do Sec Geral, do ISEB, sobre Conferência do dr. MORAIS COUTINHO abordando o tema "ASPECTOS DA REALIDADE SOCIAL DA UNIÃO SOVIÉTICA". Ofício de 7 de novembro de mil novecentos e sessenta e três ... (1963), do Presidente da Federação dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro ao Presidente da ADISEB. Comunicação do "INSTITUTO CUBANO DE AMISTAD CON LOS PUEBLOS" sobre 1.000(mil)vagas destinadas a Universitários da América Latina, criadas pelo C.F., digo, criadas pelo Conselho Superior de Universidades da República Cubana, datada de outubro de 1961. Parecer do Professor Osni Duarte Pereira dirigido ao Diretor de ISEB, sobre o julgamento que fez das teses dos seguintes Estagiários: DR. ARIOSVALDO FIGUEIREDO SANTOS, Dr. SAINT-CLAIR DA MOTTA RAPOSO, Sr. OSCAR GONZAGA COELHO, Sra. CORA AYRES MARTINS e Major HILDO BENZI DE SOUZA. Esquema de Reestruturação da Frente Parlamentar Nacionalista. Paqueta com o timbre de ISEB, contando funções e endereços de dois estudantes Russos. Carta do Diretor da Biblioteca Fundamental de Ciências Sociais da Academia de Ciências da URSS, dirigida ao Diretor de ISEB, propondo estabelecer um intercâmbio de publicações entre aquela Biblioteca e o ISEB, bem como a relação de revistas disponíveis para o intercâmbio. Proposta para sócio do Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil URSS. Normas para inscrição para o Curso Regular do ano de 1964(mil novecentos e sessenta e quatro) de ISEB. Relação de Conferencistas que os Estagiários desejam ouvir. Sugestões para excursões de Estagiários. Carta de 13(treze) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro(1963, digo 1964), do Diretor de ISEB, ao Sr. Diretor do Instituto da América Latina da Academia de Ciências da U.R.S.S.(URSS). Panfleto publicado pela União de Jovens Comunistas, em Cuba, intitulado "DOCUMENTOS". Apostila de um Curso de 6 (seis) aulas ministradas por LEANDRO KONDER, intitulado "ALGUNS TEMAS DO PENSAMENTO MARXISTA". Informe do Secretário Geral da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, o qual foi apresentado na sessão de abertura do VII Congresso da Liga dos Comunistas de Iugoslávia, em LJUBLJAWA, no dia 22(vinte e dois) de abril de mil novecentos e cinquenta e oito. Discurso(cópia) proferido pelo Presidente da CONTEC, Sr. HUMBERTO MENEZES PINHEIRO, por ocasião do encerramento de um ciclo de conferências realizado no ISEB. Carta de Princípios(cópia) para os bancários Sul Americanos. - - -

Albuquerque

Albuquerque

-fls. 24 -

Telegrama de sr. FRANCISCO STEELE ao sr. ALVARO VIEIRA PINTO, con-
 gratulando-se pela Divulgação dos "CADERNOS DO POVO BRASILEIRO".
 Telegrama (cópia) do Presidente da ADISEB ao Deputado ALMINO AFON-
 SO. Recortes (cinco) do jornal "O SEMANÁRIO", de 25 (vinte e cin-
 ce) de abril de mil novecentos e sessenta e três, de 2 (dois) de
 maio de mil novecentos e sessenta e três (1963), de 9 (nove) de
 maio de mil novecentos e sessenta e três (1963) e de 16 de maio
 de mil novecentos e sessenta e três (1963), que publica um artigo
 de sr. OSNY DUARTE PEREIRA, intitulado "O ISEB, O DESENVOLVIMENTO
 E AS REFORMAS DE BASE". Livreto de ISEB, intitulado "DISCURSOS",
 contendo os discursos do Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK, do Mi-
 nistro CLOVIS SALGADO, Major ADYR MAIA e do Professor ROLAND COR-
 BISIER, e foram pronunciados na solenidade de encerramento do Cur-
 so Regular de ISEB, em 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis).
 Tese do Estagiário JOÃO FRANCISCO GROHMANN, intitulada "MÃO-DE-
 OBRA NA ECONOMIA NACIONAL", apresentada no ISEB, em mil novecen-
 tes e sessenta e dois (1962). Tese intitulada "TRANSPORTES MARÍTI-
 MOS", de autoria do Estagiário JOEL DEVILART DOS SANTOS, apresen-
 tada no ISEB, em mil novecentos e sessenta e dois (1962). Recorte
 de "CORREIO DA MANHÃ" de 24-12-59, que publica declarações do De-
 putado RAUL DE GÓES condenando a atuação de ISEB em Nossa Pátria.
 Recorte de "ÚLTIMA HORA" de 26/12/59, que publica a eleição de De-
 putado GABRIEL PASSOS para paraninfo da turma de ISEB, diplomada a
 em mil novecentos e cinquenta e nove (1959). Tablete de jornal
 "O GLOBO" de 25-3-60, com (4 fls) que publica artigos, alertando-
 as autoridades do País sobre a Atuação de ISEB. Recorte de "O
 GLOBO" de 31-1-61, que publica um editorial intitulado "PERANTE O
 NOVO GOVERNO". Recorte de "JORNAL DO BRASIL", de 3-3-61, que pu-
 blica artigo intitulado "MEMBRO DO ISEB E ASSESSOR DE LOTT FAZ A
 MENSAGEM PRESIDENCIAL AO CONGRESSO". Recorte de jorna, digo, do
 "JORNAL DO BRASIL" de 15-3-61, que publica artigo intitulado "ISEB
 SERÁ ASSESSORIA DE JANIO". Recorte de "DIÁRIO DA NOITE", de 16-
 3-61, que publica artigo intitulado "JQ PÔE ISEB EM BRASÍLIA". Re-
 corte de "A NOTÍCIA" de 20-3-61, que publica entrevista concedida
 pelo Governador CARLOS LACERDA à Imprensa Paulista. Carta (cópia)
 de 13-4-61, do Presidente da ADISEB ao Sr. Diretor de "O SEMANÁ-
 RIO". Recorte de "O SEMANÁRIO" de 4-5-61, que publica informa-
 ções sobre a ADISEB. Recorte de "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" de 11-5-61,
 que publica artigo intitulado "JÂNIO REDISTRIBUIU VERBAS A INSTI-
 TUIÇÕES EDUCATIVAS". Recorte de "DIÁRIO CARIOCA" de 11-5-61, que
 publica artigo intitulado "BILHETINHOS DO DIA DE J. QUADROS". Re-
 corte de "O DIA" de 14-5-61, que publica entrevista do Professor-
 ALVARO VIEIRA PINTO. Carta do Presidente da ADISEB, datada de

datada de 10-6-61, dirigida ao Professor NELSON WERNECK SODRÉ. Carta de Presidente da ADISEB, datada de 19-6-61, dirigida ao Professor NELSON WERNECK SODRÉ. Recorte de "O JORNAL" de 12-5-62, que publica artigo intitulado "ISEB PATROCINA CONGRESSO DE ESQUERDA EM CAXIAS COM APOIO DA CORRENTE PRESTISTA DO PC". Recorte de "O GLOBO" de 4 de Dez 62, que publica artigo intitulado "DINHEIRO DA NAÇÃO PAGA PROPAGANDA COMUNISTA DO ISEB". Recorte de "O GLOBO" de 14-12-62, que publica o pronunciamento do Deputado PEDRO ALEIXO, na Câmara dos Deputados, sobre o panfleto publicado pelo ISEB sobre o Plebiscito. Recorte de "NOVOS RUMOS" de 4-1-63, que publica noticiário sobre lançamento de novos volumes da coleção "CADERNOS DO POVO". Conferência realizada por S. Excia. o Sr. MARIJAN BARIŠIĆ, Embaixador da República Socialista Federativa da Iugoslávia, no ISEB em 5-4-63, cujo tema abordado foi "O CAMINHO SOCIALISTA DA IUGOSLÁVIA". Carta (cópia) de 10-4-63, do sr. ALBERTO LATORRE DE FARIA ao Professor General NELSON WERNECK SODRÉ. Telegrama de 18-4-63, do Representante do Ministro da Educação e Cultura no Estado da Guanabara ao Professor ALVARO VIEIRA PINTO. Carta de 10-5-63, do Embaixador da Tchecoslováquia ao Diretor de ISEB. Carta de 10-5-63, do Diretor de ISEB ao Embaixador da Tchecoslováquia, Carta de 11-5-63, do Embaixador da Iugoslávia ao Diretor de ISEB. Carta de 15-5-63, do Chefe do Departamento Cultural e de Informações, ao Sr. ALVARO VIEIRA PINTO. Telegrama (cópia) do Diretor de ISEB ao Secretário Geral para assuntos da Europa, Ásia e Oriente. Telegrama (cópia) do Diretor de ISEB ao Sr. Ministro LAURO ESCOREL, do Departamento de Assuntos Culturais e Informações. Telegrama (cópia) do Diretor de ISEB ao Exmº Sr. Embaixador do México. Telegrama (cópia) do Diretor de ISEB ao Exmº Sr. Emabi, digo, Embaixador da República Árabe Unida. Ofício nº 1 do Diretor de Departamento de História de ISEB ao Professor ALVARO VIEIRA PINTO, (cópia). Ofícios (cópias) nºs 2 e 3, do Diretor de Departamento de História de ISEB ao Professor ALVARO VIEIRA PINTO. Trabalho de autoria de JACY PEREIRA LIMA, intitulado "MUNDO MODERNO (CANTO III - CIDADE)". Livretos da Coleção "HISTÓRIA NOVA" de nºs 1 - 3 - 4 - 6 - e 7, intitulados "O DESCOBRIMENTO DO BRASIL", "AS INVASÕES HOLANDESA", "A EXPANSÃO TERRITORIAL", "INDEPENDÊNCIA DE 1822" e "DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA", respectivamente. Telegrama (cópia em termo-fax) de 28-11-60, dirigido ao Professor ROAL, digo, ROLAND CORBISIER, assinado pelos Presidente e Secretário da Associação Gaúcha dos Ex-Alunos de ISEB. Memorando versando sobre providências sugeridas pelo Capitão VIRIATO, para o funcionamento do Curso Normal de 1961, do ISEB. Relação nominal das pessoas que assistiram 5 (cinco) Conferências. Telegrama do Capitão DIRCEU CALEGARI ao Sr. ROLAND CORBISIER, versando sobre -

a fundação da Associação Gaúcha dos Ex-Alunos de ISEB. Telegrama do Presidente da ADISE, digo, da AGEDISEB ao Professor VIEIRA PINTO. Telegrama (cópia em termo-fax) do Sr ANTONIO DE PÁDUA FERREIRA DA SILVA, Presidente da AGEDISEB, ao Sr UMBERTO PEREGRINO. Telegrama (cópia) do Professor ROLAND CORBISIER ao Major TEIXEIRA LEITE, da cidade de Porto Alegre. Telegrama (cópia) do Professor ROLAND CORBISIER ao Major TEIXEIRA LEITE, versando sobre conferência do Deputado DAGOBERTO SALES. Telegrama (cópia) do Professor ROLAND CORBISIER ao Major TEIXEIRA LEITE, versando sobre viagem do Professor VIEIRA PINTO. Telegrama (cópia) de 17 de agosto de 1959, do Diretor de ISEB, Professor ROLAND CORBISIER ao Major TEIXEIRA LEITE, do Círculo Militar de Porto Alegre, versando sobre conferência. Carta (cópia) de 19 de agosto de 1959, do Diretor de ISEB ao Major TEIXEIRA LEITE, do Círculo Militar de Porto Alegre, versando sobre um Curso a ser realizado pelos professores de ISEB no Círculo Militar de Porto Alegre. Telegrama de 22 de agosto de 1959, dirigido ao Professor ROAL, digo, ROLAND CORBISIER e assinado pelo Major TEIXEIRA LEITE. Telegrama dirigido ao Diretor de ISEB, Professor ROLAND CORBISIER, solicitando confirmação de uma conferência do referido professor e assinado pelo Major TEIXEIRA LEITE. Telegrama (cópia) de 27 de agosto de 1959, do Diretor de ISEB ao Major TEIXEIRA LEITE, do Círculo Militar de Porto Alegre, confermando viagem do Professor ROLAND CORBISIER à cidade de Porto Alegre. Telegrama (cópia) de 31 de agosto de 1959, do Diretor de ISEB ao Major TEIXEIRA LEITE, versando sobre viagem do Professor CÂNDIDO MENDES à cidade de Porto Alegre. Telegrama (cópia) de 8 de setembro de 1959, do Diretor de ISEB ao Major TEIXEIRA LEITE, do Círculo Militar de Porto Alegre. Telegrama (cópia) do Major TEIXEIRA LEITE ao Professor ROLAND CORBISIER, desaconselhando inserção no Curso de ISEB de Conferencista extranho ao programa. Telegramas (cópia) de 22 de setembro de 1959, do Diretor de ISEB ao Major TEIXEIRA LEITE, versando sobre viagem do Sr PASCHOAL LEMME à Porto Alegre. Carta (cópia) do Diretor de ISEB, datada de 6 de outubro de 1959, dirigida ao Cel ROBERTO OSÓRIO, do Círculo Militar de Porto Alegre, versando sobre a conveniência da venda de livros de ISEB ao Governo do Rio Grande do Sul. Carta de 7 de outubro de 1959, dirigida ao Professor ROLAND CORBISIER e assinada pelo Major TEIXEIRA LEITE. Carta (cópia) do Major TEIXEIRA LEITE ao Professor ROLAND CORBISIER. Carta de 11 de outubro de 1959, do Major TEIXEIRA LEITE, Diretor de Departamento Cultural do Círculo Militar de Porto Alegre, dirigida ao Professor ROLAND CORBISIER, encaminhando Relação das pessoas que fazem jus ao recebimento do Certificado de Frequência e

[Handwritten signature]

McMorais
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

e da Coleção de Livros publicados pelo ISEB. Relação dos alunos inscritos no Curso Extraordinário do ISEB, no Círculo Militar de Porto Alegre, com frequência garantida para fins de recebimento do respectivo certificado, datada de 10 de outubro de 1959, (234 nomes). Relação dos inscritos no Curso que alcançaram o mínimo de frequência para o recebimento do certificado, datada de 17 de outubro de 1959 (100 nomes). Telegrama (cópia) de 14 de outubro de 1959, do Diretor do ISEB ao Major TEIXEIRA LEITE. Discurso (cópia) do Major TEIXEIRA LEITE, em nome do Círculo Militar de Porto Alegre, quando do encerramento do Curso Extraordinário sobre problemas Brasileiros, organizado pelo ISEB, no Auditório da Universidade do Rio Grande do Sul em 22 de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959). Telegrama (cópia) de 3 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um (1961) do Diretor do ISEB ao Presidente da AGEDISEB, felicitando a AGEDISEB pela conclusão do Curso sobre NACIONALISMO. Telegrama (cópia) de 3 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um (1961), do Diretor do ISEB ao Presidente da AGEDISEB, versando sobre o Curso de Introdução ao Nacionalismo. Ofício nº 1, de 7 de abril de mil novecentos e sessenta (1960), do presidente da AGEDISEB ao Diretor do ISEB. Ofício nº 2, de 7 de abril de mil novecentos e sessenta (1960), do Presidente da AGEDISEB, Professor ANTONIO DE PÁDUA FERREIRA DA SILVA, ao Professor ROLAND CORBISIER, Diretor do ISEB, versando sobre a realização de um novo Curso do ISEB em Porto Alegre, sob o patrocínio da AGEDISEB. Ofício nº 4 de 3 de maio de mil novecentos e sessenta (1960), do Presidente da AGEDISEB ao Diretor Executivo do ISEB. Ofício (cópia em termo - fax) nº 6, de 8 de maio de mil novecentos e sessenta (1960), do Presidente da AGEDISEB ao Professor ROLAND CORBISIER, apresentando a Professora DORÁLIA SIQUEIRA DUARTE, ex-aluna do Curso Extraordinário realizado na cidade de Porto Alegre. Credencial fornecida pelo Presidente da AGEDISEB, Professor ANTONIO DE PÁDUA FERREIRA DA SILVA, ao Dr FERNANDO BARCELLOS DE ALMEIDA, para tratar, na cidade de Rio de Janeiro, de assuntos pertinentes à referida entidade. Telegrama (cópia) de 4 de julho de mil novecentos e sessenta (1960), do Professor ROLAND CORBISIER ao Major CALEGARI, do Círculo Militar de Porto Alegre, solicitando remessa dos Estatutos da AGEDISEB. Carta de 16 de julho de mil novecentos e sessenta (1960), dirigida ao Professor CORBISIER e assinada pelo Sr. DIRCEU DUARTE CALEGARI.---

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

M. Moraes 3737
[Signature]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Boletim de divulgação "MEC" Nº 3 - janeiro-fevereiro-1957, editado pelo Setor de Divulgação do Ministério da Educação e Cultura, o qual contém um artigo na página 20, do Sr ROLAND CORBISIER, intitulado "O QUE É O ISEB?". Telegrama de sete de junho de mil novecentos e sessenta e três (1963), do Sr EVANDRO LINS E SILVA ao Diretor do ISEB. Carta (cópia de 24 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), do Sr ALBERTO GUERREIRO RAMOS ao Sr Diretor Executivo do ISEB. Portaria Nº 12 de 28 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Sr JULIO FURQUIM SAMBAQUY, designando para Membro do / Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Sr HUGO REGIS DOS REIS. Portaria Nº 16, de 28 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Sr JULIO FURQUIM SAMBAQUY, designando para Membro do / Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Sr CID ALZAMORA SILVEIRA. Aula (15ª), datada de dezessete de maio de mil novecentos e cinquenta e sete, do Curso Regular de História, ministrada no Instituto Brasileiro, digo, Superior de Estudos Brasileiros, pelo Professor CÂNDIDO ANTÔNIO MENDES DE LAMEIDA. Aula (16ª), datada de vinte e hum de maio de mil novecentos e sessenta, digo, cinquenta e sete, do Curso Regular de História, ministrada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pelo Professor CÂNDIDO ANTÔNIO MENDES DE LAMEIDA, digo, ALMEIDA. Aula (17ª), datada de vinte e quatro de maio de mil novecentos e cinquenta e sete, do Curso Regular de História, ministrada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pelo Professor CÂNDIDO ANTÔNIO MENDES DE ALMEIDA. Aula (19ª), datada de trinta e um de maio de mil novecentos e cinquenta e sete, do Curso Regular de História, ministrada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pelo Professor CÂNDIDO ANTÔNIO MENDES DE ALMEIDA. Conferência proferida pelo Professor ALVARO VIEIRA PINTO, na Escola Nacional de Engenharia em dois de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e três (faltando a 13ª folha). Portaria nº 13, de vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Sr JULIO FURQUIM SAMBAQUY, designando para Membro do Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Sr ENIO SILVEIRA.

[Signature]

Handwritten notes and signatures:
Cópia
38
38
[Signature]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria nº 17, de vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, (Cópia), do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Sr JULIO FURQUIM SAMBAQUY, designando para Membro do Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Sr ORLANDO VALVERDE. Cópia do Decreto nº 53.884 de treze de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, publicado no Diário Oficial de treze de abril de mil novecentos e sessenta e quatro (fls 3.281), o qual extingue o INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. Recorte do Jornal " ULTIMA HORA", de dez de maio de mil novecentos e sessenta e um, no qual se publica um artigo com o seguinte título " 3 Milhões para ISEB: Verba liberada hoje! Recorte de "O JORNAL" de vinte e sete de janeiro de 1961, que publica um artigo intitulado "Sumiram do Orçamento verbas do ISEB: SÉRGIO MAGALHÃES diz que houve golpe desleal". Recorte do jornal "O GLOBO" de primeiro de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove, que publica um artigo intitulado "Também a Bolívia terá o seu ISEB". Recorte do jornal "ULTIMA HORA" de dois de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove, o qual publica um artigo em que o Sr GUSTAVO CHACÓN, Ex-Ministro da Educação da Bolívia diz: "ISEB É UM EXEMPLO PARA A AMÉRICA". Recorte do jornal "FOLHA DE SÃO PAULO" de vinte e um de maio de mil novecentos e sessenta e um, que publica uma reportagem sobre a visita ao Brasil dos primeiros estudantes Soviéticos. Recorte do jornal "DIÁRIO CARIOCA" de vinte e cinco de agosto de mil novecentos e sessenta e um, que publica um artigo intitulado "OP, digo, O professor do Presidente! Carta, digo, Recorte do jornal " TRIBUNA DA IMPRENSA" de vinte e dois de dezembro de mil novecentos e sessenta, digo, cinquenta e seis, que publica uma carta do Sr CARLOS LACERDA dirigida ao Ministro CLOVIS SALGADO. Recorte do jornal "O GLOBO" de doze de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove, que publica um artigo intitulado " A SINDICÂNCIA SOBRE O ISEB FOI MESMO ENVIADA AO CATETE". Recorte do jornal "DIÁRIO FLUMINENSE" de dois de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove, que noticia um Curso do ISEB na Faculdade de Direito de Niterói. Recorte do Jornal "DIÁRIO DA NOITE" de três de março de mil novecentos e sessenta e um, que publica notícia sobre a escolha do Sr CÂNDIDO DE ALMEIDA, pelo Sr JÂNIO QUADROS, QUADROS, para presidir uma Comissão encarregada de formular anualmente a mensagem presidencial ao Congresso. -----

Handwritten signature:
Cândido de Almeida

MCMoraes

Brayner

R. Oliveira da Cunha

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Recorte do jornal "DIÁRIO CARIOCA" de vinte e sete de março de mil novecentos e sessenta e um, que publica um artigo intitulado "DOMAR CAMPOS dirigirá Plano de Ação Agrária". Recorte do / jornal "ULTIMA HORA", de treze de abril de mil novecentos e sessenta e um, que notícia sobre a Assessoria Financeira de JQ. Recorte do jornal "O METROPOLITANO", de trinta de abril de mil novecentos e sessenta e um, que publica um artigo intitulado "Filosofia em curso no ISEB, os quais foram apreendidos pala, digo, pela autoridade encarregada do Inquérito e ficando recolhidos à disposição da Justiça, do que, para constar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim 1º TENENTE ROGERIO OLIVEIRA DA CUNHA, Escrivão, que o escrevi, pelo Sr Encarregado do IPM, e pelas testemunhas já declaradas.

Gerson de Pinna
CEL GERSON DE PINNA
ENCARREGADO DO IPM NO ISEB

Amado Menna Barreto Filho
AMADO MENNA BARRETO FILHO

TESTEMUNHA

Manoel Rodrigues Alves Filho
MANOEL RODRIGUES ALVES FILHO

TESTEMUNHA

Rogério Oliveira da Cunha
ROGERIO OLIVEIRA DA CUNHA
1º TENENTE - ESCRIVÃO

IP M 481
DOCUMENTO ARRENDADO
I S E B

3 - O I.S.E.B. e a E.C.B. S/A estabelecerão conjuntamente o preço de venda ao público de cada publicação, levando sempre em conta a circunstância de que o primeiro objetivo de ambos é promover a maior divulgação possível das mesmas em todo o país, e não o de auferir lucros.

Sobre os preços de venda assim fixados, esse Instituto concederá a E.C.B. S/A, o desconto de 50 % (cinquenta por cento), o que permitira a esta movimentar sua máquina de vendas.

4 - Semestralmente, a partir da data de entrega de cada publicação, esta firma prestará contas ao I.S.E.B. dos exemplares vendidos, recolhendo a tesouraria deste a importância correspondente.

Considerar-se-a data de entrega a que constar da respectiva nota, quando assinada pelo encarregado do depósito desta firma, sito a Rua do Rosario n. 103, nesta cidade.

5.- As despesas relativas à publicidade das obras em distribuição, quando autorizadas pelo I.S.E.B., serão divididas entre as partes contratantes, na base de 50 % (cinquenta por cento) para cada uma.

6 - Após o transcurso de um ano a partir da data da entrega de cada publicação, esta firma terá o direito de, a seu critério, devolver ao I.S.E.B. o estoque não vendido.

7 - Este entendimento é válido pelo prazo de dois anos a contar da data da resposta de V.S., sendo automaticamente renovável por idêntico período se não tiver sido denunciado por uma das partes até dois meses antes de seu término.

Na hipótese de denúncia do acôrdo, êsse Instituto se obriga a conceder a esta firma o prazo mínimo de quatro meses e máximo de seis para a prestação definitiva e final desse entendimento."

4. Autorizado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura e em nome do Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros comunico a V.S. estar de acôrdo com as condições estabelecidas em sua carta acima transcrita, propondo-lhe que o presente convênio comece a vigorar, com a entrega de nossas publicações à Editora Civilização Brasileira, a partir do próximo mês de Abril.

5. Anexo à presente cópia do ofício que enca

2581

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO NO
ISEB

Handwritten signature
Handwritten initials
Handwritten signature

minhei a respeito do assunto ao Ministro Clovis Salgado, bem
como o projeto de contrato que recebi de V.S.

Queira aceitar os meus protestos de apre-
ço e consideração.

Edland Corbisier
Diretor Executivo.

Ma.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

2574

IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO Nº
ISEB

Cópia

McMorais
Braun

Of. 39

Em 4 de Março de 1958.

Do Diretor Executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Ao Exmo. Sr. Prof. Clovis Salgado,
DD. Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Senhor Ministro :

Entre as atribuições do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, conferidas a esse órgão do Ministério da Educação e Cultura pelo Decreto n. 37.608, de 14 de Julho de 1955, que o instituiu, se inclui a de "editar publicações periódicas e obras, originais ou traduzidas".

No cumprimento desse dispositivo, o I.S.E.B. está realizando um plano editorial que compreende a publicação não só de traduções de obras estrangeiras, — especialmente das que sejam úteis a compreensão dos problemas do homem brasileiro e do contexto semicolonial e sub-desenvolvido em que se acha situado —, mas também e principalmente de originais brasileiros que traduzam a nova perspectiva em que nos achamos situados.

O plano editorial, que visa a formação de uma bibliografia do desenvolvimento, inclui obras que se distribuem nas seguintes séries ou coleções :

- 1) Economia
- 2) Sociologia
- 3) Política
- 4) História
- 5) Filosofia.

Todas essas séries se desdobrarão em duas coleções : a de textos brasileiros e a de textos contemporâneos, que inclua apenas as traduções de obras estrangeiras.

Dando cumprimento a esse plano, editamos, até agora, as seguintes publicações :

1) Economia :

"Dualidade Básica da Economia Brasileira"
Inácio Rangel.

2) Sociologia :

"Condições Sociais do Poder Nacional".

"Ideologias e Segurança Nacional"
Alberto Guerreiro Ramos

"Educação e Desenvolvimento Nacional"
Geraldo Bastos Silva

3) Política :

"Condições Institucionais do Desenvolvimento"
Helio Jaguaribe

4) História :

"As Classes Sociais no Brasil"
"O Tratado de Methuen"
Nelson Werneck Sodre

5) Filosofia :

"Ideologia e Desenvolvimento Nacional"
Alvaro Vbira Pinto

"A Filosofia no Brasil"
Helio Jaguaribe.

Fôra de série, publicamos um volume intitulado "Introdução aos Problemas do Brasil", reunindo conferências de Guerreiro Ramos, Alexandre Kafka, Ewáldo Correa Lima, Rómulo de Almeida, Djacir Menezes, Themistocles Cavalcanti, Nelson Werneck Sodre, Roland Corbisier e Roberto Campos; e outro contendo os "Discursos" pronunciados por ocasião da solenidade de encerramento do Curso Regular de 1956 e Diplomação dos Estagiários da Turma "Barão de Mauá", pelos Srs. Presidente Juscelino Kubitschek, Ministro Clevis Salgado, Major Adyr Maya e Prof. Roland Corbisier.

Estas publicações têm sido distribuídas gratuitamente, aos Ministérios civis e militares, Senado e Câmara, Banco do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Conselho Nacional de Economia, Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional, Clube Militar, Fundação Getúlio Vargas, Imprensa, Universidades, Governadores e Secretários dos Estados, bem como a todos aqueles que as procuram na sede do ISEB.

A experiência, porém, nos tem revelado que o processo de distribuição gratuita não se desvaloriza as edições, em virtude de razões psicológicas conhecidas, mas também não permite que as obtenha o grande público, principalmente dos Estados.

Parece-nos, pois, conveniente, a fim de assegurar mais ampla divulgação as publicações do ISEB, entregar a sua distribuição a uma firma idônea, capaz de colocar os livros do Instituto nas principais cidades do país.

2576

IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO Nº
ISEB

Após examinar o assunto e fazer as necessá-
rias consultas, chegamos a conclusão de que a empresa mais apa-
relhada e que nos oferece melhores condições para realizar esse
trabalho é a Companhia Editora Nacional.

Tenho, pois, o prazer de remeter a V. Excia.
cópia do projeto de contrato a ser celebrado entre o ISEB e a
aquela empresa, para a distribuição, em todo o território nacional,
dos livros editados por este Instituto.

Esclareço que ao Instituto interessa apenas
promover a mais ampla divulgação de suas publicações, pois a par-
te do lucro que couber ao ISEB será recolhida ao Tesouro Nacio-
nal, nos termos da lei que régula o assunto.

Solicito a V. Excia. o especial obsequio de
examinar o projeto em questão bem como o de autorizar-me a assi-
na-lo em nome do Instituto.

Respeitosamente,

a) Roland Corbisier
Diretor Executivo

De acordo, substituindo-se contrato por
troca de correspondência.

a) CLOVIS SALGADO

13-3-58.

2577

IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO Nº
ISEB

Cópia

CONTRATO estabelecido e assinado neste dia de de 1958, entre a EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A. (neste instrumento denominada, a partir de agora, a distribuidora), com sede a Rua 7 de Setembro n. 97, e representada pelo seu diretor, Sr. Enio Silveira, e o INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, (neste instrumento, a partir de agora, denominado o editor), órgão do Ministério da Educação e Cultura, com sede a Rua das Palmeiras n. 55, representado pelo seu Diretor, Dr. Roland Corbisier, relativo a distribuição comercial, em todo o território brasileiro, das publicações do referido Instituto. Entre as partes contratantes ficam estabelecidos os seguintes deveres e obrigações :

1. O editor concederá à distribuidora o direito exclusivo de colocar a venda, em todo o país, por atacado e a varejo, as publicações que lançar.
2. O editor se reserva o direito de distribuir, fora de comércio, determinado número de exemplares de cada uma de suas publicações.
Em nenhuma hipótese esse número de exemplares deverá ser superior a 25 % (vinte e cinco por cento) do total da tiragem.
3. O editor e a distribuidora estabelecerão conjuntamente o preço de venda ao público de cada publicação, levando sempre em conta a circunstância de que o primeiro objetivo de ambos é promover a maior divulgação possível das mesmas em todo o país, e não o de auferir lucros.
Sobre os preços de venda assim fixados, o editor concederá a distribuidora o desconto de 50 % (cinquenta por cento), o que permitirá a esta movimentar sua máquina de vendas.
4. Semestralmente, a partir da data de entrega de cada publicação, a distribuidora prestará contas ao editor dos exemplares vendidos, recolhendo a tesouraria deste a importância correspondente.
Considerar-se-a data de entrega a que constar da respectiva nota, quando assinada pelo encarregado do depósito da distribuidora, sito a Rua do Rosário, n. 103, nesta cidade.
5. As despesas relativas à publicidade das obras em distribuição, quando autorizadas pelo editor, serão divididas entre as partes contratantes, na base de 50 % (cinquenta por cento) para cada uma.
6. Após o transcurso de um ano a partir da data de entrega de cada publicação, a distribuidora terá o direito de, a seu critério, devolver ao editor o esto que não vendido.
7. Este contrato é válido pelo prazo de dois anos a contar da data de sua assinatura, sendo automaticamente renovável por idêntico período se não ti -

2578

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO NO
ISEB

tiver sido denunciado por uma das partes contratantes até dois meses antes de seu término.

Na hipótese de denúncia do contrato, o editor se obriga a conceder a distribuidora o prazo mínimo de quatro meses e máximo de seis para a prestação definitiva e final de suas contas.

Por estarem assim concertados os entendimentos entre as partes, assinam ambas este instrumento contratual, na presença de suas testemunhas.

Rio de Janeiro,

Pelo INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

pela EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Testemunhas :

53

31 de Março de 1958.

Diretor Executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Ilmo. Sr. Dr. Enio Silveira

Diretor da Editora Civilização Brasileira S/A.

Prezado amigo e senhor :

Nos termos de nosso entendimento verbal , remeti a S.Excia., o Sr. Ministro da Educação e Cultura, expediente solicitando-lhe autorização para assinar, em nome do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o acôrdo com essa Editora para a distribuição, em todo o território nacional, das obras editadas por este Instituto.

2. No despacho exarado no referido expediente entendeu S.Excia. ser preferível substituir contrato por troca de correspondência a fim de facilitar os entendimentos entre o I.S.E.B. e a Editora Civilização Brasileira S/A.

3. Venho, pois, pela presente, acusar o recebimento de sua carta datada de 26 de março do ano corrente, na qual V.S. estabelece as seguintes condições para distribuição, por essa Editora, em todo o País, dos trabalhos publicados pelo ISEB :

"1 - O I.S.E.B. concederá a esta firma o direito exclusivo de colocar a venda, em todo país, por atacado e a varejo, as publicações que lançarmos

2 - O I.S.E.B. se reserva o direito de distribuir, fora de comércio, determinado número de exemplares de cada uma de suas publicações.

Em nenhuma hipótese esse número de exemplares deverá ser superior a 30 % (trinta por cento) do total da tiragem.

M. Corais 48/504

558

571


 IP M 48
 DOCUMENTO APREENDIDO NO
 ISEB


DOCUMENTO 10

Editora
CIVILIZAÇÃO  **BRASILEIRA**
 S.A.

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 — TELEFONE 42-4144 — END. TEL. "CIVILIZAÇÃO" — RIO DE JANEIRO — BRASIL

Rio, 28 de maio de 1962

Meu caro Álvaro Vieira Pinto:

estou a devolver-lhe, por funcionário de confiança, os originais de três trabalhos que se destinam à nossa COLEÇÃO CADERNOS DO POVO BRASILEIRO:

1. A Marcha do Golpe no Brasil, de Wanderley Guilherme
2. Quem faz a Lei, de Osny Duarte Pereira
3. Quem é Povo no Brasil?, de Nelson Werneck Sodrê

Tão logo você possa examiná-los uma vez mais, para os necessários reparos críticos, cuidarei de encaminhá-los às oficinas. Espero que já tenha recebido, a esta altura, o trabalho do nosso amigo Julião. Precisamos dê-lo, não se esqueça!

Com um grande abraço democrático, a constante e crescente admiração do

 Enio. 

M. C. Borja
549

567

FORMA E ESSENCIA DOS "CADERNOS DO POVO BRASILEIRO"

DOCUMENTO APRESENTADO NO
ISEB

Convidou-me a direção deste Suplemento Literário, cujas páginas constituem hoje uma das últimas fronteiras livres da imprensa nacional, a escrever um artigo com o objetivo de explicar a seus milhares de leitores o verdadeiro sentido e a almejada finalidade da série que, sob o título acima, venho publicando pela Editora Civilização Brasileira S.A., de que sou um dos diretores e o principal acionista.

Aceitei-o de pronto, por julgar oportuno e necessário tal esclarecimento numa hora como a que atravessamos, quando a paixão e o jôgo da pequena política voltados contra o livre debate de idéias, levam tantos homens públicos a uma atitude de quase histeria, afastando-os das normas do bom senso, da ética, da própria dignidade humana.

Não escapa, praticamente, a todos os brasileiros que um irreversível processo de profundas modificações estruturais se vêm operando em nossa sociedade. O desenvolvimento do país, determinado por condições históricas e materiais, golpeia de rijo os interesses adquiridos do imperialismo e, por igual, aquêles de uma classe dominante comprometida com situação de injustiça social que ela, por ser beneficiária, deseja a todo custo manter. A industrialização brasileira, oposta basicamente ao conceito de que nos deveríamos deixar em eternidade como produtores de matérias primas e agrícolas, vem criando novas classes e grupos nos grandes centros urbanos que se rebelam contra a posição caudatária que lhes desejaria continuar impondo o baronato rural dos latifundiários, dos cafeicultores, dos usineiros de açúcar.

A essas novas classes e grupos sociais vão se juntando, ao longo do processo em marcha, e estimulados pela virilidade de suas claras e fundas reivindicações, outros grupos: os setores mais esclarecidos das massas camponesas, eternamente espoliadas e mantidas em condição pouco acima da animal; os estudantes, sobretudo os universitários, que são o quadro reserva das elites dirigentes e já se comprometeram de que estas, hoje, se encontram alienadas da realidade nacional e incompetentes para resolver os graves problemas que ela propõe; os intelectuais verdadeiramente democráticos, que não querem pactuar com uma estrutura que começa a tremer em seus podres alicerces e corajosamente colocam seu trabalho criador a serviço da consciência popular, para orientar-lhe os passos ou ajudá-la na formulação de claros e insofismáveis conceitos: finalmente, uma camada da própria burguesia que entende, ainda que com isso visando a sua sobrevivência,

M. K. Borges
2
550

501
568
DOCUMENTO Nº 481
EXERCÍCIO Nº
1950

ser mesmo necessária uma transformação da estrutura social brasileira.

Objetivando seja o impedimento, seja o desencaminhamento dêsse processo, a classe dominante, isto é, os latifundiários, os grandes industriais, os homens do alto comércio, elementos da Igreja e da alta burguesia conservadora, vem lançando mão de todos os recursos, dos subliminares aos fisicamente violentos. Em primeiro lugar, seus mais articulados representantes compreenderam que era necessário encontrar um denominador comum, que a todos unisse dentro de quadros ideológicos definidos com precisão e rigor, não deixando margem para que através de pontos de menor resistência penetrasse intra-muros, como cavalo de Tróia ou insidioso vírus, o elemento inimigo.

Operou-se, então, uma como que radicalização da direita no Brasil, criada em tórno de opção definitiva: conosco ou contra nós, que passou a considerar indesejáveis, ou francamente suspeitos de contrabando ou consórcio com o inimigo todos aquêles a que outro^{ra} se atribuía, com certa condescendência, o rótulo de liberais. Ociosa por tradição, no terreno das especulações intelectuais, a classe dominante procurou com urgência eleger, quase que por aclamação, a figura de um líder, de um gauleiter, de um condottiere, que pudesse conduzi-la a sintetizar, no plano nacional, o seu pensamento. A escolha incidiu na pessoa do governador do Estado da Guanabara, cuja facilidade verbal, unida a uma assombrosa maleabilidade de comportamento e ao fato de que, em dado momento de sua vida, participara das fileiras do inimigo, a tornavam de fato a mais adequada escolha para função em causa.

Ligada por interêsses materiais aos setores estrangeiros que procuram manipular nossa vida econômica, social e política, a direita brasileira, assim coesa e radicalizada, vem exercendo conjuntamente forte atividade em todos os campos e, sobretudo, nos que se referem à informação. Agem, aqui, com o pêso maciço de grandes verbas publicitárias, distribuídas por intermédio de "agências" ou "institutos" criados da noite para o dia ou, em sentido contrário, exercendo pressão econômica muito próxima da chantagem sôbre todos os órgãos de informação escrita e falada que pretendam manter acima do balcão de anúncios sua liberdade de opinião.

Com raríssimas exceções, como a que caracterizei na primeira frase dêste artigo, e que só fazem justificar a regra, a imprensa brasileira se encontra mobilizada para defesa da classe dominante ou intimidada ao ponto de omitir-se da participação nos debates sôbre a verdadeira essência da problemática nacional. Transformou-se em arma de guerra psicológica, difundindo meias verdades e totais mentiras ou calúnias sôbre pessoas, firmas, entidades, movimentos e grupos que

Brayner
- 3 - 551
McKorcia
IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO NO
SEP 569

suspeite de pactuar com o inimigo. Transformou em rótulo elástico o adjetivo comunista, pois basta alguém desviar-se um milímetro dos códigos e normas de comportamento ideológico adotados ou determinados pela classe dominante para logo ser com êle aquinhoado. Comunistas são, hoje, os liberais avançados, os livres pensadores, os católicos que se recusam a obedecer cegamente à palavra do pastor Câmara, os nacionalistas civis e militares, os socialistas, alguns trabalhistas. Todos aquêles, repito uma vez mais, que se opõem ao diktat político, ideológico e cultural da classe dominante.

Foi precisamente por levar na devida conta essas considerações que entendi, como intelectual, como editor, como cidadão brasileiro, que me era indispensável participar ativamente dessa grande luta de nosso povo, colocando a seu serviço - acima de injunções ou chantagens - um veículo de informação que não se suborna, não se corrompe, não faz o jôgo da pequena política partidária: o livro.

Os CADERNOS DO POVO BRASILEIRO, planejados com o concurso dêsse eminente professor e pensador brasileiro que é Álvaro Vieira Pinto, diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e, naturalmente, um perigoso "comunista" no entender da classe dominante, foram concebidos com um deliberado fim: o de informar, a fundo e com objetividade, sôbre os grandes problemas nacionais, estudando-os por um prisma ideológico claramente antagônico à formulação do pensamento direitista, em ensaios que, face a essa radicalização, não encontrariam outro meio de ser divulgados. Em outras palavras: os CADERNOS querem ser o veículo do pensamento progressista nacional e pretendem recrutar autores capazes de formulá-lo, seja qual fôr a posição político-partidária não direitista de cada um.

Como se declara na contra-capa dos seis volumes até agora publicados, o objetivo principal da coleção é o de informar com clareza e sem qualquer sectarismo. Deve-se entender, com isso, que os trabalhos publicados não estão a serviço nem sofrem a orientação dêste ou daquele partido político. Se a direita já se radicalizou e é hoje força combativa com características de homogeneidade, o pensamento de esquerda - que não deve ser entendido exclusivamente como o do PCB - precisa encontrar também - e o quanto mais depressa melhor - um denominador comum em tórno do qual, durante o tempo necessário, êle possa formular-se em têrmos práticos.

Os CADERNOS DO POVO BRASILEIRO, em essência, querem ser o caminho para a busca dêsse denominador comum. Na forma, graças a seu preço de venda acessível, almejam alcançar, com suas grandes tiragens,

Programa

15/9/62

~~5524~~

McCorais

1 B M 0481
DOCUMENTO ARQUIVADO NO
S E B 570

Enio Silveira

camadas progressivamente mais amplas de nosso povo, que de sua leitura por certo conseguirão obter as armas com que se possam defender da intensa pressão publicitária que sobre elas exerce, hoje mais do que nunca, a classe dominante.

ENIO SILVEIRA.

publicado em 30 de setembro de 1962, no
Suplemento Literário do DIÁRIO DE NOTÍCIAS.

CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petróbrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade públi-

ca ou de interêsse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.

Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.

Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas.

Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários.

Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.

Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.

Bisneier Maiani — União dos Previdenciários do Brasil.

Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.

Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.

Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.

Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.

Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.

José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

POR UMA NOVA HISTÓRIA DO BRASIL

1192 2/11/80
 IP M 48V
 DOCUMENTO APREENDIDO NO
 ISEB

McCorais
 Paulo Santos

No momento em que todo o País começa a despertar para os seus problemas de caráter realmente estrutural e quando amplas camadas de nosso povo se organizam para remover os entraves que obstaculizam o seu pleno desenvolvimento, torna-se de fundamental importância o conhecimento autêntico de como o processo histórico brasileiro veio se desenrolando, de Descobrimento até os nossos dias.

Para a tomada de consciência deste povo e a conseqüente ação emancipadora, a História representa poderosa arma. Não a História falsa e mistificadora que sistematicamente se vem ensinando em nosso País, mas a História profunda e verdadeira, aquela que busca no fato histórico não o fato em si mesmo e sim as suas determinantes de ordem econômica, social, política e cultural.

Essa História, assim concebida e cientificamente abordada, tem sido negada a nosso povo. Vemos sair das escolas e faculdades professores em sua imensa maioria formados na concepção histórica oficial cujo afastamento do real processo de formação da sociedade brasileira a própria prática tem-se encarregado de demonstrar; por sua vez, tais professores - não por uma intrínseca má-fé, mas exatamente porque surgiram de um contexto globalmente alienante - transmitem em suas lições, de uma maneira geral esta mesma concepção errônea e desviadora.

São incontáveis os exemplos desse falseamento de nossa História: percebe-se a todo instante a tentativa de esconder a qualquer custo a essência dos seus temas e acontecimentos mais fundamentais. Veja-se por exemplo, o que acontece quase como regra geral no ensino do Descobrimento do Brasil, quando os estudantes de nossas escolas de grau médio são submetidos a uma ridícula perda de tempo em discussões que procuram resolver o problema de se o nosso País foi descoberto ou não "por acaso". Raríssimamente têm oportunidade de conhecer aquilo que mais interessa no que

tange o nosso Descobrimento, ou seja, a transformação que por aquela época se vinha observando na sociedade européia, com a ultrapassagem do feudalismo por um capitalismo nascente; permanecem, ês mesmos estudantes, desconhecendo a situação econômica e social da Europa na época das grandes navegações e descobrimentos, assim como nada apreem das condições da expansão marítima de Portugal e suas principais etapas.

E estamos citando apenas um exemplo; tôda a nossa História, na forma com que tradicionalmente vem sendo divulgada, nada mais representa do que uma multiplicidade dêsses enganos. O ensino das invasões holandesas, por um lado, se restringe ao monótono desfiar de trabalhos, condicionando um patriotismo belicista em nada conveniente para a nossa juventude; o 7 de Setembro de 1822, por outro lado - convencionalmente considerado como data da Independência do Brasil, mas que preferimos destacar apenas como data de separação de Portugal -, perde tôda a sua rica substância pela ausência total de abordagem de suas implicações internacionais mais profundas, seus condicionamentos a fatores de dominação em tão dominantes.

No entanto, nos últimos tempos, felizmente, não têm sido poucos os que vêm tomando consciência de que a História do Brasil, tradicionalmente concebida e comunicada, em especial na literatura didática, longe de revelar os verdadeiras bases do processo de formação de nosso País, serve, pelo contrário, como instrumento de freios e desvios, obstáculo para seu próprio desdobramento.

Acompanhando e buscando contribuir para êsse despertar, a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do Ministério da Educação e Cultura considerou de fundamental importância tentar a reformulação do ensino e do estudo de nossa História. Através de uma categorizada equipe de professores (Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes), inseridos nesta perspectiva, planejou uma coleção de pequenos textos para professores e estudantes, a que denominou, no conjunto, de "História Nova".

M. Moraes Pinto

dez - pretendem alcançar visa, de acôrdo com o pensamento de seus autores, "a corrigir a ordenção consagrada, sob dois aspectos principais:

- 1) alargando o campo de estudo da nossa História,
 - a) verticalmente: fazendo ingressar nêle a sociedade , a economia e a cultura. Na maioria dos livros só ca bem as grandes figuras; é preciso fazer aparecer o nosso povo.
 - b) horizontalmente; fazendo ingressar nêle os fatores condicionantes, às vêzes determinantes, de ordem mundial. Para nós, não é possível explicar a História/ do Brasil sem inseri-la no quadro da História moderna e contemporânea; o Brasil, desde seu aparecimento até hoje, está ligado aos interesses mundiais.

- 2) estendendo a compreensão da História até o presente.

Em nossa opinião, a História não é uma diversão; sua função social está justamente no fato que lhe cabe explicar o presente. Mostrar o nexó passado-presente, / sobretudo em nosso país onde muita coisa estacionou, não só é necessário, como a única forma de estudar História. A História não existe para servir de fuga ao mundo. Ao nosso ver, é preciso ensinar sempre que o que vem depois se explica pelo que vem antes e vice-versa. É a lição da continuidade histórica".

Para que se tenha uma ligeira idéia da reformulação proposta, acreditamos suficiente a transcrição sumária dos diversos itens que compõem a monografia Independência de 1822:

A ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA DE 1822

A independência de 1822 e a Época da Revolução Industrial. A Acumulação de Dinheiro, Fator Insispensável à Revolução Industrial. A mão de Obra para a Indústria. A Revolução na Técnica. O Liberalismo Económico.

O DESENCADEAMENTO DOS FATOS DA INDEPENDÊNCIA DE 1822

1195

IPM 481
DOCUMENTO APREENDIDO Nº
ISEB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

tado de 1786. O Código Napoleônico. O Porque das Vitórias Militares Napoleônicas. O Bloqueio Continental. Portual e os Tratados / Internacionais. O Interêsse Inglês na Fuga da Côrte.

A SOCIEDADE BRASILEIRA E SEUS ANTAGONISMOS

Principais Classes e Camadas Sociais do Brasil. Os Escravos e suas Lutas. Caracterização das Camadas Médicas. Seus Movimentos pela Independência. Os Senhores de Terras e de Escravos. A Violência Metropolitana.

A CÔRTE PORTUGUESA NO BRASIL

A Ocupação de Portugal pelos Franceses e a Abertura dos Portos. O Domínio Inglês Sobre o Brasil. Melhorias Necessárias à Vida da Côrte./ Consequências Gerais da Presença da Côrte no Brasil.

O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

A Revolução do Pôrto e a Volta da Côrte. A Revolução do Pôrto e Suas Repercussões no Brasil. A Sociedade Brasileira e as Diversas Perspectivas de Independência. A Proclamação da Independência de 1822.

A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE 1822.

As Características da Independência de 1822. Os Brasileiros, os Portugêses e o Primeiro Reinado. A Inglaterra como Líder do Reconhecimento do Brasil. O Reconhecimento e a Luta Política no Brasil. A Expulsão dos Portugêses do Poder: A Abdicação.

Compreendendo o alcance que uma iniciativa como esta necessariamente teria para o autêntico desenvolvimento do povo brasileiro, o Ministro Júlio Sambaguy vem de assinar uma Portaria recomendando aos professores de grau médio o uso em classe das monografias que compõem a coleção "História Nova" editada pela CASES.

Tudo isto representa, no entanto, apenas as primeiras medidas no sentido de colocar o ensino e o estudo de nossa História a Serviço de / um povo mantido até aqui no mais profundo desconhecimento de sua verdadeira essência. Muito mais necessita ser pôsto em prática para levar êsse projeto às suas últimas consequências, dando ao povo brasileiro o Brasil pelo qual êle realmente anseia.

Roberto Pontual
Diretor



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA REGIONAL DE SÃO PAULO
SOPS - Delegacia

INFORMAÇÕES SOBRE A VIDA PREGRESSA DO INDICIADO

(ARTIGO 6º ALÍNEA IX, DO C. P. P.)

Nome : Caio Prado Junior

É filho legítimo, ilegítimo ou legitimado? Legítimo

Teve tutores? Viveu em sua companhia? Não

Frequêntou escolas? (graus obtidos) Superior - Advogado

Dá-se o indiciado ao uso de bebidas alcoólicas ou outros tóxicos? Não

Já esteve internado em casa de tratamento de moléstias mentais ou congêneres? Não

Quais e quando? ---

É casado, desquitado ou amancebado? Casado

É harmônica ou não a vida conjugal? ---

Tem filhos? Quantos? São legítimos ou ilegítimos? Sim, 3, legítimos.

Onde reside? A casa é própria ou alugada? Trata-se de habitação coletiva? Rua Maestro Elias Lobo, 805, Jardim Paulista. Casa própria

Onde trabalha? Qual a ocupação que lhe compete? Diretor da Editora Brasiliense e da Gráfica Urupês

Possui bens imóveis? Quantos e qual o valor? Possui depósitos em bancos, caixas econômicas, apólices? Possui alguns a avaliar. Tem depósitos em bancos. e

Se trabalha, quanto ganha? Trabalha e fez declaração de rendas

Se é desocupado, por quê? ----

Recebe ajuda de parentes, particulares ou de instituição beneficente? não

Socorre alguém? sim

Praticou o delito quando estava alcoolizado ou sob forte emoção? -----

Já foi processado alguma vez? Sim, por crime de natureza politica.

Quantas vezes e por quê? não se recorda

Está arrependido pela prática do crime porque responde agora, ou acha que a sua atitude foi premeditada e o fim alcançado estava na sua vontade? Alega não haver cometido qualquer infração penal

Outras observações:

São Paulo, 18 de Fevereiro de 1966

Aldemir Guimarães Bueno

Delegado de Polícia

Chefe da Seção de Investigações



Fls. 11
[Assinatura]

AUTO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO

Aos vinte e oito dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Regional da Polícia Federal onde se achava o ~~Doutor~~ General SILVIO CORRÊA de ANDRADE, Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, ao final nomeado e assinado, aí em presença das testemunhas infra assinadas, compareceu o detetive LAMARTINE TRAVASSOS do PRADO, o qual declarou ter arrecadado, em obediência à determinação da autoridade, que a este preside, hoje, cerca das onze horas, na loja da "EDITORA BRASILIENSE LTDA", sediada na rua Barão de Itapetininga numero noventa e trez, VINTE e UM e CENTO e QUARENTA e UM exemplares, respectivamente, do primeiro e quarto volumes, da obra "HISTORIA NOVA do BRASIL" daquela editora e de autoria dos senhores-: JOSÉ RUFINO dos SANTOS, MAURICIO MARTINS de MELLO, NELSON WERNECK SODRÉ, PEDRO de ALCANTARA FIGUEIRA, PEDRO C. UCHÔA CAVALCANTI NETO e RUBEM CESAR FERNANDES.

Em seguida, pela mesma autoridade foi ordenado que se fizesse a apreensão do objeto acima mencionado, o que foi feito. Nada mais havendo a tratar, mandou a autoridade encerrar este auto, que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado.

Eu, *[Assinatura]*

escrivão, que o escrevi e assino.

- Silvio Corrêa de Andrade*
- Lamartine Travassos Prado*
- Nelson Augusto Ferraz*
- [Assinatura]*
- Mauricinha Sousa*
(Funcionario da Editora Brasiliense)
- [Assinatura]*
(Funcionario da Editora Brasiliense)

[Assinatura]

Rubrica da Autoridade



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA REGIONAL DE SÃO PAULO

CONCLUSÃO

Aos 28 dias do mês de Junho de 1965, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Regional, faço conclusos os presentes autos ao Sr. Delegado Regional; do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, [Assinatura], servindo de Escrivão, o Escrevi e assino.

Junte-se a relação fornecida pela "EDITORA BRASILIENSE" dos livros da "HISTORIA NOVA do BRASIL" pela mesma vendidos.

São Paulo, 28 de Junho de 1965.

O Delegado Regional,

[Assinatura: Silvío Corrêa de Andrade]

(Gen. Ref. SILVIO CORRÊA de ANDRADE)

DATA

Em 28 de Junho de 1965

Recebi estes autos com o despacho supra e, para constar, lavro este termo. Eu [Assinatura] Escrivão que o datilografei.

[Assinatura lateral]

RELACÃO DAS VENDAS DO LIVRO HISTÓRIA NOVA DO BRASIL

FIRMA COMPRADORA	Nota Fiscal	Vol. 1	Vol. 4
) Agência Siciliano de Livros Av. São João, 9ª sala 913	23483	-	15
	23594	15	-
	23663	5	5
	23718	50	50
	23833	30	30
Atrium-Livraria e Galeria Ltda. Rua São Luiz, 258-Terreo	23775	4	4
Arturo Vasques Moreno Avenida São João, 111	23482	-	10
	23669	5	-
	23700	10	10
	23728	30	30
	23767	100	100
Cooperativa Cultural e Distrib. de Material Escolar Rua Maria Antonia, 258	23575	-	3
	23716	6	6
	23809	13	13
Dinucci & Cia. Ltda. Avenida São João, 601	23488	-	3
	23565	-	2
	23612	3	-
	23627	-	3
	23670	3	-
Distrib. Livros Souza Lopes Ltda. Rua Santa Efigênciã, 37	23493	-	10
	23618	10	-
	23792	10	10
	23832	20	20
	23852	50	50
Distrib. Paulista Jor. Revistas Praça da Republica, 294	23485	-	13
	23543	-	20
	23616	13	-
	23702	13	13
Editôra Paulo de Azevedo Ltda. Rua Libero Badaró, 292	23492	-	13
	23549	-	13
	23635	13	-
	23703	-	3
	23721	5	-
	23797	5	5
	23840	5	5

S.P.



FIRMA COMPRADORA

Nota Fiscal

Vol. 1

Vol. 2

Eliyahu Behar

Avenida São João, 526

23479

-

3

23522

-

3

23564

-

13

23598

13

-

23687

13

13

Enio Matheus Guazelli & Cia.Ltda.

Rua 15 de Novembro, 228-4º andar

23476

-

13

23601

13

13

23624

2

-

23668

-

13

23689

25

-

23732

-

13

23757

50

50

23835

13

13

Erich Eichner & Cia.Ltda.

Praça D. José Gaspar, 15 Terreo

23487

-

5

23541

-

13

23596

5

-

23697

3

-

23762

5

-

Eva Herz

Rua Augusta, 2551

23537

-

1

23713

1

-

23844

1

1

Herder Editora Livraria Ltda.

Praça D. José Gaspar, 15-3º andar

23490

-

2

23504

-

2

23599

4

-

Iileli & Cia.Ltda.

Rua D. José de Barros, 301

Galeria do Centro Loja, 17

23751

13

13

23825

2

-

Jorelli-Jornais Revistas Livros

Estação Rodoviária

23539

-

25

23591

25

-

23815

25

25

Livraria Agir Editora

Rua Braulio Gomes, 125

23478

-

2

23608

3

-

Livraria Bosquine Ltda.

Rua Conselheiro Nébias, 335

23729

5

5

Livr. Científica Imp. Flaminio Siri

Rua Barão de Paranapiacaba, 25-9º

23666

4

4

23667

13

13

23810

7

5



FIRMA COMPRADORA	Nota Fiscal	Vol.1	Vol.4
Livraria D.Landy	23758		1
Rua 7 de Abril, 252-5º andar			
Livraria Freitas Bastos S/A.	23480	-	10
Rua 15 de Novembro, 62	23610	10	-
	23710	20	20
	23755	10	10
	23786	10	10
	23817	10	10
Livraria Nobel S/A.	23491	-	2
Rua da Consolação, 49	23633	2	2
Livraria Nós Ltda.	23778	1	1
Rua Rafael de Barros, 19			
Livraria e Papelaria L.P.M.Com.	23807	5	5
Rua Maria Antonia, 103			
Livraria Ponto de Encontro S/A.	23823	1	1
Praça D.José Gaspar, 134-Loja 42			
Livraria Parthenon Ltda.	23726	2	2
Rua Barão de Itapetininga, 140 s/14			
Livraria Tóquio S/A.	23481	-	13
Rua Alvares Machado, 50	23548	-	25
	23613	25	-
	23733	25	25
	23783	25	-
	23838	-	13
Livraria Triângulo Ltda.	23494	-	2
Rua Barão de Itapetininga, 255	23614	2	-
	23800	2	2
Livraria Trio Editôra Ltda	23562	-	3
Avenida Rio Branco, 49	23611	3	-
	23802	13	13
Livrs.Editôras Reunidas	23484	-	13
Praça da Republica, 71	23530	-	13
	23585	-	13
	23607	25	-
	23699	50	50
	23796	25	25
Livrs.Mestre Jou S/A.	23489	-	2
Rua 7 de Abril, 172	23535	-	13
	23561	-	3
	23609	3	-



FIRMA COMPRADORA

Nota Fiscal

Vol. 1

Vol. 4

Lomelino Silva & Cia.Ltda.

Rua Marconi, 40

23477

23527

23547

23563

23673

23734

23735

23827

Luiz de Oliveira Dias

Rua Benjamin Constant,141

23486

23525

23597

23719

23821

Onofre Lasselva

Aeroporto de Congonhas

23538

23615

23752

Papeleria e Tipografia S.Bento S/A.

Largo de São Bento,32

23841

Rafael Fisch & Cia.Ltda.

Rua Augusta,2875-cj-4

23714

Saraiva S/A.

Largo do Ouvidor,28

23509

23617

23731

Sears Roebuck S/A.

Rua 13 de Maio,1947

23619

3

3

3

3

-

13

5

13

3

5

-

13

13

100

-

200

1

2

3

-

3

3



APRESENTADO NO
SEB

Rogério
Heri

Doc n. 09

Rio de Janeiro,

McCorais

Ilmo. Sr.
Fulano de tal
Enderêço.

Prezado senhor:

Esta Editora apresenta-se para lançar, em futuro próximo, nova coleção, intitulada CADERNOS DO POVO BRASILEIRO.

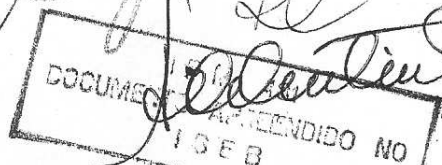
Dirigida conjuntamente pelo Prof. ALVARO VIEIRA-PINTO e por ENIO SILVEIRA - Diretor da Editora -, objetiva a nova série colocar ao alcance de todos os leitores - pela natureza dos temas, pela forma com que serão tratados, pelo preço acessível de cada volume - o estudo honesto e realista dos grandes problemas nacionais. Em outras palavras, procurará ampliar a elite presente / do País.

No que se refere a aspectos materiais, cada lançamento será de 60 (sessenta) a 80 (oitenta) páginas, no formato a aproximado de 13 cms. de largura por 20 cms. de altura, o que corresponde a igual número de páginas datilografadas em papel de formato officio, em espaço duplo. Seu preço de venda, calculado nas bases atuais da produção gráfica e de custo de papel, será de Cr\$80,00 (oitenta cruzeiros).

Quanto às características de estilo e ideológicas, a coleção deverá ser apresentada em linguagem objetiva, livre de chavões e de sutarismos, de modo a ser clara e imediatamente / compreendida pelos leitores de mediana formação cultural. Rigorosamente nacionalista, conduzirá sempre os estudos e análises para o plano dos genuínos interesses da Nação e não terá receio de criticar a quem quer que seja ou de romper preconceitos e tabus criados pelo sistema sócio-econômico vigente no País, ou dele decorrentes.

Para que sejam alcançados esses objetivos e respeitados o alto nível da coleção, os Diretores se reservam o direito de discutir os originais que devem estar acompanhados de 1 (uma) cópia com seus autores, a fim de sugerir-lhes alterações, acréscimos, supressões, etc., se forem necessários, embora, é evidente, / nunca mandando publicar aquilo que não fôr decidido de comum acordo com o Autor.

Em razão de que as tiragens mínimas são de 30.000 (trinta mil) exemplares e as máximas iniciais de 50.000 (cinquenta mil), cifras bastante expressivas, e também do desejo de manter



em nível bastante razoável o preço de venda do exemplar, a remuneração (direitos autorais) dos colaboradores será feita na base 8% (oito por cento) sobre o preço de varejo, relativamente / ao exemplar vendido, de quatro em quatro meses a partir do lançamento de um determinado será feito um levantamento de seu estoque e efetuado o pagamento ao autor. Esclarecemos, no entanto, que os autores receberão 20% (vinte por cento) do montante total de direitos a que fazem jus, correspondentes a venda integral da edição, no momento da publicação de seu trabalho.

Conhecedores da alta qualificação intelectual de V.S. bem como da sua posição de intransigente defesa dos interesses de nosso povo, vimos, por intermédio da presente, convidar pessoalmente a V.Sa. para colaborar conosco neste empreendimento, caso esteja de acordo com as bases delineadas nesta carta. Tal colaboração consistiria no preparo de um trabalho para a série CADERNOS DO POVO BRASILEIRO sobre o tema....

A fim de conseguirmos regularidade nas publicações, como V.S. há de compreender, necessitamos pronta resposta, que deve incluir a data efetiva na qual teremos em mãos os originais do trabalho de V.Sa.

Esperando poder contar com a valiosa, útil e honrosa colaboração de V.Sa., valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe nossas

Saudações democráticas

ass. Wanderley Guilherme

Secretário Executivo da Coleção CPB

Confere com o original.

Em 23 de setembro de 1.964

Ten. ROGERIO OLIVEIRA DA GUNHA